



ANFIP



FISCALIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

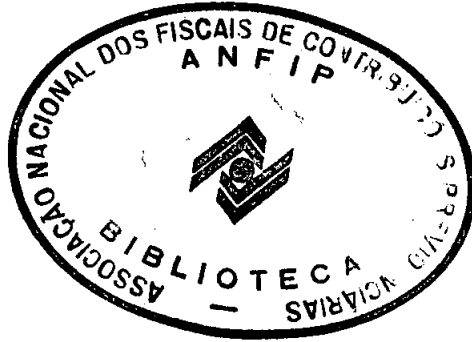
**Uma viagem
através do tempo**

A função do fiscal da Previdência é ser instrumento de interação, no interesse do Estado e da sociedade, à medida que construa um relacionamento edificante.

O fato de ser a fiscalização tarefa extremamente complexa, diante da multiplicidade de atos normativos e da diversidade da legislação de custeio que abrange o sistema da Previdência Social urbana e rural; o fato da necessidade de saber que os atos disciplinadores dos assuntos tratados permanecem em vigor; o fato da importância de sempre estarmos atualizados com as rotinas das empresas para que se viabilize uma atuação eficaz e homogênea, indispensável à condução de assuntos que envolvem a fiscalização, é o que exige da fiscalização um trabalho constante de aperfeiçoamento e enriquecimento que eventualmente escapa às normas ditadas.

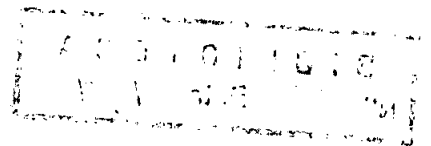
No papel está tudo bonitinho, preto no branco. Vá ali, faça isto e aquilo. A realidade, porém, é bem outra, pois o comportamento humano é múltiplo e imprevisível. Claro que não somos recebidos como anjos benfeitores por muitos contribuintes. Há muita tensão no ar, medo, angústias e até pressões psicológicas. Andamos num *stress* controlado. Procuramos ser eficientes, educados, apaziguadores. Entretanto, precisamos sempre estar precavidos contra uma explosão de raiva ou mesmo uma tentativa de agressão ou, simplesmente, uma situação embaraçosa.

Ser fiscal implica mais que uma aliança com governo e sociedade. A aliança se constrói com competência, na defesa dos interesses da população, com seriedade, com o aprofundamento dos conhecimentos e a disponibilidade do saber, com a atenção e a reflexão crítica de cada ação e articulação das pessoas. A aliança não se faz com discursos e teorias abstratas, desligadas do aqui e agora, mas na oficina das experiências vivenciadas e no desdobramento crítico da ação.



FISCALIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Uma viagem através do tempo



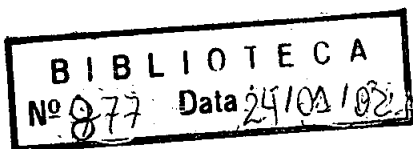
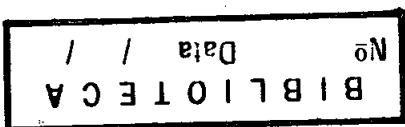
82-36:36
Assis
lx.2

© by ANFIP

Associação Nacional dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias
SBN, Quadra 1, Bloco H, Projeção 27. Edifício Anfip
CEP 70040, Brasília, Distrito Federal
Telex (61) 1452. Fax (061) 225-6083. Telefone (061) 225-8113

Produção editorial e gráfica
Tablóide – Editora & Publicidade
SIG/Sul, Quadra 3, Bloco C, Entrada 10, Sala 103
CEP 70610, Brasília, Distrito Federal
Fax (061) 321-0748. Telefones (061) 225-9240 e 223-5106.

Brasília
Agosto/1991



Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

Apresentação

De como foi a viagem de volta... e das coisas que aconteceram (Niraldo Ambra)	9
Fiscalização de antigamente (Acyr Santos)	15
Um fato fiscal (Renato Valeriano de Souza)	21
O fiscal e o burro (Evandro Costa)	23
Grávida na mina de carvão (Elisabete Regina da Silva Bege)	27
Memórias de um fiscal (Genito Ávila da Silva)	29
O contribuinte em coma (Lecy Nunes de Souza)	39
O gravador (Manoel Varella Rodrigues Filho)	43
Questão de idioma (Luiz Santantonio)	45
Quando o fiscal tem medo do contribuinte (Angelita José Teles de Oliveira)	47
Amargura (José Geraldo Heleno)	49
E o deputado era corrupto (Raimundo Braga Martins)	51
Vingança à moda síria (José Carlos Vecchio)	55
Não era empregado (Wladimir Novaes Martinez)	57
Aventuras de um menino fiscal (Ben-Hur Torres)	59
O fiscal trancado no banheiro (Ruy Norberto de Paiva Maciel)	63
Sob os escombros (Iracema dos Santos Marreca)	65
O chefe do departamento (Nélson Rodrigues de Oliveira)	69
Reflexões (Lígia Beatriz de Araújo Ribeiro)	71
Minha querida Anfip (Laura Natividade Maia)	75
Por acaso (Antônio Carlos Martins)	77
Desacato à autoridade (Jesualdo Monteiro Gonzaga)	79
Solidariedade (Iveti Kita)	83
Sexta-feira, treze (João Gonçalves)	87
O fiscal de Virgínia (Evandro Costa)	91
A máquina maluca (Eurico Honorato Rodrigues)	97
O fato (Eddie Tom Back)	101
O dever (Takemi Nakato)	103
O fato gerador (Ney Jorge Portella)	105
Os bens penhoráveis (Ernâni Luiz Silva de Castro)	107
Calculando o seguro (Francisco Vilardo)	111

Fiscal inquiridor (Bruno Feliciano Haab)	113
Proveitosa lição profilática (José Romualdo Quintão)	115
O azarado (Francisco Luiz Erichsen)	117
Primeiro dia (José Geraldo Heleno)	119
Matava de cansaço (Dionísio Molina)	121
O chachorro (Valter Neves Lisboa)	123
Um espetáculo (Manoel Varella Rodrigues Filho)	127
Reminiscências (Martim Affonso)	129
O monstro parou Antenor (Luiz Rocha Sobrinho)	131
O falso incêndio (Luiz Carlos Dias Vieira)	133
O caso do militar enfurecido (Arnaldo Pires da Costa Júnior)	135
Sob ameaça (Eloy Pereira Guedes)	137
A filial (Mirna de Liz Holetz)	139
O prêmio (Maria Cândida Pereira da Silva Almeida)	141
Dúvida de filiação (Wladimir Novaes Martinez)	143
A mentira tem pernas curtas (José Tomasuolo)	145
Risco compensador (Lecy Nunes de Souza)	147
O inusitado (Ary Delgado)	151
Almoço diferente (Acyr Santos)	153
Figura folclórica (Euclides Bordignon)	155
O jogo de pif-paf (Ruy Norberto de Paiva Maciel)	157
O gavião (Antônio Carlos Barreto)	159
A viagem (João Bosco Gomide)	161
Aconteceu em São Tomé das Letras (Evandro Costa)	163
Com o "rabo entre as pernas" (José Romualdo Quintão)	165
A linha de frente (M.L. Santos)	167
Fiscalização no Paraná (Haroldo Travassos)	169
O exame médico (Ubirajara Luiz Malavóglia)	171
Aventuras da pasta (Angelita José Teles de Oliveira)	175
Ossos do ofício (Elisabete Regina da Silva Bege)	177
Corriqueiramente (Efigênia Chaves Janoni)	181
Era uma vez... (Nélson de Oliveira Affonso)	185
Memórias (Álvaro de Mesquita)	187
Das coisas que não voltam (Adélia Gonçalves Guimarães)	191
Antônio Penante (Carlos Duarte Villela)	195
Nem só bicheiro come lista (Péricles Lima Rattes)	199
O auditor (Marcílio Rigato)	201
Se eu fosse mais novo (José Geraldo Heleno)	207
Vivendo e aprendendo (Leopoldina Maria Amaral)	209
O príncipe consorte (Octavio Secundino Júnior)	211
Histórias da fiscalização (Ailton Jeremias da Luz)	221
Lembranças de um fiscal (Dante Pierro)	223
O porquinho querido (Ernâni Luiz Silva de Castro)	229
Dever cumprido e grande mágoa (Anna Moreira Teles)	233
Mulher macho, sim, senhor (Manoel Varella Rodrigues Filho)	237
A estrutura balançou (Arthur Moreira Leite)	239

A padaria (Luiz Santantonio)	243
Minha primeira missão (Salvador Paulino Dutra)	249
Reunião fiscal (Acyr Santos)	259
Recusou-se a assinar (Antônio Carlos Barreto)	261
O lobo solitário (Nélson Perez Teixeira)	263
O revólver (Manoel Varella Rodrigues Filho)	269
O fiscal Joãozinho e o CRI (Luiz Rocha Sobrinho)	271
O drama de uma viagem (Edivaldo Nilson Moraes Esteves)	273
Uma viagem difícil (José Tibúrcio Tabosa)	277
Quem fala o que quer, ouve o que não quer (José Romualdo Quintão)	285
Vamos fechar o estabelecimento industrial? (Lecy Nunes de Souza)	287
Escreveu, não leu... (Francisco Luiz Erichsen)	291
Convencimento estranho (Dirceu Baldassari Xavier Leal)	293
Fiscalização em Jacareí (José Antônio Cuco Pereira)	297
A montaria (Antônio Carlos Barreto)	301
Fiscal "entra na lenha" (Ary Delgado)	303
Fiscalização em Tambaú (William Maluf)	307
Condições adversas (Francisco Vilardo)	313
Cotidiano extemporâneo (Alvise Francisco)	317
Suada assinatura (M.L. Santos)	321
Folclórico I e II (Pedro de Oliveira)	323
O furto insolúvel (José Tomasuolo)	325
FCP: pasta, sola e suor (Libório da Costa)	327
Ainda resta uma esperança (Rozilda Saraiva)	333
Peripécias de viagem (Angelita José Teles de Oliveira)	335
A tabela (Farid Salomão José)	337
Feedback (Mirna de Liz Holetz)	341
Zé, o capeta (Nélson de Andrade Lira)	343
A selagem dos recibos e cavalos (Antônio Carlos Barreto)	347
Filó (José Carlos Vecchio)	349
O último TVD (Wladimir Novaes Martinez)	353
Amor com amor se paga (José Tomasuolo)	355
O milagre (Eloy Pereira Guedes)	357
A diferença (Maria Cândida Pereira da Silva Almeida)	359
Know-how cearense (Rozilda Saraiva)	361
Correndo atrás do trem (Luiz Carlos Dias Vieira)	363
Ingratidão humana (Francisco Vilardo)	365
Açougue em Suzano (Arnaldo Pires da Costa Júnior)	369
Fiscal, o senhor me matou (Péricles Lima Rattes)	371
Ipsis verbis (Gilberto Moura Ferreira de Azevedo)	373
A bebida (Farid Salomão José)	375
O Flecha Ligeiro (José Romualdo Quintão)	377
Fiscalização impossível (Ary Delgado)	379
Um caso folclórico (Maria Ordália Santos Alterman)	381
O benefício (Aparício Destri)	383
O remorso (José Luciano Pereira)	385

Assino liberdade! (José Geraldo Heleno)	387
A odisséia de um par de pernas (Maria Pedrita dos Santos).	389
O supositório (Antônio Carlos Barreto)	391
Presença de espírito (Gilberto Moura Ferreira de Azevedo)	393
O doutor fiscal (Vicente Batalha de Matos).	395
Chaufage tupi-guarani ou "praga de urubu não pega em cristão de Deus" (Rozilda Saraiva)	397
Alan Kardec	399
O barbeiro (Péricles Lima Rattes)	401
O fiscal e seu assessor (Luiz Rocha Sobrinho)	403
A minha história (Martim Affonso)	405
Paraíso Vermelho (José Geraldo Heleno)	409
A volta (Maria Cândida Pereira da Silva Almeida).	413
Colher de chá com sal amargo (José Romualdo Quintão).	415
Dramático (Pedro de Oliveira)	417
Santo forte (Ary Delgado).	419
A praça (José Geraldo Heleno).	423
Os processos (Farid Salomão José)	425
O caso de Choró (Antônio Carlos Barreto)	429
O truculento (Antônio Canuto de Souza Fernandes)	431
Um fato fiscal II (Renato Valeriano de Souza)	433
Índice de Autores	435

Apresentação

Q

uando se chega aos 41 anos de profícua existência, é muito normal que se tenha cumulado, na memória, um enorme e riquíssimo conjunto de acontecimentos e vivências.

A Anfip, como entidade representativa da classe fiscal previdenciária, ao longo desses anos, tem a pretensão de ser, além de depositária de uma rica memória sobre as lides associativas e, sobretudo, sobre seus reflexos na construção de nossa Previdência Social e, mais recentemente, da Seguridade Social, também a lembrança escrita daquelas vivências fiscais mais fortes, pitorescas e/ou enriquecedoras, tanto sob o aspecto humano, quanto da experiência adquirida.

Nesse propósito, promoveu recentemente um concurso de histórias fiscais, de onde foram selecionadas as publicadas neste volume.

Os vinte primeiros contos são apresentados em ordem cronológica de classificação, enquanto que os demais foram posicionados apenas segundo o critério técnico adotado no projeto gráfico.

A leitura desses contos tão enternecedores permitirá a ordenação de um conjunto de fatos sucessivos capaz de delinear como que um perfil da estruturação da atividade fiscal e da própria Previdência Social, a partir de sua criação, devendo, portanto, merecer a atenção de todos os interessados na matéria, muito especialmente os fiscais previdenciários de todos os tempos.

Conselho Executivo da Anfip



De como foi a viagem de volta... e das coisas que aconteceram

Niraldo Ambra
Niterói, RJ

Missão terminada, era hora de partir. Já sentado na pequena caminhonete, a “jardineira” que nos levaria na longa jornada até Campo Grande, a solícita funcionária da agência nos ofereceu um bolo, feito por ela mesma, para amenizar a aspereza da viagem de volta até São Paulo. Agradecemos, dando adeus ao gerente Martiniano e, manhãzinha, começamos a enfrentar a grande volta, a “jardineira” sacolejando ante os desníveis da estrada boiadeira.

Para trás fomos deixando o Coxipó do Ouro, com suas águas cristalinas; a suave Cuiabá, das pequenas ruas estreitas de casas baixas, com portas e janelas sempre acolhedoramente abertas, ruas onde não era preciso faiscar; bastava reme-

xer a terra e de lá brotavam os grãos dourados, até pepitas, ouro da terra. Cuiabá do saboroso pacu, do licor de pequi, então subordinada a São Paulo, sede da região.

Tínhamos bem cumprido a tarefa de designar, onde fosse possível, os “correspondentes” do IAPC no interior de Mato Grosso. Era uma gente boa, um pouco tímida, que às vezes nos obrigava a longas dissertações sobre a Previdência, em que consistia a arrecadação, seu controle, quais modelos deveriam preencher. Eram todo ouvidos, mas somente alguns se atreviam a formular de quando em vez perguntas esquisitas, uma das quais permanece até hoje viva na memória, pelo espanto com que a ouvi: “O que era empregador?”...

Mas vale a pena contar, a propósito, o que aconteceu. Sabedor da minha missão de procurar, no interior do Estado, a quem designar correspondente, o prefeito Novis, de Cuiabá, convidou-me, com modéstia e gentileza, a acompanhá-lo na viagem que ia fazer a Poconé, no carro da Prefeitura. Não ia só. Acompanhava-o sua sobrinha, jovem de bonitas feições e límpido olhar. Assim, amenizaria a monotonia da viagem, levando mais um companheiro. Claro que aceitei.

Seguimos viagem de manhãzinha, o sol nascendo, pintando o céu de cor-de-rosa, que ia esmaecendo até misturar-se ao azul-claro dos céus de Cuiabá. Trabalho feito e concluído, voltamos no dia seguinte, à tardinha, confiantes no motorista, conhecedor de todos os caminhos e que nos prometera a chegada a Cuiabá antes do anoitecer.

Vínhamos rodando, à meia velocidade permitida pela estrada boiadeira, tão despreocupados que nem sequer sentimos o passar das horas: quatro, cinco e... será que o motorista estava certo? Aqueles eram os caminhos? Eu, calado, esperando não sei o quê; o prefeito já dando mostra de que começava a impacientarse, olhos fixos no motorista que torcia e retorcia o volante do carro, até que a mata foi se aproximando, aproximando e, já quase anoitecendo, fechou-se na frente do carro, que freou com toda a força. E agora?

Custou-nos desvencilhar daquela importuna ramagem, empurrar o carro até um caminho de terra; o prefeito já esbravejando com refreados xingamentos, momentaneamente pela presença da sobrinha, já inquieta diante da quietude da mata e do escuro da noite, que já começava.

O motorista, coitado, se desculpava, humilde. Como podia ter errado o caminho de volta e se perdera na mata, sempre igual, sempre igual? O prefeito não queria voltar.

— “Seu” ignorante, comedor de terra; não vê que estou com minha sobrinha e você vai nos obrigar a ter que dormir no meio desta desolação, dentro do carro?...

Estávamos perdidos, sem saber que fazer; esperar que alguém aparecesse naquela imensidão era esperar demais. Lembrei-me então, não sei porque, das noites de Cuiabá. Noites quietas, o céu cintilando de estrelas, o Cruzeiro do Sul na faixa do horizonte.

O prefeito continuava a perguntar-se em qual má hora o motorista que o servia tão bem todos os dias lhe garantira que era capaz de virar do avesso todas as estradas e caminhos, desde Cáceres até as margens do Araguaia, se ele era obrigado agora a dormir ali, naquela imensidão, em companhia da sobrinha, acostu-

mada ao conforto da cidade. E o moço que convidara para acompanhá-lo?

Fiquei ali, quieto, ante a raiva do prefeito, pensando no que estariam fazendo as pessoas de Cuiabá, nas noites claras e mornas, onde se passeava na praça da Matriz, ouvindo os sinos tocarem, o coro cadenciado dos grilos, mirando o céu cheio de estrelas que cintilavam; o Cruzeiro do Sul, na faixa do horizonte, apontando para a Matriz.

Apontando para a Matriz... Veio-me, não sei como, uma idéia absurda: eu não era nem astrônomo nem navegador dos oceanos, mas não podia estar ali a solução?...

Criei coragem, chamei o prefeito; disse-lhe que a permanecer ali, parados, melhor seria tentar alguma coisa; era uma tentativa como outra qualquer mas, se Deus quisesse, o Cruzeiro do Sul apontando para a Matriz...

O prefeito encarou-me, descrente; mas depois, encolhendo os ombros, disse que podia ser; a idéia valia mais do que dormir ali. Chamou o motorista, nomeou-me seu guia pelas estrelas e lá fomos nós, a sobrinha mais calma, os olhos límpidos ainda cheios de espanto.

Foi assim até que vimos um pálido clarão acentuando a linha do horizonte, que foi crescendo, crescendo... Cuiabá!

O prefeito me cumprimentou agradecido, ratificando minha nomeação de primeiro e único astrônomo navegador dos oceanos que apareceu em terras de Mato Grosso. E como me comoveu o medroso abraço de agradecimento da sobrinha de bonitas feições e límpido olhar.

oOo

A “jardineira” ia comendo quilômetro mais quilômetro da estrada do sem-fim, balançando pelas juntas, deixando atrás de si um rastro de poeira. Até que chegasse, quando chegasse, à noitinha, no lugar da parada, da refeição e da dormida, uma grande cabana, com as redes já estendidas, os punhos suspensos pelos armadores pregados nas grossas estacas que sustentavam, no alto, a cobertura de palha.

Manhãzinha, já refeitos, vimos que dormíamos ao lado de estranhos vizinhos, os índios bororos, baixos, truncudos, rosto pintado de urucum, as mulheres vestidas como homem, com um amarrotado chapéu de largas abas a esconder-lhes os cabelos negros, “por causa do homem branco”. Já conheciam os usos e costumes dos civilizados e pediam, sérios, cinco mil réis para deixar-se fotografar, “cada um”.

Depois, as exibições, todas pagas: munidos de um grande arco e de longas flechas, os bororos mostravam suas habilidades, entre as quais uma: deitados de costas, com as pernas esticadas para cima, segurando o arco, ajeitando a grande flecha, a qual, zunindo, subia riscando os céus.

— Quer experimentar?, falou um deles, oferecendo-me o enorme arco e a comprida flecha, que coloquei sobre os dedos, distendi o arco com toda a força de que era capaz, e desapareci.

Bem, não foi um grande tiro, não? A flecha tinha seguido mole, mole e foi cair uns cinco metros depois. Pois é.

A viagem foi prosseguindo, alternando dia e noite, a paisagem desfilando monotonamente. Às vezes, saboreávamos um chimarrão frio; de outras, víamos veados e emas correndo, ou olhando, espantados, o estranho exército que tínhamos diante dos olhos, um interminável desfile de endurecidas e pontudas torres de terra, o reino absoluto das saúvas.

Passamos por Rondonópolis, o Vermelho, o São Lourenço, até que, vencido o rio Correntes, começamos a percorrer um imenso areal, que parecia não ter fim, pois era ali onde encontraríamos a cidadezinha de Coxim, que nos parecia ser a última antes de Campo Grande.

Acontece que a “jardineira” foi se arrastando, arrastando, rangendo, no meio daquela vastidão de areia, ora meio inclinada, ora dançando desengonçada até que... Bem, até que a inclinação foi forte demais e a “jardineira” ficou encostada no barranco de areia, virada de lado, parada como se um grande sono lhe travasse a caminhada, a dois quilômetros de Coxim, o eixo traseiro quebrado. Era o fim.

Socorro? Teria que vir de Campo Grande. Demoraria dois, talvez três dias; outra enrascada, desta vez pior, pois tínhamos a chegada marcada em Campo Grande. Como ia ser?

Antes de mais nada, andando devagar, nós e os outros passageiros conseguimos chegar até Coxim, onde nos acolheram quais náufragos da areia e, após um banho de cuia, nada mais para fazer.

Teríamos que passar ali os dias até a chegada do socorro e, depois, retomar a viagem até Campo Grande. Mas eu não podia esperar.

— Moço — disse o dono do hotel —, o jeito é ir andando por este “areião” até alcançar a estrada que vai para o sul e lá, se Deus ajudar, ficar esperando até que surja alguma condução e lhe dê carona.

Não tinha jeito; saí andando, solitário, com os pés pisando fundo na areia quente e macia. Até que alcancei a estrada onde fiquei sentado, a bagagem servindo de banco, esperando, esperando...

Não sei quanto tempo ali fiquei, olhando a curva da estrada; só sei que apareceu, roncando, um caminhão com sua carga, que felizmente parou, me acolheu na boléia e mediante o pagamento de cem mil réis me levaria até Campo Grande, onde, se Deus fosse servido, haveríamos de chegar lá pelas tantas da noite.

De novo fomos seguindo pela estrada, aos solavancos, respirando a poeira vermelha que nos ia cobrindo da cabeça aos pés, até que conseguimos chegar, já noite, cobertos de suor e de poeira.

Nunca pude esquecer a expressão de horror do recepcionista do hotel, que arregalou os olhos espantado quando viu um enorme caminhão de carga parar à sua porta e dele descer, carregando a mala, um homem com a cara suja que parecia ter saído...

— Ei — gritou o moço, assombrado ao ver que o homem sujo de terra e pó entrava no seu salão —, aqui não tem lugar não; o hotel está cheio; pode ir lá para os lados do hotel da estação, que certamente é o seu lugar...

Foi difícil entrar e convencer o recepcionista que era eu aquele para quem havia um pedido de reserva e que meu aspecto lamentável se devia a um eixo quebrado perto de Coxim. Finalmente convencido, desculpando-se, o recepcionista

informou que funcionários da agência de Campo Grande já tinham estado no hotel à minha procura.

Terminava deste modo a primeira etapa da grande viagem, que agora iria prosseguir de trem, dois dias e duas noites, quando finalmente, palavra de gente boa, haveria eu de descansar depois da longa, exaustiva e incrível canseira.

oOo

O trem ia se arrastando ao barulho cadenciado das juntas ou das sapatas dos trilhos, dois dias e duas noites; era um bom descanso, na recordação dos dias passados, dos riscos da viagem, da moça de feições bonitas e olhos límpidos, do prefeito de Cuiabá, do motorista desastrado que conhecia todos os caminhos, dos bororos, a “jardineira” quebrada, o moço do hotel, nossa... era um estirão que me derrubou de canseira. Fiquei imaginando como teria sido a vida tão desconfortável, visto que eu já a havia experimentado, dos primeiros fiscais da Previdência, em imagens confusas, a passear pela mente.

Aquidauana, Três Lagoas, a ponte sobre o rio Paraná, deixando para trás as terras do Mato Grosso, até quando?

Andradina, Araçatuba...

Ah!... Quem jamais tentaria narrar a saga dos agentes da fiscalização? De como seriam os fiscais daqueles tempos em que a Previdência nascia, ia crescendo, apesar da hostilidade das entidades de classe?

Dos pioneiros anônimos, dos heróis nunca lembrados, dos bravos e modestos desbravadores deste País imenso, do norte ao sul, de oeste a leste, desde as coxilhas e campinas do Rio Grande até as terras secas do Nordeste, às infundáveis florestas e aos grandes rios da Amazônia, quando podiam iam de trem, mas quase sempre nas empoeiradas “jardineiras”, nos cavalos marchadores, nas canoas ou nas montarias, vencendo os meandros de rios desconhecidos, ao sol e à chuva, qualquer condução valia, desde que alcançassem, cansados mas felizes, a almejada vila, o arraial, a cidadezinha onde nem sequer existia uma simples, modesta pousada, não fosse às vezes um delegado oferecendo as celas da cadeia, sempre vazias, onde afinal se aboletavam, já tinham onde dormir.

Fiscais que aprenderam a vencer dificuldades, que encontravam o comércio fechado em sinal de protesto ou, ainda, o comércio aberto, mas sem empregados: avisados por alguém da cidade vizinha, patrões mandavam para casa seus empregados; só restavam eles, isentos de inscrição por serem segurados facultativos.

Aprendendo a conviver com os poderosos do dia quando, logo na entrada da cidade, um camarada de cara fechada, com garrucha e facão, o interpelava:

— Moço, aonde vai?

— Vou pedir a bênção do Coronel, conseguir me favoreça com sua licença para entrar e ficar na cidade.

O camarada examinava-o, atento; revistava-o, indagando se portava qualquer arma, até levá-lo, enfim, à presença do dono da cidade e de tudo o que nela se continha.

— Que deseja, moço?

— Em primeiro, sua bênção, meu Coronel...

– Deus lhe abençõe. Que mais o moço quer?
– Em segundo, sua licença para ficar na cidade e começar minha obrigação.

Fazia um gesto largo, estava concedida a licença; o fiscal levado à presença do prefeito, onde tudo era facilitado junto ao comércio – o Coronel mandou... Mas, ao contrário, se alguém não cumprisse a regra, era simplesmente largado no meio da estrada.

oOo

A viagem continuava, com o trem correndo e cantando nos trilhos, as cidades passando, uma a uma – Lins, Bauru, Botucatu. Mais algumas horas e estava chegando ao fim a longa viagem de volta. Um longo apito de trem, um suspiro de alívio e, afinal, São Paulo velho de guerra, mas sempre São Paulo.

oOo

Todo o que está aí escrito, aconteceu. É a verdade.

oOo

Corria, tranqüilo, o ano de 1938.



Fiscalização de antigamente

Acyr Santos
Rio de Janeiro, RJ

Quando trem se afastava lentamente de Belo Horizonte. Duarte, meu companheiro de trabalho, que me acompanharia até Teófilo Otoni, com o semblante carregado demonstrava sua insatisfação pela viagem. Eu nada tinha contra o roteiro que me havia sido proposto pela chefia. Não ignorava as dificuldades a serem enfrentadas. Porém, com um metro e oitenta de altura e dez anos de campeonato carioca de remo, ficaria mal não aceitar o desafio.

Estávamos em fevereiro de 1944. Três anos antes eu trocara a vida sedentária do Rio pela de fiscal em Minas Gerais. Após curto período de aprendizagem, fui lotado na bela cidade de Barbacena. Esgotado o tempo de permanência, passei para São João del-Rey, onde me encontrava ao ser chamado para as reuniões de fim de ano.

A deficiência de fiscais em Minas era permanente. Dificuldades de transporte e estadia afastavam os candidatos, que preferiam o conforto da capital. Como nem todos poderiam ser lotados em tal ponto, as desistências abriam constantes claros no quadro. Isso fazia com que, após o recesso de fim de ano, as zonas vagas fossem distribuídas para uma fiscalização especial.

Eu e o Duarte fomos “premiados” com uma visita ao norte do Estado, com rápida passagem pela Bahia. Ele ficaria em Teófilo Otoni e a mim caberia uma viagem de aventuras por locais de difícil acesso, quase sem condução e pouso.

Aos solavancos, chegamos a Nova Era, local de transferência para o comboio da Estrada de Ferro Vitória Minas, que nos deixaria em Governador Valadares, passagem obrigatória para nosso destino.

A antiga Figueira do Rio Doce fervilhava de trabalhadores que estavam abrindo a estrada Rio-Bahia e tivemos que dormir em um quarto sem janelas, em duas camas estreitas e amassadas. Duarte, acostumado ao conforto de Belo Horizonte, acabou de torcer o nariz, xingando o IAPI, o delegado, meu amigo Lahmayer. Eu só escapei porque estava perto...

Pela manhã, saímos para tomar café e conseguir transporte. Uma das portas do bar estava fechada, com um cidadão estendido na calçada. Entramos e, por curiosidade, perguntamos ao garçom o que tinha havido. Nada demais. Morrerá numa briga e a carroça o levaria quando passasse pelo local.

Conseguimos passagens numa caminhonete que sairia às nove horas para Teófilo Otoni. Pegamos as malas, que não haviam sido desfeitas, e seguimos para o embarque. Éramos seis adultos e uma criança. A essa altura, o céu escurecia e pouco depois a chuva começou. A estrada de terra era um misto de trechos consolidados e outros recém-abertos, onde o barro fofo estava se transformando num lamaçal vermelho, cada vez mais pegajoso. E o pior aconteceu. Por volta das duas da tarde, o carro atolou de tal forma que as rodas ficaram livres, porque o assoalho do carro flutuou na lama. Com a chuva caindo, só nos restava sair, deixando a caminhonete entregue à sua própria sorte.

Acostumado às estradas do interior, arregacei as calças, tirei os sapatos e fui o primeiro a sair, com a lama quase nos joelhos. Duarte soltava fumaça e faíscas pelos olhos, nariz e boca, o que de nada adiantava.

Com a ajuda do motorista, desembarcamos as senhoras e a criança, deixando a moça para o fim. Teimosa e querendo manter a elegância, ela não quis tirar os sapatos. Até hoje deve estar à procura deles, porque a lama só deixou que ela retirasse os pés, e assim mesmo puxados por mim...

Nossa sorte é que uma das passageiras conhecia bem o local e nos garantiu que poucos quilômetros adiante residia um fazendeiro conhecido, que não nos negaria guarida. Andamos um bocado até encontrar a tal fazenda. Tudo fechado. A mulher, porém, era decidida e tanto bateu que conseguimos ver a cara do proprietário. Ele pediu desculpas e, possivelmente para nos descartar, alegou que a esposa e a filha tinham viajado na véspera. Não adiantou. Ficamos. A fome foi chegando e a senhora tanto remexeu que encontrou um cacho de bananas. Mais uma procura e apareceu a farinha. Os ovos não sei de onde vieram, mas garanto jamais comi farofa tão gostosa.

A noite foi interessante. Os homens ficaram na varanda, em trajes sumários, e as mulheres e a criança dentro da sala, presumo que nas mesmas condições. Um lençol estendido na janela servia de cortina. Batemos um longo papo todo o tempo.

Pela manhã, agradecemos a estadia e retornamos à estrada. Um caminhão-baú de empreiteira foi a nossa salvação. Levou-nos até a cidade. Pensei que o dono do hotel fosse ficar admirado com a lamaceira, mas nem ligou. Disse-me que já tinha visto gente em pior estado...

O hotel estava cheio de compradores de cristal de rocha. Em pouco tempo me relacionei com alguns, o que me facilitou a localização de várias oficinas de lapidação. Inscrevi e fiscalizei 22 e os débitos apurados cobriram com folga toda a viagem.

O conhecimento também me foi útil para matar uma curiosidade que há muito me preocupava. Por que alguns pedaços de cristal só serviam de peso para papel e outros, bem menores, eram disputados nos leilões e alcançavam preços elevados? O motivo me foi revelado. O cristal, quando submerso numa vasilha iluminada e cheia de óleo, deixa claro o eixo de convergência que determina seu aproveitamento para a fabricação de lentes. Este o grande segredo.

Terminada a parte que me cabia na cidade, despedi-me do Duarte e peguei o trem em direção a Carlos Chagas. Era uma localidade pequena à beira da estrada de ferro, que por sua vez acompanhava o traçado do rio. Na única pensão existente consegui um quarto que, quando eu abria a porta da entrada, fechava-se a do armário e vice-versa. Um estrado baixo servia de cama. Nada além disso. No dia seguinte, fiz todas as fiscalizações. Quando escureceu, tentei dormir. O calor era grande e resolvi sentar na calçada da pensão. De pijama e com uma vela acesa ao lado, devia parecer um fantasma, descansando. Talvez tenha até assustado algum incauto. O dia já se anunciava quando passou por mim um rapaz de toalha no ombro. Perguntei seu destino e ele respondeu que ia tomar banho no rio. Pedi que me esperasse. Apanhei também uma "toalha" e seguimos para o fundo da cadeia, onde ficava a praia local. Foi uma boa compensação para a noite quente que havia passado. Pela manhã, peguei o trem e me despedi da cidade.

Em Caravelas, fiquei num conjunto de cubículos de madeira, que aumentava na proporção do número de fregueses. Como esticava! No centro da praça, um enorme poço servia à população. O bambu com uma lata na ponta mergulhava na água e enchia os vasilhames em volta. Não existia conforto de qualquer espécie, porém algo compensava o sacrifício. Até hoje não me esqueço das deliciosas peixadas que as baianas nos serviam nas refeições.

Na volta para Teófilo Otoni comprei passagem de primeira. Pela manhã, verifiquei com surpresa que todos os bancos estavam ocupados. Fui para a segunda classe. Quando me queixei ao condutor, ele explicou que o trem pernoitava na cidade e que os passageiros se instalavam nos melhores lugares e dali não se afastavam. Dormiam e viajavam confortavelmente. Ninguém se atrevia a fazê-los mudar de carro. O jeito era agüentar firme a dureza do banco e não reclamar.

Na estação, encontrei um pedrista que retornava para Minas com uma enorme melancia. Era um presente para o prefeito, seu amigo. Na segunda parada, o rapaz recebeu telegrama de vendedor com uma oferta vantajosa. Nem pestane-

jou. Deixou a melancia comigo para encaminhá-la ao destinatário com seus cumprimentos. Não me custava nada. Quando chegasse ao destino, era só chamar o carregador e incumbi-lo da entrega.

Mas aquele não era o meu dia. Entre uma estação e outra, o trem parou e os passageiros foram informados que o cargueiro havia descarrilado e que tínhamos que aguardar o socorro. Carregar a pasta, a mala e a melancia em toda a extensão do combio acidentado não foi brincadeira. Após cinco horas de espera, apareceu a composição salvadora e, com muito custo, me arrumei no carro com a bagagem. Consegui chegar a Teófilo Otoni e me preparei para, no dia seguinte, partir para a próxima cidade.

Araraúá era pequena e tinha por mérito ser o ponto extremo da linha férrea que alcançava a Bahia. Os empregadores foram rapidamente visitados e colocados em ordem. O roteiro indicava Jequitinhonha como próximo local a ser fiscalizado, mas não dizia como chegar até lá. Linha direta por via rodoviária não existia e, além disso, as chuvas não permitiam o trânsito. Pelo rio, eram três dias de viagem duvidosa e sujeita a riscos. Poderia voltar, mas além de Jequitinhonha outras localidades precisavam ser visitadas e eu não estava disposto a falhar. Fui até a beira do rio e encontrei um pequeno barco, com saída no dia seguinte, carregado de cimento e rapadura. Eram três os tripulantes e o dono da embarcação foi logo avisando que poderia me levar, mas não faria “boi”. Que seria isso? Uma pequena cobertura de lona para proteção contra o sol que castigava os viajantes. Arrumei a mala, despedi-me da pensão e embarquei. Dois mulatos fortes remavam e o dono, com um terceiro remo, dirigia na popa.

Eu filosofava sobre a semelhança existente entre um fiscal do IAPI e um doido varrido. Às onze horas, o barco foi encaminhado para a areia. Duas pedras e vários ramos secos formavam o fogão. Uma panela de barro foi lavada no rio e recebeu abóbora, macarrão e pedaços de toucinho. Isso tudo redundou numa massa amarela que seria o nosso almoço. Nosso não... Deles.

A viagem continuou e a noite foi se aproximando. Lonas no chão e fogo aceso para o jantar. Foi idêntico ao almoço, com a diferença do passageiro, que participou do banquete — a essa altura, a fome era violenta e se trocassem a abóbora por pedras eu comeria da mesma maneira.

Com a passagem do tempo, minhas relações com os tripulantes já eram bem melhores. Quando o leito do rio alargava, os remadores descansavam e eu me livrava da roupa e café n’água. Nadava em torno do barco e ficava admirado porque não faziam o mesmo. Quando não suporrei mais a curiosidade, perguntei ao mestre se ele não gostava de nadar. Gostava sim, mas tinha medo. De quê? “De sucruíú”. E que era isso? Uma cobra que habitava no fundo do rio e que se alimentava de qualquer animal que passasse por perto. Parei com o banho Mais tarde descobri que sucruíú, sucuriú, sucuriú e sucuri eram a mesma coisa.

No dia seguinte, passamos pelas corredeiras que desafiavam os tripulantes, exigindo rapidez e bom golpe de vista para desviar o barco das pedras. À tarde, finalmente cheguei a Jequitinhonha.

Instalado em local decente, fiscalizei todos os empregadores e me preparei para visitar Joaíma na única condução existente, isto é, no caminhão que vai buscar leite e retorna dois dias após. “Confortavelmente encostado” na carroceria

do caminhão – porque a cabine é exclusiva da primeira cabocla encontrada pelo caminho –, cheguei à cidade segunda-feira da Semana Santa. Os mineiros são muito católicos e fazê-los abrir as portas para atender ao IAPI nessa época é difícil. Foram dois dias de trabalho intenso, metade do tempo convencendo-os a me atender.

Na véspera do retorno estava cansadíssimo. O hotel onde me hospedara era uma enorme casa, em que todos os cômodos tinham ligação com o pátio interno. Nem quis jantar. Entrei no quarto, troquei a roupa e me dirigi para a porta onde se encontrava o interruptor e foi aí que reparei que no chão havia uma cobra de pouco mais de um metro. Achei que aquilo devia ser uma brincadeira de mau gosto e que o bicho estava morto. Cheguei mais perto e vi que não. Saltei a janela, apanhei um pedaço de pau e resolvi o problema. O dono do hotel, na falta do que dizer, perguntou-me como tinha levado a cobra para aquele local. Terminado o rififi, sobrou uma moça que, muito séria, me fez uma advertência: “Se eu fosse o senhor, não dormiria mais neste quarto. O macho da cobra virá procurar a companheira”. Agradei o aviso, fechei a porta e dormi até o dia seguinte, quando retornei a Jequitinhonha.

Meu próximo caminho era em direção a Almenara. Depois de um dia sem condução, apareceu o carro de aluguel. Houve discussão entre os viajantes e no final embarcamos no “fordeco”, com direito a empurrá-lo em todas as subidas. Ao chegar, fiscalizei um alfaiate que dizia ter tido um empregado doente que requerera benefício sem qualquer resultado. Terminadas as visitas a empregadores, dirigi-me ao nosso arrecadador, representante do Banco Hipotecário de Minas Gerais. O comerciante possuía gavetas de guias de recolhimento quitadas. Recebia as contribuições mas não prestava contas, alegando não saber como encaminhá-las. Durante três dias trabalhei na loja. Atualizei todas as guias, calculei juros de mora até o último mês exigível, juntei o material com o cheque de pagamento e remeti tudo pelos Correios para Belo Horizonte, encerrando as atividades do arrecadador. Os pagamentos passaram a ser feitos pelo DCT. O pedido de benefício do empregado do alfaiate que também dormia nas gavetas do comerciante foi imediatamente encaminhado.

Só faltavam dois municípios para terminar meu roteiro.

Particpei do leilão de peços para embarcar no único carro existente e assim alcancei Pedra Azul, cidade que deve seu nome a um espartinho que descobriu uma forma de queimar a água-marinha, abundante na região, melhorando seu preço no mercado. Foi descoberto por peritos em São Paulo, segundo me contou um empregador.

À noite, fui convidado para visitar um cabaré. Achei estranho haver tal diversão naquele local, mas aceitei o convite. Andamos muito até encontrá-lo. Estava localizado numa casa de beira de estrada, que se dividia em armazém e salão de baile. Pandeiro e violão faziam as caboclas e seus parceiros levantar nuvens de poeira do chão onde dançavam. Aquilo não me interessava, mas arames pendurados no alto do armazém, com garrafas sem fundo no meio, me deixaram intrigado. Que seria aquilo? Formulei várias hipóteses, que não se ajustavam. Acabei perguntando ao dono do forró. Ele me explicou que o arame servia para pendurar a carne-de-sol e que as garrafas eram a defesa contra os ratos, que desciam do

teto em busca de comida. Quando tentavam passar sobre os vidros, perdiam o apoio e se estatelavam no chão. Simples e eficaz!

Finalmente, cheguei a Salinas, última cidade do roteiro. Em pouco tempo cumpri minhas obrigações. Fiz um embrulho com o material numerado e devolvi para a chefia pelos Correios. Com o restante, armei uma bela fogueira. Ali terminavam meus compromissos com a delegacia e começavam os preparativos para a viagem de volta.

Salinas ficava bem longe de Araçuaí e eu teria que vencer a distância no lombo de um cavalo, porque não existia estrada de ligação. Saí à procura do animal e de um guia experiente. Encontrei-os e no dia seguinte nos despedimos da cidade. Cavalgamos várias horas e nos deparamos com um rio. Procurei uma ponte, que não existia. O guia não se preocupou. Saltou do animal, tirou a camisa e as calças e entrou na água puxando o cavalo pelas rédeas. Só me restava imitá-lo.

Vencido o rio, paramos para nos vestir e fui avisado de que teríamos de dormir no mato, porque a única fazenda existente no caminho era de um cidadão de maus bofes, que não gostava de viajantes. Não havia outro jeito e eu teria que enfrentá-lo da melhor forma possível. Seguimos diretamente para a casa grande. Lá estava o homem. Sem camisa e descalço, olhou-nos com evidente má-vontade. Aí, chegou a minha vez. Expliquei-lhe que minha missão era preparar o caminho para os engenheiros que estavam ajustando a locação da estrada que passaria pelo local e que era de grande interesse do Estado. Eu fazia os estudos preliminares, que seriam parte do relatório exigido pelo governador. Já tinha passado pela Prefeitura de Salinas e me dirigia para a de Araçuaí.

Devo ter sido bem convincente, porque o fazendeiro mudou inteiramente de atitude, passando a nos tratar com cordialidade. Pela manhã, agradecemos a estadia e prosseguimos. Meu cansaço já era grande e andei muitos quilômetros puxando o animal pelas rédeas. Não agüentava mais sentar na sela. À tarde, chegamos a uma vila e conseguimos lugar para passar a noite. Pela manhã, levantei bem cedo. O corpo todo me doía e para montar foi uma dificuldade. Valeu que o animal era muito manso e me levava como se fosse um saco de feijão mal-cheio, jogado para a frente e para trás, até que, numa curva do caminho, muito longe, avistei uma torre branca. Era da bendita Igreja de Araçuaí. Mais algumas horas de sacrifício e consegui chegar à porta da pensão de onde saíra há mais de 30 dias. Acho que não saltei e sim me joguei do cavalo ao chão. Havia percorrido 132 quilômetros, seguindo os viajantes locais.

Quando consegui me recuperar, pergunte à dona da pensão se havia alguém no quadrado de madeira que servia de banheiro. Estava livre. Pedi uma cadeira, que foi colocada na direção do chuveiro. Sentei-me e deixei a água cair. Que maravilha! Banho tomado, fiz a barba, comi alguma coisa e fui diretamente para a cama, pedindo que me acordassem no dia seguinte, a tempo de alcançar o trem para Teófilo Otoni.

A volta foi rápida. Parada em Teófilo Otoni; transporte rodoviário sem dificuldades, porque o tempo havia melhorado; trem até Belo Horizonte e abraços nos amigos que também já haviam voltado de viagem. Não consegui me avistar com o Duarte. Nem os nossos amigos comuns sabiam dele.

Dois dias de folga para descanso num bom hotel da capital e retornei a São João del-Rey, para reassumir minhas funções normais.



Um fato fiscal

Renato Valeriano de Souza
Salvador, BA

Inha por hábito dar um plantão espontâneo, nas segundas e quartas-feiras, logo após a unificação, em 1966. Em uma dessas tardes, encontrei um seguro de origem estrangeira, precisamente um árabe, que blasfemava e seguidamente afirmava que o queriam roubar. Aproximei-me do mesmo e pergunte:

— O que está havendo?

Prontamente, respondeu-me:

— No papel tem um dinheiro para receber e querem me pagar a menos.

Ofereci-me para solucionar o caso. Fui falar com o tesoureiro, dizendo ser amigo do dito senhor. O tesoureiro explicou-me que o valor a pagar estava certo.

O que o árabe não entendia era um desconto que deveria ser feito, pois havia seis meses de atraso. Isso constava realmente do rodapé do documento.

Convidei o segurado a ir comigo à tesouraria e expliquei a ele o que havia. Felizmente, ele se conformou. Deixei-o na tesouraria.

Fui para o meu plantão. Às 16 horas, o segurado voltou e ofereceu-me dinheiro. Não aceitei. Convidou-me para tomar uma cerveja. Não aceitei. Ele continuava a insistir. Pedi que fosse lá em baixo e me trouxesse uma caixa de fósforo. Ele desceu. Em cinco minutos voltou, risonho, e entregou-me a mesma. Agradei e disse a ele: "O Senhor acabou de me pagar pelo favor que lhe fiz". Ele se emocionou.

Passaram-se alguns anos.

Fui designado para dar plantão na cidade de Alagoinhas, Bahia. Peguei meu carro e parti. Na altura do quilômetro 38 havia duas mulheres ao lado da estrada e, do outro, saiu correndo, do mato, uma mocinha. Tentei desviar, mas o carro derrapou e desci um declive de oito metros. Choquei-me com uma cerca de arame farpado e madeira. O carro ficou muito danificado e sem condições de sair do local.

Estava vivo, graças a Deus.

Voltei para a estrada e tentei obter socorro. Fiquei horas, mas ninguém parava. Já desanimado e sem esperanças, pois a tarde já chegava ao fim, eis que surge uma camionete Veraneio, cheia de homens. Fiz sinal, desesperadamente. Ela passou a uns 100 a 200 metros, parou e veio de ré. Desceram seis homens fortes, que tiraram uma corda da mala. Foram até o local em que estava o carro, amarraram a corda e o puxaram, com a ajuda da caminhonete, para a estrada. O carro foi rebocado até Alagoinhas e levado para uma oficina.

Disseram-me para no outro dia, voltar e procurar saber do orçamento. Fui para o hotel, passar a noite. Logo cedo, fui até a oficina. Encontrei o carro na porta. Não o reconheci. Estava perfeito. Pintado como se fosse novo. Entrei e perguntei o que tinha acontecido. Um dos homens aproximou-se e disse:

— Trabalhamos a noite toda, pois meu pai, o dono dessa oficina, nos exigiu isso.

Subi uma escada e no escritório encontrei um senhor grisalho. Quis saber se ele era o dono da oficina. Respondeu-me, com a cabeça, que sim. Perguntei a ele quanto havia custado o serviço. Colocando o cachimbo na boca, disse-me:

— Não tenho fósforo; pegue ali, na barraca, uma caixa.

Fui e trouxe a caixa de fósforos entregando-a a ele, que acendeu o cachimbo e disse-me:

— Estamos quites.

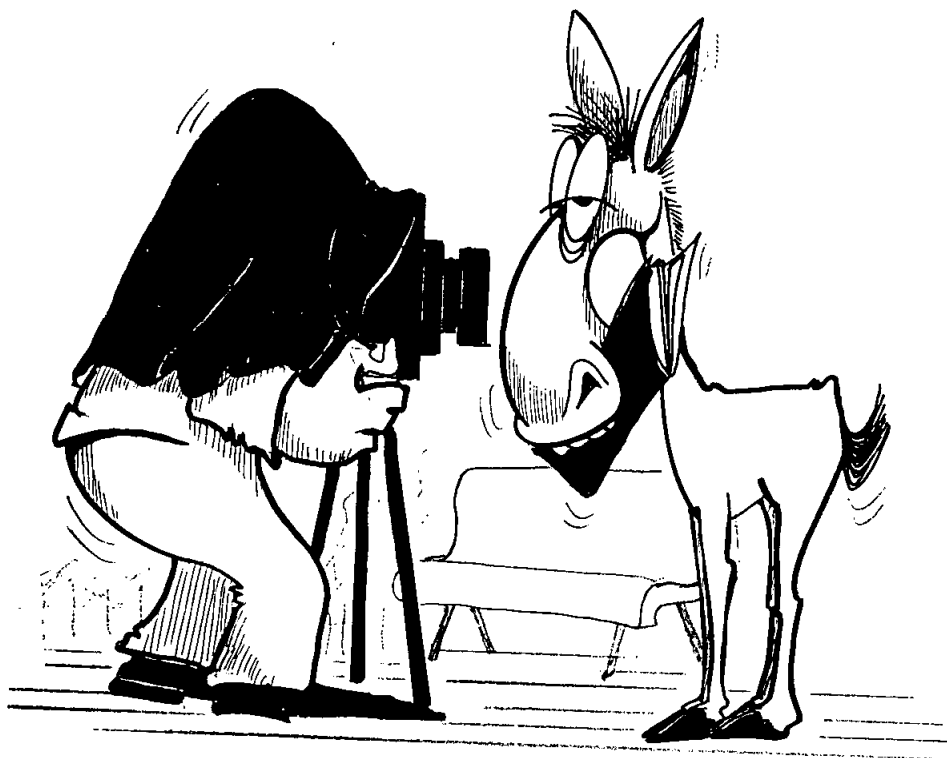
Perguntei-lhe:

— Como?

Ele respondeu-me:

— Se o senhor não me ajudasse a receber o dinheiro do IAPC, eu não teria esta oficina, que me dá o pão de cada dia da minha família.

Aí, quem se emocionou fui eu. Agradei e sai.



O fiscal e o burro

Evandro Costa
Caxambu, MG

Foi em janeiro de 1965, logo que retornei de minhas férias. O agente do IAPC em São Lourenço, Minas Gerais, determina que acompanhe, na localidade de Itamonte, o trabalho de nosso representante, Lysias de Souza Macedo.

Esse rapaz, inteligente, esforçado e muito competente, percorria toda região, onde tornou-se conhecido pela sua honestidade e cordialidade. Amigo de todos, de cidade em cidade passava fazendo recebimentos para o instituto dos comerciários. Naquela época, utilizava os recibos de quitação "RQR", dos quais constava o valor quitado e uma guia anexa, com o salário de contribuição e o valor especificado de empregador e empregados, nominalmente.

Cada bloco desses recibos era entregue somente ao fiscal arrecadador ou ao correspondente, mediante controle muito rigoroso e recibo. Sempre que se procedia à conferência, tinha de ser recibo por recibo, em três vias, sendo a primeira entregue ao empregador; a segunda, à tesouraria da agência e a terceira, arquivada na antiga PE (pasta da empresa), que após a unificação passou a denominar-se CHE.

O representante Lysias, além de arrecadar, procedia ao acerto do Seguro de Acidente do Trabalho, emitindo o CAT (Certificado de Acidente do Trabalho).

Chegamos juntos à pequena localidade de Itamonte. Percorremos o comércio — na sua maioria botequins e um armazém de cereais na pracinha do centro. O calor escaldante de verão fazia com que a cidadezinha, calma e adormecida no silêncio, mandasse o tempo parar. Poucas pessoas na rua, tratando somente de casos inadiáveis.

Na saída da cidade, chegamos a outro armazém. Encostei no balcão e fui conferindo as “guias”, enquanto Lysias tirava de sua pasta o bloco de recibos de quitação e o colocava sobre um saco de milho encostado junto à porta da entrada.

Naquela época, o lixo em Itamonte era recolhido em carroça puxada por um velho burro. Quando terminava o serviço do dia, o carroceiro soltava o pobre animal, que conhecia o caminho do pasto. Antes, porém, o burro saía percorrendo as ruas da cidade, comendo um capim aqui e outro ali. Em uma casa, recebia fubá molhado; em outra, um pouco de água, e sempre um carinho. Era um animal muito estimado pela população e fazia parte do folclore da cidade. Ninguém achava estranho quando ele passava calmamente de rua em rua, pois sempre mantinha o mesmo roteiro.

Foi então que tudo aconteceu.

Lysias havia terminado o acerto do seguro de acidente e virou para apanhar o bloco de recibo de quitação. Só encontrou o saco de milho, sem nada em cima.

— Evandro, você apanhou o bloco que estava aqui?

— Não Lysias. Mas realmente vi quando você o colocou em cima do saco de milho.

Lysias virou-se para a porta do armazém e olhou para fora. Qual não foi seu espanto. O velho burro, sentindo o milho, abocanhara o bloco de recibos que estava em cima e o mastigava tranquilamente, com a boca espumando e os olhos fechados.

Lysias deu um grito de pavor.

— Evandro, socorre aqui. Meu Deus, estou perdido. Como vou dar conta desses recibos? Ninguém vai acreditar. Ajude, vamos tomar do burro.

Naquele momento, não achei nada engraçado. Lysias, vermelho e desesperado, parecia estar respondendo a um inquérito administrativo. O proprietário do armazém pediu calma. E foi, devagar, dirigindo-se para perto do velho animal.

— Hôa, “Serenô”, hôa.

Levou vagarosamente as mãos ao pescoço do animal e, com pequenos afaços, foi tentando segurá-lo. O animal pressentiu a intenção e saiu em disparada, sem, no entanto, soltar o gostoso quitute que mastigava.

Corremos todos. O velho burro, acostumado a trote, não tinha resistência para longa corrida. Parou próximo à pracinha. Ali, dormitava no banco da praça um fotógrafo ambulante “lambe-lambe”. O antigo profissional acordou assustado pelo apavoramento de Lysias, que queria ser atendido urgentemente. Preparou a arcaica máquina e aproximou-se da ponta do jardim, onde o burro, novamente com olhos fechados, mastigava gostosamente o bloco de recibos, ficando a metade fora da boca. Preparou, focalizou e finalmente bateu a mais famosa fotografia de sua carreira.

Retornamos à agência em São Lourenço e, em uma folha de despacho, procedi a uma informação fiscal, relatando o ocorrido. Anexei a foto do burro com os recibos na boca e Lysias encaminhou tudo para Belo Horizonte. Hoje, Lysias é funcionário do quadro do INSS em São Lourenço, onde sempre lhe perguntam sobre este caso. Eu continuo a fiscalizar normalmente a região. Mas, quando estou em Itamonte, os comerciantes mais antigos ainda dão boas gargalhadas ao recordar o fato.

Este caso passou para a história, pois na Delegacia do IAPC em Belo Horizonte, até a unificação da Previdência ainda existia nos arquivos a célebre e folclórica foto da história verdadeira, do dia em que um burro virou fiscal.



Grávida na mina de carvão

Elisabete Regina da Silva Bege
Florianópolis, SC

Em fins de 1988, quando atuava como fiscal da pasta, lotada na cidade de Criciúma, Santa Catarina (capital brasileira do carvão), fui designada para fiscalizar uma empreiteira de mão-de-obra de trabalhadores na extração do carvão. Contava então com 28 anos de idade e estava entre o sexto e o sétimo mês de gestação do meu segundo filho. Deveria efetuar a fiscalização no escritório da empresa, junto à mina, que ficava em local de difícil acesso, no alto de um morro, cuja estrada, sem proteções laterais e composta apenas por uma camada de pirlita, encontrava-se cheia de buracos e rachaduras.

Investi-me de coragem e cheguei ao local, com minha imensa barriga. O responsável, ao atender-me, indicou uma enorme mesa, onde eu poderia trabalhar. Como a mesa era muito alta, minha barriga não ficava visível. Percebi que, logo

ao iniciar o exame dos documentos, vários trabalhadores começaram a espiar-me pela janela e muitos se dirigiam ao responsável, fazendo perguntas e pedindo vales.

Observei aqueles homens, pobres mineiros, sujos de carvão da cabeça aos pés. Sabia que trabalhavam em galerias subterrâneas, muitas vezes tendo que percorrer quilômetros sob o solo para chegar ao local de extração do carvão, em condições de segurança que muito deixavam a desejar. Sabia também da terrível pneumoconiose, doença típica daquela atividade, que inutiliza grande parte dos trabalhadores aos trinta e poucos anos de idade, às vezes com apenas oito ou dez anos de serviço nas minas.

Alheios a esta triste realidade, aqueles trabalhadores esboçavam-me largos sorrisos, certamente empolgados com a rara presença de uma mulher naquele ambiente.

A certa altura, percebendo que o movimento de mineiros que circulavam na sala estava atrapalhando o meu trabalho, o responsável pediu-me desculpas e explicou que nunca havia ocorrido tamanho número de trabalhadores no local.

Como eu já estivera sentada por umas duas horas e minhas costas começavam a doer, decidi andar um pouco e fui respirar um ar mais puro na porta do escritório. Lá chegando, espreguicei-me, espichando minha querida barriga ao máximo, para relaxar. Fiquei surpresa ao olhar para o lado e identificar vários trabalhadores, que em um piso inferior do pátio me olhavam com os olhos arregalados, começando em seguida a cutucar-se uns aos outros, dando risadinhas. Depois deste episódio, o movimento no escritório acalmou-se até o final do expediente.

O mais interessante constatei na hora de ir embora. O chefe dos mineiros veio informar que me guiaria, com um trator à frente do meu carro, por questão de segurança, até que chegássemos à estrada geral e indicou-me os vários reparos que os próprios mineiros haviam feito no acesso, tapando buracos e rachaduras. Disse-me que eles estavam preocupados com o meu estado e não queriam que nada de mau acontecesse com a futura mamãe, que lhes havia respondido dúvidas e dado informações sobre a Previdência com tanta cortesia.

Durante todo o percurso, avistei vários daqueles mineiros que eu havia atendido, os quais se colocavam nas laterais mais perigosas da estrada, como que procurando formar uma proteção humana naqueles pontos, acenando e indicando-me os locais mais seguros.

Sempre irei lembrar daqueles mineiros, pobres homens rudes, tão sujos de carvão, que na sua simplicidade souberam ser solidários e delicados, ajudando-me até o final daquela fiscalização. Eles repetiram este mesmo procedimento durante vários dias. Em minha memória, guardo as imagens daquela natureza devastada, onde só se viam montes e montes de pirita cinzenta e, em meio àquela paisagem, aqueles homens simples, que ainda conseguiam conservar os valores básicos de respeito e solidariedade humanos, parecendo rosas a desabrochar nas cinzas.



Memórias de um fiscal

Genito Ávila da Silva
Viamão, RS

E lá se vão quase 30 anos, uma vida. Inobstante, da sua essência funcional muito dela me ficou presente: se estendeu a uma região nunca dantes visitada por um fiscal do então IAPM; foram cerca de dois mil quilômetros de incursões às margens do rio Uruguai, aqui no Rio Grande do Sul, à cata de pequenos contribuintes vinculados à instituição.

Não sei se sou capaz de descrever com clareza todas suas nuances, pois já imaginava não haver ninguém que sobre ela me pudesse escutar.

Recordo, com saudades, do tempo cronológico da vida. Tudo começou num abril de seus claros dias de céu azul, ainda que, contraditoriamente, reinasse em nosso meio uma sombria atmosfera marginal. Naquele tempo, também já se

cogitava suprimir substâncias salariais dos fiscais. De qualquer sorte, a ordem era arrecadar, arrecadar e para tanto obviamente se fazia necessário movimentar a fiscalização em todo o Estado, naturalmente sempre acionada sem nenhuma restrição quando se trata de garantir o suprimento do caixa vazio ou esvaziado. Assim, a administração central aqui se fez presente na pessoa de um eminente e querido colega, (passei dias tentando lembrar-me de seu nome, não consegui), se bem recorde coordenador de arrecadação e fiscalização, para *in loco* distribuir as zonas de cobertura prioritárias. Assim foi feito, não sem antes lançar uma espécie de desafio: quem voluntariamente se dispusesse a fiscalizar a virgem região, compreendendo todos os municípios a partir de São Borja, com limites no rio Uruguai, e os que eventualmente tivessem qualquer tipo de navegação fluvial em rios afluentes, lhe seria conferida uma viagem de noventa dias para sua total cobertura. Não lembro bem, mas creio a mim ter tocado a missão por ser o mais necessitado “chorão”, se é que aperto por ganhar pouco é choro (imaginem! A vingar a premissa, teríamos nos esvaecido em lágrimas até bem pouco tempo).

Com efeito, aceitei o desafio, mal sabendo das dificuldades, dos atropelos, do temor pela saúde, do risco de vida até, da sensação do medo, confesso. E mais, que teria de vencer o ponto crítico do retorno impossível. Afinal de contas, eu era um soldado com uma missão a cumprir; não podia decepcionar a quem em mim confiara; mais do que tudo, eu era um fiscal — um servidor da linha de frente. Voltar atrás, jamais; fracasso financeiro da missão, nem pensar. Tinha de apresentar produção — resultados reais aferidos com rigor e aritmeticamente mensuráveis —, não relatórios teóricos com falácias de efeito. Eu era um fiscal da Previdência de todos, não de alguns. Afinal, eu era um agente de infante, não um burocrata de corte alguma, nem do rei, nem da rainha.

E assim, movido pela força interior característica da classe, que me ia sendo passada para o enfrentamento das agruras de todo gênero, que passa, repito, de fiscal a fiscal, implementei a grande viagem de serviço e estou aqui para descrevê-la, em parte, não propriamente a meus colegas, que tanto ou muito mais do que eu pela mesma *via crucis* já passaram, mas à sociedade, como forma de, com a simbiose de pequenas e modestas sínteses, retratar facetas da vida funcional do fiscal de contribuições previdenciárias, infelizmente ainda determinado por alienígenos setores às maquiavélicas degolas salariais. Sim, o eufemismo é rigorosamente a imagem e semelhança do que se passar com a categoria: cada vez que cresce no conceito, na *performance*, e, via de consequência, na condigna remuneração, se lhe decepa ou lhe querem decepar, não propriamente a cabeça, mas a dignidade funcional, na exata medida em que da expiação é lançada à opinião pública como pertencente à vara dos malfeitos.

Não, digo eu no ocaso de minha vida pública. Não com veemência e voz unísona, dirão todos. A vozeria da ofensa não obstaculizará a nossa viagem grande e também delimitada pelo ponto crítico do retorno impossível; o lodaçal que se avizinha não será o bastante para ofertarmos nossa dignidade em cortêsia aos maquiavéis do dia, que vivem na quietação sintomática dos abutres, esperando a hora do abate.

Retomando a viagem propriamente dita, cheguei a São Borja, ponto de conexão para atingir a primeira localidade do roteiro. Lá encontrei outros cole-

gas também em viagem de serviço, dentre eles o Américo Ayala, de saudosa memória e de quem me ocupo por um momento.

Pois bem, o Ayala era um homem simples por natureza, mas soberbo e vaidoso do cargo que ocupava. Embora elegante e cuidadoso no trajar-se, de logo se notava ser um homem calejado pelas rudezas da vida. Talvez por isso carregasse em seu semblante um ar sisudo, feições de sempre bravo, uma cara de fiscal por excelência. Do seu interior, todavia, brotava uma figura humana extraordinária: extremamente dócil de gestos com os colegas e amigos, manso na sua correta filosofia de vida e, sobretudo, dentro dele um enorme coração, exatamente aquele que o matou poucos anos mais tarde.

Trago-o à luz não para simplesmente reverenciá-lo como morto, senão porque de suas atitudes impregnadas de amor à função. Mesmo que muitas vezes suas ações fossem dosadas de um certo folclore, dramáticas por outras, da essência me ficou o exemplo do querer bem servir.

Pois o nosso Ayala, na sua primeira ação fiscalizadora no âmbito da Quota de Previdência (QP), então incidente sobre fretes e bilhetes de passagem no transporte fluvial e lacustre, foi pivô duma situação mais ou menos assim:

São Borja, cidade fronteira a Santa Fé, na Argentina; entre elas, como marco divisório, o rio Uruguai e neste um tráfego intenso de pequenas embarcações — as chamadas chalanas — de ambos os países. Por convenção local, aos barcos brasileiros incumbia o transporte de passageiros do Brasil para a Argentina; aos argentinos, por sua vez, vice-versa, independentemente da nacionalidade das pessoas. E assim aquelas viagens se sucediam ininterruptamente, sem nenhum controle quantitativo rijo.

Com relação aos barcos brasileiros, tudo bem. O Ayala se plantou no cais — se é que aquilo podia ser o próprio — e não arredou pé. Antes de cada um zarpar, os passageiros eram contados, pois não havia o sistema de bilhetes, e conseqüentemente apurado o valor tributável ou a tributar. Mas, e os outros, as chamadas chalanas lotadas de gente vinda do vizinho país? Não iriam recolher igualmente a fundamental taxa?

— Isso não vai ficar assim — sentenciou o Ayala. E não ficou mesmo. Aí o problema, e que problema...

Àquelas alturas, o local já era zona de guerra. Sim, porque se a situação já era difícil em relação à taxação de nossos patrícios, encargo social estranho nas redondezas e de alta repercussão financeira no contexto local vigente, imaginem tendo agora como aliados de “infortúnio” os argentinos — os chamados correntinos —, morenos tostados e bravos. O Ayala só não apanhou porque tinha sangue latino e era bravo também.

Mais tarde, quando eu já havia me deslocado dali rumo a meu primeiro ponto de destino, fiquei sabendo que a “retaliação” ganhara alces nas esferas diplomáticas. Primeiro, a nível de consulado local — o Ayala fincou pé e não cedeu; depois, a pendência virou caso internacional mesmo, chegou às portas do Itamaraty, cujo resultado antes de conhecido virou nada, não se teve notícias de vencidos ou vencedores, até porque um pouco mais adiante promulgara-se nova legislação, acabando com a exceção da espécie.

Não me fascina mais ingressar no mérito da demanda fiscal; fascina-me,

isto sim, poder agora, tão longe uma das partes, trazer a lume a vontade do bem servir do seu autor, meu diletto parceiro em outras viagens in concreto no passado, meu parceiro referencial para o balizamento desta narrativa do presente.

Pois, por ironia do destino, num de meus retornos à base, não para tomar um melhor banho de civilização, mas para melhor poder laborar meus escritos profissionais ali em São Borja, onde deixara uma pequena máquina de escrever, caí na asneira de verificar na beira do rio, uns dias antes palco da “beligerância” descrita, como se processava a descarga da madeira em toros, trazidas por balsas rio abaixo desde localidades onde mais tarde eu iria visitar, a fim de avaliar a possível carga para depois melhor desenvolver a fiscalização da Quota de Previdência de incidência sobre o respectivo frete. Qual não foi minha surpresa: confundiram-me com o Ayala e vieram com tudo pra cima de mim. Preciso dizer mais nada?

Bem que eu gostaria dele poder assemelhar-me, disse a mim mesmo repetidas vezes durante a trilha sinuosa e longa que se seguiu.

Depois, muito depois, que da introspecção eu vi por sua astúcia ser herói, por seu zelo um exemplo de servidor de corpo e alma, mas que, ao reverso, foi mais um mártir da inglória de morrer sem conhecer o sabor da justiça e permanente remuneração, me perguntei: valeu a pena?

Prosseguindo a viagem, alcancei Porto Xavier. Prometo solenemente descrever a localidade utilizando a maior boa vontade para fazê-la ser entendida como cidade, com todo o respeito à sua boa gente.

Uma praça e a seu lado a “rua” principal de chão batido. Pois ali eu tinha de me fixar sabe lá por quanto tempo. O primeiro ato, naturalmente, foi a busca de um lugar para comer e dormir. Sim, qualquer lugarzinho já seria a glória, porque de logo notei que as expressões hotel ou mesmo pensão não figuravam no dicionário local. Por sorte encontrei-o: um pequenino chalé de madeira, numa verdejante várzea próxima ao rio, dividido em três ou quatro “quartos” à disposição dos forasteiros. Como já era entardecer e com medo de perder a vaga, imediatamente contratei os “aposentos”, a seco, é claro, isto é, sem ao menos o café da manhã, que não precisava ser igual àqueles regados a frutas dos de cinco estrelas, onde hospedam-se os burocratas do rei ou da rainha. Podia ser um cafezinho, simplesmente. As demais refeições ficavam por conta do tradicional improvisado dos botequins.

Naquele dia recolhi-me cedo para dormir, ou melhor, já estava recolhido, pensando que ia dormir. Os pernilongos encarregaram-se da recepção para o seu festival de sangue. Enganei-os. Não dormi, não apaguei a luz (no lugar, felizmente, havia eletricidade), fumei uns vinte cigarros; clareou o dia, dei um tempo e me pus atrás dos até então contribuintes, em tese.

Quando cheguei às margens do rio, a primeira coisa que vi foi uma quantidade de bugios — pequenos macacos da região — todos mortos. Intrigado, pois fora procurar homens vivos sabidamente ali labutando com suas embarcações e ao invés disso encontro primitivos mortos, procurei inteirar-me do fenômeno. É que na região já se faziam presentes sinais de uma epidemia, não recordo precisamente qual, transmitida exatamente pelos pernilongos, já meus conhecidos da noite próxima passada, sendo suas primeiras vítimas os macaquinhos ali em

abundância, tanto assim que, aduziu meu informante, recém-passara na cidade uma equipe da secretaria estadual da saúde vacinando em massa a população costeira ao rio Uruguai. Que azar o meu, pensei comigo mesmo. Como alcançá-la para proteger-me? Evidentemente, não consegui. As minhas tarefas eram bem mais morosas do que a deles. Fui protegido por Deus.

Depois de rastrear outras localidades, mais ou menos da mesma expressão, a meta agora era Porto Lucena. Antes, porém, havia necessidade de passar em Cerro Largo, cidade ponto de conexão e estrategicamente local de onde deveria me posicionar telegraficamente perante a chefia. De lá a Porto Lucena havia uma linha de ônibus não muito regular. Mesmo assim, existiam alguns horários semanais, menos às terças-feiras, exatamente o dia da semana que, induzido a erro, nesse ônibus embarquei para chegar ao destino e acabei chegando acidentalmente numa localidadezinha chamada Rincão Vermelho, também nas barrancas do rio Uruguai, coincidentemente também de interesse da viagem. Nela me fixo um pouco para glosar facetas dignas de nota.

Se lá nas localidades deixadas para trás tivera uma certa proteção dos Fuzileiros Navais nelas sediados, por força do patrulhamento de fronteira a esta corporação confiado, aqui não tive a mesma sorte, pois o destacamento mais próximo era baseado em Porto Lucena. Fiquei de certa forma à deriva sem aquela prestimosa colaboração.

Eram 21 horas, chovia a cântaros quando o ônibus chegou; desceram os últimos poucos passageiros e eu sem saber o “que” fiquei sentado por um instante, até que o motorista me interpelou:

- Hei, moço, aqui é o fim da linha...
- Mas aqui é Porto Lucena? – indaguei, surpreso.
- Não, aqui é Rincão Vermelho; para lá só amanhã, às quatro e meia da madrugada – retrucou o motorista.
- Mas, e agora, onde e como vou encontrar um lugar para pernoitar?
- Bem, meu amigo, ali adiante tem um “boliche” e deve haver quartos para alugar.

“Boliche” ou “bolicho”, no linguajar daqui, significa qualquer prédio rústico – aparência de armazém –, que de tudo um pouco tem na zona rural.

– Está bem; vou lá e seja o que Deus quiser – disse-lhe, já renunciando alguma coisa. Despedi-me do cidadão, louco de vontade de pedir-lhe licença para dormir ali mesmo, no ônibus.

E assim, sem outra alternativa, tateando pela escuridão, trovões e chuva forte, alcancei o dito “bolicho”. Um prédio velho de madeira, sem pintura, de regular tamanho para a proporção do lugar. Lá dentro, uma parte de chão e outra coberta por um velho e encardido assoalho de madeira corroído pelo tempo, ou, quem sabe, pelos ratos. Na parte de chão, sobre um canto, uma enorme mesa retangular com grandes bancos ao seu redor; sobre a outra parte do salão, um pequeno balcão, algumas garrafas e vários copos na sua superfície, em função de mais ou menos dez ou doze homens debruçados sobre ele num verdadeiro festival de algazarra e bebidas, cachaça, naturalmente. *Mutatis mutantis*, um verdadeiro *saloon* em ruínas depois de um tiroteio. Essa a imagem ainda em minha retina.

Tão pronto apontei na porta de entrada, eu minha pequena mala de lona

preta e Deus, a algazarra cessou, reinou um silêncio sepulcral absoluto e eu, atônito, deslocado e com medo, enveredei em direção a eles para o que desse e viesse. Ereto e sobre a mira curiosa dos personagens, de alto a baixo, por alguns momentos assim permaneci, até que resolvi falar com o que estava atrás do balcão — aquele certamente era o dono — e então indaguei se havia um quarto para pernoitar naquela noite.

— Tem — respondeu-me secamente. Abaixou-se, apanhou uma chave preta enorme e aduziu:

— Com janta ou sem janta?

— Com janta — disse-lhe, com voz firme também. Afinal, quem está marcado para morrer não adoce. No grito, ninguém ia me ganhar; tinha de fazer valer minha autoridade, como diria o finado Ayala.

— Então, o senhor leve está vela, desça aquela escada que o quarto é ali, na primeira porta à esquerda. E agregou:

— O senhor irá ter um companheiro de quarto; por isso, se ele não chegar até a hora do senhor dormir, deixe a porta encostada; e a janta já vai ser servida — sentenciou-me a figura.

Que fazer? Desci a escada e dei de cara com o porão escuro e cheirando a mofo. Troquei a roupa molhada e subi logo, para não descumprir em nada as ordens do “xerife”.

Quando cheguei à mesa, todos já estavam sentados, menos um, que ia e vinha do balcão com um copo na mão. Sentei-me, olhei a comida, boa e farta — um verdadeiro banquete para quem vinha alimentando-se mal durante dias — e me odiei: a fome passara. De qualquer sorte, iniciada a batalha gastronômica daqueles homens, que me pareciam famintos, tal era o frenesi de pratos, talheres e bocas lotadas, arrisquei e dei algumas garfadas, mas não o suficiente para ninguém notar. E logo quem primeiro notou, exatamente aquele que só bebia e se portava o tempo todo de pé, já foi dizendo:

— O moço não come nem bebe nada? — Não gostou da comida? — Quem sabe toma um trago para abrir o apetite?

Sem que eu respondesse à velada provocação, o que estava a meu lado me ofereceu — não propriamente oferecer, na acepção correta do verbo, passou às minhas mãos — um copo de cerveja tão incisivamente que, se eu não o agarrasse rapidamente, certamente teria caído. Mesmo assim, não tive dúvida, o caos estava consagrado, levei-o à boca e foi um tiro só. Não tendo outra alternativa “botei pra quebrar”. Afinal, se se morre por ter cão, se morre por não ter cão.

Então, solicitei ao dono do salão servisse uma rodada de cerveja para todo mundo. Era uma forma de armistício, para desanuviar o ambiente. Fui feliz. A conversação começou a fluir razoavelmente bem, da qual, depois de desmanchar a falsa impressão que de mim tiveram — até de um contrabandista, figura muita comum ali na época — extraí resultados e informações de trabalho importantes, como, por exemplo, que aquele provocador era o dono da maior embarcação do lugar, dentre outros proprietários ali presentes.

O problema agora era consolidar a minha posição de fiscal, para bem poder tirar proveito daquele manancial de levantamentos que ia fazer. Menos mal que,

a rigor, eu não precisava ficar ali para efetuar as inscrições e os conseqüentes levantamentos, pois eu tinha o recurso dos Fuzileiros Navais mais adiante. O importante era catalogar seus nomes, para depois convocá-los lá em Porto Lucena. Mais do que isso, marcar ali a presença da instituição, praticamente desconhecida na região. Mas, para tanto, era fundamental a catequese do seu circunstancial representante.

Aí, novamente, lancei mão do método do Ayala. Daquele fiscal que, não raro, enfrentava dificuldades em suas missões e se preciso fosse fazia realmente valer sua condição bastante. Tinha atitudes ousadas, certas, para agir em momentos certos; de outras vezes, com raro brilho, se impunha na base no argumento impressionista:

— Eu sou uma autoridade e quem desrespeitar-me será preso em nome da lei.

E se alguém envolvido no ou pelo contexto lhe perguntasse que lei, ele pronunciava qualquer número, artigo tal etc., coisas assim. Eu queria ser um fiscal polivalente. Nunca cheguei lá, mas reuni minhas forças e parti logo para o argumento impressionista. E fui despejando-o como vinha em meu pensamento:

— Estou sentindo que os senhores estão de certa forma desconfiados comigo. Quero-lhes dizer que não sou um forasteiro qualquer, sou um fiscal federal, mais precisamente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos (IAPM), com uma missão muito especial, qual seja a de começar a trazer para esta região tão esquecida a proteção previdenciária para todos, seja através de um cadastramento geral de todos os contribuintes obrigatórios por lei, no caso aqui todos os proprietários das embarcações, seja por força desse trabalho inicial. Medidas administrativas que se seguirão, como, por exemplo, o credenciamento de médicos e hospitais para atender seus dependentes. Já lhes adianto que as autoridades militares sediadas ao longo do rio Uruguai, a partir de Uruguaiana, estão permanentemente me acompanhando, pelas informações pelo rádio, de um destacamento para outro. Portanto, sabendo exatamente onde estou, como estou e como estou sendo tratado, de sorte que qualquer aborrecimento que me causem, imediatamente o assunto passa a ser dos Fuzileiros Navais. Amanhã, se houver tempo, devo deslocar-me para Porto Lucena e gostaria de levar alguns dados cadastrais dos senhores, para posteriormente concluir o trabalho naquela cidade, para o que os senhores serão previamente informados, consoante o combinado com o sargento comandante daquela corporação.

Quase pronunciei o tradicional “tenho dito”, tal era a impressão do sucesso que meu “discurso” causara. O sucesso não foi total. Escaparam-me alguns naquela oportunidade — outros colegas que me sucederam certamente os pegaram, mas tive a satisfação pessoal de não deixar para trás o mais valente deles, que depois do vendaval se mostrou concordinado e manso.

Finalmente, cheguei a Porto Lucena e lá não foi muito diferente. Também houve recepções inesquecíveis. Relatar todas seria despiciente ou cansativo para os que eventualmente tiverem a paciência de me ler, razão pela qual externo apenas um acontecimento que talvez explique tudo.

Depois de uma viagem cheia de incidentes rodoviários, em função de uma estradinha de chão sinuosa e entrecortada por pequenos riachos de difícil traves-

sia, logrei chegar, felizmente ainda sob a luz do dia. A procura do hotel não foi penosa desta feita — também, só tinha um. Fiz minha proteladíssima higiene corporal, jantei razoavelmente bem e finalmente descansei aquela noite. Deu tempo até de pensar saudosamente na casa, na mulher e na querida filhinha de pouco mais de quatro anos, ambas inocentes e tão longe do marido e pai.

No outro dia, o primeiro ato foi procurar o já referido destacamento dos Fuzileiros Navais, a quem, indevidamente ou não, invocara dias atrás, a fim de providenciar o chamamento das embarcações locais e adjacências. Afinal, eu já estava escaldado de beira de rio.

Tudo foi feito direitinho pela gentil e prestimosa colaboração do comandante, que pelo rádio passou sistematicamente a chamar a todos para, em dia e hora predeterminados, se apresentarem no próprio prédio. Reinava ali impressionante respeito pela autoridade militar — diga-se de passagem, perfeitamente compreensível na época, por razões óbvias, mas, também, porque esta agia sempre com muito rigor para restaurar a normalidade na fronteira.

No dia e hora aprazados, todos lá, menos um, disse-me o sargento, e prosseguiu:

— Sobre o que faltou, eu gostaria de prevenir-lhe, é um elemento muito perigoso; vive seguidamente causando problemas. Já lhe apliquei várias corrigendas e não adiantou; é dado a bebidas alcoólicas e quando está embriagado torna-se pior. De sorte que se o senhor tiver contato com ele fora daqui, cuide-se.

E acrescentou:

— Quando o senhor voltar (eu havia lhe explicado o procedimento da ação — apanhar os dados para depois retornar, a fim de colher as assinaturas nos chamados TVD) eu o convoco novamente; e se ele não vier, eu mando buscá-lo.

Confesso, eu estava agradecendo o sargento e ao mesmo tempo, no meu íntimo, dando graças a Deus por ele não ter aparecido. Em já planejava: ele tinha um barco médio, que seguramente deveria estar registrado na Capitania dos Portos. Eu iria a Uruguaiana e lá extrairia os dados da embarcação pelo seu título de inscrição ou rol de equipagem etc. Lançaria o débito *ex-officio*, remetendo-o por via postal. Não tinha o seu endereço completo, mas lá era costumeiro as pessoas procurarem suas correspondências na própria agência dos Correios, ou por esta ser avisada de sua existência.

Retornei ao hotel feliz da vida. Afinal de contas, não tinha havido nenhum incidente de monta e a safra tinha sido gorda. Jantei pela segunda noite com vontade e logo depois me pus a trabalhar, improvisando uma cadeira como mesa e sentado na cama.

Os quartos eram padronizados: uma porta e uma janela. Não eram mais de oito, geminados e dispostos num corredor em cujo fundo havia um banheiro comum. Pelo que notei, não havia nenhum outro hóspede naqueles dias.

Já eram 21 horas e fazia muito calor naquela noite. Por isso, deixei a porta aberta. Quando vi aquela sombra na porta, concentrado que estava sobre os papéis, o sobressalto foi lento e gradual, como lento e gradual fora o movimento que fiz com a cabeça para olhar o que se passava. Era uma nuvem que se projetara sobre a lâmpada, ou ilusão de ótica? Como eu estava sentado em nível muito baixo, a minha primeira visão real foi a de dois postes em formato de compasso.

Não era; eram as pernas do homem; ergui um pouco mais a cabeça e vi, juro que vi, o tórax do Cristo Redentor. Não era; era o do homem mesmo. Aí, não tive mais controle, ergui o mais que pude a cabeça e resolvi ver a “coisa” de corpo inteiro. Certifiquei-me, era uma massa feito homem, dotada de inteligência, pois falou. Era o homem de quem o sargento havia me falado!

O “diálogo” se desenvolveu mais ou menos assim:

— Tu qui é o tal de fiscal?

Levantei-me, respeitosamente e disse-lhe:

— Sim, sim senhor, às suas ordens.

Ah, se o Ayala estivesse ali, com seu “38” cano longo, entupido de balas, certamente aquele exemplar da espécie primitiva iria ter uma recepção calorosa, de balas. Estava eu, franzino, “calmo” e desarmado.

Seguiu-se um momento de indefinição. Tive vontade de convidar a figura para entrar. Não deu tempo. Ele já estava dentro. O quarto, que era pequeno, ficou menor ainda e, o que é pior, “perfumado” pelo bafo da “fera”. Cheguei a recordar a noite dos pernifongos — fosse lá o episódio, não sobraria nenhum vivo. Ele foi logo dizendo:

— Vou te dizer: se tiver que pagar alguma coisa por isso e deixar meus filhos com fome, prefiro matar um.

Diante daquela doce sobremesa, pois recém-jantara, a atitude mais recomendável para a circunstância era manter a calma e a serenidade, para não morrer é certo, mas também para resolver a parada. Afinal de contas, eu era um homem também e além do mais na plenitude da razão. Ele, a besta, não. E eu era um fiscal, tanto quanto os demais por este Brasil afora, por natureza da função sujeitos a quaisquer agentes agressivos. Eu era um fiscal e ao mesmo tempo o estafeta, o porta-voz, o policial, o advogado e, sobretudo, carregava na testa a infalível marca da infalibilidade.

Com essa força interior brotada da alma, do coração e da razão, tal qual a experiência anterior me ensinara, estabeleci um monólogo, sem parar. Era a arma que tinha. E ele, a besta feito gente, como se por encanto retirou-se calado e cambaleando. Nunca mais o vi e nem desejei vê-lo.

Devo ter ficado muito tempo ali, sentado na cama; senti-me um pouco rígido e o tempo parecia ter-se detido. Eu não cheguei olhar o relógio, mas vários minutos deveriam ter-se escoado desde que recebida aquela visita até o momento que se fora.

Depois, juntando meus pertences na mochila, pus-me a caminho da próxima localidade, ainda naquele estado extraordinário, que durou várias horas, vários dias, mesmo após chegar em casa. Todos os ruídos da cidade grande não apagavam em nada as marcas da grande viagem.

As cicatrizes sumiram, ninguém mais há de notar. Mas as lições delas recebidas me permaneceram vivas para transmitir ou, simplesmente, contar.

Ao despertar num outro dia, não precisado rigorosamente no tempo desta outra grande viagem da função pública, me senti egoisticamente desvanecido, como se fosse o condor; olhei para o meu quadro depois. Era bom, mas nada fora incomum.

Quantos Ayalas por todos os recantos deste Brasil? No início, eram pou-

cos, desbravaram; vieram outros, melhoraram; muitos outros agregaram-se, consolidaram. Ainda assim, nos campos ou nos asfaltos, as mesmas vicissitudes da função; as mesmas maledicências e incompreensões. Oxalá os novos que vierem não sintam as mesmas dores e tristezas que nos têm acompanhado todo tempo desta nossa grande jornada.

Do contrário, mutilarão a classe, envenenarão o sistema.

Conclusão

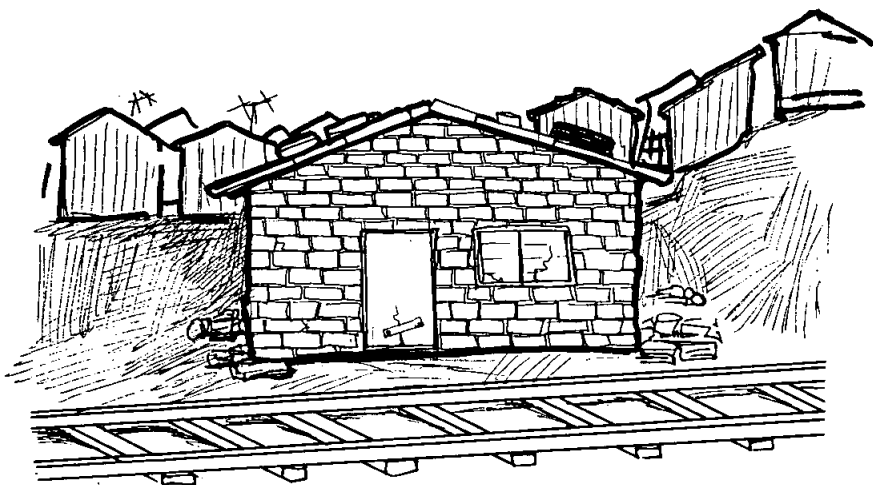
(A quem interessar possa)

Fechem os olhos por um instante, apenas fixem seus sentidos na Providência Social de ontem. Pronto. Comparem-na com a de hoje e terão aí a obra do mais temível dos animais — deste mesmo animal feito homem, que também é generoso e empreendedor, como assim o foram os que legaram sua valiosa contribuição para o Ente alcançar a **grandeza** de hoje, a **segurança** de amanhã, atributos absolutamente indissociáveis, que só poderão ser guardados e resguardados pela operosa classe fiscal.

E, se um dia, as “aves de rapina” consumarem seu intento e o caos chegar, fiquem certos esses “moços” e “moças”, ficará nos anais da história, não estarão só surrupiando a seguridade estatal, mas com ela alimentando-se, também, do sangue, suor e lágrimas derramados por todos nós.

Com a palavra, pois, todos aqueles que ainda têm olhos de ver; todos aqueles que, porventura, tenham ouvidos de escutar que uma força mais alta se alevanta; afinal, na análise derradeira, o pleito não é só nosso, é da massa.

Oxalá não aconteça esse crime lesa classe, esse crime lesa pátria!



O contribuinte em coma

Lecy Nunes de Souza
Rio de Janeiro, RJ

Era o ano de 1967. Após a criação do INPS, houve intensa atividade fiscal, com o surgimento do plano PAPS, para melhorar o recebimento da Previdência Social. Os contribuintes que não se encontravam em dia com as suas obrigações previdenciárias e principalmente aqueles cujos débitos haviam sido apurados seriam alvo de visita fiscal.

Nesta época, encontrava-me lotado na região fiscal de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, a qual abrangia diversos municípios, dentre os quais o de Duque de Caxias. Fui designado para o bairro de Saracuruna, um dos mais pobres da cidade. Para melhor explicitar o local, havia dois meios de condução: o trem, de duas em duas horas, e um precário ônibus, também com igual intervalo, que quase sempre enguiçava.

Cada fiscal recebia então como tarefa cerca de 30 processos, a fim de localizar os devedores, que uma vez encontrados eram conscientizados a saldar seus compromissos para com a Previdência Social.

Nas visitas por mim empreendidas, verifiquei que a carga de trabalho levava-me a pequenos contribuintes, que residiam bem distante do centro desse bairro. Para encontrá-los, tornava-se indispensável um esforço maior, pois não havia condução para a maioria das ruas. Por conseguinte, a providência seria usar as próprias pernas.

Lembro-me até hoje do nome de um devedor que muito marcou meu trabalho em determinado dia. Tratava-se de um pequeno industrial, cujo negócio fora extinto há mais de três anos, por incapacidade financeira. Existia sobre seu nome dois débitos (TVDs), apurados pelo ex-IAPI, relativos às contribuições de três empregados e mais a parte patronal. Só lhe restava a falência ser decretada pelo juízo competente. Depois de indagar a várias pessoas sobre o seu endereço — Rua A, lote 12 —, fui informado que seria possível localizá-lo do outro lado da via férrea. Bastava seguir em frente e dobrar a segunda rua à direita. Todos o conheciam. Tratava-se do Sr. João Inácio Filho, pessoa procurada pela Previdência Social.

Ao chegar ao local indicado, deparei-me com um imóvel residencial em péssimo estado. Portas e janelas praticamente apodrecidas, portão caído, paredes com tijolos sem emboço. Quadro desolador, que me levou à seguinte pergunta:

— É aqui que reside o Sr. João Inácio Filho, industrial, ex-dono de uma fábrica de móveis que funcionava na Praça de Saracuruna?, indaguei de uma menina. A resposta não tardou, de uma adolescente de aproximadamente 12 anos, que se fazia acompanhar de quatro outros menores, todos filhos do Sr. João:

— Meu pai está muito doente; sofre de um mal terrível há mais de um ano. Fomos abandonados pela minha mãe e não temos dinheiro para comprar remédio para o papai ficar bom, nem mesmo nada para comer. A dona Carminha, nossa vizinha mais próxima, com a colaboração de outros moradores, consegue alguma coisa para que não morramos de fome.

Em seguida, apresentei-me como fiscal da Previdência e aquela menina conduziu-me ao leito onde se encontrava seu pai.

Lá estava, totalmente inerte numa rude cama, não obstante haver fabricado inúmeras delas, e até luxuosas, um senhor de aproximadamente 40 anos, com a epiderme pálida, semblante nada agradável, olhos praticamente cerrados, cabelos já esbranquiçados, que nem mesmo conseguia falar.

Embora não fosse formado em medicina, não me foi difícil diagnosticá-lo como paciente terminal.

Procurei dizer-lhe da missão que me fora confiada pelo INPS, mas ele não possuía condições físicas para me ouvir. Partiu do fundo do meu coração a seguinte pergunta: Que fazer diante de um quadro tão consternador? Relatar que não o encontrei? Poderia o fiscal, como agente da lei, mentir?

Abaixei a cabeça, escondi toda emoção e imediatamente saí, para não derramar, na presença dos menores, as lágrimas que começavam a descer de meus olhos.

Despedi-me repentinamente daquele moribundo e de suas crianças, apenas com as palavras.

— Um dia eu volto para explicar tudo que gostaria de dizer.

Ao caminhar daquela casa, à medida que emitia os passos, as lágrimas sincronizavam-se com eles. Depois de alguns minutos, porém, consegui voltar ao meu estado normal de espírito.

Ao chegar à região fiscal, relatei imediatamente o que ocorrera à chefia, que muito emocionada me disse:

— Deixe este caso para o final; ele é realmente triste e o tempo dirá qual providência que devemos tomar.

Uma semana depois, ao retornar à Praça de Saracuruna, fui abordado por uma das pessoas que me ajudara a localizá-lo. Ela me disse:

— O doutor já encontrou o Sr. João?

Respondi-lhe que sim. E ela me falou:

— A partir de ontem, o doutor só o encontrará no campo santo, no cemitério do Corte Oito.

Assim foi para a eternidade o Sr. João, sobre cujo processo depois informei com o seguinte despacho: “O titular faleceu em extremo estado de penúria, há uma semana. Parece-nos que não deixou bens. Peço vênha para sugerir o arquivamento deste processo”. Entregue à chefia, mereceu a seguinte consideração: “De acordo com a informação fiscal, opino pelo seu arquivamento”.



O gravador

Manoel Varella Rodrigues Filho
Belo Horizonte, MG

No ano de 1972, estando eu lotado em Belo Horizonte, fui designado para fiscalizar as empresas situadas na localidade de João Monlevade, também em Minas Gerais.

Eram ainda escassas, e não proliferavam como hoje, as máquinas eletrônicas digitais. Usávamos a máquina manual Olivetti (que a tenho até hoje com muito carinho). Os recursos técnicos eram pequenos. Não existiam as atuais, sofisticadas e cada vez mais minúsculas.

A Associação dos Fiscais de Previdência de Minas Gerais (hoje Afimg) promoveu a compra, naquela ocasião, de diversas máquinas de calcular portáteis Sanyo (Mini Electronic Calculator), com visor iluminado através de bateria recar-

regável, mas com poucos recursos técnicos. Interessei-me pela mesma e adquiri uma.

A citada máquina (uma relíquia em meu poder) possui um estojo de madeira, preto, com alça em metal cromado, medindo 15 cm x 23 cm x 6 cm, que serve para facilitar seu transporte. E essa máquina me acompanhou durante muito tempo, “quebrando muito galho”, face ser pequeno seu tamanho (para os padrões da época).

Pela facilidade e pelo conforto, muitas notificações foram lavradas *in loco*, particularmente as das empresas de pequeno porte.

Portanto, quando visitava uma empresa, eu me apresentava acompanhado da célebre pasta do fiscal (um verdadeiro arquivo ambulante) e da inseparável companheira: a máquina de calcular Sanyo.

Em uma das muitas visitas, o empregador me convidou a sentar em uma poltrona numa sala de espera e, preocupado com a visita do fiscal, fitou-me de alto a baixo, olhou a pasta e fixou seu olhar, atentamente, na caixa preta, que era a da máquina de calcular.

Permanecemos sentados. Monologuei durante algum tempo. Ficamos em silêncio mais alguns minutos, até que, sentindo que o empregador não se dispunha a falar, procurei saber o motivo do seu silêncio, pois, nem às minhas perguntas respondia.

Tomando coragem e saindo do silêncio, o empregador dirigiu-se a mim, perguntando:

— A fiscalização do INPS está agora utilizando gravador, para gravar a nossa conversa e depois utilizar a fita contra mim?”



Questão de idioma

Luiz Santantonio
São Paulo, SP

Entre os fatos pitorescos na vida do fiscal, um há que, inevitavelmente, foi vivido por uma grande maioria: o contato com empresários de origem oriental. Custa-nos tempo e experiência saber distinguir entre os que realmente não entendem o nosso idioma, e os que, por malandragem, fingem não compreender.

Certa vez, trabalhando num região “recheada” de orientais, entrei numa pequena confecção, dessas de fundo de quintal. Os donos, ao que parecia, eram chineses. A cena do encontro já é nossa conhecida: identifiquei-me para um dos sócios, que montou a famosa expressão:

— O que o senhor está querendo? Eu não estou entendendo nada.

Ato contínuo, chamou pelo outro sócio. Juntos, começaram a metralhar-se mutuamente, com uma torrente de palavras totalmente ininteligíveis, pelo menos para este pobre fiscal brasileiro. A única palavra que soava clara no meio da confusão era “contador”, repetida umas duas ou três vezes durante o diálogo. Num dado momento, intervi:

— Já entendi, amigos; os documentos da firma estão com o seu contador.

Eles prontamente assentiram, com a famosa reverência, **como se tivessem realmente entendido** o que eu pedira. A seguir, um deles se retirou, voltando logo depois, entregando-me o indefectível cartão do contador.

Voltei, dentro do prazo combinado, para iniciar a fiscalização. Antes de começar, entretanto, entrei num bar vizinho, para o costumeiro café. Ao passar os olhos entre os presentes, o que vi? Os dois sócios da firma notificada, no maior bate papo, e num português claro, repleto de “meu” pra cá e “meu” pra lá. Olhei, tornei a olhar para me certificar de que se tratava realmente das mesmas pessoas. Não havia dúvida, eram eles mesmos.

Não me aborreci, acreditam. Até gostei, porque assim como eles me fizeram de bobo, eu também bolara, naquele momento, um jeito de lhes dar o troco, elegantemente. Acheguei-me mansamente, procurando evitar que me vissem antes do tempo. E uma vez bem próximo, tão próximo que não pudesem ignorar-me, fiz a minha encenação: inclinei-me respeitosamente à moda oriental; a seguir, embaralhei a língua imitando uma fantasiosa orientalidade e, entre as besteiras que proferi, intercalei, estrategicamente, a palavra “contador”, aqui e ali.

A estupefação dos dois foi tanta que não sabiam o que fazer; a cena era cômica, óbvio. Mas, para eles, será que era mesmo? Afinal, estavam diante de um fiscal — que sem dúvida haviam reconhecido como o que estivera dias antes na sua firma — a quem haviam feito de bobo.

Mantive o suspense o quanto a explosão do riso permitiu. Não mais agüentando, ri a bom rir, formando um clima de descontração que lhes permitisse compartilhar da cena, ou seja, rir também. Depois disso conversamos animadamente (em bom português).

Ao final, depois do pedido de desculpas, acabamos amigos a ponto de me explicarem, francamente, porque agiam assim:

— Essa técnica de se fazer de estrangeiros, de nada entender, funcionava sempre (e eu não sabia disso?).

E, pasmem, ela havia sido sugerida por quem? Pelo seu contador!



Quando o fiscal tem medo do contribuinte

Angelita José Teles de Oliveira
Goiânia, GO

Im-se a impressão que a presença da fiscalização, notadamente, deixa aprensivos alguns empresários. Meditando-se a propósito, percebe-se essa situação, invertida, na rotina de trabalho. Muitas vezes, nós é que estamos assustados. Na verdade, há histórias de agressões, pressões psicológicas e até mortes no cumprimento de nosso dever.

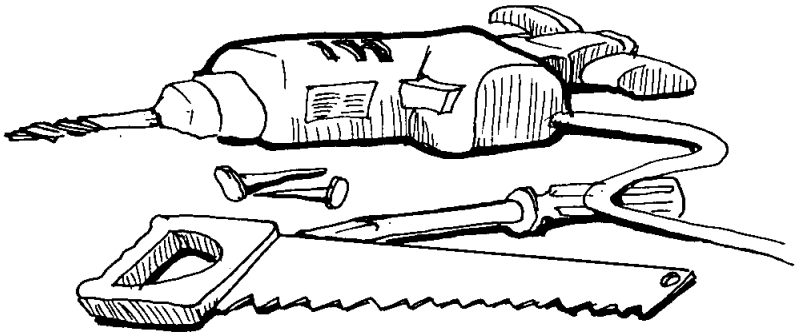
Éramos duas fiscais, viajando pelo interior de Goiás para o cumprimento de uma requisição de diligência em uma empresa agropecuária. Como não conhecíamos a região, procuramos a prefeitura local para informações. Solícito, um empregado nos acompanhou à fazenda, a uns 35 quilômetros da cidade. E no bate-papo informal, nosso acompanhante comentou que o moço que procurávamos era francês e tinha fama de mau. Ele havia sido acusado de alguns assassina-

tos, entre os quais o da própria esposa, embora ninguém tivesse provas suficientes para incriminá-lo. E perguntou se andávamos armadas, ponderando que por aquela região ninguém podia se arriscar.

Na fazenda, uma vasta área gramada dava a impressão de abandono a uma bela casa grande. Entretanto, assim que o carro parou foi cercado por dois cães **dobermann**. Logo, nossa atenção voltou-se para um homem alto, forte, apoiado numa bengala, pois claudicava. Num sofrido português, nos convidou a acompanhá-lo. Isso, sem amarrar os cachorros. Intranquílias, fomos levadas a um galpão, nos fundos da casa. Lá estavam pastas, documentos, talões de cheque, fichas, toda uma parafernália, numa desordem total.

Depois de um diálogo difícil, compreendemos que seu contador e a maioria da documentação estavam em Brasília. Sem documentação a fiscalizar, não tínhamos mais nada a fazer naquele ambiente sombrio e aterrorizador. Partimos com o coração aliviado, depois de darmos as explicações técnicas ao francês.

Com a orientação da chefia, enviamos a requisição de diligência para Brasília, com o endereço fornecido pelo aterrorizador contribuinte. Assim, demos graças a Deus por não ter que voltar àquela fazenda deprimente.



Amargura

José Geraldo Heleno
São João Del-Rei, MG

Música, ruas, prédios, tudo colonial. Até o vento que sopra tem gosto de outros tempos. Se tudo é colonial, que dizer então da Colônia do Marçal, onde devo trabalhar hoje? Quase nada. Apenas que é um bairro novo da cidade. E não é colonial.

Ligado ao restaurante Pilão, de um lado está a marcenaria; do outro, a fábrica de estanho.

Bati. Abri. Entrei. Ninguém. Outra porta. Viv'alma. Mais uma porta. Saí numa carpintaria. As máquinas pararam. Os empregados entreolharam-se, depois celebraram a minha vi(n)da.

-- Sorte sua -- disse-me um deles. O cachorro não está aí.

O cachorro era tão-somente um fila que, na ausência do dono, tinha por hobby comer gente.

Pouco proveito tirei da lição, pois no outro dia desafiei um pastor. Foi numa serralheria. Mas o pior não foi o cão, foi o sapo que tive que engolir. São ossos do ofício, como diria um filósofo de qualquer esquina.

Dentro da serralheria estava o Sr. Edgar. Depois de encostar a furadeira, desfez-se todo em gentilezas e queixou-se de dormência na mão.

Está aí o galho! Vinte e oito meses assim, aposentado por invalidez, e titular de firma! E um dote de dez filhos deixados pela falecida.

— Seu José — começou ele —, é assim: uma aposentadoria micha. Se a gente não faz umas virações...

O esmeril continuou cortando, despejando limalhas de sol no piso úmido.

Enrascada. Totalmente ilegal. Meus papéis mandam que o execute. As consequências serão perda da aposentadoria, devolução da grana já recebida, pagamento de 28 meses de débito, juros e correções. Tudo andando lá pelos milhões.

— Pagar, Seu José, só vendendo a casa e a própria serralheria!...

O homem era, de fato, viúvo e hipertenso. Todos os filhos menores. Era impossível reorganizar a empresa, como seria impossível não trabalhar nela, segundo me explicou. Mas, enquanto fiscal, nada me restava a fazer, senão agir. Afinal que tinha eu a ver com problemas pessoais? Fácil de dizer... Entretanto, não conseguia ficar frio sem, por vezes, surpreender-me vivendo o seu papel: casado. Enviuvado. Adoentado. Desaposentado. Endividado. E ainda, desabrigado.

A mim, só cabia aplicar a lei. Boa ou má-fé é palavra oca. Positiva, agora, é agir em nome da Previdência Social.

Mas meu coração é, às vezes, refratário à lei. E, até hoje, não parou de sussurrar palavras, como orfandade e amargura...



E o deputado era corrupto

Raimundo Braga Martins
Brasília, DF

Certa feita, quando regressava de uma exaustiva viagem de trabalho, que durou dois longos meses, e me apresentei ao chefe da fiscalização do ex-IAPC, este me disse:

– Preste conta imediatamente e prepare-se para fazer outra viagem.

Fiquei frio. Consultei o calendário do relógio e vi que estávamos no dia 13 de março de 1952. Pensei um pouco e argumentei:

– Chefe, só se for uma viagem curtinha, no máximo de 15 dias, porque eu tenho um compromisso inadiável para este mês.

– Qual?, quis saber. E eu lhe respondi:

– Vou ser iniciado na maçonaria no dia 28...

Ele riu-se, zombeteiro, e ato contínuo ficou sério, para concluir:

— Está bem. Você vai a Alcântara. E acrescentou: — É bem ali; é só atravessar a Baía de São Marcos. De lá você dá uma esticadinha a Guimarães, Cururupu, Turiaçu e Cândido Mendes. São cinco municípios pequenos e vizinhos, que você faz em dez dias. Vou mandar bater a DS e você parte amanhã. O barco sai às nove horas.

No final do expediente, recebi a DS nº 6, de 14 de março de 1952, e o adiantamento de viagem. Era a primeira vez que eu fazia essa viagem por mar. O transporte era precário. Barcos grandes, a motor, só os das linhas regulares. Entre as ilhas nas quais o comércio se disseminava — e numa delas, a de Guajeritua, até um posto da coletoria estadual de Cururupu foi instalado — era feito em pequenos barcos à vela. Por sugestão do correspondente do ex-IAPC em Guimarães, que me acompanhou até Cururupu, fretei um desses barquinhos.

Depois desta digressão, que nos levou por um atalho até o caminho que nos propomos seguir, penetremos agora no assunto do tema, “E o deputado era corrupto...”, para narrar o presente fato, verídico, que se passou entre este fiscal e um comerciante, que também era deputado estadual na cidade de Cururupu (MA), cujo nome omito, por motivos óbvios, e, em decorrência, os das outras pessoas que com ele entram nesta história.

No hotel, à noite, cataloguei as fichas por rua. No dia seguinte, muito cedo, iniciei o trabalho de fiscalização das empresas nelas classificadas. O correspondente do ex-IAPC no Município de Cururupu se propôs a acompanhar-me e, a despeito de lhe haver dito que sempre gostei de trabalhar sozinho, insistiu, alegando que era sua obrigação dar apoio ao fiscal quando este se encontrasse a serviço na sua jurisdição.

— Consinto em que me acompanhe — disse-lhe —, mas com uma condição: a de não interferir na ação fiscal, insinuando-se com “tricas” políticas de interior para influenciar-me a fazer concessões em alguns casos e proceder com rigor em outros.

A primeira casa comercial que encontrei, uma loja grande, de tecidos e miudezas, estabelecida na primeira esquina da rua principal, não constava da minha relação nem da ordenação de fichas por mim catalogadas na noite anterior. Teria escapado?, questionei-me. E outra vez percorri os olhos na relação de empresas e conferi as fichas. Realmente, não constava.

— É firma nova?, interpelei o correspondente.

— Não. É antiga. Mas os fiscais não a cadastram porque o dono, que é um deputado, e é brabo, já botou dois fiscais para correr.

— Pois o deputado vai ter que botar o terceiro fiscal para correr — respondi-lhe. E entrei, deixando o correspondente na calçada. Da patente federal, que estava exposta na parede, pelo lado de fora, bem ao alcance da vista, copiei, para uma ficha que comecei a preencher, todos os dados de que carecia para o cadastramento daquela empresa. Quando estava inquirindo as moças (três no balcão e uma no caixa), anotando-lhes os nomes, data de nascimento, data de admissão, salário inicial etc., o deputado, que estava no birô do escritório, na sala contígua, de onde me observava, levantou-se e caminhou na minha direção, perguntando, ao aproximar-se de mim:

— Quem é o senhor?

Apresentei-me, identificando-me como fiscal da Previdência, exibindo-lhe a minha carteira de identidade funcional, e continuei com o trabalho de preenchimento da ficha-cadastro. Quando, por último, pedi-lhe os dados pessoais, ele me respondeu que não podia ser cadastrado porque era deputado.

— Mas eu estou cadastrando o comerciante e não o deputado — respondi-lhe. Chocado com a minha resposta, o deputado alterou o tom da voz, para retorquir:

— Eu não pago o IAPC; todos os fiscais sabem disso.

No mesmo tom de voz, respondi:

— Eu não lhe disse que era cobrador; eu lhe disse que sou fiscal.

O homem ficou pálido, engoliu em seco, esboçou um sorriso amarelo, baixou o tom da voz e me disse, quase em sussurro, falando pausadamente:

— Quer saber porque eu não pago o IAPC? É porque lá só tem ladrão...

O deputado não me conhecia, mas eu o conhecia muito bem, desde quando, antes de ser deputado, exerceu, em São Luís, o cargo de diretor do Serviço de Águas e Esgotos e deu um grande desfalque, que por muito tempo serviu de prato cheio para a imprensa maranhense.

O trunfo estava comigo. Fiz blague, ironizei, brinquei com o deputado, fingindo não conhecer sua vida pregressa, para, em seguida, atingi-lo bem no alvo, com o meu dardo certeiro, embora disparado por via indireta, que o fez morrer de vergonha — se é que ainda lhe restava esse sentimento, apanágio das pessoas honestas:

— Que haja ladrões no IAPC, até concordo com o senhor. Mas não é só no IAPC que os há. Há-os em todas as repartições arrecadadoras e nas que lidam com verbas do governo, quando dirigidas por pessoas desonestas. No Serviço das Águas e Esgotos, por exemplo, só para mencionar um fato concreto, li nos jornais que um certo diretor deu um grande desfalque, que se constituiu num caso rumoroso... para não dizer vergonhoso”.

Percebendo o veneno que estava por trás da minha resposta, que não palmilhava mais o terreno da ironia, senão o da realidade cabal dos fatos comprovados; receando que a minha indiscrição atingisse o auge e no calor da discussão pudesse revelar, de público, perante testemunhas ali presentes, o nome do diretor corrupto; reconhecendo, embora não se desse por vencido, a minha superioridade em argumentos naquela luta em que o corrupto é sempre o derrotado, o deputado mudou de tática. Convidou-me a entrar para a sala do escritório, onde me fez sentar na sua confortável poltrona giratória, em frente ao largo birô, e se propôs a servir-me um drinque, que educadamente recusei, alegando problemas de saúde.

Concluído o levantamento do TVD (Termo de Verificação de Débito) e chegada a hora de colher a sua assinatura, o deputado enfureceu-se novamente e disse que não o assinava, porque não iria mesmo pagá-lo. Sem discutir, apus no lugar da assinatura a expressão de praxe — “recusou-se a assinar — e me retirei.

Decorridos alguns meses, talvez um ano, quando eu já havia sido revertido ao serviço interno, para ocupar o cargo de chefe da fiscalização e podia entrar a qualquer hora no gabinete do delegado, sem me anunciar, encontrei ali, o tal de-

putado. Quis retirar-me, temendo um novo atrito, mas o delegado pediu-me que ficasse, pois queria apresentar-me um “ilustre” amigo... Tive ganas de gritar, para que os dois ouvisse, que aquele “ilustre” amigo era um corrupto... Mas me contive e o cumprimentei como se nunca o tivesse visto. Reconhecendo-me, o deputado deu-me mais um apertado abraço e, virando-se para o delegado, disse-lhe:

– Este foi o único fiscal que, com a segurança e a diplomacia com que trabalha, convenceu-me a entrar para a Previdência Social e contribuir para o IAPC.



Vingança à moda síria

José Carlos Vecchio
Porto Alegre, RS

Fiscal novo, perdido na fronteira do Rio Grande com a Argentina, munido apenas da coragem e de sua pasta, amiga inseparável, levando nela todos os conhecimentos que possui, as instruções, as ordens de serviço e muita vontade de provar a si mesmo, e aos superiores, que ele é o melhor.

São Luiz Gonzaga, lugar calmo, um calor tépido, uma sombra gostosa na Praça da Matriz depois do meio-dia, uma ruazinha qualquer e a noite a solidão. Os amigos longe, a mulher e os filhos, a distância da casa na capital, pensamentos vazios, angústia de não ter a quem contar o dia, as façanhas, a vontade de falar ao telefone — mas o telefone está mudo com o temporal —, as pessoas desconhecidas olhando aquele solitário andante na boca da noite, em direção ao hotel.

Pela manhã, o café com pão e manteiga, a *schimier** da colônia, o ovo frito e o bife, comuns naquela zona fronteira, e o trabalho a iniciar. Pelas ruas mal-alinhadas, caminhando devagar para não amarrotar o sapato caro, comprado na cidade, no calçamento malfeito de pedras sem alinhamento, chegamos à empresa, cujos empregados haviam denunciado o fato de não haver registro formal em livro próprio e que o salário era pago em valor inferior ao constante em recibo.

O proprietário era um sírio, casado com uma bela siriazinha, de também belos olhos castanhos, enormes, que o sírio fazia questão de exibir, para a venda aumentar com sua presença. Ele foi logo dizendo que não possuía nenhum empregado e que as duas raparigas que ali se encontravam eram suas parentes, de passagem na cidade. Emitimos a notificação para apresentação de elementos, com prazo de 24 horas, e nos retiramos. Na manhã seguinte, retornamos ao local, que para nossa surpresa encontrava-se fechado. Conforme os vizinhos, o proprietário desaparecera da cidade.

— À tarde ao retornarmos ao hotel, sentimos atrás de nós os olhares de todos os transeuntes, escassos, que por nós passavam e o sorriso aflito em seus olhares. Como é comum nestas paragens o cumprimento cordial, o fizemos, e de resposta apenas um ruído se fazia ouvir e o apressar maior do passo, afastando-se rapidamente. No hotel, o mesmo. O hoteleiro não pôde se conter. Relatou-nos um fato e o documentou com o jornal local na mão, em sinal de aval, mandando que déssemos uma olhada num anúncio feito “a pedido”: Procura-se estelionatário, que se encontra na cidade há vários dias, com estatura média, olhos azuis, trajando roupas de homem da cidade grande, cabelos curtos e carregando sempre uma pasta preta. Quem souber de seu paradeiro, favor avisar à polícia local.

Dirigimo-nos ao jornal e soubemos do gerente que o anúncio havia sido pago por um tal de Sr. Adib, que nada mais era do que o sírio desaparecido.

Ficamos dez dias mais na localidade, que aliás, fora o incidente, era muito agradável, mas que nada mais oferecia de operacional em termos de trabalho. Nada podíamos fazer, pois não constavam nomes, apenas dados, que por coincidência, eram os mesmos do fiscal itinerante.

Não voltamos mais a São Luiz Gonzaga. Mas é provável que o Sr. Adib esteja lá até hoje, enganando o Fisco, fugindo quando necessário e envelhecendo ao lado de sua bela siriazinha, calmamente.

* Espécie de geléia, típica das regiões de colonização alemã, no Sul do Brasil, em cuja composição entram diferentes variedades de frutas (N do E)



Não era empregado

Wladimir Novaes Martinez
São Paulo, SP

Aconteceu em 1967, não faz tanto tempo, logo após a criação do INPS e a fusão das fiscalizações. Em Botucatu, éramos cinco fiscais: eu, lotado naquele ano; o Miguel, o Fausto, o Lineu e o Zé Pinto, todos radicados há muitos anos na cidade. Ali tinham velhos amigos e, por isso, trabalhar na cidade era constrangedor para eles.

Tínhamos de fazer um comando noturno – fiscalizar uma churrascaria e um restaurante, ambos de propriedade de dois sócios, amigos dos quatro fiscais. Não lhes aprazia isso, ainda mais a verificação física. Muito menos o comando noturno, geralmente feito na madrugada.

Eu coordenaria a ação fiscal. Era ótima desculpa. Diriam aos empresários

seus conhecidos que estavam cumprindo ordens. Miguel e Zé Pinto entrariam na churrascaria, situada na periferia, e eu, Fausto e Lineu abordaríamos o restaurante, no centro da cidade.

Fui prevenido de que o sócio que gerenciava o restaurante, gente boa e simples, era nervosíssimo. Ele podia reagir violentamente ou sofrer um enfarte, durante a entrada dos fiscais. Nunca tinha havido comando fiscal em Botucatu, especialmente à noite.

Como numa operação de guerra, ajustamos os relógios e combinamos entrar nos dois estabelecimentos ao mesmo tempo, na mesma hora, exatamente à meia-noite. Beneficiados pela surpresa, pilharíamos empregados sem registro. O sócio do restaurante não poderia avisar o outro, sabidamente mais expedito, o gerente da churrascaria.

Miguel e Zé Pinto despediram-se. Eu e os dois colegas invadiríamos o restaurante, situado numa esquina, na confluência de uma travessa em declive. De acordo com o combinado, Lineu pularia o enorme portão da travessa, penetraria no quintal e subiria uma escada, chegando à cozinha, bloqueando uma eventual fuga pela porta dos fundos. Eu e o Fausto, pela frente.

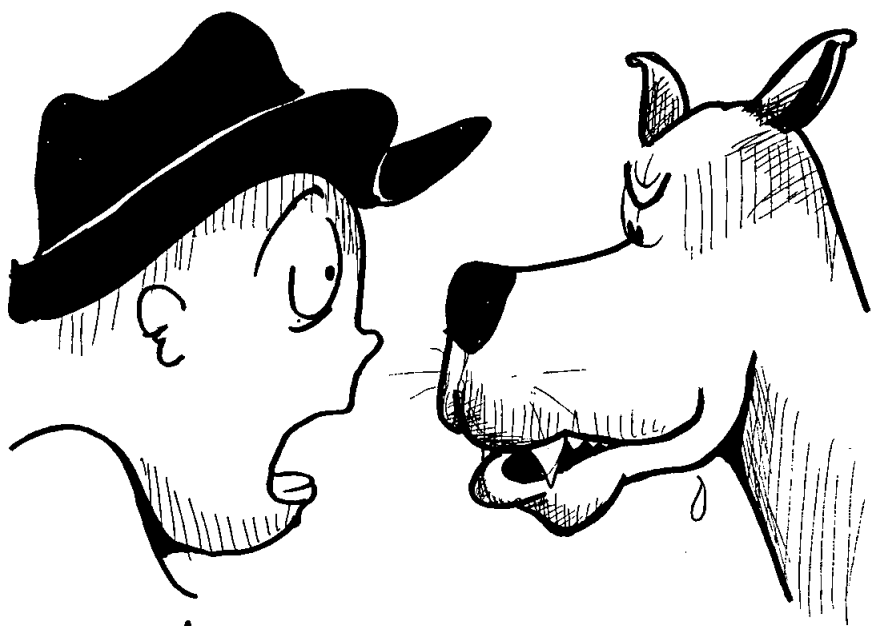
Entramos ostensivamente no restaurante, os dois de paletó e gravata e as indefectíveis pastas pretas à mão. O sócio levou o maior susto com o nosso semblante carregado e a entrada abrupta. Começou a tremer e a guaguejar, sem saber o que fazer. Pegou o telefone, visivelmente amedrontado, para avisar o outro sócio e pedir ajuda. Nervoso, descobriu logo que o sócio da churrascaria não podia ajudá-lo. Miguel, pontualmente, o tinha ocupado.

Observou-me arrasado e desorientado, como se tivesse vendo o diabo. Entrei no corredor que acessava a cozinha, aproveitando-me de sua hesitação e do seu medo. Ele, apavorado, começou a chorar, e destemperou-se:

— Olha, quer saber de uma coisa, azar! Não dá para esconder. Aqui — apontava —, ali, na cozinha, naquela porta, tem um empregado não-registrado. Abriu a porta e acordou um homem.

Procurei acalmá-lo, com piedade do homem, e ao mesmo tempo cumprindo a minha missão. Nisso, ouvimos ruídos no quintal. O gerente abriu a porta e viu o Lineu subindo a escada, de paletó e gravata, a pasta preta não mão e tudo o mais. Ele olhou para mim, chorando mais alto e mais nervoso ainda, às portas de um enfarto e num rompante, verdadeira catarse de entrega total e final:

— Olha, “seu” fiscal, o doutor faça o que quiser. Não tenho nada a esconder... Eu juro — chorando convulsivamente, completamente fora de si —, eu juro por Deus que esse aí não trabalha aqui. Não é nosso empregado. Chegou agora, eu juro, juro pela minha mãe, não é empregado nosso...



Aventuras de um menino fiscal

Ben-Hur Torres
Porto Alegre, RS

correu pelos idos de 1939, recém-criado o Instituto dos Industriários. O que era, naquela época, um fiscal do instituto? Figura não conhecida e vista como “agente” do governo, que vinha, em seu nome, tirar do trabalhador e do patrão uma parte de seus ganhos. Dizer-se que um dia, muito mais tarde, teriam retorno em forma de aposentadoria era coisa a que não se dava crédito. Todos pensavam e muitos diziam que era mais uma “vigarice” do governo.

Eram poucos os fiscais existentes em cada estado da Federação e a eles foi entregue a missão de fazer chegar às empresas a obrigatoriedade de descontar do salário de cada empregado uma parcela para a “previdência social”.

Quando os hábitos eram de guardar em baixo do colchão e transferir para

os parentes os encargos da proteção na enfermidade e na velhice, pensar em retirar de alguém uma parte de seus ganhos se constituía numa violência e numa temeridade.

Eram esses hábitos que teriam que ser modificados, em troca da seguridade social para a qual todos tinham que contribuir.

Não existiam os meios de comunicação, para fazer chegar ao conhecimento dos empregadores o que havia sido determinado pelo governo, através de seus decretos-leis. As notícias publicadas pelos jornais, aqui no Rio Grande do Sul, o velho *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*, eram mais difundidas boca a boca, pois que o jornal não tinha penetração no interior. Era lido, isso sim, pelos imigrantes alemães e italianos, que povoavam o nosso interior e que viviam apavorados com a discriminação então reinante, quanto mais não seja porque, como estrangeiros, eram os detentores do poder econômico em detrimento dos “pelo-duros”, que eram por eles mais ou menos explorados. Daí a discriminação.

Emissoras de rádio eram pouquíssimas e não tinham alcance para atingir o interior do Estado. *Diário Oficial* não era conhecido, senão por uma pequena elite da capital.

Dito isto, ficou claro que o meio de divulgar o que tinha se tornado lei e obrigação do empregador era mesmo o fiscal.

Essa figura, então, com o decorrer do tempo passou a ser respeitada, temida até, porque representava o governo e vinha implantar a lei, destemidamente, fazendo o “patrão” zelar pelo futuro de seu empregado em seus infortúnios, recolhendo ao instituto a contribuição social que lhe havia sido imposta.

Nesse mister é que se passa a história, autêntica, vivida em seu mais cálido âmago por uma criatura que se foi, mais que deixou atrás de si um amor e uma dedicação ao seu trabalho, não para servir de exemplo, mas porque devotou alma e coração ao que fazia e porque, acima de tudo, amava o seu “instituto”.

O nosso personagem era de origem humilde, muito humilde mesmo. Foi trabalhando como entregador de rolos de filmes para os cinemas que começou a ganhar seu próprio sustento, na capital. Órfão de pai e mãe, tinha que procurar um meio de se manter vivo, foi o que sempre contou de seus primeiros passos.

Dentro da mesma empresa, conseguiu fazer seus cursos primário, ginásial e de contador, que se equivalia a nível superior.

Criados os primeiros institutos de aposentadoria e pensões, logo foi a vez do ex-IAPI selecionar seu pessoal, através de concurso público, e no primeiro concurso que se instalou, esse personagem já se inscreveu e obteve aprovação.

Estava surgindo o nosso fiscal.

Vencidos os trâmites burocráticos, estava feita a designação dos selecionados para servirem em áreas do interior deste Estado, levando as instruções do recém-criado instituto para serem cumpridas pelas empresas.

Dava gosto de se ver o empenho desses abnegados fiscais.

A remuneração devia ser muito boa para a época, a par do status, que devia representar, para justificar tanto entusiasmo e denodo pela profissão, era a primeira coisa que se poderia pensar. Mais tarde, se saberia que não era nada disso.

Numa pasta preta, cheia de papéis para inscrição e cadastramento do patrão e dos empregados, mais uma dúzia de reproduções de decretos e portarias e

lá se ia nosso homem se embrenhando pelo nosso mais longínquo interior.

Foi numa dessas suas viagens que conheci a difícil missão dos pioneiros da fiscalização.

A sede do município para o qual fora designado era ligada às outras sedes municipais por estradas de barro vermelho, que ficavam intrafegáveis em dias de chuva e muitos dias após ela cessar.

Numa empreitada dessas que, com apenas nove anos de idade, acompanhei meu tio, que era o fiscal, a visitar uma serraria que existia em Cochinho.

Cochinho, como o próprio nome sugere, em 1939 ou 1940 era o que se poderia esperar de um cochinho mesmo.

A estrada estava começando a secar, deixando um trilho com enormes sulcos, formados pelos rodados dos caminhos, para cada uma das rodas de nosso Ford, de bigodes, dirigido com reconhecida perícia pelo Sr. Hildebrand.

O Hildebrand era motorista da praça dos mais solicitados para essas viagens, pois tinha um carro, conhecia as estradas e falava bem o alemão “enrolado” que se usava naqueles tempos, no nosso interior, além de ter mais de um metro e 80 de altura, para impor respeito.

Como fazia pouco tinha chovido, Hildebrand, do alto dos seus conhecimentos, também meteorológicos, garantiu que podíamos empreender a viagem, que não ficaríamos retidos ou atolados na estrada. Ah, é bem lembrar que o “forzão” levava umas possantes correntes para uma emergência dessa natureza.

Convidado por meu tio, vesti-me a caráter, sabendo que muito poderia ajudá-lo na sua difícil missão.

Bombacha, com botões de madrepérola; botas cano longo; cinturão com revólver cheio de espoletas; chapéu preto e estava pronto para minha primeira experiência da vida de fiscal.

Partimos e chegamos ao nosso destino. Era uma serraria.

Da estrada, só ao longe se divisava.

O primeiro obstáculo era uma porteira, que o fiscal, solícito, desceu do Ford para abrir. Aberta, adentramos em um campo encharcado, que não permitia o acesso ao automóvel.

Descemos e fomos caminhando pelo campo, passando por um profundo valo até chegarmos a uns cem metros da sede da serraria. O Hildebrand, por ter o passo mais largo, ia pouco mais a frente e eu e meu tio, juntos, lado a lado. Foi aí que surgiram, como raios, em nossa direção, dois enormes cachorros de pêlos pretos, do tamanho de um terneiro, rosnando, ferozes. Não sei porque diabo, aqueles cachorros não latiam. Mais uma vez a experiência do Hildebrand nos haveria de salvar a pele. Nos falou, baixinho:

— Não se mexam; fiquem quietos; nem falem, que eles não mordem. Mas nós conhecíamos aquela estória de que cão que ladra não morde, e eles não ladravam. Logo...

Meu tio, que era meio moreno, ficou turvo. Eu, “branquela”, nem respirava. Graças a Deus, surgiu de trás de uma pilha de tábuas um enorme alemão, barba grande e avermelhada, gritando pelos cães, que prontamente o atenderam. Era o dono da serraria. Só pra dizer seu nome e a que vinha, meu tio levou um

tempo enorme. Foi acometido de uma gagueira de que não se tinha notícia. Minhas pobres bombachas, novas, se tinham molhado até por dentro das botas...

Pra essa criatura, que pesava aproximadamente uns 120 quilos e que possivelmente levantava com facilidade uma tora de madeira, meu tio-fiscal deveria, com seu metro e 65, dizer que ele, doravante, e desde o mês de não sei quando, deveria pagar o Instituto dos Industriários, que havia sido criado pelo decreto-lei número tal, do Senhor Presidente da República.

O alemão não sabia de nada daquilo que ele estava falando e se mostrou muito pouco interessado em saber.

Para colher o nome completo do dito alemão e de seus empregados foi uma jornada muito difícil. Desde aquele momento ficou também instituído o instituto da sonegação, pois muita gente, quando soube, começou a sair pelos fundos.

Horas depois, mais calmos o alemão e também meu ídolo e fiscal, feitas as notificações de praxe, com os cães sempre deitados por perto, olhos bem atentos, orelhas em pé, parecendo sempre prontos para o ataque, estava concluída, com sucesso, a primeira missão fiscal a que assisti. Fiquei tão fascinado pelo cumprimento do dever que ali mesmo, mal-saído da porta da serraria, jurei por meu tio que, quando fosse grande, eu também queria ser fiscal. Ao que ele sorriu todo orgulhoso do valente sobrinho que tinha... todo mijado... Mas, levava fé no guri.

Despedimo-nos do alemão, que cortesmente reteve os cães, e caminhamos de retorno.

Mal havíamos passado o valo existente no meio do campo, foi que vimos uma vaca braba correndo em nossa direção, já com a cabeça baixa, com certeza não para nos cumprimentar.

— Corram! gritou o Hildebrand, como se precisasse. Foi o que fizemos, até a porteira.

Meu tio, o ardoroso fiscal, nem sentiu a perna de que sempre se queixava. Correu como nunca, me puxando, as botas cheias d'água, a escapar de mais aquela esparrela que nos pregara o alemão. Menos mal. Chegamos sãos e salvos, a contar vantagens, para todos os parentes, de nossa valentia e galhardia, que nos faria lembrar desta história por toda a vida e a darmos gostosas gargalhadas do comportamento de cada um, diante do imprevisto. Ela, a história, os momentos que ficaram para sempre bem guardados, haveriam de cimentar a promessa que fiz de uma dia chegar, com muito orgulho, a ser fiscal.

Anos mais tarde, com os institutos já solidificados, prestando os serviços e concedendo os benefícios a que foram criados, resta-nos lembrar daqueles que foram, sem dúvida, com muita dignidade, os implantadores da Previdência Social, para prestar-lhes, na simplicidade da história, a merecida homenagem que fazem jus.



O fiscal trancado no banheiro

Ruy Norberto de Paiva Maciel
Porto Alegre, RS

Em 18 de novembro de 1943, fui admitido no ex-IAPETC, como mensageiro. Tinha então 15 anos incompletos – nasci em 11 de março de 1928. Em 6 de junho de 1949, conforme portaria presidencial, fui designado para exercer a função de fiscal.

Com um porte de arma dado de 1960, solicitado pelo então instituto, para uso de um revólver Taurus, calibre 32, longo, e com um cartão fornecido pelo gabinete do chefe de polícia, eu me senti um “homem”, um verdadeiro fiscal de Previdência naquela época.

Eis a história:

Em Alegrete, após fazer o cerco na praça principal e adjacências, acompanhado de dois agentes policiais, apreendi todas as carteiras de habitação de mo-

toristas e carroceiros, pois ninguém acreditava na Previdência Social. Quando o delegado de polícia, que havia permitido o cerco e até cedido dois funcionários, soube do resultado do meu trabalho e da revolta da classe, pediu-me que fosse um pouco mais tolerante. Disse-lhe que estava cumprindo a lei e não admitia que os infratores pagassem as multas e adquirissem de volta suas habilitações sem legalizar sua situação com o instituto.

Simples, o delegado, que era político, mandou aquela massa humana revolvida ir falar comigo, no hotel.

Encontrava-me tomando banho, em um banheiro distante do quarto (naquela época era assim). O hoteleiro, horrorizado, bateu na porta do banheiro e disse:

— Seu fiscal, na porta do hotel e já nas dependências há uma quantidade de gente fútil querendo falar com o senhor.

Fiquei “gelado”, e disse a ele:

— Daqui não saio! Vá a delegacia de polícia ou à brigada militar e peça urgente que mandem policiais ou brigadianos para me socorrer.

Ele foi e não voltava nunca. Parecia uma eternidade. Fiquei trancado no banheiro até que ouvi vozes:

— Seu fiscal, nós somos da brigada militar e estamos aqui pra lhe proteger.

Imaginem só o meu desespero. Pensava:

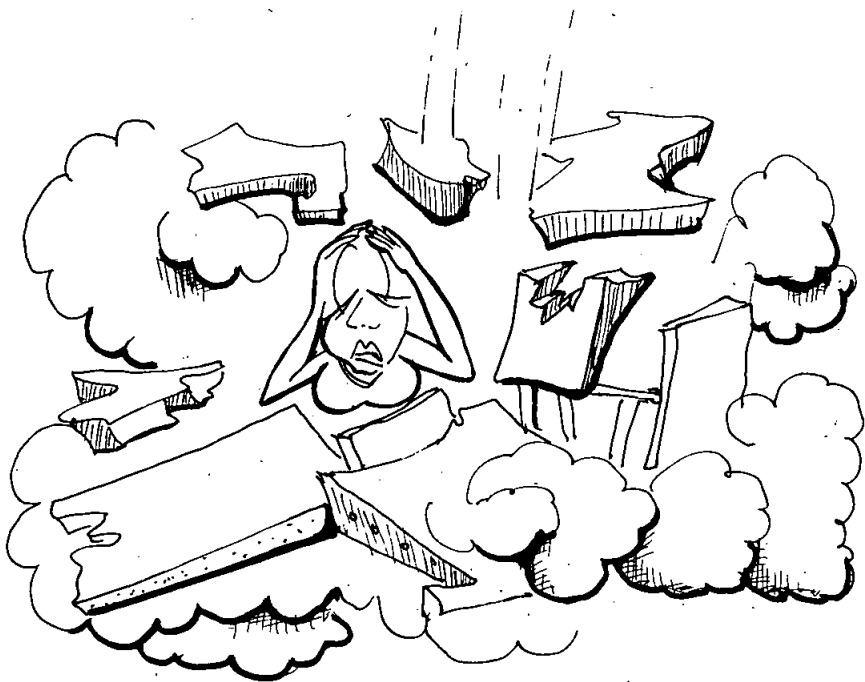
— Será que realmente são os meus protetores?

Abri a porta e espiei, louco de medo. Vi que estavam fardados e junto se encontrava o hoteleiro. Senti um alívio. Fui até o quarto e me arrumei. Pus o “pau-de-fogo” (32, longo) escondido na cintura e rumamos para a delegacia de polícia. Lá chegando, sempre acompanhado pelos seguranças — atrás, os revoltosos ameaçando-me —, nada consegui do delegado, que simplesmente me aconselhou:

— Não tenho condições de lhe dar “garantia de vida”. É bom o senhor sair o quanto antes desta cidade; essa gente, o senhor não conhece e eles estão furiosos (sic). Não acreditam neste tal de IAPETC.

De madrugada, sozinho, apavorado, peguei as minhas malas e me toquei para a viação férrea, rumo a Uruguaiana. Nunca mais fiz a tal fiscalização de trânsito.

Esta é uma de minhas histórias verdadeiras.



Sob os escombros

Tracema dos Santos Marreca
Anápolis, GO

Novembro do ano passado. Maria Isabel e eu viajávamos a serviço ao interior do Estado de Goiás, até a região conhecida por Vale do São Patrício, onde se situam, entre outras, as cidades de Ceres, Rialma, Rubiataba e Itapaci. Nesta última, permanecemos por mais dias, levando em conta a quantidade e o porte das empresas a serem fiscalizadas. Ali, nos hospedamos em um hotel, no centro da cidade, que nos foi indicado por diversas pessoas e ainda por ficar mais próximo dos locais onde iríamos trabalhar.

Neste hotel, minha colega ficou em um apartamento e eu em outro, no qual percebi, somente no segundo dia, que havia umas rachaduras no teto. Porém, não me preocupei muito com tal fato. Nos dias seguintes, notei que havia

areia na cama e no piso. Diante disso, na noite do dia 15, perguntei ao proprietário:

- O teto deste prédio é de gesso?
- Não, é de tela — respondeu.
- Tela! Como assim?
- Sim, de tela e concreto — falou-me, laconicamente.
- O senhor já percebeu que há grandes rachaduras no teto do apartamento onde estou?, repliquei.
- Já, mas não há perigo. Ali em cima pode andar e suportar o peso de um homem (sic).

Com essa informação, fiquei um pouco tranqüila e fui deitar-me, por volta de 21 horas. Dormi em seguida, acordando à meia-noite. Acendi a luz e verifiquei as tais rachaduras do teto. Fiquei preocupada. Sentia-me inquieta e não conseguia dormir. Finalmente, voltou o sono. Dormi por algumas horas. Quando acordei, às duas e meia, ouvi um estalido, mas julguei tratar-se de alguma coisa na rua. Assim, passei por uma sonolência, por algum tempo, e acordei novamente, com um estalo mais forte. Porém, pensei comigo: — Não deve ser nada, preocupação à-toa. Mas realmente não conseguia conciliar o sono. Esperei um pouco mais. Nada! Não dormia mesmo. Então, tive uma idéia: — Vou levantar-me e colocar minha bagagem — que tinha arrumado na véspera — no salão em frente e aguardar o dia amanhecer. Com este pensamento, liguei a luz, olhei o relógio: quatro e 20 da madrugada. Levantei-me e fui até a porta, para abri-la e sair para o salão.

Exatamente neste momento escutei um barulho enorme, ensurdecedor mesmo. Tudo ficou no escuro, antes mesmo que eu abrisse a porta. Então, percebi que o famoso teto estava desabando sobre mim. Fiquei muito assustada, mas permaneci quieta junto à porta. Apenas levei as mãos à cabeça, a fim de protegê-la. Tudo foi tão rápido — barulho, escuridão. Na realidade, não houve tempo para pensar. Apenas sabia que precisava sair dali. Mas, como? Haveria tempo? Haveria possibilidade? Nesta confusão de idéias, tentei abrir a porta, o que não consegui. Por fim ela cedeu um pouco e então gritei, pedindo ao dono do hotel ou a alguém que me ajudasse a sair dali. Logo, o salão, que estava claro, encheu-se de gente. Um dos hóspedes ajudou-me a abrir a porta, que estava presa por pedaços de concreto que tinham caído do teto, e a sair para o salão.

Só então percebemos que a cama onde eu estava deitada, bem como o box do banheiro, o lavatório, o vaso sanitário e tudo mais estavam quebrados debaixo dos entulhos. Além dos pedaços de laje, caíram também algumas vigotas.

O curioso de tudo isso é que nem eu mesma sabia porque tinha me levantado exatamente alguns segundos antes do desabamento do teto, o que me salvou a vida.

Um dos hóspedes, que tinha chegado posteriormente, ficou aflito, procurando a pessoa que estava naquele quarto, julgando-a muito ferida. Qual não foi o seu espanto quando eu disse:

- Sou eu — tinha apenas algumas escoriações.
- Admirado, ele questionou:

– Você?! Devo então tirar-lhe o chapéu, por estar viva.

Respondi:

– Não tire o chapéu para mim, mas para Deus, que salvou-me de muitas contusões ou mesmo a vida.

E a Deus agradeço por estar aqui, narrando esta história.

Finalmente, desejo que colega algum passe por situação desta natureza. Que todos tenham tetos bem firmes, para não desabarem sobre suas cabeças, e a Mão Divina para protegê-los.



O chefe do departamento

Nélson Rodrigues de Oliveira
Moji das Cruzes, SP

Em outubro de 1985, recebi a carga para fiscalizar a Empreiteira Maya SC Ltda., estabelecida à rua Cipriano Sales, Vila Ponte Rasa, São Paulo. Examinando o material recebido, fiz as observações necessárias no papel de trabalho e anexei o PDF a ser cumprido.

O logradouro não era asfaltado – o esgoto corria a céu aberto – e ficava distante aproximadamente 500 metros do ponto de ônibus.

Procurando a empresa, ia pensando na ginástica que teria de fazer, caso chovesse. Localizei-a e fui atendido por uma senhora, que se identificou como esposa do proprietário.

Era uma casa do tipo popular, parcialmente rebocada por fora, cujo terreno também servia para estocar areia, pedras e tábuas.

— Vamos entrar. Meu marido está cuidando dos papéis da firma e creio que o senhor chegou numa boa hora — disse-me ela.

Distante aproximadamente 15 metros da frente do terreno, chegamos à porta da copa, que também funcionava como escritório da empresa, e observei que um papagaio estava em seu poleiro, bem próximo à entrada.

A princípio, não entendia bem os sons do papagaio. A senhora que me acompanhava explicou então que a ave a todo instante chamava pelo dono.

— Por favor moço, não repare. Esse papagaio é muito intrometido — disse-me o proprietário.

Por diversos dias fui convivendo com o Sr. José, sua família e também com o papagaio. Com o passar do tempo, fui entendendo o que o animal dizia: Se entrava algum vizinho no terreno e se dirigia à casa, o papagaio dizia:

— Zé, tem gente.

A empresa, na época, possuía aproximadamente 30 empregados. Os sócios eram o Sr. José, sua mulher e o filho mais velho, que estudava numa universidade de Mogi das Cruzes.

— Eh, o senhor sabe; a gente quer melhorar — diziam-me sempre o Sr. José e sua mulher.

Às vezes, faltava algum elemento para ser visto. Então, eu dizia:

— Sr. José, está faltando a folha de pagamento do mês de maio.

O papagaio dizia:

— Zé, a folha de pagamento.

E assim nós íamos desenvolvendo a ação fiscal. Quando confrontei a guia que constava como não recolhida no PDF, lembrei-me perfeitamente que o recolhimento estava dentro do prazo. Para eliminar dúvidas, pedi ao Sr. José que providenciasse uma cópia da referida guia.

— Algum problema Sr. Nelson? Quem faz os recolhimentos é meu filho Mário; ele está na escola agora, mas assim que chegar eu falo com ele.

O papagaio disse:

— Mário, vai no banco.

Foram tantas as interferências do papagaio, que o tempo não me permite aqui anunciá-las. Mas posso afirmar, com segurança, que é um fato marcante, inesquecível, do qual só tenho a lembrança.



Reflexões

Lígia Beatriz de Araújo Ribeiro
Porto Alegre, RS

Ofiscal de contribuições previdenciárias tem uma função nada comum: ao mesmo tempo em que lida com dados numéricos e documentos, tais como faturas, notas fiscais, contratos etc., lida, também, com pessoas e suas vidas. Querem ver como?

Quando examina fichas de salário-maternidade, salário-família, salário-educação, são pessoas que estão ali à sua frente, através daquelas fichas, com nomes, idades, atestados, certidões. São vidas de pessoas que desfilam ante seus olhos:

Uma empregada deu à luz gêmeos:

– Será que ela gostou? Ou ficará muito sobrecarregada? E o aspecto financeiro, com essa crise que nunca termina? Mas ao menos economiza a gestação –

conclui, ainda na dúvida se terá sido bom ou ruim. E logo passa para novas fi-
chas, pois o trabalho não deve parar.

Outra empregada perdeu o neném:

— Que lástima! Mas, oh! Um ano após, já teve outro neném, bem sadio:

— Que bom!

Aquele empregado tem oito filhos — uma “escadinha” — e o salário não é
dos melhores:

— Coragem, amigo!

Outro, paga pensão alimentícia a duas ex-mulheres:

— Ufa!

E esta empresa, que só beneficia os filhos dos sócios com o salário-educa-
ção?

— E agora?

E assim vai passando, ante seus olhos, como um filme, a vida de muitos ci-
dadãos brasileiros. Pessoas que trabalham, que têm alegrias, tristezas, como todo
o mundo. E o fiscal ali, a tudo assistindo e cuidando:

— Olha, esse menino já completou 14 anos e continuam descontando o sa-
lário-família — glosa!

— Esta outra empresa está descontando, sistematicamente, 120 dias de sa-
lário-maternidade e o certo é 84 dias — glosa!

E continua o seu trabalho, olhando, examinando... De repente:

— Opa! Mas como pode ser? A mesma funcionária deu à luz a crianças sau-
dáveis num espaço de tempo inferior a cinco meses! Pode? Biologicamente, não!
— Por favor, chama a chefe do setor de Pessoal! Deve haver um terrível engano,
ou, então, irá para o almanaque Guinness, especialista em recordes.

Numa outra empresa, o advogado veio perguntar-me se uma funcionária
com alta remuneração poderia fazer jus ao salário-maternidade, porque adotara
uma criança. Respondi-lhe:

— Pode. Só que às custas de vocês mesmos. Aí, ele concluiu que não seria
interessante...

Tudo é dinâmico: uma pesquisa leva a outra, e fico feliz quando está tudo
esclarecido. Este é o lado humanístico da nossa atividade.

Mas há outros aspectos bastante difíceis, como, por exemplo, quando o
contribuinte sonega informações — e isso é quase rotineiro. Todos os fiscais sa-
bem disso e cada fiscal tem os seus próprios métodos para chegar à verdade.

Uma vez, fiscalizei uma padaria, sentindo o cheirinho do pão recém-saído
do forno e também sentindo um calor terrível, pois era verão. Além de ver que o
número de empregados era bem maior do que aquele que constava na documen-
tação, pude constatar outras irregularidades e, de lambuja, ver o tratamento nada
ortodoxo que eles dão ao pão nosso de cada dia...

Outra ocasião, fiscalizei uma grande empresa. Parecia tudo ótimo: a conta-
bilidade, as folhas de pagamento, tudo fechava direitinho com os Darps recolhi-
dos. Mas havia um “pequeno” detalhe: as guias eram datilografadas aqui, na sede
da empresa, e depois viajavam até outro estado, onde havia apenas um escritório,
com um só funcionário, e lá eram pagas. Depois, viajavam de volta... Muitas des-
culpas esfarrapadas, muitas explicações que para mim não faziam sentido... E

não deu outra: as guias eram falsas! Uma quantidade enorme de guias falsificadas.

Há muito tempo, fiscalizei uma empresa e, por tudo que encontrei lá — melhor dizendo, por tudo que não encontrei lá —, avisei ao diretor que a sua empresa iria sofrer um auto de infração e notificações de débitos. Pois a empresa fechou por dias suas portas, só para não receber-me... Certamente não sabia que existe a ECT.

Há um outro aspecto que às vezes também entra em cena no exercício de nossa atividade: são os nossos próprios sentimentos. Certa feita, muito tempo atrás, fiscalizei uma lanchonete que possuía um empregado e estava em débito há anos para com o IAPAS. Levantei toda a dívida relativa ao empregado e mais a relativa ao empregador. Apesar de estar cumprindo com o meu dever, senti-me muito deprimida, porque a lanchonete fechou. Devido à grandeza do débito, o proprietário foi obrigado a encerrar seu negócio — foi o que ele disse na ocasião. Durante meses eu evitava olhar para o lugar onde antes estava a lanchonete, quando por lá passava, a caminho de alguma outra empresa, pois achava que havia contribuído e muito para aquela situação.

Eu era novata na função de fiscal e sofri com tudo aquilo. E, por ironia (na época desses acontecimentos, considerava ironia) estava também trabalhando numa empresa de grande porte, cujo débito não era muito grande em relação ao faturamento. Mas havia auto de infração por negativa sistemática da apresentação de livros contábeis. Quando entreguei o auto de infração e a notificação de débito ao presidente da empresa, ele alegou:

— Nada disso irá adiante. Quando era presidente de “tal” empresa, consegui anistia.

Fiquei atônita e indignada com tal declaração. E, comparando com o caso da pequena lanchonete, pior eu me sentia. Mas a gente acaba aprendendo...

Não houve injustiça e nem nada disso, como fiquei sabendo mais tarde, quando encontrei-me, devido a outro trabalho, com o mesmo contador daquela lanchonete. Ele contou-me que o estabelecimento havia fechado, mas seu proprietário estava com outro negócio e que o débito não havia sido pago.

Aprendi uma grande lição. Tanto o importante presidente de uma grande empresa, como o pequeno proprietário de uma lanchonete tentavam safar-se da melhor maneira que estava a seu alcance. Eram ambos contribuintes e maus pagadores. Apenas isso. Cabe a mim apenas cumprir bem com o meu dever. Apenas isso e já é o bastante.

oOo

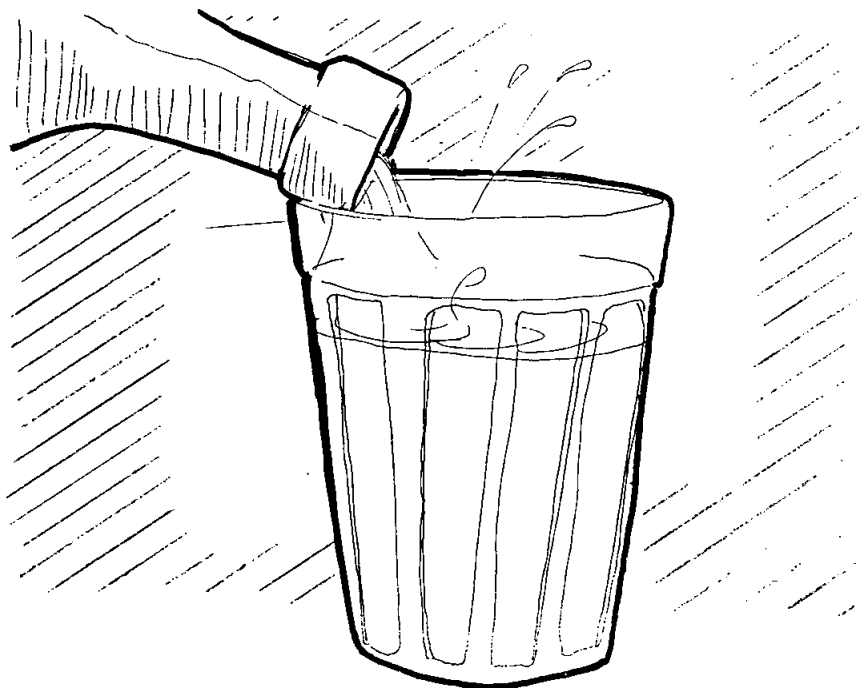
Não sei se algum fiscal tem fobia por elevador. Eu tenho. Devido a isso, já passei por poucas e boas, como quando fui fiscalizar uma joalheria, no centro da cidade. Entrei no prédio, vi que não havia ascensorista e, a contragosto, entrei no elevador e apertei o botão referente ao andar. O elevador despejou-me num **hall** de menos de um metro quadrado e com as seguintes características: o acesso à escada estava fechado com uma grade e a porta da empresa estava também fechada por uma grade. Janela? Não sei nem se havia alguma — o susto era tamanho que nem reparei. Toquei a campainha, torcendo para que abrissem logo. Abriram.

Passei o dia inteiro trabalhando lá dentro. Felizmente, não havia débito e, contra os meus hábitos, encerrei aquele trabalho naquele dia mesmo, pois havia jurado a mim mesma não retornar mais lá se a empresa estivesse em dia. E, na saída, pedi que me acompanhassem até lá embaixo, rumo à liberdade.

E se não houvesse viva alma na empresa e o elevador quebrasse ou faltasse energia? Ou (sem querer ser pessimista demais) o prédio pegasse fogo?

Não devia ser permitido cortar o acesso às escadas de um prédio. Até acho que não é permitido. Que ponham um guarda, mas não ponham grades! É estúpido demais!

Por essas e por outras é que o nosso trabalho de fiscalização é envolvente e também estressante. E exige psicologia, passando por conhecimentos jurídicos, de administração de empresas, de sociologia, filosofia etc. E só o ser humano pode realizar um trabalho dessa envergadura. Uma máquina jamais nos substituiria nessa função. Mais da metade do débito ficaria oculta aos olhos de um robô, sendo que, em alguns casos, o débito nem seria descoberto.



Minha querida Anfip

Laura Natividade Maia
Rio de Janeiro, RJ

Dando também continuidade às comemorações dos 40 anos de fundação da nossa querida associação, vou participar dizendo algo que para mim foi muito importante e que aconteceu enquanto desempenhava minhas funções nessa carreira tão querida, tão magnífica da fiscalização.

Nela, aprendi a observar o mais importante: o caráter dos titulares das empresas nas diversas situações vividas por mim e que, fortes bastante, deixaram marcas indelévels.

Grande empresa – Fisionomia prepotente, dispensando ao fiscal o mínimo de atenção e entregando-o ao secretário ou recepcionista, que via de regra, também quase sem tempo, pouca atenção dá ao fiscal.

Média empresa — Sempre recebe o fiscal com um ar de deboche, tratando-o gentilmente, sempre oferecendo algo, mas ao mesmo tempo deixando claro que a tentativa é a de corrupção, pois sabe que é devedor e tenta ter outro débito empilhado sobre os anteriores.

Pequena empresa — Titulares via de regra pobres e, por conseguinte, lutadores, que tentam controlar seus compromissos, mantendo-os em dia perante o nosso instituto.

Certa vez, na minha área de trabalho (4ª Região, Copacabana), tive entre-meados para fiscalizar dois botequins. Pelo aspecto e freqüência, revelavam-se como sendo de pessoas sem muitos recursos, por conseguinte humildes. Quando lá cheguei, abriu-se um caminho que conduziu-me ao dono de um dos “botecos”.

Ele me recebeu com um sorriso, peculiar nas pessoas humildes, que me fez lembrar uma poesia muito propícia naquele instante: “Se se pudesse o espírito que chora ver através da máscara da face, quanta gente que ri talvez agora, piedade nos causasse”.

Pois aquele titular, com o máximo de franqueza, me contou que estava atrasado há muito tempo e não sabia o que fazer.

Eu, vendo ainda o sorriso e a maneira que ele teve em representar no palco da vida sem deixar que qualquer pessoa observasse a sua angústia, prometi-lhe um parcelamento da dívida no prazo mais longo possível. Prometi também que iria interessar-me por aquela causa.

Atto contínuo, fui abordada por um freguês do botequim, que me ofereceu um café ou um refrigerante qualquer, tendo feito questão de me dizer:

— Madame, eu não sou igual à senhora, mas o meu dinheirinho é igual ao seu.

E eu, rapidamente, tomei, em seu copo, um gole da cerveja que me oferecia.

Naquela área, eu, fiscal, sentia-me rainha, sentimento passado pelas atitudes cordiais daquelas pessoas, freqüentadoras habituais daqueles botequins.

Meus queridos colegas, confesso que foi a maior felicidade ter ingressado nesta carreira maravilhosa, que, como já disse, possibilitou-me conhecer melhor as pessoas com quem convivi. Gostei demais...

De repente, sem perceber a disparada do tempo, de dentro de mim eu escutava o que acima percebi naquele humilde devedor: “Se se pudesse o espírito que chora ver através da máscara da face, quanta gente que ri talvez agora, piedade nos causasse”. Pois eu estava sendo mandada embora para casa, sob as influências da infeliz “expulsória” — 70 anos de idade e 32 anos de serviços.

Por acaso

Antônio Carlos Martins
Pato Branco, PR

Este fato aconteceu em Curitiba, faz algum tempo. Os envolvidos foram dois fiscais de contribuições previdenciárias. Vamos chama-los, aqui, de Alberto e Braga. O Alberto, um sujeito sério, de poucas brincadeiras, fazia questão de realizar suas tarefas com rigor, observando os mínimos detalhes. Nas empresas, realizando serviços de fiscalização, não perdoava nada. Cobrava até centavos. É o que podemos chamar de o autêntico “CDF”.

Já o Braga era o oposto. Um mulatão entroncado, de pele cor de café-com-leite (mais café do que leite), muito brincalhão, gozador, gostava muito de fazer piada em cima dos colegas. A principal vítima de suas brincadeiras e gozações era justamente o Alberto, principalmente porque este não levava muito jeito para contra-atacar, apesar das tentativas. Embora muito amigos, para qualquer coisa que o Alberto fizesse ou falasse o Braga tinha uma gozação na ponta da língua. O interessante era o fato de o Braga gozar todo mundo, mas não gostar quando ele próprio era o alvo das gozações.

As investidas do Alberto para “pegar no pé” do Braga quase sempre continham referência à maneira como o mesmo tinha chegado a ser fiscal — Braga era oriundo do extinto IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comercia-rios), onde exercia a função de tesoureiro.

Dizia o Alberto, referindo-se ao Braga, que, quando da extinção do IAPC, os tesoureiros daquele órgão foram transformados em fiscais sem concurso, para sua sorte. Além disso, dizia que o Braga chegou a ser tesoureiro por influências políticas (teria sido cabo eleitoral de algum vereador) e que, se tivesse que fazer concurso, com certeza seria reprovado. E repetia sempre:

— Esse “mulatão” roda até em exame de fezes.

Contra esses ataques, o Braga sempre tinha uma saída rápida, e sempre acabava levando a melhor.

Aconteceu que num determinado mês os nossos dois amigos foram escalados para dar plantão, e em Curitiba os fiscais plantonistas ficam na mesma sala.

No primeiro dia de plantão, como já era de se esperar, o Alberto chegou primeiro e foi se instalando. Escolheu a melhor mesa, máquina de escrever, de calcular etc., e começou o atendimento aos contribuintes que iam chegando.

Muito tempo depois, chegou o Braga. Naquele momento, não havia nenhum contribuinte na sala. De cara, começou a implicar pelo fato de o Alberto ter pego o que havia de melhor para si. Este respondeu que se Braga tivesse chegado antes teria feito o mesmo, e que “não era burro”.

E, como ambos não tinham levantado com o pé direito, houve uma discussão um pouco ríspida entre os dois. Acalmados os ânimos, ficaram sem trocar palavras. Não havia contribuinte na sala, mas os dois não se falavam.

Passado algum tempo, chegou uma senhora, de meia idade, bonita, muito bem vestida, cheia de jóias. Da porta, ela cumprimentou os dois:

— Bom dia.

— Bom dia — responderam, em coro.

A senhora, dirigindo-se para a mesa onde estava o Alberto, foi falando:

— Por favor, eu preciso falar com um fiscal. O senhor, por acaso, é fiscal?

E o Alberto respondeu, de pronto:

— Não minha senhora. Eu sou fiscal, mas não é por acaso.

E, olhando para o lado, onde estava o Braga, completou:

— Se a senhora quiser falar com um fiscal por acaso, pode falar com este

“negão” aí.

Desacato à autoridade

Jesualdo Monteiro Gonzaga
Belo Horizonte, MG

A história aconteceu na cidade mineira de Uberaba, há bem mais de 40 anos, e nos foi contada pelo ex-fiscal do IAPI vítima do acontecimento e que deixou o cargo por uma carreira de magistrado no Estado de São Paulo. Naquela época (década de 40) o ex-IAPI tinha poucos anos de idade e a grande maioria dos empregadores não compreendia aquele “novo imposto” e nem fazia a menor idéia do que era a Previdência Social. Os empregadores eram uns revoltados com a obrigação de recolher as contribuições dos empregados e a parte deles próprios, principalmente por ser um recolhimento mensal. Muitos não aceitavam de forma alguma ter que contribuir para aquela repartição nova do governo federal. Era aí que o fiscal tinha que ser inteligente, para cumprir sua tarefa.

O fiscal do IAPI, naqueles tempos, tinha um trabalho muito árduo e perigoso. Como as contribuições tinham que ser recolhidas através de “cadernetas de contribuições” individuais, o fiscal era obrigado a relacionar os empregados da empresa para emitir os termos de débito. Era como registrar empregado, por parte do fiscal, somente para efeito de recolhimento. E isso, muitas vezes, ocasionava conflitos entre os empregadores e os fiscais.

O nosso informante, então ainda fiscal, entrou numa padaria, naquela cidade citada, e perguntou pelo dono. Como este se achava ausente, o fiscal, depois de se identificar, passou a tomar o nome dos empregados que estavam trabalhando, perguntando também quanto ganhavam etc. Era um trabalho comum na ocasião. Com esses dados, ele poderia levantar o débito e determinar à empresa que requisitasse as cadernetas de contribuições para recolher sua dívida para com o instituto.

Os fiscais eram também obrigados a explicar aos empregadores o que era o IAPI, porque havia aqueles recolhimentos, quais eram as suas obrigações etc. Portanto, esses servidores, além de fiscais, eram relações-públicas da autarquia.

Pois bem, o nosso ex-colega, depois de relacionar os empregados da padaria foi embora, para prosseguir o seu trabalho. Num outro dia, levantou o débito daquele estabelecimento, até então nem ao menos inscrito como empregador no Instituto dos Industriários, e voltou lá, para apresentar os documentos de débito e fazer seu trabalho de relações-públicas junto ao empregador.

Foi recebido por um empregado, que informou estar o patrão “lá em baixo”, num porão do prédio. Nosso informante pediu ao interlocutor que chamasse seu patrão, e ficou esperando. O empregado voltou, e disse ao fiscal que descesse ao porão, pois seu patrão queria também falar com ele. Disse mais, que “o patrão mandou dizer” que lá embaixo, no porão, ficaria mais fácil para eles conversarem.

Sem nenhuma precaução, o nosso ex-colega desceu ao porão. O dono da padaria estava sentado atrás de uma mesa. Junto a ele, dois homens, em pé, um de cada lado. O fiscal cumprimentou aqueles senhores, identificou-se verbalmente, abriu a sua pasta, tirou os documentos e começou a falar sobre o IAPI, sobre as aposentadorias etc. Estava fazendo seu trabalho de relações-públicas.

O dono da padaria e os dois homens ouviram silentes aquelas instruções. Mas, quando o fiscal acabou de falar, pedindo ao empregado que assinasse o termo de débito, este se levantou e gritou para os dois homens:

— Agora!

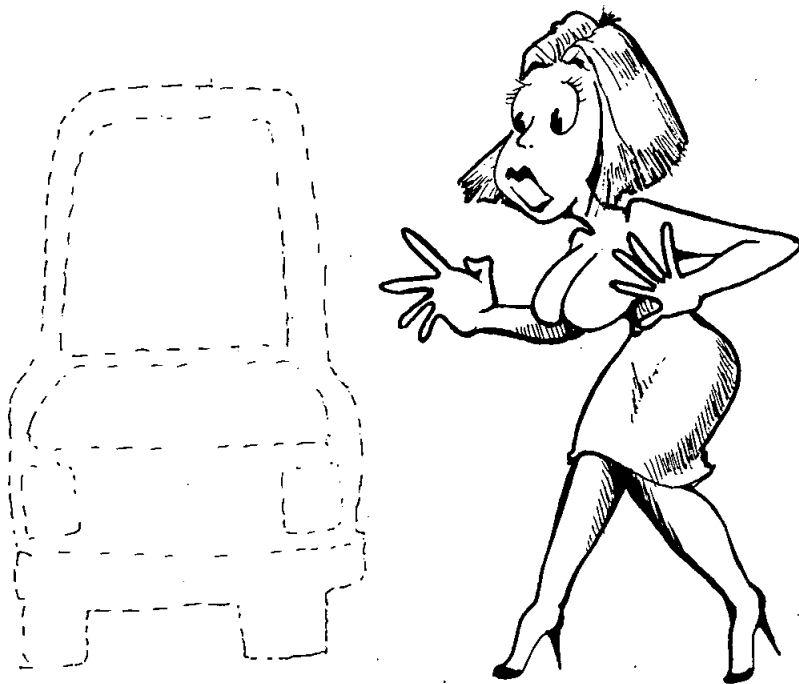
Imediatamente, os homens se colocaram atrás do fiscal, que tremeu de susto ao constatar que eles o intimidavam, armados, cada um, com um pedaço de pau. O dono do estabelecimento, de dedo em riste, virou-se para nosso ex-colega e o xingou de ladrão e de outros nomes indecorosos:

— Seu fdp! Agora, pique esses papéis que estão na sua mão e engula eles todos, se não quiser levar a maior surra que alguém já levou. E olhe que aqui pode gritar que ninguém vai ouvir. Esse ex-colega ficou tão apavorado com aquele terror que obedeceu cegamente ao dono do estabelecimento: picou o Termo de Verificação de Débito e o engoliu, cheio de medo de levar porretadas dos capan-

gas. Só depois que engoliu os papéis e de ouvir do proprietário da padaria todos os desaforos, pôde ir embora.

O fiscal, muito abatido e ainda cheio de revolta com a humilhação que sofrera, ao invés de ir para o serviço foi diretamente à delegacia de polícia, onde fez o devido relato dos acontecimentos e pediu providências ao delegado, identificando-se como fiscal e como advogado, que era.

O delegado intimou o dono da padaria a comparecer à delegacia, repreendeu-o pelo que fez, obrigou-o a assinar outro termo de débito, então feito, a pedir desculpas ao fiscal e ainda abriu um processo criminal contra ele, por desacato à autoridade. O ex-fiscal não soube nos dizer sobre o andamento desse processo, pois, poucos meses depois da ocorrência, deixou a cidade e, no ano seguinte, a fiscalização do ex-IAPI. Outros fiscais, seus contemporâneos, confirmaram esse fato, que não foi o primeiro nem o último com características semelhantes na fiscalização da Previdência Social.



Solidariedade

Iveti Kita
Londrina, PR

Até o mês de março de 1990, o Brasil estava em compasso de espera. Em março de 1990, a primeira medida de impacto do novo Presidente foi o bloqueio dos saldos das aplicações e das cadernetas de poupança, desfazendo o meu sonho de adquirir um carro novo nos meses seguintes.

Eu estava coordenando uma junta fiscal numa grande empresa, considerada como idônea e em dia com as suas contribuições previdenciárias. À medida, porém, que fomos verificando seus registros contábeis, as irregularidades iam surgindo.

No início de abril, já estávamos quase concluindo a coleta de dados junto à empresa.

No dia 11, saímos da empresa às 17 horas. Fui para o centro da cidade e estacionei o meu Chevettinho — ano 80 — na Av. Higienópolis. Coloquei a pasta no porta-malas, retirando a carteira e os documentos pessoais. Em seguida, por medida de precaução, estacionei o veículo em outro local, na Rua Tupi, esquina com Rua Belo Horizonte.

Fui até as Lojas Americanas e, após uma hora e meia, retornei ao local onde havia estacionado. O carro havia desaparecido. Andei de um lado para o outro, conversei com algumas pessoas que estavam por perto, chegando à conclusão que o mesmo havia sido furtado. Imediatamente, registrei a ocorrência na delegacia de polícia.

No dia seguinte, comuniquei à empresa e aos colegas o que havia acontecido e fui à região fiscal, relatar o furto da pasta, que estava dentro do carro, contendo um molho de chaves, uma agenda, o carimbo de identificação, as últimas instruções, o CFE da empresa, os ofícios da Junta de Conciliação e Julgamento referente às reclamações trabalhistas e todas as anotações acerca do trabalho executado. No mesmo dia, ainda comuniquei à seguradora, troquei o segredo da fechadura do meu apartamento, enfim, tomei todas as providências.

Alguns dias depois, na região fiscal foi feito um sorteio para indicar os três fiscais que iriam participar do curso de Contabilidade durante o mês de maio. Meu nome foi um dos sorteados. Foi a melhor coisa que poderia acontecer naquele momento. Afinal, teria um mês para estudar e esquecer o fato desagradável, que é a violência quando nos tiram alguma coisa. E também, teria o tempo suficiente para recuperar a pasta, pois costumeiramente os ladrões de carro jogam fora os documentos e ninguém iria se interessar por mapas de débito de contribuições previdenciárias.

Todos os sábados, eu verificava a listagem dos Correios de documentos recuperados. Também anunciei nos classificados do jornal de maior circulação da cidade, oferecendo recompesa para quem devolvesse, a pasta, mas nenhum resultado foi alcançado.

Em junho, reintegrada como coordenadora da junta fiscal, retornei àquela mesma empresa.

Certa manhã, fui chamada para atender a um interurbano de São Paulo, na sala de um dos diretores. Segundo a secretária, era a advogada da companhia. Ao chegar à sala desse diretor, estranhei que o telefone estivesse desligado, mas comecei a atender quando o mesmo perguntou-me sobre o carro furtado, falou da dificuldade em adquirir outro e, sutilmente, quis saber se eu não me interessaria em retirar um carro novo da agência, através da empresa. Rapidamente, para sair daquela situação embaraçosa, recusei, levando para o lado da brincadeira.

Na semana seguinte, a empresa voltou à carga, convidando-me para uma recepção em São Paulo, pois os diretores pretendiam conversar comigo. Informei à chefia da região fiscal e a mesma orientou-me no sentido de ignorar as propostas recebidas e continuar o trabalho normalmente.

Fatos estranhos começaram a acontecer, tais como:

— telefonemas para a residência de minha mãe, perguntando por mim, sempre que eu saía de lá. A pessoa identificava-se como Paulo, fiscal, sendo que em nossa região fiscal não existe nenhum fiscal de contribuições previdenciárias

com este nome e o telefone da residência de minha mãe, bem como o meu, não constam das listas telefônicas. Orientei a quem atendesse o telefone para colher melhores informações, pois poderia ser alguém tentando contatar-me para devolver a pasta;

— na noite do dia três de julho, alguém tentou abrir a porta do meu apartamento, fato confirmado pelo chaveiro, que chegou à conclusão de que forçaram a fechadura com uma outra chave. Lembrei-me imediatamente do molho de chaves furtado com o carro. Medidas de segurança foram tomadas;

— às sete e meia do dia seis de julho, ao ouvir a campainha, abri a porta. A luz do corredor estava apagada. Com a claridade da porta aberta, vi um homem suspeito, trajando um *overcoat*, com uma pasta marrom. Imediatamente, fechei a porta e fiquei observando-o através do olho mágico. Estava tudo escuro, até a porta do elevador abrir-se e nele entrar aquele homem estranho. Apesar do pânico, voltei ao trabalho;

— força de imaginação ou não, sempre havia um carro me seguindo. Quando eu o percebia, tentava despistá-lo, com o risco de provocar algum acidente.

Concluimos a coleta de dados, efetuamos o cálculo do débito suplementar e o apresentamos. Após uma reunião da diretoria, a empresa resolveu que iria contestar esse débito.

Como havia muitas notificações a serem lavradas, dividimos a tarefa e cada integrante da junta fiscal trabalharia em sua respectiva casa.

Em 30 de agosto, recebi um telefonema anônimo, voz feminina, dizendo que era uma pessoa amiga e que eu deveria procurar ajuda, pois havia pessoas que tentariam acabar comigo. Se a intenção da empresa era me deixar amedrontada, isso ela estava conseguindo. E muito. Tratava-se de uma ameaça de morte e providências teriam que ser tomadas.

Imediatamente, informei ao chefe da região fiscal sobre o telefonema anônimo, pois os outros fatos estranhos já eram de seu conhecimento.

Em seguida relatei o fato ao chefe de grupo, esperando providências para a minha segurança. Ele simplesmente respondeu-me que era necessário levar provas concretas. Não houve respaldo. Como é difícil as pessoas darem crédito a uma ameaça de morte! Seria necessário acontecer o pior, para poder levar o cadáver como prova concreta.

Felizmente, meu irmão, que é vereador, prontificou-se a pedir proteção à Polícia Federal. Solicitei, então, ao chefe de grupo e à fiscal assistente que nos acompanhassem, pois tratava-se de um assunto envolvendo o serviço.

O delegado da Polícia Federal disse que seria aconselhável designar outro fiscal para a tarefa. Mas, como já estávamos concluindo a fiscalização, isto poderia prejudicar o trabalho. O senso do dever sempre deve prevalecer.

No dia seguinte, conforme sugestão do delegado, comparecemos à empresa acompanhadas de dois agentes federais, usando o colete de identificação da corporação. Foi um corre-corre na empresa.

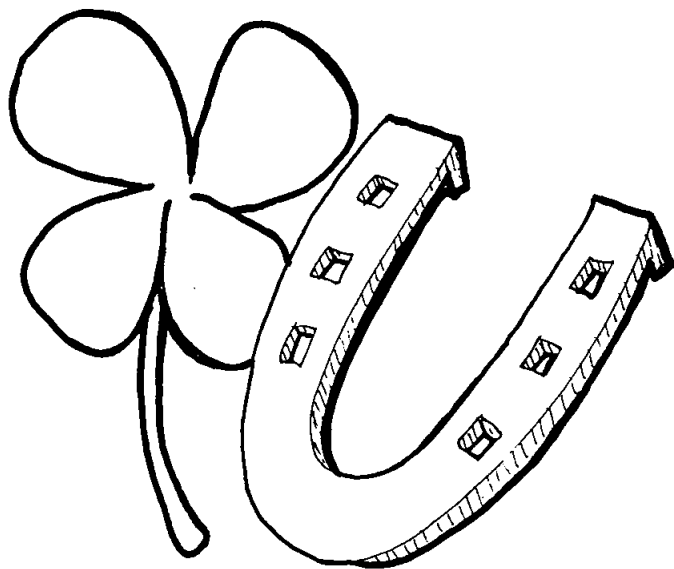
Após essa visita com os agentes, cessaram os telefonemas e o carro que me seguia desapareceu. Tudo voltou à normalidade. Ficou apenas o prejuízo causado pelo estranho roubo do carro.

Conseguimos concluir a fiscalização, lavrando e entregando as notificações fiscais de lançamento de débito à empresa.

Para a nossa surpresa, na primeira reunião dos fiscais da região, após os fatos relatados acima, foi realizado um churrasco de confraternização, na chácara do grêmio dos funcionários da empresa que veladamente me ameaçou de morte. E, com exceção de uma fiscal que solidariamente me acompanhou, e de alguns outros, que lá não foram por diversos motivos, todos os demais fiscais participaram do festejado churrasco.

Quanta frieza!

Onde está o espírito de solidariedade entre nós?



Sexta-feira, treze

João Gonzalez
São Paulo, SP

Não sou nem um pouco supersticioso. Mas, naquela sexta-feira, treze, em pleno mês de agosto, eu não me atrevi a sair de casa sem ler o meu horóscopo. Seu conteúdo era favorável e previa situações agradáveis, tais como sucesso no trabalho, sucesso no relacionamento com as pessoas e sorte no amor.

Preparei-me para sair de casa satisfeito e com muita confiança, disposto a cumprir aquele programa que eu mesmo havia elaborado. Ao abrir a porta, senti o vento, úmido e gelado, batendo no meu rosto. As pessoas que se aventuraram a sair de casa naquela manhã amaldiçoavam o frio da cidade, conhecida como “São Paulo da garoa”.

La visitar, pela terceira vez, a Construtora Bom Clima, na tentativa de fiscalizá-la. Enfrentava o problema de não conseguir chegar até os responsáveis e, conseqüentemente, não podia iniciar os trabalhos.

A recepcionista atendeu-me e pediu que esperasse naquela sala mal-iluminada e acanhada, onde algumas pessoas já estavam aguardando. Não havia conseguido ainda ultrapassar o bloqueio de uma jovem secretária, que atendia à recepção e ao telefone de uma maneira muito versátil e eficiente. Sem dúvida, havia sido treinada para evitar o acesso das pessoas aos gerentes e diretores da empresa. Para tal, utilizava, algumas vezes, o seu charme e respondia com delicadeza; outras vezes, usava modos pouco convencionais. A resposta mais comum era que os diretores ainda não haviam chegado e não poderiam atender.

As pessoas que aguardavam na sala de recepção queriam receber pagamentos por serviços prestados a um condomínio habitacional construído pela empresa. Elas estavam ansiosas e agiam neuroticamente, demonstrando impaciência.

Após alguns minutos de espera, fui informado pela recepcionista que seria atendido somente na próxima segunda-feira. Preparei uma nova notificação e pedi à moça que me levasse até ao gerente, para que eu pegasse a sua assinatura. Entretanto, isso não foi preciso: a própria recepcionista assinou a notificação, com a maior naturalidade, como se fosse rotina a empresa receber tais tipos de documentos. Identifiquei-a e saí imediatamente, sem me despedir.

Decidi visitar o tal do condomínio. Lá chegando, verifiquei que se tratava de um conjunto popular, ainda não terminado totalmente, mas já habitado. Senti, em visita ao prédio e em conversas com os moradores, que a Construtora Bom Clima, não zelava pelo significado do seu nome e, ironicamente, havia deixado por aquelas plagas somente turbulências. Constatei que havia muita irregularidade perante os órgãos públicos e que teria muito trabalho para corrigir as distorções existentes.

Nas conversas com os moradores e também com o síndico, tentei obter material que me ajudasse na fiscalização. Surgiu então a idéia de utilizar a força dos condôminos para obrigar os diretores da empresa a fornecer os documentos e regularizar a situação. Respondi depois rapidamente a algumas perguntas e despedi-me de todos, prometendo voltar em outra oportunidade.

Fui visitar mais duas empresas e não obtive resultados práticos satisfatórios. Verdadeiramente, não havia sido feliz, naquela manhã, com as minhas visitas. Lembrei-em que os fiscais mais velhos têm razão quando dizem que as sextas-feiras foram feitas para o descanso e não para o trabalho; nesse dia, as firmas já vivem o ambiente de fim de semana e o serviço do fiscal não rende.

Já passava de meio-dia quando entrei na lanchonete próxima à região fiscal, para almoçar. Era comum encontrar vários colegas nesse horário, comendo sanduíches e trocando novidades. Na verdade, naquele dia, eu fui até lá na expectativa de encontrar alguém muito especial: a Amelinha. Era uma colega recém-transferida do interior — pequenina, graciosa e elegante — e que tanto me havia sensibilizado. Todavia, não sei sei pelo frio ou pela sexta-feira, não encontrei nenhum dos amigos habituais.

Passei na repartição e — como acontece com os soldados que vão até o quartel em dia de folga — recebi uma incumbência: visitar uma escola, para cum-

prir uma RD. Meu chefe explicou-me a tarefa repetidas vezes, fez uma série de recomendações e insistiu que eu deveria ir ainda naquele dia.

Gosto do meu chefe. Sempre me dei bem com ele e, quando posso, atendo aos seus pedidos. Acontece, porém, que alguns chefes têm a mania de nos tratar como crianças arterias e, comumente, preguiçosos mentais. Insistem que os despachos e os relatórios têm que ser do jeito deles e não aceitam sugestões ou formas diferentes. Perguntei-me:

— Será que os chefes não deviam ter suas razões para agir dessa forma?

Imaginei quão difícil deve ser dirigir fiscais com hábitos e neuroses diferentes.

Fui até ao endereço afixado na requisição e verifiquei que se tratava de uma escola mantida por uma congregação religiosa. Entrei e fui recebido pelo porteiro, que me acompanhou até a secretaria. Passei pelo pátio e o burburinho das crianças, brincando no recreio, trouxe-me uma série de boas recordações.

Uma religiosa, com hábito branco, veio me atender. Apresentei-me e solicitei gentilmente a documentação necessária para atender àquela requisição. A receptividade da freira não foi cordial, pois, fez uma careta, olhou bem para mim, fixou seus olhos nos meus e pediu que eu me identificasse. Mostrei o papel timbrado da declaração do colégio, informei que era usual a presença do fiscal para confirmar a prestação de serviços de antigos funcionários e que o meu trabalho era de interesse da própria instituição. Tudo isso, porém, de nada adiantou. Exigiu ela que eu apresentasse um documento.

— Minha senhora — disse-lhe eu —, pela primeira vez em dez anos vou ser obrigado a me identificar para cumprir uma mera formalidade.

— Hoje, as coisas são diferentes — disse-me ela —, e essa sua barba é muito suspeita — completou.

De um modo geral, sou tranqüilo, de relacionamento e convívio fácil, alegre e descontraído com todos. Mas ainda costumo encabular-me. Fiquei vermelho e não conseguia manter a calma. Havia sido tratado com grosseria e a minha aparência era de um cidadão respeitável e não a de um marginal. Pensei que, de fato, eu merecia maior consideração. Tentei, porém, me recompor, com um profundo suspiro, e disse:

— Puxa, irmãzinha, a senhora cismou com a minha barba. Mas, esqueceu que Jesus Cristo também usava barbas.

Falei isso de uma maneira carinhosa, na tentativa de agradá-la. Entretanto, de nada adiantou. Muito pelo contrário, só piorou a situação. Quando eu terminei de falar, percebi que a freira estava prestes a ter um ataque apoplético. Virou-se bruscamente, chamou o porteiro da escola e ameaçou expulsar-me do colégio. Rapidamente, tirei do bolso a “discreta” carteira preta, com o brasão da República, e apresentei-a a ela. A irmã tirou o documento da minha mão, leu-o e falou, pausadamente:

— Dimas Taberna. O nome do bom ladrão, o que foi crucificado ao lado de Cristo, e o sobrenome indicando o lugar do vício.

Voltei a ficar rubro de raiva. Não acreditei na audácia daquela freirinha. Ela teve o atrevimento de me enfrentar, acintosamente, e eu tive vontade de desacatá-la!

— Desculpe, mas, a senhora está sendo grosseira — disse-lhe eu.

Nem ligou! Virou-se e pediu para acompanhá-la. Analisei os documentos e verifiquei que se tratava de uma religiosa que trabalhara durante anos na congregação, mas não havia sido registrada e não existiam recolhimentos em seu nome. Tentei explicar a ela que eu precisava de provas documentais que demonstrassem não só o trabalho, mas também os recolhimentos. Esses documentos eram fundamentais para conceder ou não o benefício, relatei. A freira não aceitou a minha explicação e justificou que os religiosos apenas tinham obrigações para com Deus e não para com a lei dos homens. Procurei não discutir. Fiz algumas anotações e pedi seu nome, para poder sair.

— Irmã Virgínia da Perpétua Pureza — falou.

A freira acabara de me dar a oportunidade de rebater e fazer a mesma brincadeira que ela fizera com o meu nome. Poderia enaltecer e comentar as virtudes ali representadas. Mas, não o fiz. Contive-me e pedi o seu nome verdadeiro. Ela respondeu-me que era conhecida por esse nome e se negava a dar informações complementares.

Olhei bem para ela, estufei o peito, fiz um ar autoritário e disse, com a intenção de dar-lhe um susto:

— Vou ser obrigado a pedir que a senhora me acompanhe até a delegacia de polícia, para fazer um boletim de ocorrências. Preciso anexar esse documento ao processo para servir de prova de que a senhora se nega a me dizer o seu verdadeiro nome.

Com essas minhas palavras, a freira perdeu a altivez. O seu rosto murchou como uma flor envelhecida e aquele ar de autoritarismo e prepotência desapareceu. Fez uma cara de choro, abaixou a cabeça e dirigiu-se lentamente para uma outra sala. Após alguns minutos, trouxe-me a carteira de identidade.

Os ânimos haviam se exaltado e eu senti um certo alívio quando vi o documento em sua mão. Não gostaria de criar um caso e nunca imaginei em ir até a delegacia para prestar queixas. Fiquei contente com o desfecho.

Quando li o seu nome: **Clara Flama Caliente**, não pude conter um sorriso. Gostaria de ter dado uma gargalhada bem debochada, mas não me atrevi. Somente dei um olhar final de satisfação para ela e devolvi-lhe o documento. Agradei e saí.

Ao chegar em casa, havia um recado da comemoração do aniversário da Amelinha naquela mesma noite. Fiquei radiante, pois poderia complementar o que já havia sido bom durante o dia, em relação ao que previa o meu horóscopo.

Foi, de fato, uma noite agradável e alegre. Descrever os acontecimentos ocorridos na escola para alguns colegas, em clima de festa e com muita descontração, foi motivo de êxtase e locupletação geral.

Quando deu meia-noite, cantamos o “Parabéns pra Você” e percebi que muitos ficaram felizes de ter passado aquela sexta-feira, treze de agosto, ilesos.

O fiscal de Virgínia

Evandro Costa
Caxambu, MG

P

Primeiros dias de março de 1963.

O delegado do IAPC em Belo Horizonte emite determinação pessoal (DP) transferindo-me para a agência de São Lourenço, estância hidromineral do sul de Minas.

Muito jovem, cheio de sonhos e aventuras, cheguei com boa vontade e muito vigor. Passados apenas dois dias, o agente local, “Dr. Ademar” (nessa época, os fiscais eram subordinados ao agente), disse, com muita seriedade:

— Evandro, desde 1953 não vai nenhum fiscal até a cidade de Virgínia. Trata-se de uma cidade pequena e de difícil acesso. Recebi denúncia, de um comerciante, de que ninguém vem recolhendo as contribuições ao instituto. Fiscalize tudo, iniciando pelo denunciante.

Dito isto, entregou-me a carga das F.316, com seu anexo F.435 (ficha de cadastro, que corresponde hoje ao CFE), e ainda dois processos para diligência urgente, sendo um de pensão (tarja preta) e outro de auxílio-doença (tarja verde na capa).

No dia seguinte, de manhã, parti da estação ferroviária na querida “Maria Fumaça”. Pelo caminho, fui observando as plantações e as fazendas, até que pela primeira vez desci na estação da pequena cidade de São Sebastião do Rio Verde. Logo em seguida, tomei lugar na “jardineira” (tipo de ônibus da época) rumo a Virgínia, que ainda estava distante mais de 40 quilômetros, por estrada de terra. O veículo sacolejava o tempo todo, e eu apenas com o café tomado de manhã. O dia foi passando.

Era uma tarde quente e sonolenta quando avistei, pela janela, a torre distante da igreja local. Ruas sem calçamento. O movimento apenas de um ou outro cavaleiro chegando das fazendas e plantações. Ali, com um comércio muito fraco, as pessoas vivem exclusivamente da produção rural. Pessoas de idade avançada o tempo todo nas janelas, ou então assentadas no pequeno jardim da praça, apenas esperando o tempo passar.

A chegada da “jardineira” atraiu algumas crianças, que vieram correndo e gritando. Fui informado de que não existia hotel, pensão ou pousada. O motorista indicou um pequeno cômodo, que alugavam apenas para dormir. Lá coloquei minha mala com as roupas e imediatamente parti para luta.

O denunciante foi o primeiro a ser fiscalizado. Assinou a notificação, que na época era Termo de Verificação de Débito (TVD, do ex-IAPC), e com o rosto muito vermelho, cheio de rancor, questionou:

— Escuta aqui, rapaz. Faço uma denúncia para colaborar e depois sou o primeiro a ser “ferrado”? Tá certo isso?

Muito constrangido respondi:

— O senhor foi o primeiro, para que os outros não desconfiem.

Ele não respondeu mais nada, limitando-se a levar a primeira via da notificação para os fundos do armazém.

Naquela mesma rua, fiscalizei mais quatro botequins e em todos emiti a notificação de débito. Realmente, o período sem recolhimento de contribuições naquela cidade estava resultando em um valor expressivo.

Suado e com fome, senti que estava no momento de procurar um bom lanche. Foi então que lembrei do processo de pensão a ser informado com urgência. Examinando o processo, constatei e fiquei triste com tal situação, pois há mais de 18 meses ele dependia apenas de uma informação fiscal. O sol se deitava no horizonte. No final da rua, fui informado que a viúva residia a mais de dois quilômetros, na estrada que levava à zona rural do município. Mesmo assim, parti, caminhando, para solucionar o caso.

Pouco andei, quando fui abordado por um homem gordo, estatura pequena e cabelos grisalhos. A face marcada pela idade avançada e lutas pela vida. Tinha, no entanto, uma expressão de bondade e alegria.

— Escute, moço, ocê é o fiscal do instituti que tá murtano os comerciante?

Respondi que era realmente fiscal, e que minha função não era de multar, mas apenas acertar a situação dos débitos do IAPC. Foi então que ele esclareceu:

— Pois é. Meu nome é João Lourenço, e sou o juiz de Paz aqui da cidade. Como o povo tá meio brabo, eu levei sua mala lá pra casa. Nosso povo não pode fica exartado, que a coisa cumprica memo.

Muito jovem, inexperiente na arte de fiscalizar, não senti medo. Pelo contrário, sentia que, tendo uma carteirinha de fiscal, com autorização até mesmo para solicitar apoio da polícia, nada devia temer. Respondi, com convicção:

— Posso requisitar o destacamento policial desta cidade para minha proteção, conforme pode verificar nesta carteira de fiscal. Veja o que consta no verso. Leu com ar solene, de autoridade do município, e sorrindo bondosamente respondeu:

— Escute o que vou dizê. Não sei que destacamento é esse. Aqui só tem dois sordado e um cabo. Eles têm lavoura na roça e no corrê do dia só aparece quando tem incrensa feia.

Concordei em usar sua casa para pouco. Agradei a bondade do convite e da preocupação e esclareci que ainda tinha um processo para resolver. Tomei o caminho rapidamente.

Estava de terno escuro, gravata e pasta, “tudo em conformidade com um fiscal novo e cheio de autoridade na cidade pequena”.

Cheguei na humilde casa. Coberta de poeira, pintura suja, janelas quebradas, e um sinal visível de total miséria.

Uma criança descalça, nariz escorrendo, gritou avisando da chegada. Logo surgiu uma senhora de cabelos pretos, muito magra, bem alta e rosto ainda jovem. No colo, outra criança. A face demonstrava o tempo de sofrimento que estava passando. Apesar de tudo, inspirava uma grande dignidade. Identifiquei-me e disse que ali estava para solucionar finalmente seu caso. Seus olhos brilharam e um sorriso sincero e lindo transformou seu rosto. Ofereceu-me um cafezinho delicioso e quente, apesar de ser na canequinha de lata. Apanhou no armário a foto de casamento, em Aparecida do Norte, e não importava o vestido simples de noiva nem o terno alugado pelo noivo; o sorriso de ambos era de total felicidade. Verifiquei que o falecido tinha sido bastante forte e simpático. Em uma caixa de sapatos, cheia de papéis, ela localizou a primeira carteira profissional do falecido. Ao saber que, pelas anotações, considerava seu caso quase solucionado, ela começou a agradecer a Deus e ao fiscal. Pediu aos filhos que me dessem um abraço e a sala se encheu de alegria e felicidade. Parti sentindo uma alegria imensa.

A noite havia descido, escura e sem lua. Cautelosamente, tomei o caminho de volta e pouco havia penetrado na escuridão quando comecei a recordar do aviso do juiz de Paz.

Aos poucos, um pavor imenso tomou conta de mim. Senti um calafrio percorrer todo meu corpo. A respiração tornou-se ofegante. Era um local propício para levar uma surra ou ser esfaqueado. Poderia morrer.

Ouvi passos. Senti que eram de mais de uma pessoa. Fiquei apavorado e comecei a correr.

Bati de frente e caí de lado. A pasta foi atirada longe. Meus óculos entortaram no rosto, mas não chegaram a cair. Gritei, apavorado:

— Não chega, que eu atiro. Estou armado. Eu atiro.

Na realidade, não carregava nem mesmo um canivete. Mas o pavor foi grande. Foi então que vi meu agressor.

Um tropeiro havia retornado da roça e amarrou um burro carregado com dois balaio (cestos), um de cada lado, junto à cerca de arame farpado. O animal, que procurava posição para descansar, trocava de pé, originando o barulho semelhante ao de passos de uma pessoa caminhando na escura noite. Quando o animal esticou o corpo para o centro da estrada comecei a correr e acabei batendo de frente com o balaio, do lado esquerdo do animal.

Não tive tempo de achar graça. Muito assustado, apanhei minha pasta. Bati a mão na roupa suja de poeira e novamente tomei o caminho, apressadamente. Somente ao alcançar o primeiro poste de iluminação, na entrada da cidade, respirei novamente, de maneira normal, e tomei novo fôlego. Acertei os óculos tortos e, mais calmo, caminhei com a maior dignidade possível em direção à casa de João Lourenço.

Casa bem antiga, teto alto e chão de tábua corrida. O chuveiro era uma lata improvisada. Enchia-se a lata com água quente. Em seguida, puxava-se a mesma para o alto, amarrando-a em um ganho. Feito isto, abria-se a torneira e o banho era tomado rapidamente. Acabada a água da lata, terminado o banho.

A esposa do João Lourenço era também pequena, muito gorda, tendo os cabelos grisalhos amarrados em coque atrás da cabeça. Simpática e alegre, deu logo a perceber que era uma professora de zona rural. Em seguida, tomando assento ao lado do marido, junto à mesa de jantar, ela disse:

— Fritei especialmente para você um franguinho caipira. O bom mesmo é comer com as mãos.

Logo em seguida, olhando com espanto para meu terno, afirmou:

— Depois do jantar, vou passar uma escova no seu terno. O que aconteceu?

— Não foi nada; deve ter sido o pó da jardineira.

Saboreei o frango caipira com muita fome e prazer. Recordo que apanhei um bom pedaço e comecei a devorá-lo.

Nesse instante, a porta da sala abriu-se e por ela entrou justamente o segurado denunciante.

— Bença, pai. Bença, mãe.

Fiquei vermelho como pimentão. O enorme pedaço do frango escorregou e atravessou em minha garganta. Tossi forte e fiquei sem respiração. João Lourenço, dirigindo-se ao filho, apresentou-me:

— Meu filho, este moço é o fiscal do instituti. Como os cumpanheiro tá meio brabo, eu troxe ele aqui pra casa.

O filho não parou e foi em direção à cozinha, sem me olhar.

— Eu sei, pai, ele teve também no meu armazém.

Acordei cedo e tomei a “jardineira” às cinco horas da manhã. João Lourenço foi até o local da partida. Comovidamente, agradei sua bondade e carinho, falando do acerto de seus conterrâneos na escolha de sua pessoa para juiz de Paz.

Sentei-me no primeiro banco e senti o motorista me olhando de maneira insistente.

– Gostou pouco da cidade? Tá indo embora tão depressa?
Senti a ironia da pergunta e nada respondi.

A chegada em São Lourenço foi cômica e histórica. Procurei explicar o motivo da volta inesperada. Ali estavam os colegas fiscais hoje aposentados: Augusto César Mendes, Oyama Seixas de Aguiar, Álvaro Lopes Cançado e Cláudio José Temponi. Todos com sorrisos de gozação e trocas de olhares. Senti todo o drama. Nesse momento surge o “Dr. Ademar”, que sem me dar oportunidade para justificativas, foi logo dizendo:

– Menino, eu entendo. Não fique triste, foi apenas o seu batismo como fiscal nesta região. Seja, portanto, bem-vindo.

A gargalhada foi geral.

A máquina maluca

Eurico Honorato Rodrigues
Rio de Janeiro, RJ

Anos de 1961, 1962. Cidade de Santos, São Paulo. Local: delegacia do IAPM (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos). Cabe, antes, um esclarecimento: por deficiência numérica de fiscais em todo o Brasil – o Rio de Janeiro tinha o maior contingente –, era normal, anualmente, o diretor do DAF (Departamento de Arrecadação e Fiscalização) designar equipes fiscalizadoras para atuar em diversos outros estados. Assim é que, lotado no Rio de Janeiro, em junho de 1961, fui designado, na qualidade de chefe de equipe, com mais três fiscais – Edson da Rocha Fraga, Edgar Bastos de Roure e José Carlos Nogueira de Gama (já falecido) – para efetuar serviços naquela cidade. Além dos três fiscais, como eu, oriundos do Rio de Janeiro; fica-

ram sob a minha coordenação também os funcionários do setor de arrecadação e fiscalização, além dos fiscais lotados naquela delegacia. Entre eles, um de nome José Pimenta.

Tão logo chegamos a Santos iniciamos os nossos trabalhos. Por volta de meados do mês de agosto de 1961, José Pimenta tirou licença para tratamento de saúde. Internado que foi, circulou a notícia de que, além da estafa, ele se apresentava “meio abobalhado”. Parecia, segundo comentários, que sofria das faculdades mentais. Logicamente, todos nós, solidários, ficamos preocupados e constantemente ele era visitado no hospital, do qual por diversas vezes tentou fugir. Diziam, em outras palavras: “O Pimenta está maluco”.

Assim, o tempo foi passando. Ele internado e nós outros no trabalho.

No decorrer do mês de fevereiro de 1962, José Pimenta teve alta, retornando ao serviço. Seu comportamento parecia normal. Contudo, antes de enviá-lo para executar serviços externos de fiscalização, queríamos uma prova concreta do seu restabelecimento. Ocorreu-nos então a idéia de mantê-lo nos serviços internos, na conferência tão-somente da parte dos cálculos dos levantamentos de débitos efetuados pelos outros fiscais. Aliás, diga-se de passagem que esta fora a praxe adotada de início, pois sabíamos que assim se procedia na sede — então no Rio — com todos os débitos remetidos pelos outros estados.

E, para testar o José Pimenta, nada melhor do que uma tarefa do porte da conferência de cálculos. A ele, então, entreguei pessoalmente um daqueles débitos já prontos. Entretanto — queríamos uma prova definitiva da sua cura —, tivemos a preocupação de trocar algumas teclas da máquina de calcular elétrica Remington que ele usaria. Sendo as teclas removíveis, não foi difícil inverter suas posições, assim: o número um pelo três; o quatro pelo seis e o sete pelo nove, permanecendo os demais nos respectivos lugares.

Acertados todos os detalhes e alertados que foram todas os funcionários e colegas fiscais sob o nosso objetivo, entreguei o serviço ao Pimenta.

Sentado, usando uma mesa à minha frente e tendo a referida máquina à sua direita, iniciou ele a conferência.

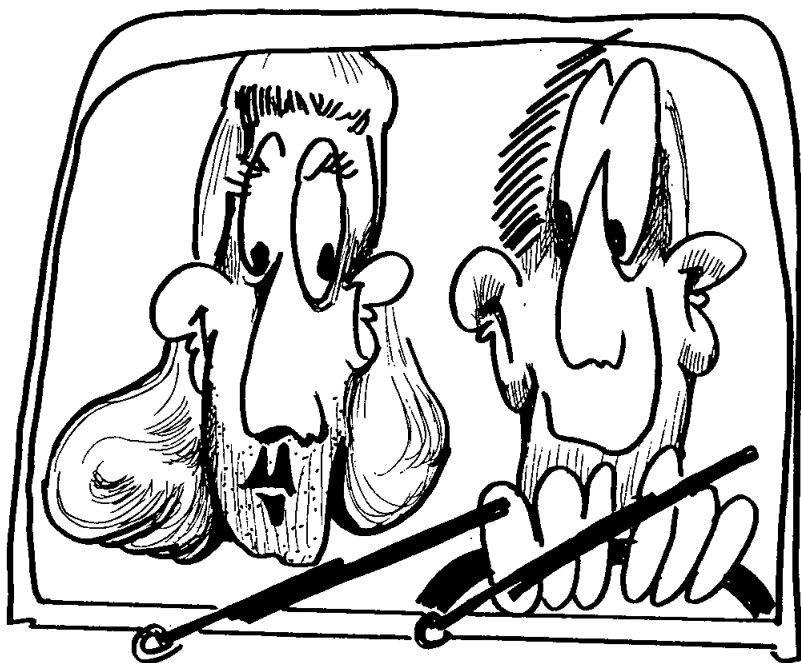
Com as teclas invertidas, como acima informei, ficou claro que sempre que digitava, por exemplo, Cr\$ 1.300, na fita de papel da máquina aparecia outro valor ou seja, Cr\$ 3.100, e assim sucessivamente.

Ele começou então a se agitar na cadeira, impacientando-se sempre que fazia funcionar as teclas, e a rasgar a fita de papel da máquina, jogando-a no chão. Pimenta repetia as operações por várias vezes, sempre com certo nervosismo. Até que não se conteve. Levantou-se. De frente para a máquina, apertava um número e, rapidamente, olhava para o papel. Não adiantava nada. Ao apertar o um, aparecia o três; ao apertar o três aparecia o um, e sempre assim, com as demais teclas invertidas. Isso acontecia sob o silêncio de todos, que sem o fitarem fingiam trabalhar. E eu ali, à sua frente, com o mesmo procedimento.

Foi então que José Pimenta, amassando e jogando no chão mais um pedaço da fita de papel da máquina, dirigiu-se a mim, dizendo:

— Eurico, não adianta continuar. Assim não dá, pois esta máquina de calcular está maluca.

Foi uma só risada e gozação geral na sala. Ele se assustou.
Para acalmá-lo, fui logo dizendo:
— Pimenta, foi só um teste. Esta máquina está realmente **maluca**, mas você está **curado**.



O fato

Eddie Tom Backer
Belo Horizonte, MG

Fato ocorrido em em 1968, 6º Grupo Fiscal, 1ª Região Fiscal, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Personagens

Eddie Tom Back (ex-IAPC), orgulhoso dos seus 40 anos de serviço sem faltas, aposentado, conhecido por Tom Back, autor e pivô do fato ocorrido.

Coadjuvante: João Batista Aroeira Moreira (ex-IAPC), aposentado, colega de grupo fiscal.

Chefe de grupo: José Bonifácio Cunha (ex-IAPI), falecido.

Desligando que foi para fiscalizar dez motéis em Belo Horizonte, bairro da

Pampulha, dentre eles figurava o Motel Lírio. Havia denúncia de empregados sem registro no Ministério do Trabalho — naquela época, nós, fiscais de Previdência, éramos encarregados de fiscalizar as normas de proteção do trabalho.

Aproximadamente às oito e meia para lá rumei, na esperança de fazer boa produção. Lá chegando, na minha possante Vemaguete/61, aproximei-me do portão de entrada e, discretamente, toquei a buzina. Entreaberto o portão, fui informado de que lá só entravam casais. Como eu estava sozinho, não seria permitido meu ingresso. Saltei do carro, aproximei-me do referido portão e identifiquei-me como fiscal de contribuições previdenciárias, informando sobre minha intenção de fiscalizar o referido estabelecimento. Recebi a resposta um tanto amarga:

— O quê? Fiscal? Piorou. Aí é que não entra.

Desolado, entrei no carro e rumei para outra empresa. No dia seguinte, encontrei-me, no grupo fiscal, com o colega Aroeira e relatei meu insucesso anterior. Ele se prontificou a me ajudar, pois com a convivência na junta fiscal, nos tornamos grandes amigos.

Pelo fato de no motel não receberem um fiscal, dois também de pouco adiantaria, pois o portão não seria aberto. Então, “bolei” o seguinte: com a aquiescência do colega Aroeira, eu poria no mesmo uma linda peruca loira e retornaríamos ao referido estabelecimento. Combinamos que às 16 horas iríamos de qualquer forma entrar naquele reduto, aparentemente intransponível, para a fiscalização.

Ao nos aproximarmos do motel, coloquei a peruca no colega Aroeira e, dando um tapinha carinhoso em seu rosto, disse:

— A primeira vez você fica encabulada; depois, você se “desbandera”, tá, querida?

Ele resmungou:

— Você bola cada uma, Tom Back. Não conte para os colegas, tá?

Toquei a buzina. A pessoa da portaria viu aquele “lindo” casal e, de pronto, abriu o portão. Rumei para um dos boxes e o Aroeira rapidamente tirou a peruca. Imediatamente, começamos a entrevistar os empregados para o devido registro no Ministério do Trabalho.

— Jurei que havia um casal neste carro. Cadê a mulher? — perguntou a encarregada da portaria.

Desde então, saboreamos a vitória: oito empregados sem registro: somente dois registrados, o que ocasionou o respectivo levantamento de débito e a lavratura dos respectivos autos de infração. Coube a mim uma excelente produção, graças também ao colega Aroeira.

Este fato comprova o nosso espírito de coleguismo, imaginação e argúcia. Aroeira, meus agradecimentos, mas... você correu um grande risco....

O dever

Takemi Nakato
Curitiba, PR

Esta história, verídica, aconteceu em 1985, com fatos pitorescos e emocionantes.

Estávamos trabalhando na região sudoeste do Paraná. Após concluirmos a missão nas cidades de Francisco Beltrão e Capanema, fomos a Santo Antônio do Sudoeste, fronteira com a Argentina.

Era quinta-feira, de manhã, e ficamos hospedados no hotel onde antigamente funcionou o hospital da cidade. Após o almoço, concluimos os trabalhos na cidade de Pranchita, a dois quilômetros dali. Voltamos ao hotel, para programarmos a viagem à cidade de Barracão, com uma estrada de 30 quilômetros de terra, acidentada, a ser percorrida. Alguns viajantes que estavam no hotel nos in-

formaram que a estrada pela Argentina era, sem dúvida, muito melhor.

Fomos então, juntamente com um colega da Receita Federal, até ao comando militar argentino, a dois quilômetros da fronteira, solicitar autorização para transitar naquele território. Lá chegando, após nos identificarmos e apresentarmos as justificativas que lá nos levaram, o comandante nos deu a autorização e, de imediato, transmitiu pelo rádio, à cidade mais próxima de Barracão, o comunicado de que dois amigos brasileiros, com veículo Monza, placa BK 4494, dentro de aproximadamente uma hora chegariam para passar a fronteira com destino a Barracão.

Durante a transmissão, percebemos que havia um mau entendido — a viagem estava prevista para sexta-feira e, o comandante dissera que nós iríamos naquele dia, quinta-feira. Então, para não incomodar o comandante com a retificação da mensagem e, principalmente, por ter percebido que não estava com o porte de arma — eu havia deixado em casa e fiquei preocupado com as conseqüências, caso me apanhassem com a arma —, resolvemos não ir pela Argentina. Agradecemos ao comandante e voltamos a Santo Antônio do Sudoeste.

À noite, fomos a uma festa em Pranchita, onde se comemorava o Dia do Carreteiro.

A surpresa maior ficou por conta da manhã de sexta-feira. Acordamos com um grande temporal. Preocupados, descemos para o café. Meu colega ameaçava desistir da viagem a Barracão, pelas dificuldades da estrada de terra, agravadas pela chuva forte. Porém, eu insisti em que fôssemos, porque era o nosso último objetivo e também por estarmos ali com aquele propósito. Após longa discussão, concordamos seguir em frente.

A estrada, horrível, com muitas ladeiras e curvas e com a forte chuva, parecia mais uma pista de gelo. Lembro-me até que um ônibus, para nos ultrapassar, nos fez parar à direita, quase em cima do barranco. O ônibus passou derrapando, por pouco não colidindo conosco. Outra passagem digna de registro deu-se quando estávamos no início de uma ladeira. Avistamos um caminhão deslizando na ladeira oposta. Ali ficamos até que o perigo não mais existisse. Do contrário, seria colisão, com certeza. Assim foi durante todo o percurso da estrada, à velocidade de dez quilômetros por hora, rezando para que tudo terminasse o mais rapidamente possível, e bem.

No retorno, o carro, novo, com poucos meses de uso, estava coberto de lama. Parecia aqueles carros de rali, em dia de chuva. Paramos no primeiro posto, para uma boa lavagem. Graças a Deus, terminamos bem o nosso trabalho naquela região.

Não estamos arrependidos, apesar dos obstáculos. Quando se tem um objetivo definido, nada impede que ele seja realizado.

O fato gerador

Ney Jorge Portella
Rio de Janeiro, RJ

Paraná, 1976-1977.
Noite fria. Ônibus em viagem tranqüila, balanço suave adentrando a noite. O silêncio era quebrado apenas levemente pelo monótono ruído do motor, embalando a sonolência. Os passageiros dormitavam, após o jantar na última parada. Nem todos, porém.

– Tire a mão de mim! – ecoou na noite a voz feminina, ofendidíssima, quase apoplética. – Tarado! Motorista, pare! – ordenou a voz.

Em manobra rápida, o motorista encostou. Os passageiros, sonolentos, mal-acordados pelo grito – melhor diríamos, berro –, indignados, procuravam entender o que estava acontecendo.

— Tirem esse homem daqui! — apelava, enérgica, a voz, cuja dona era agora iluminada pelas luzes acesas do ônibus. — É um tarado! — sentenciava.

O alvo da voz irada, colega nosso (!), lívido, impassível, estático, sem uma reação — reagir? —, nem sequer piscava... Permanecia mudo, acachapado no assento, olhar distante, nocauteado (quem sabe, esperando acordar do pesadelo?). Já agora alvo dos olhares e bochinchos, irônicos e maliciosos uns, e comentários mais duros, outros, dos já despertos e inteirados passageiros.

E o nosso colega, duro-de-pedra, nem um pio. No maior vexame!

A esta altura, o motorista, depois de um “pito”, “na maior moral”, em alto e bom som no atrevido, conseguiu a troca de lugares entre a “vítima” e um solícito, carrancudo e, sobretudo, volumoso barbudo, em cuja expressão dava pra ler, bem claro: “Se esse baixinho me passa a mão... arrebento com ele!”. O cara só faltava rosnar.

O outro colega — viajavam em dupla — dando pela coisa, literalmente “afundou” no banco, com uma bruta vergonha, que nem pestanejava. “Dormia” profundamente...

Depois do rebu, os comentários sussurrados, olhares maliciosos, piadas explícitas e chacotas idem foram a tônica, até o fim da viagem.

A notícia, como não poderia deixar de ser, correu célere entre a “turma”, que sabiamente entendeu ter havido um certo exagero no julgamento do ocorrido. Nada de safadeza! Nada de atentado ao pudor! Que nada! Todos concluíram (às gargalhadas) que, “por uma compulsão incontida, detonada por profundo zelo profissional (religioso?), o colega houvera por bem lançar-se à procura do fato gerador* da... freira!

E tome chope! Tim, tim!

Rolou assunto até de madrugada...

(*) Fato gerador: o que determina a obrigatoriedade, no caso, da contribuição rural.

Os bens penhoráveis

Ernâni Luiz Silva de Castro
Belo Horizonte, MG

Ano de 1951. Ingresso no quadro da fiscalização de ex-IAPI, após ser submetido a concurso público de provas, fui lotado na cidade de Uberaba, a capital do zebu, rica e próspera.

Após curto treinamento em Belo Horizonte, fui considerado “pronto” – usando a velha linguagem dos quartéis, por onde passei no sofrido tempo da Guerra, de 1939 a 1945.

Para a movimentada e progressista Uberaba me transferi de “mala e cuia”, com a nova e já crescente família, disposto a superar as dificuldades da nova função pública, na qual queria vencer e me afirmar como um bom fiscal.

O regime funcional no ex-IAPI era rígido. Poderia mesmo chamá-lo de paramilitar. Os componentes da carreira fiscal se dividiam em chefes onipotentes e em fiscais de pastas, os executores das tarefas externas. Os ingressos eram tratados pelo superior grupo dominante com extremada energia. Sempre eram lembrados de que estavam no estágio probatório e que poderiam “ser demitidos sumariamente”.

Eu, jovem chefe de família, nem de longe poderia me conformar com uma possível demissão, pois o salário, que não chegava a ser aviltante, apesar de parcimonioso, me era indispensável. Iniciávamos a carreira pela letra H, com o salário de Cr\$ 2.580,00, mais uma pequena gratificação de função, sujeita a uma avaliação de aptidão da chefia onipotente, para a qual contar com a simpatia pessoal do avaliador era essencial. E aí daquele que não merecesse aquela simpatia e não desse as suas “puxadinhas”.

A carga do serviço era enorme. Cadastro de centenas de empresas. Processos fiscais numerosos. E as indefectíveis RD (requisição de diligência), da mais variada procedência, obrigando à execução das mais distintas tarefas.

Entre as requisições de diligência que me foram entregues, realçavam aquelas que determinavam a localização de bens penhoráveis de devedores im-pontuais e inadimplentes. Dentre elas, uma referia-se ao empregador José da Silva, estabelecido à rua Vigário Silva, s/nº, próximo à Praça do Mercado, Uberaba.

Seguindo o itinerário de trabalho, rua a rua, no sentido crescente da numeração, localizei o empregador no seu estabelecimento industrial — numa velha garagem, uma minúscula oficina de sapateiro remendão.

O inadimplente devedor era um velho sapateiro, com mais de 60 anos. Sentado em um pequeno tamborete, exercia ele a sua modesta função de remendar sapatos velhos.

No entusiasmo de minha longínqua juventude e orgulhoso da nobre função que exercia, apresentei-me ao devedor inadimplente. Fui recebido urbanamente e convidado a me sentar.

Imediatamente, integrado na função que exercia, disse:

— Sr. José, sou fiscal do IAPI e aqui estou para fiscalizá-lo.

Respondeu-me o “industrial”:

— Não tenho empregados. O que ganho não é suficiente sequer para comer, em companhia de minha velha companheira, com quem moro aí nos fundos desta garagem, atrás desse biombo de pano.

Certifiquei-me da verdade da resposta.

Prossigui:

— Sr. José, o senhor possui bens penhoráveis?

Respondeu-me:

— O que é isso, meu filho?

Esclareci:

— Bens penhoráveis são quaisquer bens de valor, principalmente imóveis, que servirão para pagar a sua dívida para com o IAPI.

Retrucou ele:

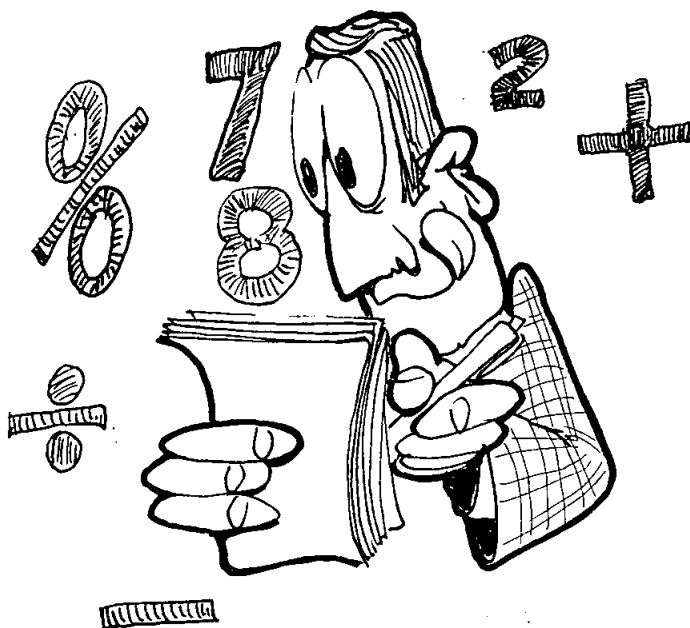
— Bens imóveis, tenho dois, mas de sociedade com outras pessoas, que o senhor pode penhorar e ficar com eles.

Apressei-me a sacar o bloco de anotações, para registrar os dados dos bens a serem penhorados.

Finalmente, esclareceu o devedor:

— Pode escrever: os dois bens imóveis que possuo são a Santa Casa e a cadeia. Diga ao IAPI que pode ficar com eles.

Melancolicamente, sorri. Nada mais havia a dizer, pois aquela era a triste realidade do pobre empresário. E logo constatei como se perde tempo numa fiscalização improfícua e inútil...



Calculando o seguro

Francisco Vilardo
Petrópolis, RJ

Corria o ano de 1960. Era eu chefe do setor de controle de recebimentos da seção de produção da Carteira de Acidentes do Trabalho da delegacia do IAPI, no Rio de Janeiro, comandada pelo fiscal Ney Calvet, quando um dos cobradores, o fiscal Cabral, solicitou, reservadamente, minha assessoria técnica em proposta de seguro de acidentes do trabalho. Um cliente seu, a Indústria Mecânica CBV, tinha sido contratada, pelo Conselho Nacional de Pesquisas, para detalhamento de projeto e construção de um reator atômico, na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro — o argonauta. Ele me pediu sigilo absoluto, em face do “grande montante” do negócio a ser efetuado.

Com efeito, a maior taxa apontada na tabela de então era de 18,5 pontos

percentuais sobre a folha de pagamentos, sendo de 25 por cento a comissão de agenciamento, a ser repartida entre nós dois. Vamos calcular: sendo de 18,5 por cento o prêmio a ser cobrado pelo risco, essa era a taxa a ser cobrada, antecipadamente, sobre toda a folha de pagamento anual do cliente, ultravolumosa — era composta de pro-labore e contratos com renomadíssimos técnicos e cientistas, os únicos que entendiam do “negócio”. Alguns deles, renomados físicos nacionais e até internacionais.

Naquele tempo, era permitido aos funcionários da casa, especialmente aos fiscais, angariar contratos de seguro junto às empresas — posteriormente, foram impedidos, até por que o seguro, visando a seu barateamento e melhor atendimento ao segurado-trabalhador, passou a ser monopólio do Estado, dispensando-se a corretagem.

Um altíssimo negócio, já que 18,5 por cento eram a taxa destinada a operações com dinamite, o “troço” mais perigoso, na época. Era só fechar o contrato, o cliente pagar — era firma idônea, além de o contrato ser por “administração” —, e receber 4,625 por cento sobre a folha de pagamentos anual da mão-de-obra da construção, nela incluída a dos projetistas, consultores e construtores.

Eu, estava satisfeitíssimo. O Cabral, não. Descendente de família abastada, acostumado a transitar entre altas cifras, entendeu ele ser ainda pouco — poderia ser muito mais. Dinamite é menos perigoso do que reação atômica. Daí, a “taxa de risco” deveria ser maior do que 18,5 por cento. Talvez 30%, quem sabe 40, 50 por cento, ou até mais. Quem sabe?

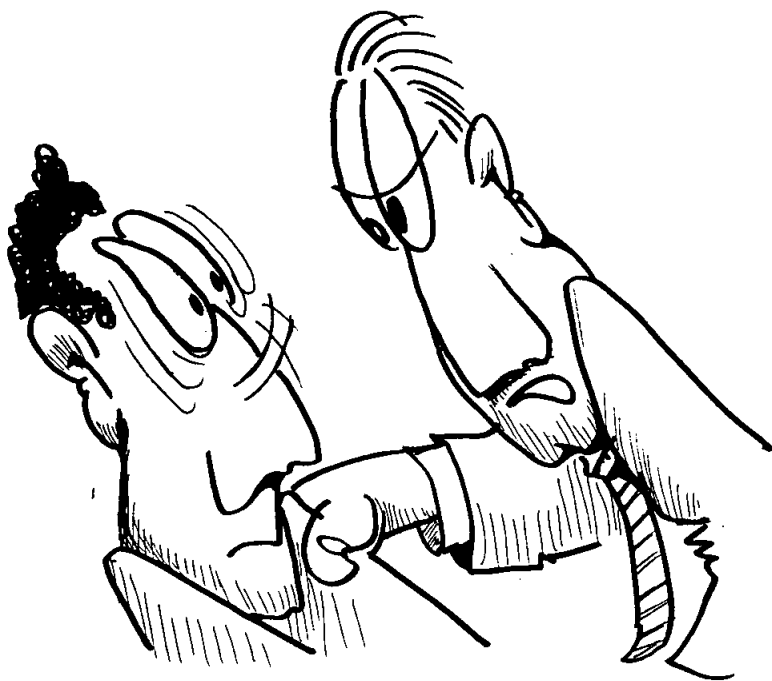
Contrato assinado pelo cliente, sacramentado, tudo o mais, insiste o Cabral em aumentar a taxa e lá vai o contrato para o Departamento Nacional de Seguros e Capitalização, do Ministério do Trabalho, para estudos técnicos e fixação da taxa. Após o rebuliço que o processo causou naquela esfera técnica, volta o contrato, com a gélida e cristalina apreciação técnica: “... a construção de um reator atômico é um mero e simples processo de obra de alvenaria e metalurgia, pois enquanto lá não tiver sido posto o grafite, não tem nada de atômico”.

Sem comentários.

A taxa passou dos sonhados 30, 40, 50 por cento, e dos já contratados 18,5 por cento para apenas 0,40 por cento. Isso mesmo, 0,40, pois os projetos eram serviços administrativos, riscos leves. Autorizou-se, apenas, 6,5 por cento para os eventuais serviços de solda, quando requisitados por projetistas que ainda estudavam a melhor e mais conveniente forma de construção.

Desmanchou-se a nuvem. Se o Cabral não tivesse insistido na consulta, teria contratado o seguro pelo valor do risco máximo — 81,5 por cento —, relativo à dinamite.

“Quién todo lo quiere, todo lo pierde”.



Fiscal inquiridor

Bruno Feliciano Haab
Ijuí, RS

No plantão fiscal ouvem-se muitas coisas interessantes, que vão do cômico ao trágico. Se nos atingissem sempre tanto quanto pesam, estaríamos curvados, terrivelmente curvados, a cada final de expediente.

Na região fiscal de Ijuí, Rio Grande do Sul, ocorreu incrível episódio. Tudo começou quando entrou um segurado na sala do plantão, nervoso e encabulado como se estivesse devendo horrores às burras previdenciárias. O fiscal de contribuições previdenciárias ali postado, por azar o mais zeloso de todos, dirigiu-se incontinenti à suposta vítima, afanoso como burro em azevém, sem sequer esperar que ele se abrisse:

— O senhor também deseja se regularizar? Parabéns! Amanhã, termina a

anistia. O senhor só tem a lucrar, pagando sem acréscimos. Tem grande período atrasado?

– Não!

– Precisa de certidão negativa?

– Não!

– Acho que não me fiz entender. Trouxe o carnê?

– Não!

– O senhor é empregador?

– Não!

– Isto é, microempresário, sem empregados?

– Não!

– Ah, então quer dar baixa de sua construção?

– Não!

– Deseja falar com o chefe da região fiscal?

– Não!

– Com o chefe do serviço de arrecadação?

– Não!

– Já sei, é com o agente. É lá adiante, na sala oito. É isso?

– Não!

– Bem, então quer se aposentar. Não é conosco. Aqui é o IAPAS, o INPS é lá embaixo, no piso térreo. Satisfeito?

– Não!

– Auxílio-doença também é com o INPS. O senhor precisa se tratar, parar um pouco para se recuperar. A vida continua. Estamos entendidos?

– Não!

Aí, já mordendo os dentes, pleno de impaciência, elevou a voz, sem se exceder, porque era de fato deplorável a aparência do contribuinte:

– Auxílio-funeral, auxílio-reclusão?

– Não!

– Não? Mas, então fale, homem. Por que não diz o que o trouxe até aqui? O senhor acha que não temos nada a fazer?

– Não!

– Não vai me dizer que é turista ou jornalista?

– Não!

– Agora chega. Não tem língua? É mudo?

– Não!

– E por que diabo o senhor não diz o que quer?

– Porque o senhor não perguntou, nem me deixou falar.

– Grrr... Tá bem, tá bem! O que o senhor então, por favor e por amor de

Deus, deseja?

– Quero que o senhor me informe onde fica o WC.

Proveitosa lição profilática

José Romualdo Quintão
Belo Horizonte, MG

Cumprida uma cansativa e árdua missão especial na região do Triângulo Mineiro, e ansioso para retornar a Belo Horizonte, encontrava-me, no início da madrugada, aguardando ônibus na Estação Rodoviária de Araxá – uma das mais limpas dentre as que eu tive oportunidade de freqüentar no Estado de Minas Gerais. Presenciei então uma simpática jovem, displicentemente, atirar o invólucro do sorvete que acabara de tomar no limpíssimo piso do saguão de espera.

Subitamente, dirigi-me ao local onde foi jogada a caixinha, apanhei-a e, educadamente, mantive o seguinte diálogo com a “sujismunda”:

– Desculpe-me senhorita, você reside em Araxá?

— Sim. Por quê?

— Uma jovem tão simpática e bonita, num descuido momentâneo, deixou cair esta embalagem. Talvez você não saiba que, com este gesto, está colaborando para que uma das cidades mais limpas que eu conheço no Estado de Minas se iguale às outras, infelizmente conhecidas pela sujeira.

A mocinha ficou tão surpresa que não esboçou nenhuma reação. Em seguida, atirei o invólucro no cesto de lixo mais próximo.

O ônibus esperado estacionou na plataforma de embarque. Felizmente, estava vazio e assim encontrei passagem com destino a Belo Horizonte.

Ultrapassada a zona urbana de Araxá, o motorista apagou as luzes internas do ônibus. Dez minutos depois escutei uma voz feminina pedir licença. Sua dona sentou-se ao meu lado, apesar da existência de outras poltronas vazias. Logicamente, percebi de quem se tratava. Após ter-se acomodado, ela disse:

— Eu sou aquela pessoa que atirou a caixinha de sorvete no piso da rodoviária. Vim agradecer pela gentil observação que o senhor fez, porque assim aprendi a dar valor às coisas boas que a nossa cidade pode e deve oferecer. Só percebi isso quando um estranho me alertou. Muito obrigada pela elegante admoestação.

A partir deste momento, entabulamos amistosa conversação, embora eu estivesse “a fim” de um cochilo, devido ao cansaço físico e mental.

Na metade da viagem, o ônibus parou em um posto de gasolina, próximo à cidade de Luz. Eu e a ilustre passageira descemos. Na área do restaurante, nos separamos. Terminado o meu lanche, vi minha companheira de poltrona às voltas com um copinho de iogurte, vazio, procurando uma cesta de lixo. Dela me aproximei e perguntei, matreiramente, o que estava procurando. Recebi a seguinte resposta:

— Um cesto de lixo!

Tomei a embalagem de suas mãos e a coloquei no receptáculo de lixo que se encontrava do lado de fora do restaurante. Como agradecimento, recebi um belo e alvo sorriso.



O azarado

Francisco Luiz Erichsen
Curitiba, PR

Na época do ex-IAPC, era praxe os fiscais, nos deslocamentos da capital para o interior do Paraná, a serviço, se apresentarem ao agente no primeiro e no último dia de viagem. Essas apresentações eram comunicadas, nas respectivas datas, ao chefe da DFA (Divisão de Fiscalização e Arrecadação), através de telegrama.

No ano de 1965, o fiscal V.O.A. saiu de Curitiba e foi até Irati, para trabalhar durante três semanas.

No primeiro dia, uma segunda-feira, apresentou-se ao agente, que no ato passou telegrama comunicando a ocorrência.

O fiscal “deu um malho” danado – ficou dois fins de semana no interior,

longe da família —, com o objetivo de adiantar o seu trabalho e antecipar para a quarta-feira, ao invés de sexta, seu dia de retornar.

Na quarta-feira, pela manhã, ele passou na agência, fez um breve relato da astronômica produção, comunicou a antecipação do retorno para Curitiba naquele dia e pediu ao seu amigo agente que passasse o telegrama na próxima sexta-feira. Obteve a concordância, despediu-se e seguiu viagem.

Quase chegando a Curitiba, sofreu acidente com seu carro e teve que ser hospitalizado, com algumas fraturas leves. Nesse mesmo dia, recebeu a visita da quase totalidade de seus colegas, entre eles, o chefe da DFA.

No final do expediente da sexta-feira seguinte, o chefe recebeu telegrama do agente de Irati, nos seguintes termos: “Passou por este gabinete vg o fiscal V.O.A. (...) vg comunicando seu retorno nesta data para Curitiba pt — Agente.

Como o chefe era “gente fina”, encerrou-se o assunto.

Primeiro dia

José Geraldo Heleno
São João Del-Rei, MG

Voltara do treinamento em Belo Horizonte. Primeiro, aquela turma grande. A insegurança da segunda fase... a guerrinha das lotações... Depois, cada um por si. Serviço interno, nomeação. Enfim, o primeiro dia. Pastinha de lado, desci do ônibus em São João del-Rei. Tudo perguntado: — Rua Getúlio Vargas, onde é? — Quede o bar do CFE? — Tem que ser deste lado, é número par! — Ou São João é diferente? Sob os pés, aquele paralelepípedo escorregadio, lambido por uma chuvinha neblinosa, que batia sem cessar. Em cima, o risco do céu fechado, seguindo a linha dos casarões. Não é preciso lembrar que estava na parte histórica da cidade.

Era bem de manhã. A vida começa cedo, às vezes de véspera, como as lides

fiscais. Às vezes, o revirar na cama são dores de parto do dia seguinte. Mas, era de manhã. E a vida começa cedo. Um bêbado escorava o outro lado da rua, assuntando minha insegurança e o medo do primerio contato. A lógica do álcool a me dizer do perigo. Parece que as velhas casas coloniais ensaiavam um beijo lá em cima, para depois caírem sobre a gente, massacrando pasta, CFE, carimbos, calculadora, esmagando tudo. Lá, pois, o bêbado. Cá, eu. Duzentos anos estão firmes sobre as cimalthas, e até hoje não houve o ameaçado beijo. Os telhados não ruíram, não há de ser hoje...

Começar é difícil. Reúno o que tenho de forças e lá vou eu. Tem que ser hoje! Há de ser agora! Leio o CFE. Número 72. Observo a rua: 66... 70... 78... Quede o número 72? Não há número 72. Só no CFE.

— Cê tá procurando é o bar?... É aqui o número que cê tá procurando, resmungou, de lá, o bêbado.

Número par do lado ímpar... pensei comigo mesmo. Alguém fez assim. A vontade do passado prevalece. O ontem místico alimenta o equívoco. Quem me deu o CFE assim agiu. Não serei eu... Entrei. Engano. Entre números ímpares estava o 72, mas o bar era outro.

Um menino me encaminha à rua Santo Antônio. Uma tripa de rua, torta, curva, estreita, tudo. Espreitada por janelinhas de madeira em forma de guilhotinas, oratórios de sala, casas rezando genuflexas, curvas sobre pedras. Parecia um corredor de arrozal roçando de lado a lado com os cachos, ora espantando, ora implorando o alfange do tempo.

Encontro o contador Noronha. Uma casa velha inacabada de tão novinha. Entro.

— A rua é tombada pelo Patrimônio — diz ele. Por isso é que as casas já são antigas, antes mesmo de estarem prontas. Veja o estilo da porta. Tem que ser assim...

O sino bate amplas dez horas. O som marolando da Igreja até bater na serra de Tiradentes. Os sinos de São João del-Rei são diferentes. Eles não tocam a linguagem de hoje. Seu "blem-blom" nasce do fundo das betas, como badaladas à força dos cúbitos dos escravos soterrados no ventre das minas. De homem para homem, trazem consigo o chocalhar dos esqueletos balançantes nas locas por duzentos anos de repouso. Em São João del-Rei não se morre. Apenas se sai de cena. E cada badalar de sino é apenas uma hora que tomba, contada atentamente nos bastidores dos cemitérios, nas beiras da Casa da Ópera, meigamente pesquisada pelo Toniquinho Guerra.

Três horas para fazer poucas contas. Coisa de minutos espichada pelo ar de antigamente, pelo embalo quente do ventre da eternidade — São João del-Rei.

Matava de cansaço

Dionísio Molina
Bauru, SP

Bauru, a “capital da Terra Branca”, possui, sem dúvida, um dos melhores jardins zoológicos do Estado de São Paulo. Tem até um “pingüinário”. Quem nunca viu pingüim, pode vir a Bauru que aqui tem. Zoológico de projeção internacional – seu diretor já esteve até na Índia, onde participou de conclaves e conferências –, já tem também o seu folclore: avestruzes que fizeram as vezes de perus em festas natalinas; a onça “Pomposo”, que morreu sufocada com sacos plásticos jogados pelos visitantes; mais recentemente, o caso do chimpanzé “Lilico”, que fugiu e foi encontrado na beira da estrada, completamente bêbado – deram uma garrafa de pinga para ele...

Qualquer atividade humana gera o seu folclore. Se um caminhoneiro trabalha 30 anos na estrada, quando se aposentar terá material suficiente para escrever um livro, tantos são os acontecimentos, os percalços os incidentes que ele vai colecionando durante a sua profissão.

Mas, os maiores folcloristas são sem dúvida os caçadores e os pescadores. Caça e pesca são atividades onde a destreza, a perícia, a ousadia, a coragem e outras virtudes, dignas de um homem com "H" maiúsculo, se fazem necessárias e são compensadas com lorotas, papo e fantasia.

Certa ocasião, escutei meu saudoso pai, que era um pirangueiro de primeira, contar que estava pescando, apanhara um mandi, jogara-o dentro do bote e o danado do peixinho lhe aplicou uma tremenda de uma ferroada no calcanhar.

— Que dor! Até mijei..

Ocorre que peixe nenhum tem ferrão. O ferrão é uma arma privativa dos insetos. Enfim, uma rematada lorota!

Mas, eu de animal entendo pouco. No Zoológico de Bauru só fui mesmo uma vez. Observando meus animais caseiros, tenho por assentado que todo animal quer mesmo é sossego, tranqüilidade, como a dizerem: "Me deixem em paz".

Todo mundo sabe que o pior dos animais é o homem. O pobre do irracional só mata por uma imposição da natureza — comer para sobreviver. Ataca se tiver violada a sua área de segurança.

Mas, eu ingressei na fiscalização da Previdência no antigo Instituto dos Industriários. Era um rapaz ainda novo, crente, esforçado. Fazia levantamentos no posto fiscal, na prefeitura da cidade, onde estivesse trabalhando, e ia correndo um por um dos contribuintes, regularizando a situação dos trânsfugas.

O fiscal de Previdência é, incontestavelmente, o soldado que luta na linha de frente, na grande batalha pela paz social do Brasil. Um fiscal de Previdência, pela natureza de suas funções, não pode nunca ser comparado a um simples funcionário de escrivania. Toma chuva, come poeira, agüenta insultos e desaforos; às vezes, até agressões físicas, mas vai em frente, cumpre com o seu dever.

Estava eu trabalhando numa cidadezinha, na região de Lins, e peguei uma estrada, a fim de regularizar a situação de algumas olarias. Andei alguns quilômetros e entrei num estirão de mais uns dois ou três quilômetros de mato cerrado. Do outro lado havia um cafezal, muito bem tratado, ainda novo, que mais parecia uma floresta de pinus.

Para encurtar caminho e me localizar melhor, achei de entrar no cafezal e atravessá-lo. Tinha já andado alguns carreadores quando escutei o barulho de al-

... e levantou de trás de um néde café e saiu em desabalada carreira,

— Vão ali, no bar do Zé, que ele faz comida. Mas tem que encomendar antes — respondeu-nos um solitário transeunte.

E fomos até o bar do Zé.

O local não era dos mais limpos. Ainda se viam respingos de cachaça no piso sujo, próximo ao balcão, derramada de propósito pelos adeptos da “brinquinha” e endereçada ao “Santo”.

Dois mesas, vermelhas e desgastadas pelo tempo de uso, ainda permitiam identificar a marca da cerveja a que se propunham divulgar.

— Esperem só uns 20 minutos que a mulher está preparando o almoço pra vocês — disse-nos o “seu” Zé.

Ficamos ali fora, na calçada, porque dentro do bar, além de escuro, era abafado; e naquele dia fazia um calor quase que insuportável.

Passados alguns minutos, o “seu” Zé nos avisou que o almoço estava pronto, e passou a limpar as mesas. Delas saíam nuvens de moscas, que faziam um barulho parecido com o que ouvimos recentemente através da TV, no bombardeio ao Iraque. O Joaquim olhou para mim, com aquele ponto de interrogação por sobre a cabeça, como quem queria dizer: “E agora, Valter”?

Bom, o jeito foi sentar. O “seu” Zé juntou as duas mesas e a dona Maria começou a trazer travessas com mandioca frita, mandioca cozida, bife de vaca, carne de porco, abobrinha picadinha, arroz, feijão, ovo frito, macarrão, salada de tomate com pepino, batatinha frita, batatinha cozida com carne... As duas mesas tornaram-se pequenas para tanta comida. Apesar dos pesares, estavam bastante saborosos todos aqueles pratos. Só que, para comer, nós nos revezávamos. Disfarçadamente, enquanto o “seu” Zé se mantia distraído com um freguês, no balcão, o Joaquim abanava os pratos, com a mão, para afugentar as moscas, enquanto eu comia; para que o Joaquim pudesse comer, eu é que espantava as moscas.

Terminamos o almoço e saímos, para dar cumprimento às RD. Para uma melhor digestão, resolvemos ir a pé até a prefeitura, que, aliás, não era longe de onde estávamos. Como não havia nenhum movimento na rua, fomos andando pelo meio dela.

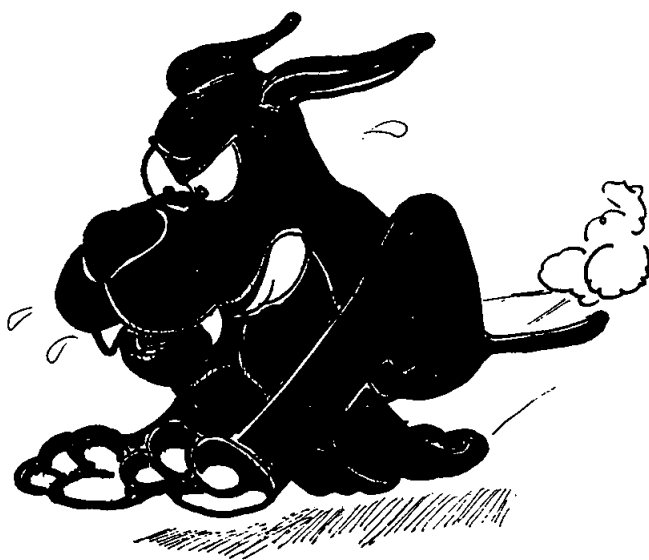
Não muito distante, avistamos um enorme cachorro, que vinha em sentido contrário ao nosso, acompanhado de um garoto magricelo, descalço, de shorts e sem camisa.

Nós, que íamos lado a lado, a uma distância de aproximadamente dois metros um do outro, quando vimos o tamanho do cachorro, e temendo um ataque repentino, fomos nos aproximando, como que procurando proteção junto ao colega.

Quando estávamos a cerca de uns 15 metros do descomunal cachorro, este passou a correr em nossa direção, como se nos fosse atacar.

Mais que depressa, o Joaquim se escondeu atrás de mim. Ficamos estáticos. Eu, para me proteger, coloquei a pasta “007” que portava na minha frente e segurei-a com ambas as mãos, fazendo-a de escudo. Ao invés de nos atacar, a fera passou por nós e foi atacar um pequeno cachorro que estava uns dez metros atrás de nós, e que não havíamos percebido. O Joaquim criou coragem e gritou:

— Tira esse cachorro daqui, menino.



O cachorro

Valter Neves Lisboa
Londrina, PR

Difícil de acreditar. Mas, nos tempos atuais, principalmente no interior, existem ainda cidades pequenas, onde funcionam as casas de secos e molhados (os chamados empórios), bares, as Casas Pernambucanas, a igreja, a prefeitura...

Esta história aconteceu numa dessas cidades do interior do Paraná, de nome Guapirama (não adianta olhar no mapa), onde a rua principal nem paralelepípedo tinha, muito menos asfalto.

Tivemos que ir até à referida cidade para cumprir umas RD na prefeitura e em outros estabelecimentos comerciais. Como chegamos lá após às 11 horas da manhã, eu e o Joaquim, colega com quem estava, indagamos onde poderíamos fazer uma refeição.

— Tico, volta! Volta aqui Tico! — bradou o menino, chamando o cachorro para sua companhia.

Depois do grande susto que passamos e após voltarmos à nossa cor normal, rimos bastante...

Um espetáculo

Manoel Varella Rodrigues Filho
Belo Horizonte, MG

Na época em que a fiscalização promovia a verificação física, anotando todos os dados dos empregados existentes nas empresas, fui designado para fiscalizar as da localidade de Santo Antônio do Monte, Minas Gerais, cidade em que, naquela ocasião, proliferavam as fábricas de fogos e fabriquetas caseiras. Além do perigo, a sonegação imperava.

Como eu e minha Rural azul-e-branco já éramos conhecidos na cidade, tão logo eu chegava os foguetes espocavam, dando-me a impressão de que eram avisos, e não saudação.

Na minha mira, havia uma fábrica, situada numa área totalmente livre. Ao longe, de lá podia ser avistado qualquer visitante. Como o meu carro já era muito

conhecido, convidei um colega, que possuía uma Vemaguete, a me acompanhar. Na citada fábrica havia muita sonegação. Quando lá chegava, só encontrava um número reduzido de empregados, uma vez que a grande maioria já havia desaparecido.

Chegamos de Vemaguete e ia tudo correndo bem. Mas, inesperadamente, um empregado, conduzindo uma carroça de tração animal, me avistou próximo ao portão de entrada, surrou o pobre muar e entrou rapidamente, cerrando o portão.

Rapidamente, também desembarquei. Fui até à portaria e me apresentei, como de praxe. O recepcionista, que já me conhecia, pediu-me que aguardasse, pois “não estava localizando a chave que abria a porta de acesso à indústria”.

Conhecendo o local, eu sabia que havia três entradas: a portaria, onde eu estava; o portão de entrada para veículos e uma porta lateral. Os dois primeiros se encontravam sob as minhas vistas. Quanto à porta, solicitei, imediatamente, ao colega que para lá se encaminhasse, a fim de evitar a fuga dos empregados.

O recepcionista, que certamente, através de informação do carroceiro, já comunicara aos dirigentes sobre minha presença, fingia procurar a chave, mas não a localizava, impedindo minha entrada.

Naquele instante, racionei: “Por aqui ninguém sai e pela porta lateral, também não, pois o colega lá se encontra, vigiando. Então, por que a demora em abrir a porta para mim?”

Lembrei-me que a fábrica estava instalada em uma região montanhosa e que, em um dos seus lados, havia forte declive, profundo e sem acesso.

Na frente do prédio, onde eu me encontrava, havia um muro que terminava exatamente na parte íngreme. Por curiosidade, apoiando-me no citado muro e me aproximando da beira do abismo, assisti a uma cena indescritível: os empregados, alertados pelo empregador e sem ter outro local para fuga, tentavam descer pela parte íngreme. Mas, como não havia ponto de apoio, escorregavam e caíam uns sobre os outros. Apesar do risco de acidente, era um espetáculo de causar risos à mais sisuda pessoa.

Ao ver aquele show circense, gritei para que eles não fizessem mais aquilo. Além do risco, eu já os vira.

O retorno daqueles que se encontravam na parte mais profunda foi também curioso, pois, era difícil escalar o morro. Alguns, que conseguiam chegar à metade do caminho escorregavam e caíam novamente. O espetáculo assemelhou-se ao atual “Os Trapalhões”.

Os mais medrosos, que não quiseram se arriscar no abismo, tentaram a fuga pela porta lateral. Lá, porém, esbarraram no colega, que, relação nas mãos, anotava tranqüilamente os nomes dos não-corajosos.

Reminiscências

Martim Affonso
Sorocaba, SP

Em 3 de janeiro de 1944, o Clube Inapiários, de São Paulo, promoveu jantar comemorativo do 6º aniversário do IAPI, no grill-room do Clube Umuarama.

Entre os preparativos, instituiu concurso para premiar a redação do convite, bem como a feitura de uma paródia de música conhecida que abordasse assuntos ligados ao IAPI.

O prêmio, de mil réis, pela redação do convite coube ao agente do IAPI em Sorocaba Aristo Primo Perassolli. O autor do presente conto, então fiscal, tam-

bém em Sorocaba, ganhou o outro prêmio de cinquenta mil réis, com a paródia da música "A Jardineira", abaixo reproduzida:

Oh! fiscalzinho
Como vai tua zona
Há muitos autos e DJ 3?
— São só atrasados, REs perdidos
Cem DJ 5
Em menos de um mês...

Vem, contribuinte
Traz o dinheiro.
Não fiques triste
Pois a multa é bem pesada
Deves ser "inapiário"
P'ro fiscal não fazer nada.



O monstro parou Antenor

Luiz Rocha Sobrinho
Campina Grande, PB

Chegamos à cidade de Antenor Navarro, antiga São José do Rio do Peixe, às oito e meia da manhã.

Logo à entrada, ouvimos foguetões. A princípio, ingenuamente, julgamos ser homenagem à nossa chegada. Ledo engano. Era uma missão religiosa, que cumpria seu ritual final no patamar da bonita catedral de Antenor Navarro.

Estávamos em plena campanha do ICE (Informativos ao Cadastro da Empresa), e os “perdigueiros” da fiscalização saíam de porta em porta, procurando firmas e dados necessários e atuais para o cadastro.

Cidade pequena, plana e agradável, situada à margem do rio Peixe, um dos mais importantes do Estado da Paraíba e que outrora dera o nome original à conhecida São João do Rio do Peixe.

Trabalhamos e produzimos bastante nesse meio dia.

Às 11 horas o comércio fechou e nós procuramos um hotel ou restaurante. Nada existia, razão pela qual “acampamos” na vizinha cidade de Cajazeiras.

Mas, voltemos a Antenor. O Sr. fiscal, que estava fazendo uso do regime-de-calorias-não-engordam, procurou e encontrou um boteco (bar e café) e mandou a mulherzinha do bar fritar ovos com creme de leite, tomate, cebola-do-reino. O restante, bolacha Cream Craker.

Ao terminar nosso pequeno almoço, notei correiras pelas ruas, onde estavam carros, motos e bicicletas retirados às pressas do local por seus proprietários.

Não sei porque, não retirei meu Corcel 74 e nem ao menos retirei da bolsa nossa “coragem”.

Fiz uma breve prece ao Divino Espírito Santo e me acostei a um engradado de cerveja, selecionando duas ou três garrafas para responder a um possível ataque.

A explicação para esse quase tumulto:

Existia na comuna um forte empresário. Ele tinha um neto – o Zezito – que usava e abusava do copo e outras “coisitas mais”. Quando Zezito chegava ao estado de pré-loucura, saía pela cidade com um rifle 44, ou “mosquetão”, amedrontando a todos e quebrando o que encontrasse pela frente.

Correrias, murmúrios, gritos e o pobre fiscal, com seu Corcel 74 sem segurança, encontrava-se em mãos seguras, porque estava nas mãos de Deus.

Eis que de repente parou tudo –, como diria Camões: “Cessa tudo quanto a antiga musa canta” –, porque o “boneco”, o “gostoso”, o “filhinho-netinho da vovó” fora domado, fora capturado. E como? Um simples capapuceiro, que já o conhecia, enfrentou-o e o “abateu” com certa cabeçada.

A fera, amansada, foi levada para o Hospital Regional de Cajazeiras.

oOo

Na época, no meu regresso à base (agência) falei com o nosso chefe de grupo, sugerindo-lhe que fosse feito um seguro de grupo para fiscais no serviço externo.

O falso incêndio

Luiz Carlos Dias Vieira
Teresópolis, RJ

Existia no antigo SAPS um fiscal que, mais do que ninguém, merecia a classificação do “meu tipo inesquecível”. Era um preto gordo, com andar pa-chorrento, de fala macia e vagarosa, já com seus cabelos esbranquiçados e o corpo bem machucado pelo tempo. Era um líder, e todos nós, fiscais do SAPS, amávamos aquele preto de alma branca.

Tudo nele era inesgotável: sua inteligência, honestidade, bondade, humildade e, principalmente, peculiaridades.

O França foi nosso inspetor-geral por muitos anos. Jamais chamava a atenção de um colega. Fazia questão de que todos os fiscais usassem paletó e gravata. Se alguém aparecesse de roupa esporte, ele perguntava, com sua voz macia e educada:

— O colega está de férias?

Tinha, contudo, duas manias, que não abandonava: tirava sempre os sapatos quando chegava e, quando tudo estava calmo, colocava suas dentaduras num copo d'água.

A inspetoria do SAPS funcionava num velho prédio, no Largo de São Francisco, exatamente no último andar (17º).

Lá um belo dia, um colega, bem moleque, o famoso Carraro, encheu uma cesta de papéis e, sem que ninguém visse, colocou-a no banheiro e ateou fogo. Assim que o cheiro de queimado e a fumaça ficaram fortes, o colega botou a boca no mundo:

— Fogo... fogo...

Imediatamente, um pequeno pânico se formou, com alguns colegas correndo pelos corredores.

Pois ainda não haviam decorridos mais do que alguns segundos quando surgiu, em desabalada correria, o nosso França. Vinha rápido e assustado pelo corredor, sem os sapatos e as dentaduras. Lépidio qual menino, foi o primeiro a entrar no elevador, de onde, após um mais corajoso verificar que o alarme era falso, foi um custo tirar o nosso França.

Hoje, decorridos todos esses saudosos anos, o episódio pode parecer engraçado. Mas, na época, posso afirmar, **ninguém se atreveu a rir.**

O caso do militar enfurecido

Arnaldo Pires da Costa Júnior
Vinhedo, SP

Trabalhava em São José dos Campos (SP). Aquela quarta-feira seria mais um dia normal de trabalho. Na parte da manhã, fiscalizava empresas de pequeno porte. Lanche rápido, na lanchonete que ficava na Praça Afonso Pena, abaixo do prédio onde era a sede do INPS (hoje IAPAS). Meio-dia, plantão. Nós estávamos no distante ano de 1970. Passei pela fila – aproximadamente 30 associados com a papelada na mão, aguardando, ansiosos, o cálculo para recolher os valores devidos ao IAPAS sobre mão-de-obra utilizada na construção civil particular.

Cumprimentei a todos os associados. Alguns responderam, outros não – a atuação do fiscal era antipática perante os associados. Mas, evidentemente, estávamos ali cumprindo ordens e instruções, que deveriam ser obedecidas.

Fui atendendo um a um, fazendo cálculos, sempre obedecendo à tabela da construção civil, quando chegou a vez de um senhor, militar. Salvo melhor juízo, pela aparência, isto é, revólver na cintura (privativo das forças armadas), coturno, uniforme de campanha etc. etc., deveria estar de serviço. Outro detalhe: altura, um metro e 85.

Ele colocou todos os documentos em cima de minha mesa, pedindo, de uma maneira nada cortês, que eu fizesse os cálculos. Tratava-se de uma casa de cinco quartos — 280 metros quadrados, lembro-me na cidade de Santa Isabel, próxima a São José dos Campos.

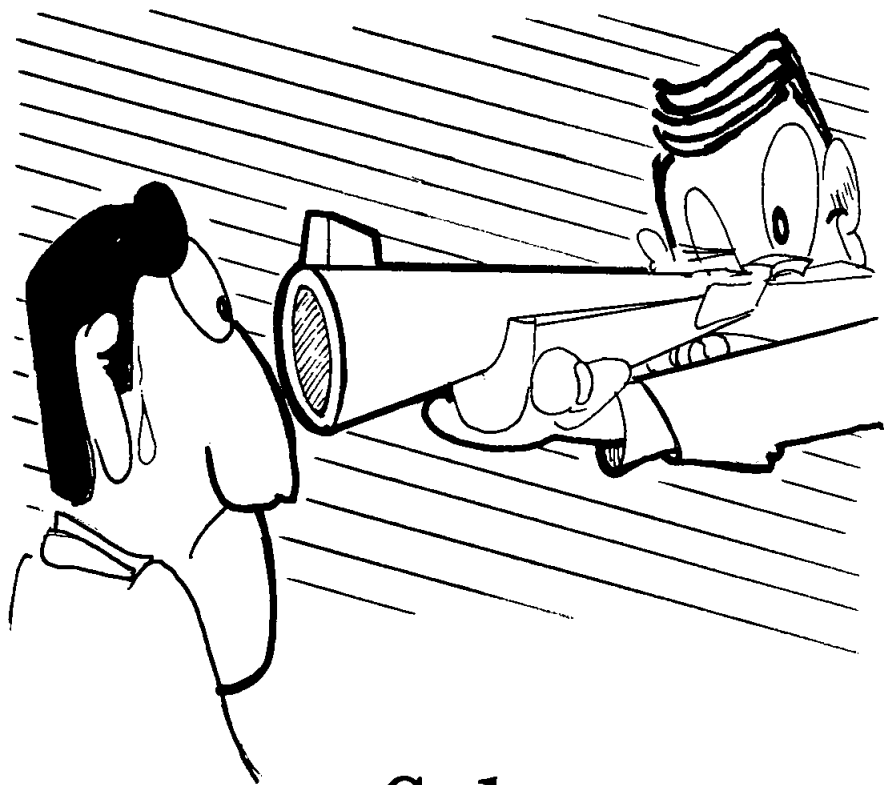
Feitos os cálculos, expliquei a ele, com toda a atenção possível, a maneira de recolher aqueles valores. Aos gritos, ele disse:

— Eu derrubo aquela casa, mas não pago um centavo.

Aquilo era “roubo”, ele era “pai de oito filhos”, jamais iria “tirar alimento da boca dos filhos para pagar aquela ladroeira”.

Enfurecido, deu um soco na mesa. Tão forte que meus pertences foram ao chão. Por minha sorte, o soco foi na mesa; fosse na minha cara, certamente eu não estaria contando a história.

Para acalmar aquele senhor, argumentei que nós dois exercíamos função pública e que eu estava obedecendo a um decreto-lei do presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Mostrei as instruções, com o nome do presidente-marechal e assim acalmei aquele furioso militar.



Sob ameaça

Eloy Pereira Guedes
Belém, PA

Dentre muitas viagens que fiz ao interior do Pará, prestando serviço de fiscalização ao extinto IAPC, em Conceição do Araguaia, lá pelo ano de 1950, ocorreu-me um fato interessante. Hoje, com 72 anos de idade, ao relembrar, vejo como enfrentávamos dificuldades, pois as pessoas eram totalmente desinformadas sobre direitos e leis.

Ao chegar em determinado estabelecimento comercial, depois das necessárias identificações e explicações da minha presença ali, o proprietário resolveu ouvir-me. Após lavrado um auto de infração, ele fez que concordou e, retirando-se, foi lá para dentro, voltando em seguida com um rifle de calibre 44, apontando em minha direção. Ameaçou-me de morte, negando-se a assinar o documento

e exigindo minha retirada. Mediante a ameaça, não tive alternativa. Foi o jeito juntar todos os papéis e sair, pois o rifle estava apontado para mim e ele não estava brincando. relatei o caso em documento ao delegado do instituto, em Belém. Depois de algum tempo, foi enviado outro fiscal, o qual conseguiu convencer o comerciante a assinar o documento.

A filial

Mirna de Liz Holetz
Curitiba, PR

Primeira RD para confirmar contribuições de empregada doméstica. Finalmente, a lei amparara essa categoria. Mas havia que se comprovar os recolhimentos, coisa que a segurada, ao requerer o benefício, não conseguira fazer.

Assunto novo, ainda não inteiramente normatizado. Era necessário um certo tato para “fiscalizar” a residência do empregador, “o sagrado recinto do lar”. A pessoa indicada para a delicada tarefa? A fiscal Regina, é claro! Discreta, educada, sutil, mas sempre muito empenhada em bem se desincumbir das atribuições que lhe eram confiadas.

O nome do patrão era fornecido. Também o endereço. Bairro distante, de

classe média baixa. Rua com antipó, um tanto esburacada. Localizada a casa; modesta, jardimzinho bem cuidado, cortinas esvoaçantes...

Toca a campainha – não funciona. Bate palmas. Um tanto constrangida, aguarda. Mulher ainda jovem a recebe. Embora ensaiada exaustivamente a abordagem, as palavras faltam. Identifica-se apenas pelo nome. Procura por Maria de Tal, a pretensa empregada. A dona-de-casa não a conhece. Mas, simpática, convida-a a entrar e, solícita, pede detalhes.

Regina, mais à vontade, instala-se na poltrona e entabula conversa, tentando obter maiores informações. A mulher é tagarela, de nada parece desconfiar e o assunto flui normalmente...

Nunca teve empregada. O marido não ganha o bastante. No princípio, foi difícil, com as crianças pequenas. Agora, já crescidas, tudo é mais fácil. Três filhos, todos no colégio, bons alunos, só lhe dão satisfação. Casa própria, conta com orgulho. Adquirida pelo BNH.

– Precisa de algumas reformas, mas ainda não deu, sabe como é!

Lamenta não poder lhe dar indicações sobre o paradeiro de Maria de Tal. Não a conhece, repete, convicta. E estranha, pois mora ali há anos e dá-se com todos os vizinhos.

A fiscal agradece, aceita ainda um cafezinho e despede-se. Disfarça e indaga nas casas próximas. Ninguém conheceu Maria de Tal e são unânimes em afirmar que a vizinha nunca teve empregada.

Com jeitinho, Regina consegue o endereço comercial do provável empregador, gerente de loja de eletrodomésticos, no centro da cidade. Persistente, procura-o.

Quarentão, bem apessoado e bem falante, o homem a recebe com satisfação, na expectativa de fazer um bom negócio. Desta vez, vai diretamente ao assunto e obtém a resposta, surpreendente:

– Pelo amor de Deus! A senhor procurou minha mulher! A empregada não era dela, era da “filial”!

O prêmio

Maria Cândida Pereira da Silva Almeida
São José dos Campos, SP

981. Plantão fiscal. A colega plantonista, recém-admitida, atende os contribuintes. Sexta-feira, dia de movimento maior na região fiscal. A fila de plantão aumentando. De repente, um tipo esquisito, falante, entra na fila, chamando a atenção de todos. E ali fica tagarelando. Torna-se irritante, com seu falar alto e esganiçado.

Na seção de apoio, os funcionários de vez em quando dão uma olhadinha no tipo diferente. A colega plantonista vai fazendo a chamada, por ordem de chegada: 29... 30...

Ali, naquele lado do prédio, o sol bate forte. A persiana não consegue amenizar o calor. A fiscal plantonista transpirando... E o tipo continua em seu falar irritante. Às 16 e 30, a fiscal chama:

– Número 37.

Levanta-se o tal, e diz:

– Até que enfim! – e senta-se diante da mesa da plantonista.

– Vim acertá meu mutirão! – dirige-se a ela, em voz alta.

Leda, nossa colega fiscal, pede-lhe a planta e outros documentos. E o “carinha” falando.

– O senhor preencheu a DPO? – perguntou Leda.

– Não preenchi nada. Só vim acertá o mutirão da minha casa, no jardim Colonial. Que tanto preenche, preenche, que océis qué. Minha casa é mutirão. E olha, o número dela é 678. Guarda bem. Dizem que é número da sorte, 678.

– Moço, sua casa não tem pedido de mutirão. Vou fazer o cálculo para o senhor.

Feito o cálculo, a fiscal apresenta-o ao contribuinte e explica o que deve ser feito.

– Pagá tudo isso? Tão ficando doido. Que mané pagá o que, moça. Nem que eu ganho na loto num vou pagá isso não.

E o contribuinte saiu, falando mais do que nunca. Alguém da seção de apoio ainda brincou:

– Dona Leda, compra um bilhete com o nº 678.

Esquecido o incidente. No sábado, ouvindo o noticiário, a fiscal Leda quase engasgou-se com uma pipoca, quando ouviu o repórter noticiar:

– Primeiro prêmio: 0678.

Dúvida de filiação

Wladimir Novaes Martinez
São Paulo, SP

Até 1966, subsistiram dúvidas de filiação relativas às panificadoras. Industrializando pães e comercializando manufaturados adquiridos de terceiros, era necessário saber se a matrícula da empresa era do ex-IAPI ou do ex-IAPC. Fiscais dos dois institutos apuravam a atividade preponderante e decidiam. Se a fabricação, geralmente situada nos fundos do estabelecimento, era maior que a venda, IAPI; se o comércio, normalmente na frente do imóvel, superava a industrialização, IAPC.

Tínhamos um colega simples, honesto, trabalhador e bonachão, que usava uma linguagem coloquial, diferente do jargão oficial dos demais. Notabilizou-se ele por algumas gafes, como ter tentado cobrar contribuições sobre o “transpor-

te”, lançado na última linha do livro caixa, e por ter solicitado explicações do contador sobre a “féria do dia”. Para se ter uma idéia da simplicidade do colega, embora educadíssimo e homem não-violento, portava um afiadíssimo punhal na cintura, do qual não se separava nunca.

Mas, a particularidade intrigante era a forma como se expressava nos relatórios e informações escritas, reportando-se a “honrosa incumbência recebida da prezada chefia”; “atendida numa brumosa manhã de junho” ou “numa senegalesca tarde de janeiro”. Invariavelmente, ao final do despacho, em vez do clássico “ao Sr. chefe do grupo fiscal”, despedia-se amistosamente, desejando muita saúde e felicidades ao superior hierárquico, incluindo os familiares, a quem agradecia a honra de servi-lo. Era a sua forma de se comunicar. E o estilo é o homem.

Um dia, ele exagerou em sua rude inocência. Havíamos esquecido já ele ter escrito em um relatório que “os anexos seguem depois”, quando a classe foi abalada com a conclusão de uma dúvida de filiação – até hoje, os colegas guardam cópia da informação.

Foi uma das últimas diligências com essa finalidade, no final de 1966, um pouco antes da unificação dos institutos de previdência. Após consultar o contador, o fiscal dirigiu-se à panificadora, de propriedade de uma trintona viúva. Vasculhou a padaria, examinando o custo da produção dos pães e confeitos e, também, o valor da venda dos enlatados. Finalmente, concluiu a sua tarefa.

Depois dos tradicionais cumprimentos e costumeiros agradecimentos pela missão “tascou”: “Caro chefe, examinei pessoalmente o fundo de negócios dessa mulher, olhei o movimento atrás e na frente, sem qualquer resistência dela. Chefe, o negócio dessa mulher é atrás, e não na frente. Ela funciona mais atrás do que na frente. A filiação é do IAPI”.

A mentira tem pernas curtas

José Tomasuolo
Moji das Cruzes, SP

Era uma fiscalização de rotina em uma lanchonete, em Mogi das Cruzes. Na época, se emitia um documento denominado Relação para Inscrição de Segurados (RIS), no qual eram anotados os dados dos empregados e, posteriormente, confrontados com os livros de registro de empregados. Havendo empregados não-registrados, lavrávamos o competente auto de infração.

Preenchi a RIS com os empregados em serviço, sempre escoltado pelo empregador, quando topei com um rapaz de mais ou menos 15 anos, trabalhando. Quando me preparei para relacioná-lo, o empregador, corroborado pelo jovem, logo informou que se tratava de seu irmão, que estava só ajudando no balcão. Informaram, mas não me convenceram. Fingi que aceitei o fato.

Passados alguns momentos, alegando que precisava atualizar os dados do cadastro de fiscalização da empresa, solicitei ao empregador sua cédula de identidade. Com ela nas mãos, dirigi-me ao jovem e argüí:

— Como se chama seu pai?

O empregador empalideceu. Mas o danado do garoto respondeu corretamente:

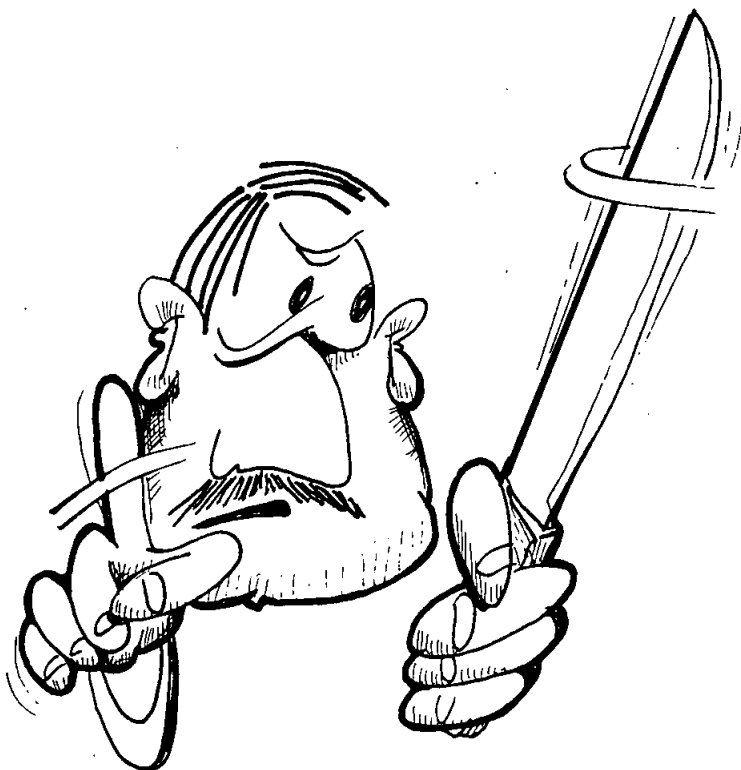
— É João.

O empregador sorriu, vitorioso. Então, dei a cartada decisiva:

— E a mamãe, como se chama?

O garoto olhou, coçou a cabeça, sorriu amarelo e confessou que trabalhava mesmo na lanchonete, não pertencia à família do empregador e só sabia o nome do pai do mesmo porque ele freqüentava sempre a lanchonete.

Resultado da brincadeira: auto de infração.



Risco compensador

Lecy Nunes de Souza
Rio de Janeiro, RJ

Encontrava-me lotado na região fiscal cuja sede era a cidade de Petrópolis, no ano de 1970. Como um dos mais novos na fiscalização, deram-me como zona de trabalho o trecho que vai do distrito de Correias, em Petrópolis, até Pedro do Rio, divisa com a cidade de Três Rios. Minha tarefa era fiscalizar empresas de pequeno porte, com reduzido número de empregados – até cem. Tarefa árdua, que procurei cumprir, não obstante as adversidades, como nomes incompletos, endereços confusos e até mesmo localizar contribuintes com atividade há muito encerrada.

Determinado dia, no Distrito de Pedro do Rio, ao visitar pequeno estabele-

cimento comercial, sem empregados, pois nele trabalhavam apenas o titular e um filho menor, apresentei-me como fiscal do INPS.

Atendeu-me um senhor rude, voz grossa, semblante fechado, de aproximadamente um metro e 85, que me disse:

— “O” gravatinha, aqui nós não compramos tal mercadoria.

Tentei explicar-lhe que não se tratava, absolutamente, de uma nova mercadoria e que ali comparecera para fiscalizá-lo, ou melhor, seu pequeno estabelecimento comercial.

Foi pior quando lhe disse que era fiscal.

— Fiscal — disse-me ele —, recebo todos com aquele facão que se encontra pendurado atrás da porta. O último do CIM que aqui compareceu deve estar correndo até hoje, de medo.

Pensei no que fazer diante de tão terrível situação. Como convencê-lo a mostrar seus livros e documentos?

Orei ao Senhor, mas ao mesmo tempo pensara numa possível agressão física. Se isto acontecesse, como não revidá-la?

Como resposta às orações que fiz, eis que o quadro passa por uma grande transformação. Entra naquela pequena loja um outro comerciante, que fora por mim fiscalizado. Com um sorriso muito espontâneo, disse, ao dirigir-me a palavra:

— Aqui também esta tudo certo, como o doutor encontrou no meu estabelecimento, não é verdade?

Disse-lhe então que por enquanto nada verificara.

— Por quê? — indagou-me, muito surpreso.

Eu respondi:

— O Sr. Joaquim não me exibiu os livros, como o amigo o fez.

Imediatamente, ele disse ao Joaquim:

— Joaquim, você está brincando com a lei. Você pode ser preso e ter seu estabelecimento lacrado. Mostra logo o que o doutor quer; ele é boa praça; ele é nosso amigo.

Depois de relutar alguns minutos, respondeu-me o Sr. Joaquim:

— Comigo está tudo errado e nem sei o que é esse tal de INPS. Explique-me, por favor, o que é isso. Perdoe, Dr. fiscal, minha grande ignorância. Fui criado no interior de Minas Gerais, onde a força é a lei; o facão e o revólver são os únicos instrumentos de justiça.

Calmamente, abri a pasta e retirei dela todas as instruções sobre a inscrição da empresa junto ao INPS; preenchi o cadastro relativo à firma, a partir do primeiro alvará que me fora exibido.

Essa visita tomou-se quase duas horas, mas consegui inscrevê-lo, baseado na primeira licença, que datava de janeiro de 1965. Em seguida, fiz o termo de débito fiscal e colhi nos documentos do INPS sua assinatura.

Tornou-se o Sr. Joaquim, depois, pessoa cordial e fez-me a seguinte ingênua pergunta:

— Por que o doutor não veio visitar-me antes? Uma coisa tão boa, como disse o senhor, todos querem.

Ofereceu-me, depois, almoço e uma série de coisas.

— O doutor leva o que quiser do meu estabelecimento. As portas estão sempre abertas — disse ele.

Para surpresa minha, enquanto conversávamos, eis que entra uma senhora de estatura média, com o filho no colo. Era sua esposa, a quem ele disse:

— Maria, o próximo filho será por conta da tal Previdência; acho que o nome certo é Previdência Social. O doutor garante, não estou certo? No que eu apenas acenei com a cabeça, com o meu voto de acordo.

Dois anos após, por ironia do trabalho, lá estava eu novamente naquele pequeno estabelecimento comercial, agora recebido de maneira bem diferente, na qualidade de amigo.

— Doutor, como vai? — Como vai sua família — Tenho algo importante para lhe contar: paguei tudo que o senhor deixou escrito. As guias estão na minha casa, em poder de minha mulher. Vamos lá, que eu quero mostrar uma novidade.

Como se tratava de apenas cem metros de distância, aquiesci. Para surpresa minha, além das guias de recolhimento, foi-me exibido um robusto garoto, com aproximadamente seis meses de idade. O Sr. Joaquim exclamou:

— Este nasceu na maternidade; não paguei um tostão. Tudo por conta da Previdência. Por isso que ele é forte. Tudo graças ao doutor, que me convenceu a contribuir para o INPS.

Ao me despedir, ele disse:

— Doutor, o senhor não sabe o bem que me fez; como os meus queridos estão agora amparados. Tenho feito muita propaganda da Previdência; vários amigos já entraram para ela e outros desejam fazê-lo.

Nunca mais retornei àquele lugar. Todavia, posso dizer que valeu a experiência. Aquela família estava, a partir da ação fiscal, amparada pela Previdência Social.

A tarefa fiscal, às vezes, é bastante árdua e perigosa. Porém, compensadora quando cumprimos a missão que nos é entregue pelo governo.

O inusitado

Ary Delgado
Belo Horizonte, MG

Elementos de fiscalização são todos aqueles, corpóreos ou incorpóreos, que sustentam a origem dos débitos levantados pelos fiscais de contribuições previdenciárias. Obedecem a uma classificação, fruto do trabalho diuturno da fiscalização; podem ser, como disse, materiais ou corpóreos e subjetivos ou incorpóreos. Os primeiros se constituem de documentos escritos, como livros contábeis e comprovantes dos lançamentos da escrituração; informações verbais e deduções subjetivas praticadas pelos fiscais, com suporte em provas circunstanciais e indiciárias, que fazem aflorar uma situação de débito sonogado.

Outros elementos os há, clássicos, obrigatórios, indispensáveis à apuração de débitos, e que ensejam segurança nos levantamentos de débitos fiscais.

Nesta história, eivada de malícia, surgiu um elemento inusitado, que levou um fiscal, profundamente religioso e espiritualista, a se desesperar, a ponto de querer que o instituto processasse a empregadora.

Certa feita, foi ele encarregado de fiscalizar construções civis, obras particulares, que tomaram o cognome de PR, no ex-IAPI.

Dirigiu-se o nosso herói para uma obra de certo porte, que se erguia em determinada avenida de Belo Horizonte. Tratava-se de uma grande reforma em uma casa do tipo mansão. Parecia estar devidamente legalizada; placa na frente, do responsável técnico e da empresa; alvará afixado no portão do tapume de serviço; até um cartaz, muito bem escrito, anunciando que ali seria, muito em breve, o Motel Céu Azul.

Nosso elemento, diante daquele anúncio, já tremeu nas suas bases “beatas”. Mas, procurou pelo mestre-de-obra e pediu licença para entrar e fiscalizar a construção. Recebido, foi enviado ao andar superior, onde se encontrava a proprietária, uma mulher simpática, até bonita, que o recebeu com um largo sorriso desatado no rosto... Era o princípio da “odisséia” do fiscal puritano.

Iniciado o diálogo com a proprietária, indagou sobre tudo que interessava à fiscalização; só não conseguiu fazer com que a sorridente mulher lhe apresentasse qualquer documento relativo ao movimento de mão-de-obra, única coisa que interessa a uma fiscalização direta — que a indireta se faz pela área, planta e alvará, mais recibos de empreiteiros e autônomos. Nosso fiscal ficou ciente de que a mulher não apresentaria elementos normais. Então, apelou para o livro de apontamentos das despesas da obra — que todo particular usa para controle —, não o conseguindo.

Já impaciente, nosso fiscal, asperamente, pediu que a proprietária lhe exibisse o **borrador**, o tal livro que ela deveria escriturar.

A senhora proprietária, já também impaciente, então dirigiu-se ao fiscal e, com as mãos postadas na cintura, em pose de desafio, perguntou:

— Sr. fiscal, o senhor que ver meu **borrador**? Não será difícil. Ainda insiste?

Foi aí que se deu a tragédia escandalizadora do nosso querido colega, puritano e já entrado em anos. Ele respondeu calmamente à empregadora eventual, a PR dos nossos cadastros:

— Minha senhora, tenho necessidade de ver seu **borrador**, sem o qual não terei como concluir meu trabalho aqui...

Ao que a interlocutora respondeu, sem titubear, dentro de seus hábitos e costumes:

— Meu caro fiscal, já que o senhor insiste, vamos até o meu banheiro, que eu lhe mostrarei meu **borrador**... Como foi dito de início pelo senhor, que toda pessoa que constrói tem um **borrador**, para exibir aos fiscais, eu também o tenho, por isso, vamos ao banheiro...

Fiscalização encerrada abruptamente, com débito levantado por aferição indireta — arbitramento — e nosso herói desta história retirando-se, segundo ele, em estado de pecado, para não mais trabalhar naquele dia... e, na seqüência de sua vida de fiscal, nunca mais fiscalizar obras particulares... fugindo ao risco de ter de enfrentar elementos piores...

Almoço diferente

Acyr Santos
Rio de Janeiro, RJ

Dentre as minhas obrigações como fiscal lotado em Barbacena para o biênio 1942-1943, constavam visitas a serem feitas a Ibertioga e Ibitipoca, localidades que distavam mais de 20 léguas da sede da zona e que eram alcançadas por estradas de terra intransitáveis na época das chuvas. Estávamos na seca e, portanto, na hora de enfrentar a poeira e o desconforto das carrocerias dos caminhões, para ver como se comportavam os empregadores dessas localidades.

Saí pela manhã. À tarde, estava hospedado em Ibertioga, alvo da curiosidade local.

Minha primeira visita foi dedicada ao arrecadador, representante do Banco Hipotecário de Minas Gerais. Essa visita de cortesia, na realidade, escondia uma

medida psicológica, que sempre usei no interior. A notícia da presença do fiscal espalhava-se com rapidez e os empregadores atrasados corriam para acertar suas contas. Um truque simples, cujo resultado era sempre compensador.

Após dois dias de trabalho e com a arrecadação em ordem, aluguei um cavalo para viajar para Ibitipoca, três léguas adiante.

A única ligação da vila com o IAPI era uma fábrica de queijos, em uma fazenda, com dois empregados, ambos filhos do proprietário. A visita demorou mais pelo longo período sem fiscalização do que pelo trabalho de acerto, que praticamente não existiu. Estavam rigorosamente em dia.

A fraqueza do café da manhã, somada aos sacolejos das três horas no cavalo e das duas no trabalho na fábrica despertaram meu apetite. Eu já me via sentado num mesa, quando perguntei ao fazendeiro onde era a pensão e recebi aquela resposta desanimadora:

— Aqui não temos pensão...

Devo ter feito uma cara tão infeliz que o cidadão, num gesto de bondade, convidou-me para almoçar.

A residência ficava numa casa de fazenda. A esposa do fazendeiro, senhora idosa e extremamente simpática, recebeu-me com muita gentileza e começou a arrumar a mesa. A toalha impressionava pela alvura do seu tecido. Pratos e talheres brilhavam. Uma bela terrina de feijão irradiava seu cheiro gostoso pela sala e um enorme queijo-de-minas foi colocado na mesa logo a seguir. Estranhei servir a sobremesa com tanta antecedência, mas meus pensamentos foram logo obscurecidos pela fome, que aumentava a cada minuto. E foi aí que meu espanto cresceu. O anfitrião deu início ao almoço. Tirou duas conchas de feijão, partiu o queijo em quatro partes, colocou uma em seu prato e começou a comer.

Desajeitadamente imitei-o. Misturei duas conchas de feijão com um quarto do queijo picado e parti para a satisfação do meu apetite.

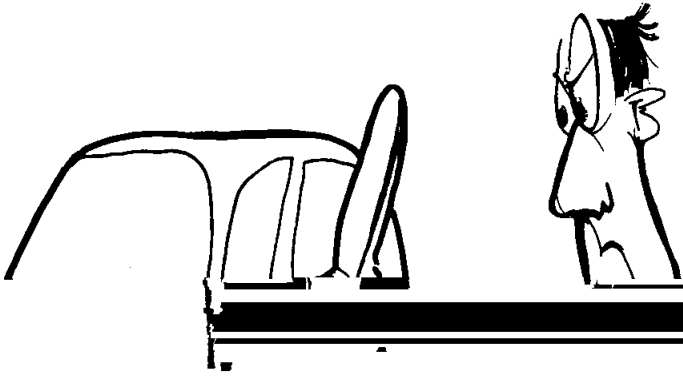
Não sobrou nada!

Se me perguntarem qual o gosto do inusitado prato, eu juro que não sei. O fato é que fiquei satisfeito e agradeci com palavras sinceras de elogio à excelência do almoço.

oOo

Aqui fica a receita para os meus colegas. No interior, em caso de dificuldade de alimentação, não se esqueçam:

Feijão com queijo é a solução.



to. O bom caminhoneiro estacionou seu Mercedes atrás do Fusca e, solícito, perguntou o que ocorrera. Com um ar de desespero, Cyro disse-lhe:

— Como é que vou trocar o pneu furado, se ontem dei alta do hospital, pois fui operado de duas hérnias, e não posso fazer força?.

O bom samaritano do caminhoneiro desincumbiu-se da penosa tarefa e partiu, com os mais calorosos agradecimentos do “operado”, que prosseguiu viagem rindo do logro que pregara no “otário” que o ajudara.

Alguns quilômetros adiante, dois operários da construção da estrada, suarentos e ofegantes, transportavam um pesado tubo de cimento, destinado a um bueiro da estrada. Cyro reduziu bem a marcha do Fusca e, ao passar pelos dois, botou a cabeça para fora e gritou:

— Esta mamata vai se acabar! — e acelerou o que deu. Os dois, enfurecidos pela provocação, apanharam pedras para jogá-las no Fusca, mas este já estava fora do alcance...

oOo

Já a colega Júlia Giulian apresentou-se numa firma de Passo Fundo, identificou-se e declarou que queria ver o contador.

— A senhora sobe essa escada e o encontrará à esquerda — disse o atendente.

Daí a pouco, Júlia desceu e disse:

— Não encontrei o contador na sala indicada — disse.

Ao que lhe retrucou o atendente:

— Como não? O “contador” de luz está bem à esquerda, no alto da escada...

O jogo de pif-paf

Ruy Norberto de Paiva Maciel
Porto Alegre, RS

Fui requisitado para fiscalizar a situação de um correspondente no município de São Francisco de Paula, Rio Grande do Sul. Naquela época, existiam representantes do Instituto que ganhavam comissões pelos serviços prestados, bem como sobre a arrecadação.

Fazia meses que o correspondente não prestava contas.

Este fato e sua data se tornaram inesquecíveis. Cheguei àquele município na antevéspera do suicídio do presidente Vargas. Cheguei, então, no dia 22 de agosto de 1954. Após a verificação, constatei diversas irregularidades. Imediatamente, comuniquei o fato ao responsável.

Tratava-se de um senhor idoso, muito estimado na cidade pela sua conduta e idoneidade. Mas, ao tomar conhecimento da conclusão do serviço e da diferen-

ça constatada, confessou-me que era o único culpado. Com lágrimas nos olhos, pediu-me para não fazer qualquer comentário sobre o fato na cidade, pois andava desesperado e desatinado por ter-se apropriado do dinheiro da arrecadação.

Fizera aquilo dada a sua situação de pai de família numerosa e de poucos recursos. Perguntei a ele:

— “Seu” Gentil — este era o seu nome —, como o senhor vai resolver esta situação? Deram-me somente dois dias para permanecer aqui. O senhor não tem nenhum amigo que lhe possa emprestar tal importância?

Chorando, respondeu-me:

— Não, não tenho, “seu” fiscal; vou me matar!

— Não faça isso, seu Gentil. Deve haver um jeito, uma maneira de o senhor resolver este caso. Pense; pense, “seu” Gentil — disse-lhe eu.

Após longas horas de conversa, desespero e choro, surgiu uma luz.

— Seu fiscal, eu faço aqui em casa, à noite, um joguinho de “Pif”. Mas, pelo amor de Deus, não faça nenhum comentário sobre o caso. O senhor me promete?

Fiz então uma proposta:

— Vá lavar o rosto. Pare de chorar e traga a turma para jogar. Aliás, eu jogarei. O senhor somente vai tirar a “coima”. Se tivermos sorte nestas duas noites, com o que eu ganhar e mais a “coima”(*) talvez o senhor resolva a situação. Caso contrário, vai ter que se matar mesmo!

Na primeira noite, ganhamos. Foi uma beleza. Na segunda, perdemos uma “barbaridade”. Foi horrível. Gentil se desesperou.

Mas, no dia seguinte, 24 de agosto de 1954, pela manhã, as rádios informavam sobre o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Ninguém fazia nada. O Brasil parou. As rádios transmitiam somente músicas fúnebres. Os locutores, com vozes embargadas, liam constantemente a carta-testamento deixada pelo então presidente.

Gentil era um grande admirador de Getúlio Vargas. Acredito que ficou ainda mais abalado com os acontecimentos.

Fui obrigado a permanecer naquele município por mais uma semana. Não havia nenhum transporte para a capital. Começava o quebra-quebra.

À noite, nos reuníamos na casa de Gentil e jogávamos pif-paf. Foi assim que ele conseguiu, tirando a “coima”, devolver a diferença constatada.

Fiquei muito triste pela morte do presidente Getúlio Vargas, mas fiquei bastante feliz pela vida de Gentil.

* *Coima* — o cacife do jogo, comissão retirada do total das apostas e revertida ao dono da casa onde se reúnem os adeptos do pif-paf. Conhecida em Brasília como “barato”.

O gavião

Antônio Carlos Barreto
Crateús, CE

Dilmar, novo na fiscalização, chegou ao distrito de Açudinho, município de Capistrano de Abreu, já pelas nove horas da manhã. Procurou o “rancho” para a hospedagem e viu no terreiro a queda de um gavião comedor de pintos, morto por um tiro de espingarda “socadeira” – daquelas de se carregar pelo boca do cano.

Ao voltar do serviço nas três ou quatro bodeguinhas do lugar, já era hora de almoço. Foi então chamado pela dona do “frege” para comer. A comida consistia em uma banda de galinha em um prato cheio de farinha seca – galinha assada no espeto.

Dilmar imaginou, de repente, que aquela galinha era, sem mais nem menos, o gavião abatido na árvore do terreiro de casa. Cismou e não comeu. Dormiu um

pouco. Ao sair, viu alguns meninos fazendo do gavião uma espécie de peteca. Ficou “puto de raiva”, por haver perdido a bandinha da galinha, tão bem assadinha no espeto...

oOo

O chefe mandou um colega fiscal ao bairro do cemitério São João Batista, em Fortaleza, com alguns processos de débitos para informações.

Logo ao chegar no primeiro local indicado, constatou que lá não existia empresa nenhuma. Apenas um muro, onde fora a bodega.

A informação na folha do processo foi a seguinte:

“A empresa é um muro e a negrada debandaro”.

A viagem

João Bosco Gomide
Uberaba, MG

Como o tempo passa. Parece que foi ontem. Depois de ter sido datilógrafo e agente administrativo, consegui, em 1º de outubro de 1986, a tão sonhada ascensão à categoria funcional de fiscal.

O que vou contar aqui me ocorreu num verão quente como nunca, em fevereiro de 1987. Portanto, com apenas quatro meses no serviço. Foi a minha primeira viagem a serviço da fiscalização.

De posse de vários CFE (Cadastro de Fiscalização de Empresas) e com diárias corridas para duas semanas, parti para João Pinheiro, Minas Gerais, cidade distante quase 500 quilômetros de Uberaba, de onde saí, feliz, para a primeira epopéia fora da sede. A viagem foi feita de ônibus. Naquela época, ainda não possuía carro — no começo, comprara máquinas de escrever e calcular (a presta-

ção), para facilitar o serviço. Mas já pensava em poupar uma quantia para adquirir um. Dessa vez, a viagem foi de ônibus mesmo.

Eu poderia chegar a João Pinheiro passando por Brasília ou por Patos de Minas. Decidi pela segunda, por ser mais perto — ou menos longe. De posse do material necessário, saí de Uberaba na segunda-feira, às cinco horas da manhã. Passei por várias cidades pequenas. O ônibus parou em inúmeras fazendas, para que subissem e descessem professoras rurais, alunos, fazendeiros, peões... Até que chegamos a Patos de Minas, às 11 e 15. O ônibus com destino a João Pinheiro havia partido às 11 horas e o próximo, só na manhã seguinte. Na dúvida se ficava ou faria outro itinerário, ouvi o funcionário de um guichê:

— O mais fácil é o senhor pegar um ônibus que vai para Paracatu. Ele sai às 15 horas. De lá partem vários ônibus para João Pinheiro. O senhor vai gastar umas três horas daqui a Paracatu e, depois, mais uma hora e meia, mais ou menos.

Gostei da idéia, e comprei a passagem. Nesse dia, almocei pouco. Não tanto pela comida, nem por ter perdido o ônibus, mas porque o calor estava insuportável. Partimos na hora marcada. O ônibus, porém, quebrou no caminho. Passei sede. O sol castigava a todos. Uma criancinha de alguns meses chorava sem parar. O atraso foi de quase duas horas, mas ainda consegui chegar ao meu destino às 23 e 10.

Cansado e suado como nunca, o importante naquele momento era encontrar um lugar para passar a noite. A cidade me era estranha, mas estava muito calma. Entrei no primeiro hotel que vi pela frente, o Hotel Glória, no centro da cidade, rua principal. Fui atendido por um velhinho simpático, que parecia já ter dormido tudo que tinha direito.

— Estamos consertando aqui. Só está tendo este quarto que vou mostrar pro senhor.

Todo solícito, pediu-me que o acompanhasse.

— Se o senhor não se incomoda, o quarto só não tem janela.

O cansaço era tanto que aceitei. O quarto era minúsculo. Tinha apenas uma cama e uma mesa. Na parede, alguns pregos para pendurar roupas e uma fofolinha com belas fotos do Rio de Janeiro (Corcovado, Pão-de-açúcar, praias...). O calor era tanto que só consegui dormir deixando a porta do quarto aberta.

Ao acordar, na terça-feira, a primeira providência foi encontrar outro lugar para hospedagem. Tomei o café da manhã com broa de milho. Peguei as malas. O casal de velhos me olhou com ar de tristeza. Acertei a conta. Ao sair, escutei a dona Maria dizer, toda impertinente:

— Já te disse que com esses quartos sem janela os fregueses não ficam mesmo.

Aconteceu em São Tomé das Letras

Evandro Costa
Caxambu, MG

Em março de 1968, a unificação da Previdência Social continuava causando alegrias e decepções. O chefe da região fiscal do novo INPS em Varginha, Minas Gerais, nessa época era Humberto Tavares de Aguiar, homem forte, educado e expedicionário da FEB. Um apaixonado pela Previdência Social, mostrava entusiasmo e alegria pela unificação dos Institutos. Ele queria uma fiscalização imediata na mística localidade de São Tomé das Letras.

Certo dia, determinou:

– Evandro, acredito que você já ouviu falar acerca da pequena localidade de São Tomé. Ali vivem centenas de trabalhadores da extração das famosas e ricas “pedras de São Tomé”, os quartzitos. Há muitos anos esta cidade não sofre fiscalização e quero que seja feita em “vassourão” (de porta em porta).

Parti no dia seguinte. Tomei a estrada de terra, esburacada na época, bem entre as localidades de Baependi e São Tomé. Os caminhões que desciam carregados de pedras do alto das montanhas abriam sulcos no meio da estrada, prejudicando a passagem dos carros pequenos.

Eu tinha um velho Fusca e subi devagar a serra. Depois de duas horas passando por matas e montanhas, avistei a povoação.

Diferente de tudo que houvera visto, o panorama em um céu muito azul e sol brilhante transformava a brancura das pedras em visão totalmente mística. Casas de pedras sem utilização nenhuma de massa de cimento. Pedra sobre pedra ajustadas como as pirâmides do Egito. Uma velha igreja, totalmente de pedra e edificada pelos escravos, marcando o tempo de sofrimentos e esperanças do sofrido povo. A gruta de São Tomé, com escritos até hoje não decifrados, de atração turística.

O silêncio da cidade, quebrado uma vez ou outra somente por explosão para tiragem de pedras no alto das montanhas. O misticismo do local das pedreiras, ideal para o aparecimento freqüente de pessoas ligadas ao astral e, segundo os ufologistas, para os discos voadores.

Parei no primeiro estabelecimento de comércio que encontrei. Pequeno, com algumas bebidas, na sua maioria garrafas de pinga da região. Material de plástico, bacias, copos e outros artigos. Um queijo pela metade dentro de um prato onde moscas faziam acrobacias aéreas. Um pequeno balcão e uma vitrine sem mercadoria.

O comerciante me olhou com preguiça, palitou pachorrentamente um dente.

Coloquei a pasta no balcão.

— Boa tarde. Sou fiscal do INPS e solicito os documentos desta relação.

O proprietário olhou e falou, de maneira bem caipira:

— Óia moço, eu não quero fazê parte de nenhum crube de futibór. Nós aqui só torce pro time da cidade.

Gastei mais de meia hora explicando os benefícios da Previdência — a obrigatoriedade da contribuição, a unificação dos ex-institutos, que passaram a denominar-se INPS, e o auxílio-doença. Nada adiantou, pois ouvi a seguinte resposta:

— Escuta aqui, fiscal. Não adianta nada. Se servi pra quando eu ficá doente, eu já vivo doente. Pode preguntá pra minha mulhé. Eu não posso ir pra cama fazê besteira quêla, que me desce uma dor da cabeça pros pé que acabo deitado uma semana.

Depois de ouvir, nada mais acrescentei.

Enviei a notificação pelo Correio.



Com o “rabo entre as pernas”

José Romualdo Quintão
Belo Horizonte, MG

A comissão formada para realizar o levantamento do material permanente e de consumo referente ao exercício de 1988, sob a minha presidência, encontrava-se reunida numa sala situada na sobreloja do edifício-sede do antigo IAPAS, em Belo Horizonte, quando um cidadão se aproximou da porta e, um tanto ou quanto ressabiado, perguntou pelo fiscal Quintão. prontamente identifiquei-me. O dito cidadão pediu então para ser atendido no corredor. Dele indaguei se se tratava de assunto particular ou de serviço. Ao responder que o motivo era pertinente ao serviço, pedi que declinasse dali mesmo o seu pedido.

Explicou-me então que ali se encontrava porque fora informado ser eu o funcionário responsável pelo arquivo onde se encontravam antigas guias de reco-

lhimento de contribuições previdenciárias. Como perdera as do seu estabelecimento comercial, veio solicitar-me cópias desses documentos.

Realmente, eu havia reorganizado o arquivo do cadastro histórico de empresas e promovido a sua transferência, de uma área nobre para um porão situado no prédio da superintendência regional do ex-IAPAS. Portanto, a informação por ele obtida estava correta.

Como o inventário estava um pouco atrasado e eu impedido, naquele momento, de atendê-lo, pedi que me procurasse dentro de 15 dias, na secretaria regional de arrecadação e fiscalização.

Logo após sua retirada, ironicamente, comentei com os colegas:

— Esse cara vai tentar me subornar.

A reação foi imediata. Alguns retrucaram:

— Como você pode ter tanta certeza que isso venha a ocorrer?

Perguntei, em resposta: — Vocês não viram que ele me chamou lá fora?

Quinze dias se passaram e, ao apresentar-me ao serviço para iniciar o turno da tarde, percebi que o personagem central deste relato estava se dirigindo em sentido contrário à minha sala. Chamei-o. Quando alcançávamos a metade do corredor que dava acesso a meu local de trabalho, o dito cujo aproximou-se rapidamente do meu ouvido, sussurrando, e me ofereceu, à época, uma boa quantia em dinheiro se eu lhe “arrumasse” as guias.

Eu, que nunca passara por tal situação, surpreso e desrespeitando todas as normas de civilidade — principalmente porque sempre procurei tratar a todos com o máximo respeito —, furiosamente elevei propositalmente a voz, para que os colegas presentes na secretaria ouvissem:

— O senhor está tentando subornar-me! Queira se retirar. E se quiser cópias das guias, apresente requerimento por escrito.

O cidadão perdeu o rumo e quase bateu com a cara na parede. Antes de alcançar a escada, quase atropelou o servidor Alfredo, participante da comissão de inventário, que presenciou o final daquela insólita cena. De imediato, ele comentou:

— É, Quintão, você adivinhou que esse cara ia tentar te subornar.

Em seu gorducho rosto, surgiu um sorriso de cumplicidade, aprovando o meu gesto.

A linha de frente

M. L. Santos
São Paulo, SP

Freqüentemente, com a presença do agente fiscal, *vis-à-vis*, nas empresas, fatos inusitados ocorrem, ora risíveis, ora dramáticos. Enfim, humanos. Alguns imaginam a diligência externa da fiscalização uma atividade plácida e amena. Assim julgam por desconhecer a multiplicidade de situações e a diversidade da natureza humana. Em suma, o agente fiscal, na sua arena de trabalho, encontra pela frente pessoas educadas, amistosas, e pessoas agressivas, recalcitrantes e até propensas a agredi-lo, física ou moralmente, com o fito de atemorizá-lo e afugentá-lo.

Entre os casos singulares, evoca-se o ocorrido com o colega Y, cuja estrutura abaixo do normal era um convite a eventual empregador ou preposto para humilhá-lo e desanimá-lo. De constituição franzina, o referido colega adentrou cer-

to dia uma marcenaria, num bairro de São Paulo, onde solicitou os elementos para a fiscalização, ou seja, livro de empregados, folhas de pagamento, guias etc.

Foi atendido por um dos sócios, que prometeu apresentá-los dentro de 48 horas. No dia apazado, os livros não apareceram. Nova data foi concedida. Com má-vontade e espaçadamente os livros foram surgindo. Logo de início, notou o agente a disparidade entre as pessoas em atividade e as registradas no livro, aquelas em decuplicata maioria. Subterfúgios e esquivas foram-lhe conferidos para a notória omissão e embaraços de toda a ordem foram estendidos no caminho do fiscal. Poderia ele utilizar meios coercitivos contra o empregador, mas preferiu elementos fáticos, que são incontestáveis.

Contando com a solidariedade da classe, o colega Y convidou outros fiscais para ajudá-lo na empreitada. Então, no dia imediato, à porta do estabelecimento convergiram seis agentes fiscais, escolhidos a dedo. Para espanto dos presentes, entraram na oficina seis companheiros de elevada estatura, todos acima de um metro e 80, sob o comando do delegado colega Y. Sem conversa, abordaram os obreiros em serviço e também os ocultos nos lavatórios, anotando nome, função, salário etc.

Ante a "invasão" dos engratados, o empregador mudou de comportamento. De leão, transformou-se em ovelha, não emitindo nenhum balido. Sentindo-se em inferioridade, abandonou a arrogância em relação à figura do colega Y e conformou-se com a situação, permanecendo discretamente no escritório.

Foi um rebuliço geral na empresa e os comentários ecoaram por toda a semana. O colega Y saiu satisfeito, porque preservou sua autoridade e, o mais relevante, o desempenho da função a contento.

Fiscalização no Paraná

Haroldo Travassos
Rio de Janeiro, RJ

Não sei se folclórico ou dramático. Sei que, nos idos de 1963, fui designado para fiscalizar empresas nos municípios do oeste paranaense – Guaíra, Terra Roxa, Toledo etc.

Recém-nomeado fiscal, tudo era novidade para mim. Já em Guaíra, no desempenho normal de minhas funções e, creio, fiscalizando uma fábrica de lâmpadas, fui procurado à noite, no modestíssimo hotel (de madeira), por uma senhora idosa, de cor branca, com um metro e 80 de altura, aproximadamente, condição humilde, que se dizia mãe de uma moça que trabalhava na referida fábrica. Pediu-me ela que eu fizesse a empresa pagar uma indenização de acidente do trabalho, pois sua filha, já há quatro anos, lá perdera o dedo polegar da mão direita, em acidente de trabalho.

Permito-me abrir aqui um parêntese, creio que oportuno, para falar da odisséia que foi chegar a Guaíra, naquela época. Viajei numa miniviatuira que levava uns doze passageiros, se tanto. No longo trajeto, por vias estreitíssimas, dentro da mata, sem um mínimo de segurança, para minha estupefação, — carioca que sou — vi índios nus, que vinham à beira daquela estreita estrada olhar o veículo passar.

Voltando ao assunto principal, pensei como explicar àquela senhora que o processo deveria estar *sub judice* em alguma vara de acidentes do trabalho e também que atender ao que me pedia excederia minhas reais atribuições. Disse-lhe, no entanto, que ela poderia voltar tranqüila, pois eu iria agir.

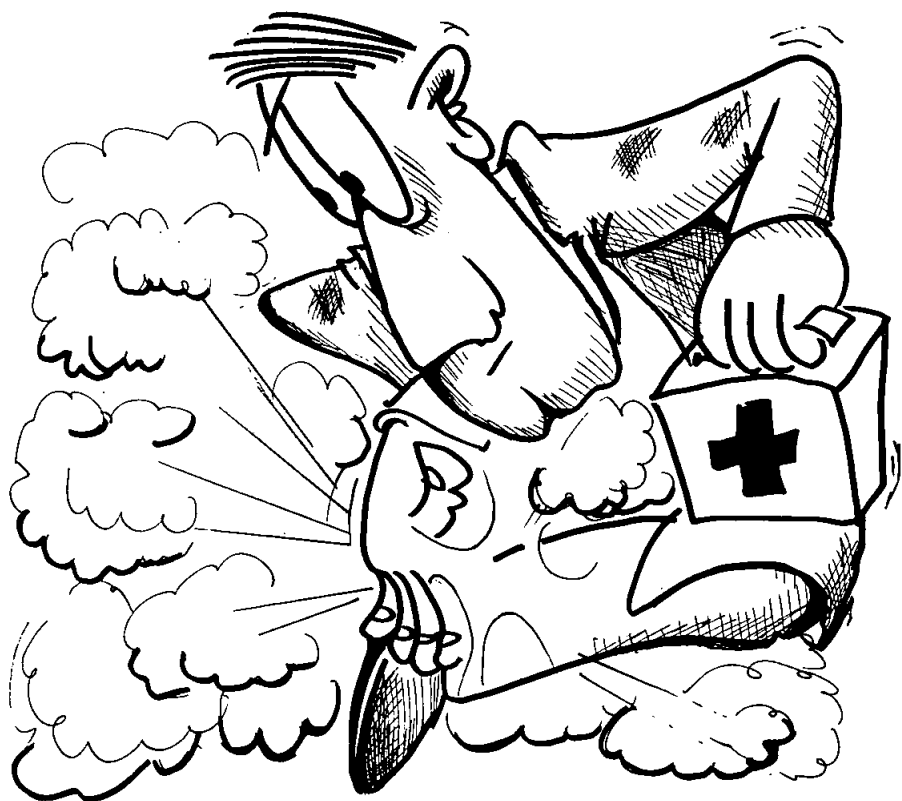
No dia seguinte, de volta à empresa, e antes de dar por concluída a fiscalização, pedi ao contador que me mostrasse todo o estabelecimento fabril. Já no centro da fábrica, disse-lhe que queria conhecer a empregada Fulana de Tal. O contador, em voz alta, chamou o encarregado de uma seção e determinou que a moça viesse à nossa presença. Ela veio, depressa, e eu a cumprimentei com um aperto de mãos. Assim, constatei que, de fato, lhe faltava o dedo polegar da mão direita.

De volta ao escritório da empresa, sempre acompanhado do contador, perguntei por que não resolvera até aquela data, o processo de indenização da moça.

O contador, então, falou das dificuldades pertinentes, porque a vara de acidentes do trabalho funcionava em outro município. Mas prometeu-me que, com toda urgência, iria cuidar do caso.

Na semana seguinte, a velha senhora voltou ao hotel para agradecer-me, porque a sua filha fora devidamente indenizada.

Para mim, um fato *sui generis* ocorrido no desempenho da fiscalização previdenciária.



O exame médico

Ubirajara Luiz Malavóglia
Ribeirão Preto, SP

Em meados da década de 1950, exercendo funções de fiscalização da Previdência (ex-IAPC) na cidade Ribeirão Preto, São Paulo, cuja região era extensa, tinha sob minha responsabilidade um setor que atingia algumas localidades vizinhas ao Estado de Minas Gerais, sendo uma delas a cidade de Miguelópolis, a uma distância aproximada de 137 quilômetros da sede.

Naquela época, a ausência de asfalto era normal; viajávamos de ônibus ou trem, pela Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, pois, os automóveis eram peças raras. Nossa preocupação era o uso do guarda-pó, uma capa que nos protegia da poeira, conforme o próprio nome, além de nos defender das fagulhas lançadas pelas locomotivas, que habitualmente atingiam e queimavam o nosso protetor,

em diversos pontos, dando a impressão de que o mesmo havia sido perfurado por pontas acesas de cigarros.

Em determinado trecho da ferrovia, o maquinista diminuía a marcha do trem, dando oportunidade a que diversos urubus se aproximassem, voando rente à janelinha da cozinha do carro restaurante, a fim de saborear pedaços (restos) de carne e outras guloseimas que o cozinheiro ou seu auxiliar colocava na ponta de uma espécie de forquilha. Todos os dias, obedecendo àquela hora e no mesmo trecho, isso tudo acontecia e divertia os passageiros.

Citei o fato para recordar a autenticidade do interior daquela época. O caboclo mantinha sua originalidade, as terras não sofriam devastações, a população não era violentada pelas notícias das grandes cidades. Não havia TV, os jornais chegavam com atraso e os telefones a manivela desanimavam a mulher mais otimista que quisesse fazer uso dele. Os hotéis, então, nem é bom pensar. Eram, na prática, pensões rústicas, ostentando placas de hotel. Porém, a comida caseira era excelente.

O ônibus chegou cedo à cidade de Miguelópolis, cuja população vivia dos resultados da zona rural, principalmente os habitantes que dependiam de emprego. Havia número excessivo de botecos em comparação à quantidade de residências e de moradores.

Os bares mudavam de proprietário a cada dois ou três meses e o trabalho da fiscalização era insano. O indivíduo trabalhava na roça durante uma temporada; juntava um dinheirinho e resolvia ser “patrão”. Adquiria um pequeno estabelecimento, com mínimo estoque, visando a melhora de vida, objetivo raramente atingido.

Ao visitar um desses bares, tipo “último gole”, deparei, logo ao entrar, com um rurícola magro, alto, meio curvado, tipo do jeca narrado por Monteiro Lobato. Nas rústicas prateleiras de madeira havia algumas garrafas de pinga, outras de vinho barato, alguns docinhos e balas; estas, como imaginei, poderiam servir de munição para a caça aos passarinhos, tão duras deveriam ser.

Antes de iniciar a fiscalização, refleti várias vezes e cheguei à conclusão do abalo que iria ocasionar aquela minha ação. O débito, pelo número de meses apurados, embora não tão alto, levaria aquele indivíduo à falência. Mas, entre o coração e a razão, fui forçado a ficar com a segunda opção. No levantamento que lhe apresentei, com muita dificuldade conseguiu colocar um garrancho no local da assinatura, ficando em seu poder uma via.

Saindo do estabelecimento, ainda comovido, prossegui na faina diária, percorrendo outras casas comerciais. Cumpridas as tarefas, muito pensativo, segui viagem para outras localidades.

No mês imediato, indo à agência — na época, tomávamos conhecimento de todos os serviços existentes, inclusive benefícios —, notei que havia chegado pelos Correios um requerimento de auxílio-doença, enviado pelo dono do botequim, acompanhado do laudo, devidamente preenchido pelo médico credenciado da localidade, concedendo-lhe 30 dias de afastamento, conforme praxe nas perícias iniciais. Os papéis foram encaminhados a São Paulo e o serviço médico da capital, antes de vencido o prazo dado, enviou um ofício ao agente, solicitan-

do que o caso, julgado muito sério, fosse resolvido pelo médico do quadro permanente desta cidade, para efeito de prorrogação do auxílio.

O profissional mais antigo que tínhamos na época, muito íntegro, educado, competente, lembrando o verdadeiro “médico de família”, era um dos melhores cardiologistas da cidade e um exímio clínico. Professor da Escola de Odontologia local, atendia a contento a enorme clientela da Previdência Social (era muito procurado). Convocado pelo agente, ele compareceu à repartição, leu o ofício vindo da capital solicitando que fosse a Miguelópolis, em virtude de o segurado ter enviado uma carta a São Paulo, alegando que seu estado de saúde não o permitia viajar até Ribeirão Preto, para ser examinado. O doutor, a princípio, apesar de pertencer ao quadro permanente de servidores, estava relutando em fazer a viagem. Os motivos eram justos: não podia ir de ônibus ou trem, caso contrário teria que pousar na cidade e perderia muito tempo na visita a um só segurado; desejava ir de carro, mas, pensava, a poeira era de amargar e seu veículo, em bom estado, era usado apenas na cidade e não estaria em condições de enfrentar 137 quilômetros de chão batido.

O agente, sem saber que atitude tomar, telefonou para São Paulo e o impasse foi solucionado: o médico iria de táxi e o Instituto pagaria as despesas.

No dia seguinte (período matinal), o Dr. Eugênio Rocha Ferreira, de saudosa memória, passou pela agência, dentro de um táxi, vestindo o inseparável guarda-pó, informando à chefia que estava indo rumo a Miguelópolis com a incumbência de examinar o segurado. O agente agradeceu a atenção e desejou-lhe boa viagem.

À tarde, antes do encerramento do expediente, um táxi todo sujo estacionou na porta da agência, surgindo da parte traseira o Dr. Eugênio, com o guarda-pó empoeirado e portando na mão direita sua inseparável maleta. Estava cansado, sério, pediu licença para ir até os fundos do salão conversar com a chefia e desabafou:

— Eu não estava querendo fazer essa viagem: vocês bem que perceberam. Não foi por preguiça. Meu serviço é estafante e os segurados, que são muitos, necessitam de minha presença e cuidados. A viagem foi péssima e o calor, sufocante. Isso tudo nada representou para mim. O que mais me indignou foi ter ido a Miguelópolis e não ter encontrado o paciente em casa. Os familiares alegaram que ele estava na cidade, mas não sabiam precisar o local. Pois bem! Eu e o chofer saímos em busca de informações. Um senhor nos indicou onde poderíamos encontrar o “foragido”, facilmente localizado: estava folgadoamente, em um bar, conversando animadamente com alguns amigos, tendo ao seu lado um cálice de saborosa “cachaça”.

O segurado, concluiu o Dr. Eugênio, “deu diversas desculpas e me pediu para que fosse até sua residência, onde eu poderia examiná-lo. Estava muito sem graça. Nada achei de anormal e dei alta no dia de hoje. Ele não tem nada!”

oOo

Tínhamos razão quando observamos que o levantamento de débito levaria a empresa (boteco) à ruína. Fechado o estabelecimento, o segurado recorreu ao

auxílio-doença. O médico da localidade, em dúvida, concedeu-lhe os 30 primeiros dias. Porém, com o Dr. Eugênio o candidato não passou no exame de "prorrogação" a que foi submetido.

Aventuras da pasta

Angelita José Teles de Oliveira
Goiânia, GO

Parece-me, no final das contas, que as coisas não se regulam pelo que devia ser nem andamos com segurança e sem receios pela nossa vida profissional. Certa vez, ao notificar um fabricante de carrocerias, fui confundida com a representante do Cempaigo (Centro Penitenciário de Goiás). O empresário me explicou estar com alguns problemas, pois uma de suas carrocerias teria caído, acidentalmente, sobre uma criança.

Desfeita a confusão, numa fala compassada, seguro de si, pediu-me para voltar para casa e deixá-lo em paz. Tentava me convencer a não fiscalizá-lo, pois em épocas passadas ele tentara fazer as coisas direito e até contratou um contador, que desapareceu com a documentação da empresa. Então, desistia de tudo, pois ficara decepcionado com a burocracia.

Investiguei este comerciante — minha vizinha, por coincidência, era sua conhecida e contou-me uma das suas. Ele possuía um lote ao lado de sua firma e, segundo se comentava, ali desmontava carros roubados.

Retornando à empresa, para dar a segunda notificação, encontrei apenas um funcionário, que não quis assinar o documento. Com a maior tranqüilidade, alegou que não assinaria por ser completamente analfabeto. Diante disso, procurei a Junta Comercial do Estado e lá encontrei uma via do contrato de constituição de firma individual. Então procedi ao levantamento do débito com base no número de empregados necessários à atividade da empresa. É normal que o infrator, não satisfeito com o procedimento fiscal, se defenda perante o IAPAS. Este empresário, no entanto apenas enviou uma carta, manuscrita, protestando contra a autuação de sua empresa em favor do Fundo de Garantia.

Funcionários do Fundo de Garantia, não sabendo o que fazer daquela curiosa carta, pediram-me um parecer sobre a mesma.

O parecer foi curto e direto: aquela carta não significava nada. O contribuinte não tinha entrado com defesa e nem apresentado documentação ou argumentos que pudessem modificar a conduta fiscal.

Ossos do ofício

Elisabete Regina da Silva Bege
Florianópolis, SC

Ao longo dos últimos anos, a classe de fiscais de contribuições previdenciárias tem sido alvejada por acusações que vão desde mordomias e pouco serviço a salários absurdamente altos. O triste relato que faço a seguir demonstra que a vida de um fiscal diverge muito destes padrões e que estamos sujeitos a “ossos do ofício”, como, por exemplo, lotação em cidades indesejadas, salário baixo em início de carreira, carga de trabalho complexa, constante contato com contribuintes insatisfeitos e desinformados etc.

Minha história começou em abril de 1987, quando ingressei na fiscalização previdenciária através de concurso público externo. Morava em Florianópolis e estava ciente de que deveria assumir numa cidade do interior do Estado. Mas não imaginava que a única compatível com a minha classificação seria Criciúma, cida-

de conhecida pelo alto índice de poluição, proveniente da extração do carvão mineral, que dista aproximadamente 200 quilômetros de Florianópolis. As outras cidades com vagas distavam mais do dobro do percurso até Criciúma e também tinham inconvenientes.

Quando recebi a notícia, chorei muito; pensei em desistir e retornar ao meu antigo emprego, de quase dez anos, numa multinacional, onde ocupava um cargo de chefia. Mas, havia batalhado tanto para chegar até ali e não poderia desistir.

Assim, eu, meu marido e uma filha de quatro anos, nos mudamos para Criciúma, às nossas custas, assumindo um aluguel que ultrapassava metade do meu salário de fiscal. Mesmo assim, o apartamento que conseguimos com este valor era muito simples, com problemas de umidade e pouca insolação.

Passamos meses de muitas dificuldades financeiras e de adaptação. Em 1988, já adaptada ao local e ao serviço, trabalhando muito, cobrindo desde empresas de pequeno porte até grandes grupos econômicos, fazendo pesquisas porta-a-porta, verificações físicas, diligências e percorrendo grandes distâncias com meu carro, muitas vezes em locais não-cobertos pelo pagamento de diárias, constatei, na pele, as dificuldades do dia-a-dia do fiscal de pasta. Mesmo assim, estava confiante num futuro melhor — satisfeita com o papel social do fiscal de contribuições previdenciárias —, na garantia dos direitos previdenciários dos cidadãos, na manutenção da instituição e muitas vezes auxiliando os contribuintes com informações etc.

Em maio de 1990, porém, este quadro se reverteu drasticamente. Encontrava-me envolvida em várias fiscalizações, a fim de realizar os pontos determinados como meta de produção — muitas vezes trabalhando também em casa, à noite. Para complicar a situação, um segurado, dono de uma das empresas que eu estava fiscalizando e que tinha vários anos de carnê em atraso, veio pedir-me encarecidamente que calculasse e preenchesse os valores para ele, pois não tinha condições de contratar um contador e estava disposto a quitar seu débito. Comprovei ser pessoa de boa-fé, agricultor, carente e desinformado. Decidi fazer-lhe o favor, considerando também que o recolhimento, se realizado no prazo de dois dias, entraria para a minha produção fiscal, melhorando minha pontuação.

O serviço de arrecadação local não podia ajudar-me, pois precisaria prazo maior, em face do acúmulo de serviço no setor. Desta forma, acabei preenchendo também o meu horário de almoço com o serviço.

Atarefada, não percebi que um resfriado em meu filho caçula, de um ano e cinco meses, se agravava rapidamente, caso comum em Criciúma, devido ao clima e à poluição.

Havia começado na segunda-feira. Na quarta-feira, pela manhã, levei-o a um hospital infantil. A médica de plantão só diagnosticou uma irritação na garganta. Ao meio-dia, retornei ao serviço, concluí os carnês e às 14 horas entreguei-os ao segurado, conforme combinado.

Naquela mesma noite, meu filho piorou. Novamente no hospital, foi constatado tratar-se de epiglotite. De madrugada ele teve que ser entubado e colocado em respirador artificial. A entubação foi malfeita; perfurou seus pulmões. O único respirador artificial da cidade só servia para adultos.

Levar meu filho para Florianópolis era muito arriscado, ele não resistiria. O respirador artificial, ajustado precariamente, estava oxigenando demais os pulmões, já machucados, que explodiram, provocando a compressão do coração e a conseqüente parada cardíaca. Este quadro foi diagnosticado como pneumotórax, mas os médicos não perceberam a tempo. Caso tivessem diagnosticado, bastava perfurar o tórax para liberar o ar em excesso — hoje, o hospital já conta com um respirador artificial para crianças, conseqüência de minhas reclamações junto às autoridades e de reportagens sobre o caso.

Meu filho se chamava Rodrigo e faleceu às 14 horas de sexta-feira. Era muito bonito, loiro e robusto. Esperto e brincalhão, me saudava alegremente com um abraço, quando eu retornava ao final de cada dia de trabalho, dizendo-me de forma clara e correta:

— Mamãe!

Quando voltei para casa, naquele dia, encontrei duas garrafas de suco de uva, presente do segurado para o qual preenchi os carnês, que era viticultor. Pessoa muito simples, foi a forma de me agradecer pelo favor que lhe prestara. Provavelmente, não sabia da minha tragédia e do arrependimento que eu estava sentindo por ter perdido meu tempo particular com ele, tempo este que teria sido tão precioso se eu o tivesse despendido com meu filho.

Naquela sexta-feira, uma caravana de carros partiu de Criciúma para Florianópolis. Num deles estávamos eu e meu marido, levando no colo um caixãozinho branco, embrulhado num cobertor, para evitar problemas com a Polícia Rodoviária. Dentro, ia um pedacinho de nós. Outros carros levavam colegas fiscais de Criciúma, todos muito solidários. Havia ainda amigos leais que tínhamos na cidade de Criciúma.

O enterro, em Florianópolis, foi comovente. Colegas fiscais da cidade catarinense compareceram em massa, além de muitos amigos e parentes. Nos dois meses seguintes, afastada do serviço, em tratamento psiquiátrico, muitas indagações perturbaram minha mente:

— Valeu a pena ser fiscal? — Valeu a pena mudar da minha cidade natal e expor minha família a riscos? — Valeu a pena ajudar aquele segurado pobre? — Valeu a pena ser uma funcionária dedicada? — Se eu estivesse em melhor situação financeira, isso teria salvado a vida do meu filho?

Ainda não tenho as respostas. Passados nove meses, muitas dúvidas persistem. Continuo sendo uma fiscal e funcionária dedicada, porque isso faz parte da minha personalidade. Se vale a pena, fico em dúvida. Onde está o nosso plano de carreira? Quando teremos critérios justos de avaliação e mérito? Quando será corrigida a defasagem salarial dos fiscais das referências iniciais, que hoje são a maior força de trabalho da fiscalização de pasta?

Quanto a ajudar alguém necessitado sim, sempre valerá a pena. Aprendi a rever e a fortificar meus valores espirituais.

Sei que meu filho está bem em algum lugar. Tenho uma filha linda, de oito anos, e, se Deus quiser, ainda terei a graça de ganhar outro filho, no futuro.

Muitos colegas em todo o Brasil já devem ter passado por tragédias, dificuldades e dúvidas semelhantes. São os nossos “ossos do ofício”.

Corriqueiramente

Efigênia Chaves Janoni
Conselheiro Lafaiete, MG

Parei no ponto final, no intervalo do almoço, pra “dar uma geral” na minha conta, quando dei de cara com o motorista, na saída do ônibus. Num atropelo de lembranças desencadeadas, entro no banco, procurando a ordem da fila e dos pensamentos.

Numa virada de esquina, súbita e incompreensivelmente, ele surgira: gigante, feio e ameaçador pra cima de mim. Foi preciso uma talagada de reflexo e sorte pra sair daquela. Rodei o volante, raspando e cantando os pneus no meio-fio,

num suspiro de alívio.

suspeita atazanando alguns dos meus escassos minutos para reflexão, como agora, por exemplo, na fila do banco.

Revide encomendado de tempos coronelísticos, ou pura imaginação exaustiva? Mas, hoje? Capangas, tocaias, coronéis? Nunca se sabe. Afinal, não era aquele carro mesmo algo fantasmagórico e ultrapassado perdido no presente?

O reencontro daquele rosto fotografado por ótica de sobrevivente espouca imagens em *flash-back* no emaranhado da minha tela mental abarrotada de números. Aliás, eu inteira ando ultimamente me sentindo um próprio, um insignificante algarismo, desde aquela reunião de fim de ano, quando desfilaram ante nossos olhos natalinos todos aqueles mapas e estatísticas. Recolhem-nos, então, à nossa microscópica condição existencial numérica dentro de uma monstruosa aferição nacional em dígitos arrecadados.

As idéias fervilham, como sempre, no refrigerado do ar. Do lado de fora, outra fila se espicha, em instantes. E, como sempre, traço diretrizes, imagino planos de como alcançar o limite máximo na corrida mensal atrás dos dias, atrás das horas, atrás da vida! Maratona sem fim, onde nem bem se chega, desumanamente volta-se à marca de partida. Ah! fosse assim a corrida do tempo! Um processo aqui, RD ali, NFLD aqui e ali. Meu minúsculo e mágico computador sobre os ombros soma, multiplica subtrai e soma de novo, como se avariado, segue infinitamente, mesmo desligados os sensores, de maneira endoidecida. E, de repente, pára. Os percentuais se apagam, interrompe-se o sistema: lembro-me do motorista. Lances se embaralham, reprisando um filme que não me apraz.

A empresa onde iniciávamos a ação especial e em junta era moderna para a cidade, que trazia muito de provinciana. Suas dependências quase luxuosas destoavam daquela geringonça que fazia parte da sua frota. Entre espelho na parede, jardim sob a escada e secretárias de uniforme destrinchávamos o trabalho, o meu colega e eu.

Sem dar as caras, muito menos as boas ou más vindas, o diretor da empresa, refestelado em seu gabinete, ali permaneceria até o famigerado dia. O contador, este sim, aparecia. Meticulosamente! Homem dado às letras e às formalidades — um pouco além dos padrões —, pensava eu. Desmanchava-se em detalhes não-requisitados, esbanjando termos técnicos com o esmerado cuidado de me fazer sentir no meu devido lugar — na sua concepção machista, é claro, de umas décadas atrás, ou seja, não me dava a mínima. Quando muito, um lance d'olhos, vez ou outra, disfarçava a indiferença. E eu ali, ao lado e do lado do meu colega de barco. Mesuras mil, o homem causava impressão. E, em meio aos porqu岸tos e entretantos do esdrúxulo senhor, já cheirávamos nos ares alguma coisa de errado naquela coisa tão certa.

A mesa cheia de gavetas fechadas, à disposição, era rodeada de vidros, onde se viam as caras das meninas, as de uniforme, nas salas em torno. Entre absortas, lunáticas e laboriosas, mil olhos nos inquiriam em cadeia. Dissimuladas, me desnudavam dos sapatos ao penteado e me davam uma nota — tenho certeza que davam. Observação só possível à acurada percepção feminina, a mesma que me levou a abrir as gavetas, à procura de uma régua, naquele dia surpreendentemente deixadas abertas, e me fez esbarrar com aquele brochurão. Corpo estranho naquela ocasião.

Amargo golpe do destino, armação involuntária desse nosso espírito desbravador, o fato é que lá estava. Seria o decantado dos cursos de treinamento? É... não é... Do alto de sua vivência, veredicta meu nobre colega:

— É!

Rebuliço total! As meninas se dão conta do relapso irreversível. Mais empolado ainda precipita-se o contador. Pretendia o pobre homem uma conversa entre homens.

— Trabalhamos em conjunto — contesta o digno colega.

E assim, fomos, os três, enfrentar a situação junto ao homem invisível. No meio do som ambiental, pairou no ar difusa pretensão. Afastadas escusas possibilidades, em cima de melodramáticos apelos, sai a notificação bendita, em aferição indireta, BTN, anexos e AI correspondentes. Trabalho que sairia vitorioso, mais tarde, nas instâncias recorridas.

Enfim, excetuado um possível e banal acidente de trânsito, restou a alegria momentânea do dever cumprido. Mérito aquele creditado menos à minha singela curiosidade feminina que ao talento do colega. Este, hoje, de chuteira pendurada, ou melhor, pasta, não sei se recebeu os aplausos merecidos, mas ficou o reconhecimento dos companheiros cotidianos e esta lembrança de agora.

Na fila do banco, minutos se escapam e tenho angústias e medo. Todo soldado os tem. Mas, tenho também cheque especial e cartão magnético. Divago ainda pelo noticiário da TV de ontem à noite. Há uma guerra além-mar — Vietnã outra vez! Soldados da linha de frente se danam!

A fila de fora se alonga e faz curva no sol causticante, numa espera cansada e resignada. Fora de hora, minha guerrinha particular me assalta: travo batalhas pelas noites altas, em campos minados de nervos e tabelas. Num amontoado de papéis faço minha trincheira. Sozinha, na madrugada empunho OS, memorandos, instruções, manual, medidas e mais tabelas.

A fila de fora me incomoda. Nela percebo olhos de aposentados e de pensionistas, olhos sofridos e passivos que me roubam o conforto fugaz de cliente especial. Inquieta-me a quietude daquela fila.

Maquinalmente, mentalmente, como sempre, saio do banco fazendo contas de chegar e me surpreendo, inexplicavelmente, contando a fila. Medindo-a, somando-a, multiplicando-a, dividindo-a. Até que ponto dela, a que altura daquelas vidas eu era mesmo responsável! E, nesta nova tarefa, chego a esquecer-me do motorista que um dia estaria ali, em algum lugar daquela fila.

Debaixo do braço, aperto, instintivamente, a nova pasta, bonita, e pego a rua principal, me sentindo quase feliz! Corriqueiramente, teimo ainda numas continhas a mais e vou procurando o endereço do CFE guardado na pasta.

Era uma vez...

Nélson de Oliveira Afonso
Mojimirim, SP



s colegas, por certo lembrarão,
Que por obra de alguém, quiçá ministro,
Tivemos que dobrar nossa atuação,
Descobrimo empregados sem registro.

CLT – artigo quarenta e um,
Lá fomos nós fazer a cobertura.
Como a infração, então, era comum,
O “batente” ia ser “parada-dura”...

O porte de uma empresa de Mogi,
Cotejada com sua ficha cadastral,

Dava a certeza de que a situação ali
Continha muita coisa de anormal.

Estabeleceu-se, então, que a cobertura
Seria efetivada com “comando”,
Quatro fiscais fariam a cercadura,
Apurando o tamanho do desmando.

Mesmo iniciando o ataque de surpresa,
Dois empregados sumiram, por encanto.
Localizou-se um, sob uma mesa;
O outro, nem sinal, pra nosso espanto.

Não descansei, parti para a procura,
Subindo escada em direção ao forro.
Só divisei, no escuro da clausura,
A caixa d’água com recente jorro.

E... então, não mais que de repente,
Saiu da caixa d’água o empregado.
Mocinho ainda, cara de inocente,
Penalizou-me vê-lo tão molhado...

Então, pensei: “E se ele ficar doente?”
“Como fazer para quebrar o galho?”
Como o patrão mandou, está evidente:
Autêntico acidente do trabalho...

Memórias

Álvaro de Mesquita
Dourados, MS

Nos primórdios da Previdência Social, foram criados os IAPs, que sucederam as antigas caixas de aposentadoria do tempo do pioneirismo, já bastante evidenciado literariamente – O magnífico Dr. Eloy Chaves.

O primeiro IAP criado foi o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM), nos idos de 29 de junho de 1933, conforme Decreto-Lei nº 22.872.

Existia uma euforia pela criação do novo órgão e todos os que para ali foram chamados a colaborar o fizeram com denodo e patriotismo, estruturando-o e preparando-o para atender ao seu escopo.

Essa estrutura administrativa durou até 1939, quando ficou evidenciada a necessidade de se formar uma receita capaz de suportar os encargos que a nova

autarquia assumira. Foi, então, criada a fiscalização previdenciária, com a efetivação do primeiro concurso público, para preenchimento de dez vagas!

De alguns nomes ainda me lembro. Isso é possível, porque sou irmão de um desses pioneiros:

José Sarmento de Almeida Bella

Washington de Araújo Pastana

Luiz Dutra D'Ávila

Hélio Leal

José de Mesquita

Dos outros, de quem me falha a memória, restam-me somente as suas imagens.

Esses pioneiros suportaram o encargo de suas funções até junho de 1946. Diante da necessidade de ampliação do quadro, foram escolhidos, pelos políticos mais ilustres da época e por parte dos pioneiros-fiscais, novos fiscais para ocuparem 24 vagas, então criadas para reforçar a fiscalização. Foram nomeados, internamente, pelo prazo de dois anos, sujeitos a prestação de concurso naquele prazo.

Fui um dos 24. Dentro do prazo determinado, foi feito o concurso e efetivados os que lograram êxito para ordem de aprovação. Fui efetivado.

O intróito me fez feliz e por isso, talvez, tenha me alongado no conteúdo. Porém, o que me cabe relatar é o destaque que tinha o fiscal naquela época, suas responsabilidades e sua evidência no exercício da função. Destaca-la-emos a seguir:

1. Fiscalizar todas as empresas marítimas existentes, agências de navegação marítima, fluvial e lacustre, nacionais e estrangeiras; portos, rios e canais; embarcações de grande e pequeno porte e de pesca.

2. Designado para fiscalizar em outras localidades fora da sede — Rio de Janeiro —, verificar o balancete mensal da delegacia, assinando-o juntamente com a autoridade local, e também o termo de encerramento mensal do diário, conferindo o saldo de caixa.

3. Apurar débitos existentes, promover sua remessa à SAF — Rio de Janeiro —, atualizá-los monetariamente (ao tempo não havia correção monetária), com juros de mora, e receber a certidão para cobrança judicial, tentando receber os débitos amigavelmente, antes de entregá-la ao “advogado credenciado”, já que somente havia contencioso no Rio de Janeiro.

Nossa história tem origem, precisamente, no encargo que nos era atribuído no item três — a tentativa da cobrança amigável do débito, antes de entregar a certidão ao advogado para o procedimento judicial no caso de insucesso.

Vejamos:

De um dos débitos por nós apurados, após decorridos os prazos legais para pagamento espontâneo, recebemos a famosa “certidão para cobrança judicial”.

O incauto, a quem nos permitimos omitir o nome, era domiciliado em Porto Alegre. Possuía uma “lancha” de carga, com mais ou menos 80 toneladas, para navegação fluvial a frete, tendo no seu convés, na popa, uma casinha onde, por várias vezes, abrigava a família nas viagens.

Pois bem, fomos cumprir nosso dever. Cabe esclarecer que, no exercício do cargo, nunca nos valemos da função para tripudiar sobre nossos contribuintes. Na condição de pioneiros da Previdência, os nossos mestres sempre nos ensinaram a humildade, porém, com dignidade intransigente, procurando, sempre que possível, atuar muito mais como instrutores do que coatores.

Ao contatar com o devedor, fizemo-lo ciente do que o esperava se não nos procurasse na delegacia do IAPM, no prazo de 48 horas, para atualização do débito a ser quitado na rede bancária.

Fomos recebidos com toda cordialidade e educação; não nos pareceu que houvesse qualquer anomalia no seu estado psíquico.

Na manhã seguinte – que horror! –, fomos informados de que, após termos nos retirado de bordo, o contribuinte entrou em desespero; afastou-se do cais, derramou gasolina por toda a embarcação e ateou fogo em tudo...

Sucumbiu como um bom comandante que nunca abandona seu navio na catástrofe...

Das coisas que não voltam

Adélia Gonçalves Guimarães
Niterói, RJ

Era uma vez... Isto está parecendo história da carochinha. Mas, parece que vai ser assim mesmo.

Era uma vez uma fiscal de contribuições previdenciárias que teve, durante sua carreira, amarguras e alegrias.

Amarguras, muita gente diz que esquece, só que eu não consigo esquecê-las. Mas nem por isso me abateram.

De temperamento um pouco extrovertido, consegui amizades, das quais até hoje me orgulho.

Toda a vida me interessei pelo meu serviço, na arrecadação ou na fiscalização, procurando acertar e assim remando, algumas vezes contra a maré, cheguei aonde gostaria de ter chegado.

Não obstante a eficiência dos fiscais de pasta-preta, aqueles que suportam o calor, a chuva e o mau-humor dos fiscalizados, também enfrentam dureza os fiscais em serviço interno, tendo à frente inúmeros processos que demandam pesquisas e respostas objetivas, que estudam leis e regulamentos para orientação à fiscalização de norte a sul do País.

Além disso, vivem numa espécie de caldeirão fervendo, onde os superiores se revezam, em função da política do momento, e, por essa razão, ninguém conhecendo ninguém.

Voltando às alegrias, destaco o grande momento de felicidade — minha designação, pelo secretário de arrecadação e fiscalização, Dr. Costa Neto, para formar o grupo de supervisores da SAF.

Em outras oportunidades, quando assumi outras chefias, os colegas me diziam, carinhosamente:

— Você merece!

Naquele momento, dentro de mim, a surpresa e a alegria se embolaram e eu mesma me fiz a pergunta:

— Você merece?

Bem, já que eu nunca pretendia a secretaria de arrecadação e fiscalização e, nem de longe, a superintendência regional, aquela designação foi o ápice de minha carreira.

Éramos 20 supervisores fiscais, sendo eu a única supervisora.

Fui bem recebida — também pudera, eu considerava os meus colegas os melhores entre os melhores, e não me enganei.

Depois de um mês de treinamento, fomos destacados, em dupla, para viajar por este Brasil afora.

Ninguém me perguntou quem deveria ser o meu parceiro e eu até gostaria de virar um mosquitinho, na hora da divisão, para saber o critério.

Possivelmente teria sido assim:

— Eu não! Eu não!

Porque, aqui pra nós, era dose não poder sair à noite para um chopinho no bar da esquina ou um bate-papo com o colega.

O certo é que fiquei feliz com o que me foi destinado — o supervisor Cid Barros Câmara.

Nunca soube o que prometeram a ele!

No dia designado para os supervisores iniciarem suas incumbências, segui para São Paulo de ônibus. Durante a viagem, pensei nas últimas recomendações da chefia. Lembro-me que uma delas era a de que não nos envolvêssemos em assunto que não fosse de nossa competência.

Em princípio, até que parecia fácil. Acontece que estávamos, todos, envolvidos em uma auréola de sabedoria.

Supervisores chegando do Rio de Janeiro.

Eu estaria entregue às feras, não fosse a tranquilidade de estar acompanhada pelo Cid.

Ao chegar à portaria do hotel, o recepcionista leu minha ficha e exclamou, alegre:

— Pôxa! Até que enfim vou saber que negócio é esse de IAPAS!

Foi a primeira indagação.

Logo que cheguei ao apartamento, ouvi a voz do Cid, no telefone, dizendo que deveríamos nos apresentar para saber exatamente onde desenvolver nossos trabalhos.

Bem instalados, com duas máquinas de escrever, etc. etc. e depois disso, tchau, até amanhã.

O café era servido no meu apartamento e o garçom, ao buscar o carrinho de volta, achava sempre a gorjeta na bandeja, porque o que sobrava ia direto para a geladeira.

Na mesinha de cabeceira estava uma tentadora Bíblia, em inglês, My God! eu quero essa bíblia pra mim. Não foi difícil, porque, depois de uma conversa com a camareira, ela “concordou” e eu “ganhei” a Bíblia.

De temperamentos diferentes, conseguimos, eu e Cid, formar uma boa dupla. Eu, falante, extrovertida; ele, cauteloso, falava baixo e, apesar de experiente, parecia ter medo de dizer o que não devia.

Quando chegou a hora do almoço, procuramos um restaurante bom e barato – a diária era razoável, mas não custava nada economizar um pouco.

Desenvolvíamos nosso trabalho com satisfação e os relatórios se sucediam.

Na sexta-feira à noite, já eu ficava sozinha, lendo ou assistindo televisão até o sono chegar. Isto sem primeiro olhar bem as paredes, procurando descobrir algum buraquinho.

No sábado, saí para almoçar e, depois, resolvi caminhar um pouco pelo centro da cidade. Na volta, um pouco desorientada, peguei um táxi.

Não sei porque cargas d’água o motorista enveredou por uma rua meio esquisita – talvez até fosse aquele o itinerário certo. Eu, na janela do carro, via algumas jovens bonitas caminhando pelas calçadas.

Lógico que eu sabia do que se tratava, mas o motorista não se conteve e, olhando pelo retrovisor, disse:

– Se a senhora viesse a pé, elas lhe avançavam

Eu estava com roupa de sábado, isto é, calça comprida, blusão estampado, brincos de argolas e duas ou três pulseiras chacoalhantes. Aho que foi o suficiente para não duvidar do motorista.

No domingo, resolvi descer para almoçar no restaurante do hotel.

Uma senhora, sozinha em uma mesa, não precisava ser muito atraente para chamar a atenção dos presentes.

O garçom, que na certa não devia ter dor de coluna, se dobrava todo ao me atender.

Não perdi a pose e, compenetrada, parecia haver incorporado a princesa de Mônaco.

Quando terminamos a primeira fase da inspeção, pedi ao Cid para visitarmos o superintendente.

Com aquele seu jeito, mas, agora, um pouco mais forte, ele me perguntou com voz arrastada:

– E o que é que vamos fazer lá?

– Conhecê-lo, ora!

Eu precisava fazer um teste, e valeu! Um fiscal que já conhecíamos nos apresentou e fomos gentilmente recebidos. Trocamos amenidades e foi-nos servido um cafezinho amigo.

Tínhamos que seguir visitando algumas agências e em uma delas o encarregado de pessoal, precisando, talvez, esclarecer suas dúvidas, fez-me a seguinte indagação:

– Um funcionário pode se afastar em licença antes da publicação?

Antes de responder, tive tempo de pensar: que pessoal feliz, sem problemas. Porque, pelo visto, até àquela data ninguém tinha se afastado do serviço.

Mais adiante, sempre trabalhando, chegamos a outra agência.

Acho que agradamos em cheio, porque o agente, em conversa conosco, falou muito de sua filhinha e disse que havia telefonado para casa e que nós iríamos jantar com eles.

– Faço questão!

Já me preparava para comprar uns chocolates para a garotinha quando o Cid interrompeu meu propósito e, outra vez, falando um pouco mais forte, me advertiu:

– Adélia, você não sabe que não podemos aceitar sequer um alfinete?

E eu pensei, conformada: nossa! até que ele está certo. Talvez o jantar nem fosse de meu agrado, pensei.

De volta à sede, à proporção que iam chegando os supervisores, as reuniões se sucediam, para análise e conhecimento das dificuldades encontradas e posterior encaminhamento das soluções e respectivas pretensões.

Decorrido mais ou menos um mês, já estávamos próximos do Natal. Foi realizado, então, o almoço de confraternização dos supervisores e funcionários administrativos, presidido pelo Sr. secretário da SAF.

Convidados por ele, obviamente, sentaram-se à mesa, que eu me lembre, o chefe da auditoria fiscal, que nós carinhosamente chamávamos de Lobinho, e entre eles estava também o Cid.

Êxtase! Foi como se hoje estivessem descendo a rampa do Planalto.

As outras mesas eram para quatro pessoas e em uma delas me instalei. Tínhamos um supervisor-cantor que, por “coincidência estava junto de mim. Lá pelas tantas, começou a cantoria e ele, com aquela voz bonita que Deus lhe deu, cantou a linda e conhecida canção **Chuvvas de Verão**, que terminava assim: “...simplesmente amigos, amigos, simplesmente e... nada mais”, e começou o coro.

É lógico que a carapuça me coube muito bem. Aliás, nos coube muito bem.

Se fosse possível mover a manivela do tempo, eu a acionaria, porque a saudade é muita.

Rebuscando meus guardados literários, encontrei entre as jóias deixadas por Afonso Arinos estas duas pérolas:

“Respeite os homens, e faça-se respeitar. Não permita jamais que o desrespeitem”.

Olhe para o céu, lembrando-se de que pertence à única espécie animal que o faz: os demais olham para baixo”.

Antônio Penante

Carlos Duarte Villela
Recife, PE

Em princípios de 1947, chegava eu à cidade de Garanhuns, no agreste pernambucano, como fiscal do IAPI, recém-nomeado para o exercício das minhas funções naquela cidade – centro fiscal da região que me fora destinada e que compreendia, além de Garanhuns, os municípios de Angelim, Correntes, Bom-Conselho e Águas Belas.

Naquela época, já adotava o Instituto dos Industriários um sistema rigoroso de seleção e aperfeiçoamento dos seus funcionários, que, desde a inauguração da autarquia, em janeiro de 1938, somente eram admitidos por concurso de provas atinentes às matérias cujo conhecimento era julgado indispensável ao bom desempenho funcional, em cada carreira. A propósito, lembro-me de que, certa vez, em pronunciamento público, um diretor do antigo Dasp afirmou que, em maté-

ria de política de pessoal — admissão, treinamento e verificação do mérito para fins de promoções e comissionamento em chefias —, nenhuma outra entidade pública ministerial ou autárquica superava o IAPI; o que muito envaidecia os funcionários daquela instituição, fazendo-os mais ciosos e responsáveis, especialmente os da função fiscalizadora, que a exerciam como verdadeiros missionários, orientando, instruindo e aconselhando empresas e segurados. Só após o que, e em último recurso, lançavam mãos da lei, em seu frio rigor, para cominar os dispositivos legais infringidos e iniciar o processo de cobrança.

Mesmo assim, freqüentes eram os fatos como o que passo a narrar, ocorridos principalmente no interior do País, onde, após quase uma década do advento da lei que criou o IAPI, muitos ainda o ignoravam, fingiam desconheçê-la ou dela faziam “tábula rasa”.

Assim é que, indo ao primeiro estabelecimento a ser fiscalizado, conforme itinerário fiscal recebido da chefia, em Recife, dirigi-me ao titular da firma, Sr. Antônio Penante, identificando-me como fiscal do IAPI. Tratava-se de uma colchoaria, no centro da cidade, na Avenida Santo Antônio, principal logradouro daquela bela cidade serrana.

Achavam-se em atividade, sentados em banquetas que volteavam um grande estrado de madeira, sobre o qual executavam o trabalho, cerca de dez homens, que me pareceram rudes e desconfiados. Olhavam-me de soslaio e brandiam grandes e afiadas “peixeiras”, que serviam para cortar os pespontos feitos nos colchões.

O Sr. Penante perguntou-me, então, de maneira grotesca e acintosa, qual a empresa que eu representava. Ao que respondi-lhe não se tratar de qualquer empresa, mas de uma instituição previdenciária, de âmbito federal, criada para prestar benefícios aos segurados, cujo custeio era feito através das contribuições pagas, em igual valor, pelos empregados, pelos seus empregadores e pelo próprio governo.

Vivíamos o pós-guerra e era presidente da República o marechal Eurico Gaspar Dutra, um grande soldado conhecido pela sua rigidez disciplinar, mas que, no seu governo, não observava com o mesmo rigor os postulados legais então vigentes. Eram cometidos atentados à Constituição e violências. Naquele mesmo ano de 1947, foram fechados partidos legalmente constituídos e cassados os mandatos de cerca de 200 representantes do povo, no Congresso, além de vários prefeitos, também escolhidos pelo voto popular.

Estava em moda atribuir-se todos os males ao comunismo, que, embora “fora da lei”, possuía ainda muitos acólitos. Disso pretendeu fazer uso, para defender-se, o Sr. Penante, que passou a insultar e acusar meu antecessor, em Garanhuns, o saudoso Bezerra, que era chamado de comunista e ao qual acusava de ter “inventado” o débito já constante da FFE (ficha de fiscalização de empregador). Disse que nada pagaria e não mais apresentaria qualquer documento, pois o “governo”, com esses “institutes”, acabaria transformando em “peixeristas” os cidadãos honestos e trabalhadores, como ele, Penante. Finalmente, afirmou que ainda mataria “um peste d’um fiscal”, se continuassem a “aperriá-lo”.

Reagi prontamente e com firmeza, dizendo-lhe que “o risco que corre o pau, corre o machado”, adágio sertanejo usado desde os tempos de antanho na-

quelas bandas, de que, aliás, sou oriundo, já que nasci em Bom-Conselho, que dista 50 quilômetros de Garanhuns. Fiz-lhe ver que situações como aquela, ou piores, eu conhecia muito de perto, quando pequeno; que, talvez por isto mesmo, Deus tenha-me poupado ao sentimento do medo.

Verdade é que, na ocasião, eu tinha na pasta de fiscal um “45”, aconselhado que fora pelo delegado de polícia, “Mané Fulô”, a usá-lo em minha defesa. Infelizmente, não guardei o verdadeiro nome daquela autoridade, sabendo apenas que chefiou uma das volantes que, nos sertões de Pernambuco e da Bahia, deram caça ao famoso Antônio Virgulino (Lampião) durante os anos 30.

Percebendo, finalmente, que a minha disposição havia acalmado um pouco o animus belicoso do Sr. Penante, fiz-lhe sentir que nada tinha a ver com a fiscalização anterior e que desejava apenas regularizar a sua situação perante o Instituto e orientá-lo no sentido de pedir um parcelamento para a sua dívida, a qual poderia ser quitada em 48 parcelas mensais, juntamente com as contribuições vincendas.

Mediante tudo o que expus, meu interlocutor mudou completamente o tom da conversa e trouxe-me os elementos de que carecia para a continuidade da apuração do seu débito; o que efetivei, obtendo a assinatura do autuado e ministrando-lhe as instruções necessárias para a defesa e acompanhamento do processo.

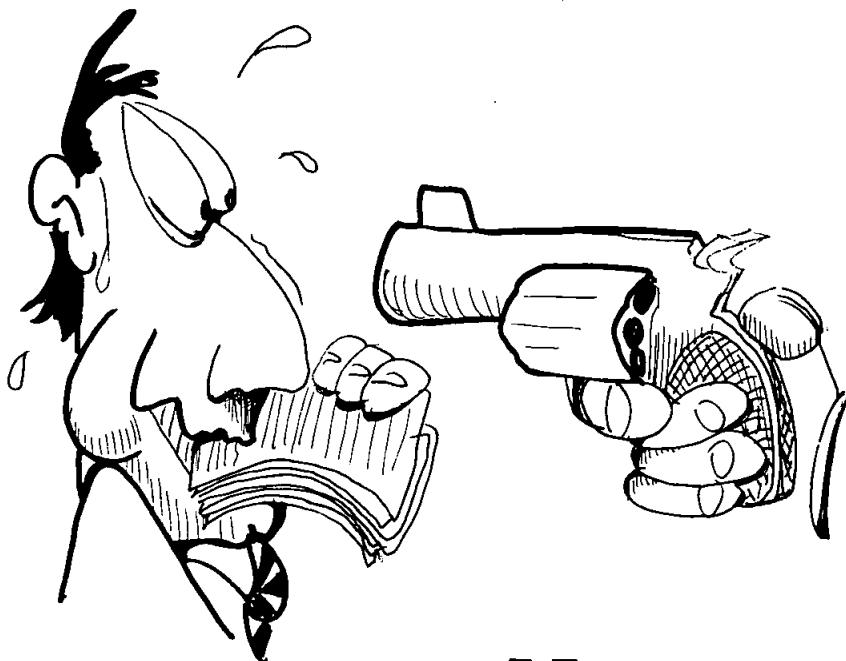
Após ouvir as escusas do Sr. Antônio Penante, que pareciam u’a *mea culpa*, um pedido de perdão para as grosserias e ameaças que havia perpetrado, prometi-lhe, ainda, verificar, em Recife, o andamento de um pedido de pensão requerido, havia meses, por morte de um dos seus empregados. Despedi-me e prossegui na minha faina, algo impressionado com aquela amostragem colhida logo na primeira visita fiscal que realizara.

Dias depois, cumprido o roteiro fiscal e ao chegar à casa, minha esposa acusou a visita do Sr. Penante que, desculpando-se com insistência e elogiando minha conduta durante o *affaire* já relatado, fez-lhe portadora de um convite para que eu fosse almoçar em sua residência, coincidentemente a alguns passos da minha moradia, no bairro da Boa Vista. Após a transmissão do convite, minha pranteada esposa (já falecida, em 1982), pediu-me para recusar o convite, porquanto, a seu ver, tratava-se de uma cilada contra mim. Ela estava muito abalada com as histórias de crimes, que ouvia diariamente, já que, naquele tempo, o município de Garanhuns era citado como o campeão da criminalidade em todo o País, conforme publicação feita pelo *O Globo*, do Rio de Janeiro. Só depois que lhe contei, em detalhes, todos os lances do caso, até o seu epílogo, é que tranqüilizou-se um pouco. Mas, ainda assim recomendou-me que tivesse muito cuidado durante o encontro, aprazado para o domingo que se aproximava.

Foi, na verdade, homérica a buchada de carneiro que me ofereceu o Penante, antecipada de um bom trago da pura cachaça de Serra Branca; um delicioso prato nordestino que eu não saboreava havia mais de 23 anos, depois que saí de Bom-Conselho.

Fizemos as pazes; tornamo-nos amigos e, ao longo de toda a minha permanência em Garanhuns, que durou três anos, passava todas as tardes, depois de concluídas as tarefas do dia, na tenda de trabalho do Penante, para ouvir-lhe as histórias mais curiosas e engraçadas sobre “Lampião” e seu bando de “cabras”.

que ele conhecia através dos nossos amigos comuns, o velho alfaiate José Siloé Passos e o delegado “Mané Fulô”.



Nem só bicheiro come lista

Péricles Lima Rattes
Vila Velha, ES

Aconteceu no Paraná, nos idos de 1972. Um colega fiscal foi entregar ao infrator, para assinatura, a NRDV e auto de infração. O empregador o recebeu amigavelmente, pediu que se sentasse e disse-lhe que estava fechando a porta, para melhor conversar sobre o assunto. Qual não foi a surpresa do fiscal quando o autuado sacou de um revólver “38”, e, apontando-o para ele, disse:

– Rasgue tudo e coma, senão morre! Estamos sozinhos, eu e você somente!

E o infeliz fiscal foi obrigado a comer tudinho, levando quase uma hora para deglutir os documentos.

Logo depois de liberado pelo agressor, o agente dirigiu-se a um hospital, onde foi submetido a tratamento para expelir o papelório.

Agora, pasmem vocês, sabem o que disse o paciente ao médico, após expelir a papelada?

– Doutor, não jogue fora. Vou ver se dá para aproveitar alguma coisa, para não ter que calcular tudo de novo!

O auditor

Marcílio Rigato
São Paulo, SP

Fui fiscal externo durante cerca de 15 anos – de 1964 a 1979. Em seguida, assumi funções de chefe de grupo fiscal, fiscal assistente, encarregado de análise e, finalmente, chefe de região fiscal, cargo em que me aposentei, em junho de 1987.

Ocorreram durante esse período muitos casos interessantes na minha vida profissional, tanto externa como internamente. Mas, os fatos mais marcantes ocorreram nas minhas atividades externas. A um caso dou mais destaque, por ter envolvido também pessoas da minha família e por ser o mais pitoresco e até hilariante, não fosse marcado pela crueldade de pessoa magalomaníaca.

O fato ocorreu no ano de 1972. Foi-me dada a ficha de uma empresa de

alto porte, com mais de mil empregados na ocasião. Por questão de ética, não menciono o nome, mas tratava-se de grande indústria de tapetes, com ótima administração, pelo menos aparentemente. Empresa zelosa no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Não havia qualquer denúncia — a fiscalização era de rotina, pois havia muito tempo que a firma não era visitada pela fiscalização previdenciária. Devido ao porte, foi constituída uma junta fiscal: Eu, Marcílio Rigato, como coordenador; e Luiz Sanches Moreno, um “crânio” na interpretação da legislação, e o Jovercino Vieira Durão, que fazia jus ao próprio nome. “Êta mineiro bom”! Muito competente e seguro, mas também muito brincalhão e irreverente. Os três somos contadores. Sendo assim, aquela junta assumiu caráter de auditoria.

Fomos muito bem recebidos pelo chefe do departamento do pessoal, que nos colocou tudo à disposição, sem qualquer obstáculo, não sem antes nos apresentar ao Dr. Miguel, que era o auditor interno, administrador e também procurador da empresa. Nada era feito sem o seu consentimento e prévio conhecimento.

Iniciamos os trabalhos, que perduraram por cerca de 30 dias, devido ao longo período a verificar. Não estávamos achando débito algum no exame da contabilidade; os valores contabilizados batiam com o total das folhas de pagamento e havia os respectivos recolhimentos. Até que, a partir de determinado período, encontramos uma divergência. Não na contabilidade, cruzando-a com as folhas, mas entre o valor total a recolher, em função das folhas de salários, e o que foi efetivamente recolhido, mediante o exame das guias de recolhimento apresentadas. Mantivemos sigilo temporariamente, até que se confirmasse o débito. Vira daqui, vira dali; confere aqui, confere ali, e a diferença persistia, aproximadamente nos últimos 18 meses.

Poderíamos simplesmente levantar o débito suplementar e dar por encerrada a fiscalização. Entretanto, decidimos averiguar mais a fundo, porque a empresa tinha bons antecedentes, não sendo uma simples sonegadora. Além disso, o grupo era curioso e ávido em conhecer novos sistemas de fraude e também era necessário consubstanciar a origem do débito.

Depois de queimados todos ou quase todos os cartuchos, entramos com a nossa auditoria gratuita, tendo solicitado todas as fichas de registro dos empregados — mais de mil —, a fim de fazer a confrontação com as folhas de pagamento.

Foi um trabalho penoso e demorado. Concluída a pesquisa, descobrimos que havia cinco ou seis empregados “fantasma”, quer dizer, não eram empregados, pois não possuíam ficha. Consultamos o chefe do pessoal e o chefe da respectiva seção e nenhum deles os conhecia. Eram nomes dados ao acaso, como, por exemplo, José da Silva ou João de Souza. Enfim, eram pessoas inexistentes.

Chegamos a imaginar várias hipóteses. Fraude perante o benefício do INPS não era possível, porque não havia ficha de registro. Entendemos também que a empresa não iria querer aumentar sua despesa de maneira tão grosseira, mesmo porque era administrada por terceiros e havia auditoria interna. Aliás, por esse motivo ficamos muito admirados de não terem descoberto antes essa irregularidade. Evidentemente o Dr. Miguel “boiou”, pensamos.

A hipótese mais viável, que depois confirmou-se era a de que algum funcionário estaria praticando fraude para locupletar-se. Ao concluir esse raciocínio, notamos que um dos funcionários da empresa, o que nos atendia, sumiu, deixando de comparecer ao trabalho precisamente a partir do dia em que solicitamos as fichas de registro dos empregados. Tornou-se evidente que ele estava envolvido.

Essa questão não era propriamente um problema nosso. Cabia-nos apenas caracterizar e levantar o débito, o que tratamos logo de providenciar. Mas, entendemos que deveríamos comunicar o fato ao administrador, mesmo porque, como de praxe, ele deveria tomar conhecimento da origem e valor do débito. E, assim, comparecemos à presença do Dr. Miguel. Este ouviu-nos atentamente e, assim que entendeu e concluiu o mesmo que nós, disse, encolerizado e quase aos berros:

– É um absurdo!...

– Por quê? – perguntei.

– Porque eu é que deveria ter descoberto a fraude, e não os senhores. Afinal, sou o auditor da empresa...

– Bem... – ensaiou o colega Luiz.

O Durão começou a rir, discretamente. O Dr. Miguel, bastante preocupado e visivelmente vexado, apresentou suas desculpas e agradecimentos:

– Peço-lhes perdão pelo modo alterado e agradeço-lhes pelo seu ótimo trabalho de auditoria.

Porém, notamos que dali em diante ele ficou de certo modo incompatibilizado conosco, principalmente comigo, que era o coordenador, e, talvez, com os discretos risos do colega Jovercino...

O Dr. Miguel comunicou o fato de imediato à Polícia, tendo sido lavrado o competente boletim de ocorrência e comunicada também a delegacia de vigilância e captura. Mas, o funcionário envolvido na fraude jamais foi encontrado.

oOo

Concluímos todos que o referido funcionário agia da seguinte forma: ao fechar a folha de salários, ele colocava na última seção o nome dos falsos empregados e solicitava a verba global da tesouraria; falsificava a assinatura dos empregados inexistentes, embolsando a diferença em dinheiro. O Dr. Miguel ficou furioso, porque nunca ninguém notara a fraude, mormente pelo motivo de que não havia recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS sobre o salário dos falsos empregados. Levantou-se a hipótese de haver mais algum funcionário envolvido, mas isso jamais foi provado.

Levantamos o débito e encerramos a fiscalização. O Dr. Miguel não estava concordando com o débito, mas recebeu as notificações, para em seguida entrar com a defesa. Entendemos que o débito era válido, porque os salários embora fictícios, fizeram parte do custo operacional, conforme constatou-se pela contabilidade.

Passados cerca de 40 dias, recebi o processo com a defesa e, como não havia fato novo, pretendia confirmar o débito, sem comparecer novamente à em-

presa. Porém, o chefe de grupo fiscal deu-me também uma RD de benefício, da mesma empresa, para ser cumprida. Assim, dirigi-me ao local. O chefe do pessoal, que já me conhecia, para cumprir uma simples RD de benefício — pasmem! — encaminhou-me à presença do Dr. Miguel, para conhecimento!

— Boa tarde — disse eu.

— Oh, Dr. Marcílio, como está?

— Bem, obrigado...

— Gostaria de oferecer-lhe um café, disse ironicamente, mas está frio. Tomaria o café, mesmo frio?

— Não, obrigado já tomei no bar...

Cumpri a RD e retirei-me, esperando nunca mais ter que retornar àquela empresa.

Finalmente, a passagem que mais marcou a figura do Dr. Miguel ocorreu cerca de dois anos depois — ele, provavelmente, deveria ter-me esquecido. Meu filho, João, necessitava de um emprego, visto que a empresa em que estivera empregado faliu. Como era conveniente uma colocação nas proximidades da nossa residência, devido ao fato de que ele estudava à noite, coincidiu que a famigerada fábrica de tapetes oferecia vagas para pessoal de escritório. Assim, o rapaz apresentou-se na seção de pessoal da empresa — vim a saber disso depois. Se soubesse antes, não teria permitido.

Ele fez ótima prova, tendo sido aprovado pela encarregada de entrevistas, uma jovem senhora, que por sinal era nossa vizinha, embora recente, eis que nem sequer sabíamos seu nome nem que era funcionária daquela empresa.

— Ótimo, está aprovado, faltando apenas a homologação do Dr. Miguel — disse ela, encaminhando o rapaz à presença do dito cujo.

O rapaz não conhecia o auditor e nem sequer sabia que eu fiscalizara a empresa há dois anos. De modo que esperou sua vez tranquilamente e com segurança. Quando foi convidado a adentrar o gabinete do Dr. Miguel, este já estava com seu dossiê em mãos.

— Muito boa prova, rapaz — disse ele. — Mas, espere... Rigato... Rigato... Hum!

Raciocinou por mais alguns segundos, murmurando: — Eu conheço esse nome...

Em seguida, perguntou, bruscamente:

— Por acaso, seu pai é fiscal da Previdência?

Meu filho, cheio de vivacidade, mas respeitosamente e, até entusiasmado, respondeu:

— Não é por acaso não, doutor, ele é mesmo fiscal da Previdência, lotado aqui na RF de Tatuapé...

— Negativo — disse o Dr. Miguel, atirando o dossiê a um canto da mesa.

Em casa, à noite, meu filho relatou-me o fato:

— Pai, o “homem”, recusou-me o emprego quando confirmei que você é fiscal da Previdência. Por quê?

— Deve ser critério da empresa. Esquece, disse-lhe eu.

A nossa vizinha, ficou revoltada, quando soube dos fatos.

— Esse homem é atrabiliário. É um absurdo! Ninguém gosta dele lá na empresa, por causa de seus exageros e antipatia — disse ela.

Foi então que aproveitou para me fazer uma denúncia: a empresa, nos dois últimos anos, vinha pagando prêmio de produtividade aos seus empregados e, segundo “entendimento” do Dr. Miguel — que não se perca pelo nome —, não deveriam ser recolhidas as contribuições para o FGTS, como de fato não o vinham.

Levei o fato ao conhecimento da chefia e foi constituída nova junta fiscal, composta por outros elementos — mesmo porque, declarei-me impedido e ponderei sobre a inconveniência de minha inclusão. Foi levantado um grande débito, indefensável, que foi recolhido posteriormente, em desabono ao auditor.

Quanto ao processo que deu origem a este relato, a empresa entrou com recurso, que foi denegado. Entrou com novo recurso, em instância superior, e finalmente obtive ganho de causa. Entendeu a turma julgadora que a origem do débito deveu-se a fator aleatório, contra a vontade da empresa, que não teria agido de má-fé. Recebi o processo com o parecer da coordenação, ordenando o cancelamento do débito, face à decisão da turma julgadora. Tive o dissabor de cumprir o que me foi determinado.

Anos depois, vi o Dr. Miguel caminhando lentamente pela rua, bastante alquebrado, sem aquele ar arrogante de outrora.

Se eu fosse mais novo

José Geraldo Heleno
São João del-Rei, MG

Afiscalização de hoje é de uma empresa mineradora cujo proprietário andara boa parte do País à cata de ouro.

— Aquilo é uma loucura, uma loucuuuuura! — repetia José Augusto, contando as aventuras do Pará.

— Se eu fosse novo! Ah, se eu fosse mais novo!... — continuava, com aquela barba grisalha, o bigode abrindo-se a dar passagem a um sorriso grande. A cara larga. Com a mão direita alisando o queixo e com a esquerda apoiando-se no sofá, para dar conforto ao velho corpo.

— Há pepitas de sete quilos. De 700 gramas. Eu vi. Há um colecionador que tem uma. Também não vende. Perigo é que não falta, tanto quanto metal e pedras de valor. Tungstênio, diamante, cassiterita. Eu queria o tungstênio. Deixei o

genro com a lavra daqui e fui tentar a sorte. Acabei perdendo lá e cá. Aqui tudo correu à solta. Agora, essa dívida que o senhor já viu, com a Previdência... Lá fui assaltado. Duma feita, perdi milhões, dinheiro limpinho. Ao todo, três milhões de prejuízo. — E tem mais — foi continuando —; é a lei do cão. Cara tem que ser machão, armado para atirar. Sem vacilo, senão morre. Arma na cintura, para usar. Pra mostrar, é morte certa.

— E os índios? — perguntei-lhe.

— Perigo. É fera. É pior ainda, porque raciocina. Há matas com paus que dez homens não abarcam. Florestas sobre montes de minérios preciosos, que são cemitérios de aventureiros. Às vezes, com mais de cem mortes em cima. Nesses lugares não há notícia de quem tenha entrado e saído vivo. É aí que moram os índios pretos.

— Serra Pelada, o senhor conhece? — açulei.

— Trezentos mil cruzeiros por um quadradinho assim de terra. Muitas vezes, desgraça. O aventureiro já investiu no seu quadrado de chão. Mais dinheiro não tem e o ouro lhe escapa das mãos, inventando de não existir ali. Resultado: inanição. Por vezes, se morre até de gripe. E mais, batendo em porta de hospital, sem dinheiro, morre. Lá é assim. Não paga, não tem mesmo hospital. — Há maleita, febre-negra, feras, índios, aventureiros. E também a Vale do Rio Doce. — prosseguiu. — Esta, então, é terrível. O Brasil importa tungstênio. A Vale retém montanhas dele. Não explora. Não permite que ninguém o faça. Grandes grupos, sempre os grandes grupos... — E a pista de aterrissagem no alto da serra!... Quem fez? Americanos? Para quê? A polícia não responde nem deixa procurar lá a resposta, *in loco*. A entrada é proibida. Arma se compra na Venezuela. É só ter dinheiro. Sem censura, sem registro. Até metralhadoras, se quiser. — Estão depreendendo. É pena. Aquilo vai ser deserto. O Rio Santa Maria já é temporário. Tempo de seca, avião não sobrevoa, tanta a fumaça das queimadas. — Ouro, ouro. É uma cachaça, seu José. Homens morrem todo dia. Uns, porque acharam. Outros, porque não acharam. O que não falta é motivo para morrer. De ambição ou de inanição. Não importa. Homens sem-tudo-perdido, de pés sangrantes, eu vi. Saídos pelas florestas, dias e dias desgastam as botas e as solas dos coturnos. A perseguição — vício do metal — descascou as plantas dos pés no piso do inferno que é o chão daquelas matas.

— E o senhor, Seu José Augusto, volta de novo pra lá? — tornei a perguntar.

— Eu gosto de minerar. Se eu fosse novo!... É uma coisa de louco, uma cachaça terrível. Vez ou outra, acho montes de cassiterita aqui em São João del-Rei com percentual de ouro em pó. São do tempo do garimpo. A gente corre a bola de mercúrio. O ouro adere. Queima-se com o maçarico, resta o pozinho amarelo. De primeira ordem. Noventa por cento de pureza. — Isto é uma cachaça — insiste. — Se eu fosse mais novo. Ah!... Seu eu fosse mais novo!... É uma loucura. Loucuuuuuura! — concluiu.

Não trabalhei nessa tarde, apreciando o balé no rosto, boca e mãos do José Augusto, em suas vivas aventuras de minerador.

Vivendo e aprendendo

Leopoldina Maria Amaral
São Paulo, SP

Eu acabara de ingressar nos quadros da fiscalização do IAPAS. Estava eufórica e com muita vontade de trabalhar. Sentia-me muito importante por ter sido classificada entre tantos candidatos. Parecia um pavãozinho. Gostava do tratamento que as empresas me dispensavam, do respeito, quase medo, que inspirava quando me apresentava como fiscal. Pensava: – Quem ousaria des-
tratar um fiscal? Nós somos muito importantes.

Quando, naquele mês, me informaram que iria trabalhar com outra colega, achei interessante. Em dupla, seria mais fácil dominar as dúvidas, tão frequentes no fiscal iniciante. A empresa, de porte médio, seria a Materiais Laves Ltda.

Eu e Dulce*, uma moça muito vistosa e atraente, chegamos à empresa. Atendeu-nos um senhor, meia idade, alto, cabelos grisalhos, pele bronzeada. Veio a nosso encontro, todo sorridente, e apresentou-se como um dos sócios da empresa. Logo, interessou-se por Dulce. Durante todo o período que durou a fiscalização, redobrou-se em atenções, cafezinho, água gelada, refrigerantes; a cada instante aproximava-se, querendo saber se estávamos sendo bem tratadas ou bem instaladas:

— As cadeiras são confortáveis? — Os empregados estão apresentando os documentos conforme sua solicitação? — Desculpem-me por não instalá-las em um lugar melhor.

A toda hora repetia as mesmas coisas.

Mas, conforme a fiscalização se desenvolvia, ia crescendo o débito da empresa, fato que nós comunicáramos a ele desde o início. Ele, porém, não queria tomar conhecimento:

— Conversem com meu contador. Tenho certeza que vocês se entenderão. A tudo se dá um jeito.

Era essa a resposta que dava, toda vez que se falava no débito. Sempre sorridente, cantarolando e lançando olhares para Dulce.

Terminada a fiscalização, emitimos a NFLD e a fomos entregar a ele. Era uma tarde muito quente. O sol brilhava, muitas pessoas nas ruas, roupas coloridas, sorvetes, colegiais sorrindo e gritando pelas ruas. Num clima de felicidade, nós estávamos envolvidas por essa atmosfera.

Despreocupada, Dulce parou seu Volks no estacionamento da empresa. Entramos, como todos os dias, cumprimentamos o Sr. Maurício* —, que respondeu alegremente, dando uma piscadinha para Dulce.

Apresentamos a NFLD, com os valores levantados.

O rosto do Sr. Maurício transformou-se. Ficou vermelho e se contraiu todo. Tentou pular o balcão. Não conseguiu; era muito alto. Fechou os punhos e olhou para nós com olhos brilhantes, transmitindo muita raiva. Dirigiu-se rapidamente em direção à portinhola de acesso à loja.

Eu e Dulce tivemos a mesma reação: saímos correndo em direção ao carro, quebrando os saltos dos sapatos; foi o tempo de entrarmos no carro, levantar os vidros, ligar o motor e lá estava ele, dando murros nos vidros do carro e chingando todos os palavrões que sabia.

Saímos de lá e só paramos em frente aos Correios, para enviar as NFLDs.

(*) Nome fictício.



O príncipe consorte

Octávio Secundino Júnior
Paranaguá, PR

Nas “priscas eras” de 1947, há quase meio-século, este modesto fiscal do ex-IAPI exercia seu trabalho na chamada “Região dos Polacos” no interior do Paraná. Assim era denominada aquela área situada adiante de cidade de Ponta-Grossa, até Prudentópolis, pela incidência acentuada de imigrantes e filhos de poloneses.

Depois de ingressar na Previdência, em 1940, fui convocado. Deixei o quartel em 1944 e fiquei no Rio, de onde fui para a zona fiscal acima, no oeste paraense.

O banho a tiradentes

Era o tempo das viagens no trem de fumaça, dos hotéis à base de lampião e do banho a tiradentes (apelido de um chuveiro de lata, tipo mineiro, que se erguia por corda na roldana, com 20 litros de água amornada).

As estradas revestidas de puro macadame, por onde sacolejavam ônibus apinhados e poeirentos.

Para fugir dos horários irregulares, fazíamos “o impossível” para ter carro próprio, já bem usado, comprado a prestação, com promissórias salgadas.

Rei dos carros antigos

A propósito, tive um cupê De Sotto, 1928, com raios de arame e capota de arriar; um Chevrolet toldo de lona, 1929, com quatro portas. Fechada, uma, abriam-se as outras três; um Simca, que era uma “flecha”; um jipe Land-Rover toco-duro; uma “baratinha” Essex, 1927, “de levar a sogra”, isto é, tinha um banco traseiro exposto no capô, na retaguarda; uma Rural velha, ainda importada, duas cores.

Comprei um carrinho inglês Tandard “campainha”, para duas pessoas. Batia na partida, soava uma campainha. O breque ficava no lado esquerdo. Tive até um “guarda-louça” alemão Kadett – Opel e outras “raridades”, pois o ganho não dava para coisa melhor ou mais moderna. Entre elas, um Citroen francês, 1934, câmbio no painel. Mas o “florão” de todos foi uma Izabelle-Borgvard, talvez o primeiro carro de alto luxo a surgir por aquelas bandas. Só que o meu já era bem usado e estava “no bagaço”.

Se eu “desconfiasse” e guardasse todos os cacarecos motorizados que passaram pela minha mão, seria o rei dos carros usados.

Papagaios e agiotas

Quando eu fazia o trajeto quinzenal para Mafra, enfrentava uma buraqueira macadamizada de sacudir o pescoço. Em cada chegada ao destino, mandava trocar todo o molejo e fazer reaperto geral.

O combustível era barato – um caixote de madeira, com três latões de gasolina Jacaré, custava o mesmo que dois pacotes de cigarros. O que “ardia” eram as peças, a manutenção, a oficina por nossa conta. Além disso, o fiscal devia se apresentar bem, “em bom estado de aparência”, para impor sua função. Todos julgavam que ganhávamos um rio de dinheiro.

Só nós sabíamos da dureza do ordenado desmilingüido, trabalhando “no vermelho”, muita prestação a pagar, mandar dinheiro pra casa, conservar o carrinho velho etc.

Papagaios em banco e agiotas na surdina eram a salvação.

Os três dias gloriosos

Mas havia também bons hotéis, que poucas vezes podíamos freqüentar. A diária era curta, nem sempre reajustada ao gabarito das cidades, que cresciam abruptamente.

O recurso era a hospedagem na pensão de segunda, com quarto “só para dormir” e comer no restaurante, rateando a bóia com os viajantes de passagem pela praça.

Só os dois primeiros dias, já na chegada, e o último de permanência na localidade eram de refeição melhorada. Fácil de explicar.

A sobra do adiantamento

No primeiro dia, ainda sobrava um pouco do adiantamento para viagem, uma espremida quantia que nos forneciam para transporte. Metade já ficava em casa, para renovar os “papagaios” e outras despesas. O saldo tinha que ser medido, contado, gasto com usura e até mesquinhez, para o fiscal não correr o risco de ficar sem numerário numa cidade estranha, hostil à classe — embora os meios e lambanças com que nos atendiam.

É aquela história: creio que pensavam: “Tomara que morra, mas, enquanto isso, convém mostrar agrado”.

O cometa e o representante

Nesse primeiro dia, se ainda sobrasse do adiantamento, podia ir ao melhor restaurante — que não era lá grande coisa — e dar-se ao luxo de convidar um viajante para a refeição, embora sistematicamente as despesas fossem “rachadas”.

No dia seguinte, era por conta do representante — geralmente pessoa física, encarregada de cuidar dos interesses do instituto, mediante gorda comissão —, que insistia em pagar um almoço ou jantar, às vezes comida caseira, na residência do próprio, com vinho e tudo.

Pudera, o representante ganhava uma nota alta, sem fazer força.

Sinal de alívio

Na véspera da saída, o anfitrião era o guarda-livros maior da cidade, que “fazia questão” de nos levar ao melhor refeitório.

Não relutávamos em aceitar, sabendo que era sinal de alívio que ele ia sentir por nos ver pelas costas até o ano seguinte.

Fora essas três “datas memoráveis”, íamos comer no mercado ou no posto de beira de estrada, onde se aglomerassem mais caminhões, sinal certo de muitos pratos e preço razoável.

Mas, se a cidade tivesse agência própria do Instituto, nem passava pela cabeça filar um convite: eram funcionários meio lisos, como nós.

As pastas de fole

E os meses e anos se passaram num jato. Viagens de cidade em cidade, na busca das empresas, infalivelmente com duas pastas de fole, tipo maleta de parreira. Uma, com roupas e objetos de uso e a montanha de instruções; outra, com o fichário das firmas e os celeberrimos TVD (termo de verificação de débito) em branco.

Éramos jovens e a vida — às vezes — sorria pra nós.

Diversão, zero: à noite, peruar o bilhar ou o carteadado no clubinho local e nem pensar em arriscar, com os minguados vencimentos da época, contados e recontados. Ou o cineminha preto e branco até a hora de fechar a petisqueira da esquina, na última cervejinha disputada “no palitinho” com os cometas.

Daí a escuridão da rua e o derradeiro cigarro no “salão” da hospedaria, para dormir e esperar o novo dia de trabalho.

Domingo no interior

Feriado e domingo no interior são datas de fritar: dormir até mais tarde — isso, quando não estouravam foguetes na missa dos polacos — e o dia era aproveitado para compor o indefectível BF (boletim fiscal), complicado, burocratizado, horrível de fazer mas obrigatoriamente enviado à capital por decêndios.

Depois, dormir... dormir, acordar, dormir de novo, até a chegada da segunda-feira salvadora.

Hoje, abandonei o fumo. Naquele tempo, o chimarrão — que ainda tomo — e o cigarro eram bons companheiros.

As serrarias no matão

As FE (fichas de empregador) eram precárias para localização de firmas enfiadas nos confins do município; a atualização cadastral, muito falha, de modo que muitas empresas surgiam e encerravam atividade sem nunca serem fiscalizadas.

O número pequeno de fiscais e a vastidão das áreas a percorrer não permitiam mais que uma visita por ano a cada estabelecimento.

O jeito era tomar informações com os motoristas de táxi, nos postos de estrada etc. Andava-se pelos caminhos lamacentos cortando barro.

Ao avistar rastro de caminhão, de trator ou de junta de boi enveredando pelo mato, podia-se seguir o carreiro para chegar na certa a uma serraria ou olaria fervendo de operários e funcionando há anos.

E que quase sempre nunca recolheu nada de contribuições.

O revolvão do gerente

Procurava-se o gerente ou empregador rústico, que exibia à cinta o revólver de uso no mato.

E vá explicar o que era previdência, instituto, segurados. Eles entendiam que IAPI era “aipí” ou “aipim”, coisa de comer.

Ou então, já diziam, de cara:

— Seu viajante, hoje não queremos nada.

Percalços do ofício.

Mas, o fiscal tinha que sair do fundão com o débito levantado, assinado ou não, tudo explicado por minúcias.

Um ano depois, era comum chegar à mesma serraria, tomar um chimarrão, conversar com o pessoal e ficar sabendo: ninguém tinha recolhido nada. Começava tudo de novo.

A corrida aos bancos

Nas cidades interioranas, durante a manhã, o bom fiscal “estacionava” à porta da Caixa Econômica ou defronte aos Correios, para receber a avalanche de portarias e novas normas de serviço. Ou na escadaria do trem ou, ainda, na rodoviária, para saber quem chega e sai.

Fazia sua presença — apesar de que, chegando num dia, no dia seguinte todos já sabiam: chegou um fiscal!

A permanência por si só preocupava e provocava corrida dos empregadores aos bancos ou aos arrecadadores, para se colocarem em dia.

O príncipe consorte

Certo dia, numa cidade ao oeste, levantei um débito numa firma da qual era contador um amigo que já conhecera do Rio. Estava ele jogado às moscas na localidade e tinha seu pequeno escritório.

Passados dois ou três dias, em conversa, me confidenciou:

— Secundino, o cara é ligado a família importante das finanças locais e disse que não vai pagar.

Respondi, como sempre fazia:

— A mim não tem que pagar nada; tem é que recolher na Caixa ou na coletoria.

O débito estava bem caracterizado, indiscutível, ao abrigo da lei.

Mas o príncipe-consorte não se deu por achado.

Um gesto ríspido

No dia seguinte, eu conversava nos Correios com um mensageiro quando a figura, aloirada e gorducha, apontou do outro lado da rua.

Ao me defrontar, fez um sinal, me chamando. Eu ia prontamente atender, mas observei que seu gesto fora ríspido e logo, com um movimento delicado das mãos, “convidei-o” a aproximar-se.

Chegando perto, foi logo dizendo, no seu português arrevesado, que não ia recolher aquela importância. E gesticulava o papel da primeira via da notificação.

Ação policial

Fiz uma ponderação educada e ele retrucou:

— Senhor..., quanto quer para rasgar isto?

Eu quis pular na fuça do gorducho. Já me seguraram.

Escafedeu-se rápido, pelo fim da rua.

Fui à delegacia, registrei queixa, arrolei testemunhas e continuei tranqüilo — como sempre — no meu trabalho.

De repente, foi uma correria total na cidade: figurões a me procurar na rua, no hotel, nas empresas, pedindo para retirar a ação, não ficava bem para o povo, para a família.

Constava que havia pressão contra as testemunhas, modestos funcionários postais.

O amigo advogado

Não dei resposta. O enquadramento pela injúria tinha pleno fundamento legal.

No dia imediato, voltei ao delegado para exigir rapidez no inquérito de molde a prosseguir na ação até a fase judicial.

Lá encontrei um conhecido de bancos ginásiais, contemporâneo de Direito e que fora, às pressas, contratado pelo tal.

Usou as armas ao seu alcance: persuasão, amizade antiga, conhecera muito meu velho pai no Fórum de Curitiba etc.

Pensei também nos mensageiros sem estabilidade.

Retratação assinada

Claro, amoleci e concordei, mas pedi uma retratação, que me foi entregue assinada horas depois, no hotelzinho de madeira.

De posse do documento, poderia fazer o uso que entendesse, até mesmo publicá-lo, o que, entretanto, nunca cogitei.

Por algum tempo, guardei a declaração, que nas minhas andanças e mudanças deve estar perdida.

Fiquei alguns dias na praça. Logo, fui à capital e solicitei transferência. O ambiente não era salutar, os horizontes estavam tenebrosos pro meu lado.

O forasteiro, e muito mais o fiscal, não tinha boa acolhida nas cidades menores e isso se repetia naquela cidadezinha de ruas escuras e suspeitosas, onde as sombras de pessoas e árvores se confundiam.

Mudança de ares

Mudar de ares era conveniente. Segui para Foz do Iguaçu — pitoresco, dinamismo e atividade até o ano seguinte. Percorri centenas de quilômetros “debai-xo de pinheirais” que foram destruídos pela fúria madeireira, que transformou o Paraná numa lavoura imensa, cheia de inseticidas e crises econômicas como as secas, as inundações e as pragas.

Dali me fui para todo o interior do Paraná, fiz o litoral, assumi chefia, fui inspetor.

Particpei da unificação, que não foi o acontecimento dos meus sonhos, pois não alcançou a meta precípua, que seria, prioritariamente, conceder aposentadoria e pensão do mesmo valor que o segurado recebe em serviço.

Os institutos criados a partir de 1923, com a Lei Elói Chaves, são taxativos: a finalidade se resumia à concessão de aposentadoria e pensões aos segurados e dependentes.

Desde 1966, quase toda a receita da Previdência, entretanto, foi absorvida para a assistência médica, que é tão-somente um compartimento e não o objeto principal dos IAP.

O dia da libertação

Finalmente, completei meu tempo, que custou a chegar, em 1976: o último ano antes da aposentadoria passa ligeiro. Mas, o último mês custa a passar.

Faltavam poucos dias para a libertação. A saturação era grande; a ansiedade, maior. Resolvi: eu, que nunca pedi licença sem motivo, requeri 15 dias para aguardar o ato sem retornar ao bätente. Já me achava desmotivado.

Fui examinado por uma junta — quatro médicos me argüíram por uma hora, fazendo inspeção e movimentos de todos os órgãos e eu, pelado, já louco de brabo, mas aguardando a chatice.

Os últimos 15 dias

Terminaram, me vesti e nos sentamos ao redor de uma vasta mesa.

— Secundino, não podemos dar a licença, porque não encontramos nada.

Quase explodi. Não sabia se largava o verbo ou se ficava satisfeito com o diagnóstico, afinal de contas, favorável.

Saí fulo de raiva e “gramei” os últimos 15 dias até a alforria.

Pedras no caminho

Seguiram-se estes anos de reivindicações, de pleiteamento de melhorias a que tínhamos direito e não alcançamos na ativa.

Já conseguimos alguma coisa, mas faltam outras tantas vantagens — algumas já julgadas favoravelmente — que estão para ser concedidas. Assim esperam os derradeiros fiscais da antiga pasta de fole, que bem poucos restam.

Muitos já ficaram nas pedras do caminho, tendo deixado de si um pedaço de existência, em cada ZF percorrida.

Não se pode negar que, hoje, a fiscalização está melhorzinha de bolso, já há uma certa consciência da importância que a classe representa no contexto da Previdência, devendo ser bem independente e bem paga, a fim de compensar o tempo de esfolados que vivemos no passado recente.

Pontas-de-lança isolados

Os funcionários aposentados já melhoraram o ganho, ao ponto de poder comer um pernizinho natalino.

Mas, nos idos tempos, é preciso lembrar que eu e todos os fiscais que me antecederam, desde a fundação dos primeiros institutos, fomos responsáveis pela primeira linha de combate, como pontas-de-lança isolados, lá na frente, sozinhos, onde íamos buscar, pela pressão, o aumento da receita da entidade.

Eu, que pertenci à segunda geração de fiscais — a primeira foi a da fundação, em 1933 — conduzi nos ombros os primeiros fundamentos previdenciários, impondo pela presença e com auxílio da legislação a base que é formada hodiernamente por esse grandioso edifício da Previdência Social brasileira.

Profissão de fé

Enfrentando a hostilidade, a descrença, a penúria da remuneração defasada, toda a sorte de dificuldades materiais e de organização que obstaculizavam o trejeito, vencemos.

Talvez porque éramos jovens e talvez porque acreditávamos.

E tudo isso, sabemos muito bem, com os bolsos quase vazios e enfrentando a inflação que corrói qualquer ordenado; a família crescendo, a despesa aumentando. Foi um “pega” atravessar os últimos 20 anos de trabalho.

Naqueles tempos, qualquer bancário, qualquer gerente de firma, qualquer viajante de tecidos e panelas, ganhava muito mais.

E ninguém acreditava nos nossos parcos vencimentos. Ficavam assombrados quando descobriam — pela remessa de ordenado que nos chegava por banco ou pela Caixa — o curto bolinho mensal.

Atividade do inativo

Mas, por paus e por pedras, deixamos a função e o tempo desaguou no doce far niente de agora. Mas me mantive em grande atividade como cinófilo e, em outras horas, como pesquisador da História brasileira do século XIX. Escrevi para jornais, publiquei dois livros de História, enfim me movimento na pitoresca e bucólica cidade de Paranaguá, como nos velhos tempos.

“No esta muerto quien pelea”.

Fulano de Tal & Cia

As memórias passadas afloram, às vezes, quando relembro fatos marcantes ou risíveis, ou pitorescos. São muitos em 36 anos de pasta na mão.

Recordo que fiquei muito surpreso ao encontrar, num depósito, a ficha de empregado — servente aos 12 anos — do líder bancário Avelino Vieira, que foi o construtor do maior império financeiro do País, o Bamerindus.

Em compensação, conheci um multimilionário, cérebro de aço mas poucas luzes, que apenas garatujava o nome ao assinar. Só sabia rabiscar uma única frase comercial e até como testemunha de casamento escrevia Fulano de Tal & Cia.

As lembranças se sucedem, esparsas, e se aglomeram, como o caso da minha ida a uma cidade — na época um lugarejo — a que denominaremos Pitangueira. Era fim de linha, não tinha pousada e fiquei sentado nas maletas, no banco, ao ar livre, esperando a saída do primeiro ônibus só no outro dia.

A vida de fiscal tinha dessas.

O grupo dos velhinhos

Lembro bem que quando fui chefe — era mais amigo do que líder dos colegas e costumava dizer: “Quem tem chefe é índio” — recebi no grupo dez ou doze velhinhos.

Eram fiscais na iminência de se aposentar, retirados da dureza da pasta nas ruas e estradas, para aguardar em breves dias o ato da aposentadoria, enquanto resolviam acuradamente as RD (requisição de diligências) da seção de benefícios.

Um humorista do serviço interno batizou o grupo — e lançou o nome até impresso no livro de telefones — com uma denominação desrespeitosa, indecorosa, de três letras, começando por G.

Foi um custo para atender a toda a hora o telefone e não estourar quando perguntavam:

— É aí o grupo dos...?

A cabeleira do rapaz

Recebi um funcionário-datilógrafo, moço loiro e muito competente, que usava cabelos quase pela cintura — era o tempo dos cabeludos de 70.

Não deu outra: um dos velhinhos, colega fiscal que exergava pouco, foi à sua mesa e pediu:

— Mocinha, a senhora, por favor, quer receber o meu BF?”

Quando eu lhe disse, em voz alta, o que o coleguinha datilógrafo tinha que o diferenciava de uma mocinha, o meu amigo fiscal tremeu das pernas e quase teve um choque.

Dei-lhe um copo d’água. Tudo terminou em riso.

O rastro do inspetor

E tem aquela do inspetor que andou no meu rastro mais de 30 dias, de cidade em cidade, sem me encontrar.

Era um xarope andar com um inspetor atrelado e, por isso, eu esperava ao lado da rodoviária: quando ele desembarcava e seguia para o hotel, eu embarcava para a cidade seguinte.

E assim foi.

Quando nos encontramos, no fim do ano, no jantar de confraternização, ele veio me abraçar, admirado:

– Como é, Secundino, por onde você andava?

Despistei.

No ano seguinte, não tive escape e percorremos juntos a ZF durante um mês, aliás era um colega inteligente e foi proveitoso.

Mas tarde, fui inspetor e os colegas também tentavam escapar entre os dedos, com a diferença de que conheço o Paraná como a palma da mão.

Alegria de pobre

Na seqüência, fui nomeado diretor da cota de Previdência no Paraná e em Santa Catarina. Foi o melhor período.

Só lidava com firmas de alto porte e reuniões setoriais. Viagens aéreas semanais a Florianópolis, Londrina, Foz do Iguaçu, escritórios de companhias marítimas e empresas de luz, cafezinho, ar refrigerado, tudo limpinho e moderno.

Cada quinzena, uma viagem ao Rio para conferenciar com os colegas e o chefe-mor, ida e volta, tudo pago.

Mas, extinguiram o órgão, acabou-se o mel, voltei à pasta, na rotina gastronômica de sempre no interior.

Diariamente, polenta e farofa com lingüiça.

À noite, uma sopa rala de macarrão de figurinha.

Aos sábados, feijoada (com a sobra de véspera).

Aos domingos, galinha e sobremesa Romeu com Julieta – goiabada com queijo.

Churrasco ou peixe, só quando sobrava do adiantamento.

E a informática?

Tudo era feito à mão, em cima das tábuas da serraria ou num cantinho mais limpo das oficinas, onde coubesse o TVD.

Quando o serviço era realizado no escritório da firma ou na mesa atravancada de papéis do contador, que sorte!

A máquina de calcular, com manivela, ajudava. Fora isso, era a mão, calculando em separado e calcando com força a caneta para sair no café contábil.

tudo à frente se apresentava como um buraco negro, sem sentido, tinha que seguir na rota, com a velha pasta detestada. E ao mesmo tempo, por ironia, tão amiga, por constituir o único elo entre os fiscais largados no vazio e a realidade do Instituto, da família, dos amigos, da cidade de moradia, de tudo que ficava lá atrás.

E quantos de nós, em qualquer profissão, ao sentir a dificuldade, desamparados ou mesmo sem entusiasmo para prosseguir, quantos de nós levantamos a cabeça e enfrentamos, porque assim mandava a função, o dever, a necessidade.

Mas tudo passou, deixando lembranças vagas.

A navalha do barbeiro

São vários os temas de surpresas e ineditismo, como o caso do “pega” feio que tive com um barbeiro (para os lados da cidade de Mallet). Quase fomos pro pau, eu com o cabo do afiador; ele, com a navalha.

Na cadeira, eu havia semi-adormecido e o aprediz de Fígaro cortou fora as minhas estimadas costeletas, que usava compridas e cuidadas a capricho há muitos anos.

Juntou gente, foi um Deus nos acuda, mas terminou em paz. Até hoje não sei se fiz sem querer ou porque eu era fiscal...

E outras histórias

Fatos folclóricos ou dramáticos sucederam-se às dezenas, mas já são outras tantas histórias.

Histórias de mágoas, de alegrias, de frustrações, de vitórias e... de saudades.



Histórias da fiscalização

Ailton Jeremias da Luz
Imbituba, SC

Em uma cidade do interior do Estado, após longa conversa com o diretor de uma loja comercial, em seu escritório, o mesmo, de maneira grosseira, disse que não aceitava ser fiscalizado. Esse diretor, que anteriormente fora prefeito da cidade, abriu a gaveta de sua escrivaninha e de lá puxou um revólver, que apontou para mim, exigindo que eu me retirasse, sob pena de me alvejar.

Não me retirei. Apenas levantei-me, desabotei o paletó, puxei a gravata e, abrindo a camisa, disse a ele, por várias vezes, que atirasse.

Como sua covardia não o permitiu atirar, aí sim retirei-me, não sem antes, educadamente, avisar que lá voltaria dentro de 24 horas.

Seus funcionários, principalmente os balconistas, foram até mim, quando saía, e disseram que eu deveria ter dado um grito, chamando sua atenção, para

que presenciassem a ocorrência. Eles teriam chamado a polícia, disseram. Também acusaram o dito diretor de ser extremamente grosseiro para com eles.

O irmão desse diretor, informado sobre o ocorrido, dirigiu-se a mim com pedido de desculpas e assegurou que eu poderia voltar à empresa para a necessária fiscalização.

Assim foi feito, sem qualquer constrangimento de minha parte. O diretor, porém, não me dirigiu a palavra.

oOo

Em uma oficina mecânica, na mesma cidade, constatei a presença de seis empregados — idades de 16, 18, 19, 20 e 23 anos — trabalhando com soldas, sem qualquer tipo de proteção, como luvas, óculos roupas apropriadas etc. Todos com mais de seis meses de serviços prestados e apenas dois deles tinham carteira profissional, embora não-annotadas pela empresa, que também não os registrara no livro de registro de empregados. O gerente estava ausente na ocasião.

Para lá me dirigi no dia seguinte e solicitei fossem tomadas as providências cabíveis. Estupidamente, o gerente quis me agredir e exigiu minha retirada. Como no dia anterior eu já anotara as irregularidades, efetuei o respectivo levantamento de débito e adverti o gerente sobre as ocorrências indevidas. Ele se negou a receber a notificação, o que me levou a fazer a remessa pelos Correios.

Logo que recebeu a notificação, o gerente dirigiu-se à agência do Instituto e agressivamente advertiu-me que iria recorrer ao Presidente da República.

Calmamente, ofereci a ele o endereço. Ele o rejeitou, ao afirmar que já o tinha.

Tenho dúvidas se ele assim procedeu.

oOo

De outra feita, uma empresa com 36 empregados, completamente desorganizada em sua contabilidade, mandou à agência do Instituto dois gerentes. Eles foram ao meu encontro e ofereceram-me a chave de um carro. Disseram que eu poderia ficar com ele, como presente. Em troca, não haveria fiscalização na empresa. Chegaram ao ponto de, diante de minha recusa em aceitar o oferecimento, colocar a chave em meu bolso.

De nada adiantou. Tomei todas as providências necessárias no que se refere à fiscalização e concedi à empresa prazo de dez dias para, se quisesse, entrar com recurso.

Mas nenhuma providência foi tomada neste sentido, o que comprovou que minha decisão foi acatada.

Lembranças de um fiscal

Dante Pierro
São Paulo, SP

A narração, aqui e ora enunciada, configura pleno fato verídico. *Quorum pars magna fuit.*

Perplexidade

Recordo-me, apesar de ter passado tanto tempo, do evento como se agora fosse. Corria solto o ano de 1956. Nos idos de março, a assessoria do então delegado do ex-IAPI do Estado de São Paulo me convocou para comparecer a seu gabinete. Fiquei, de certo modo, perplexo. Jamais, em tempo algum, nos meus 18 anos de funcionário estatutário da autarquia previdenciária em referência, havia adentrado os limiares da porta da dependência da autoridade máxima estadual inapiária.

Missão quase impossível

Os senhores assessores, circunstantes da direção do antigo instituto local, incumbiram-me de uma tarefa preocupante e algo inusitada. Pressionaram-me, mesmo, para que eu obtivesse, sem mais delonga, os elementos imprescindíveis à fiscalização do antigo IAPI junto ao DER (Departamento de Estradas de Rodagem). A superintendência desta citada autarquia se recusava terminantemente a apresentar tais documentos aos fiscais previdenciários. Mais do que isso. Não permitia sequer a presença de nenhum representante previdenciário em seus escritórios. As tentativas ad nauseam dos senhores procuradores do extinto IAPI – Drs. Della Vecchia e Lobato – para conseguir os comprovantes do DER para fins de fiscalização das contribuições sociais culminaram em um fragoroso insucesso.

Stop the world. I want get out

Ciente do intento frustrado, exposto no parágrafo anterior, eu não sabia, deveras, como proceder. O desânimo e o pessimismo tomaram conta do meu consciente. A minha primeira missão, que considerava muito significativa e importante, afigurava-se-me irrealizável. Os meus neurônios se debateram entre si em violenta e descompassada colisão. Todo o meu ecossistema celular se desestabilizou. Previ, de pronto, iminente malogro em minha interação no empedernido e aparente inacessível DER. Meu impulso inicial se circunscreveu ao ímpeto niilista de desistir de tudo. Pensei até em abandonar a carreira, que se projetava como promissora na abrangência da fiscalização. Estive a ponto de demitir-me do próprio ex-IAPI.

Jeitinho brasileiro

Et voilà. O providencial estalo de Vieira detonou em meu cérebro. Massageei e exercitei o meu ego. Lembrei-me da lapidar frase de Abraham Lincoln (repassada muitas vezes, em seus artigos, por Jean-Louis Etienne): “Everything looks impossible for people who never try anything”. O determinismo, herdado de meu genitor, influenciou e reforçou a súbita decisão que me prontifiquei a levar avante. A superação do óbice, até então supostamente insolúvel, passou a ser viável.

Via crucis

O pensamento positivo, que se apoderou do meu ser, revigorou o intento que propusera realizar. Instei sobre apoio incondicional para a consecução de minha pretensão junto ao meu ex-colega de faculdade o Sr. Dr. Juvenal Rodrigues de Moraes (ex-secretário de Estado do governo do Dr. Adhemar de Barros). O Dr. Juvenal era, na oportunidade que o procurei, deputado estadual e sempre foi pessoa íntegra. Morou ele, em toda a sua existência, em imóvel alugado e... faleceu paupérrimo. O Dr. J.R. de Moraes atendeu ao meu pedido, encaminhando-me ao Dr. Ricardo Cassiano – escritor, poeta e secretário de Educação estadual do governo da época – o excelentíssimo Sr. Dr. Jânio da Silva Quadros.

Expliquei ao mencionado secretário de Estado que só a autoridade máxima de São Paulo poderia resolver a persistente resistência do DER em exhibir os documentos necessários à fiscalização para fins previdenciários. Fui, no ato, apresentado ao Dr. Prado, que havia assumido o cargo de chefe de gabinete do gover-

no do Estado de São Paulo. Foi marcada uma audiência com o Dr. Jânio da S. Quadros para cinco dias depois.

Entretanto, o encontro prefixado foi transferido por diversas vezes. Em uma das entrevistas aprazadas, fui acompanhado pelo ex-colega, hoje aposentado, Dr. José Vasconcelos de Oliveira, justamente no antigo prédio da Avenida Rio Branco, esquina da Alameda Nothmann. Aí se localizava então a sede do governo do Estado, no denominado e suntuoso Palácio dos Campos Elíseos.

É digno de registro o deslumbramento palaciano no apogeu de sua existência. Sua decoração se revestia de ímpar fastígio. Seus amplos salões e suas escadarias de mármore de Carrara eram forradas de tapetes importados da Pérsia — hoje Irã —, da China e de Bokhara. As paredes ostentavam murais e quadros de talentosos pintores, entre os quais Portinari, Pedro Américo e Victor Meirelles.

Mas, o que mais despertava a atenção era o elenco de funcionárias femininas, selecionadas com rigoroso critério de estética e *savoir-faire*. Parecia mais uma constelação de **top models** já prontas para desfilar, com bastante êxito, nas passarelas de qualquer *maison de haute couture* parisiense, notadamente nas de Pierre Cardin, Sain Lorens, Guy Givenchy e que tais.

O encontro

Por fim, em uma manhã tenebrosa e de intensa garoa, fui recebido — às sete e meia da matina — pelo Dr. Jânio da Silva Quadros. O excelentíssimo Sr. governador da paulicéia, naquela oportunidade, cumprimentou-me descontraído e de certa forma cerimonioso. E, pasmem todos os que desta tiverem conhecimento, ele já sabia o motivo de minha visita. Tal estado de coisas facilitou a minha incumbência e liquidou o meu embaraço e intranquilidade iniciais. Ele se ateu ao contexto pluralista da ocorrência, que se consubstanciava o **leitmotiv** do encontro. Seguiu-se um extenso diálogo, que extrapolou o objetivo primordial da audiência. Por várias vezes, o Sr. governador chegou a exacerbar a agrura e a dificuldade do mandato que o povo lhe havia outorgado. Não aceitava passivamente a censura e o ataque da oposição política, desferidos pelos seus desafetos em torno da administração de seu governo. Mas tratou toda a questão com argumento de notório padrão de comportamento e elevado nível educacional.

Saí do Palácio dos Campos Elíseos às 15 horas. Considerei-me vencedor de mais uma etapa de serviço o creditei ao espírito de fiscalização reinante antanho. Isso porque portava um daqueles “bilhetinhos famosos” que marcaram a gestão do então governador. Esta inusitada “missiva” era endereçada ao Dr. Caetano Álvares, que naquela época foi nomeado secretário de Obras e Vias Públicas. O Sr. governador, por tal meio, solicitava o empenho e a interferência do Sr. secretário junto ao DER para a pronta e inadiável consignação de todos os documentos exigidos pela fiscalização previdenciária.

Cultura inútil e informal

Já conhecia o Dr. Caetano Álvares de longa data, desde quando o mesmo foi eleito presidente da Companhia Construtora Nacional. Nos anos dourados de minha juventude, ele se constituía cliente privilegiado de certa empresa importadora e exportadora de produtos diversificados, de iguarias e bebidas finas. A refe-

rida firma comercial era composta de diversos sócios, entre os quais o meu pai era acionista minoritário. A cobrança das faturas correspondentes à aquisição das mercadorias ficava sob a responsabilidade deste modesto **uomo qualunque**. O relacionamento de negócios, no universo comercial, transmutou-se para o âmbito da amizade entre mim e o Dr. Caetano Álvares.

Não posso omitir o fato de que o Dr. Caetano se dedicava ao estudo da enologia. Aliás, isso era seu **hobby** predileto. Ele teorizava sobre a qualidade e procedência de vinhos. Explicava ele que os vinhos que apresentavam, em seus rótulos, identificações como os franceses (AC ou AOC **appellation controlée**), os alemães (QhA ou QmP) e os italianos (DOC ou DOC/G), eram os mais confiáveis. Enfatizava a excelência da produção dos vinhos com uvas “varietais”, sem desprezar aquelas com as uvas selecionadas “Cabernet Sauvignon”, “Condonnay”, “Riesling”, “Gewrztraminery”, “Sylvaner” e demais...

Finis coronat operam

Atendendo à determinação do sr. governador do Estado, o Sr. Dr. Caetano comunicou-se com o ainda subsistente DER. Apesar da extrema relutância da direção da mencionada autarquia estadual, obtive a orientação de dirigir-me ao Dr. M. Rossi, procurador-geral do Departamento.

Sucederam-se overdoses de entraves burocráticos. Descontente com o que considero absurda intromissão na gestão de sua repartição pública, o Sr. superintendente demitiu-se de seu posto, em caráter irrevogável.

Em face dessa ocorrência, o Dr. Rossi recomendou-me retornar na semana seguinte. Na data determinada, fui amplamente atendido no meu objetivo predominante. Toda a gama da documentação do DER me foi exibida, notoriamente os livros caixa, folhas de pagamento integrais, comprovantes de apropriação de verbas, retroativos a 18 anos. Profunda e minuciosa auditoria contábil foi efetuada. Para tanto, foi necessária a convocação de uma equipe de dois grupos de fiscalização, com três fiscais de contribuições previdenciárias cada um.

O levantamento de débito do DER perante a Previdência Social ascendeu, ao montante de aproximadamente – em valores atuais (**aggiornamento**) – 900 milhões de cruzeiros correspondente à parte principal, isto é, às contribuições dos empregados e do empregador.

A notícia da dívida apurada criou polêmica e se alastrou intensamente, extravasando o âmbito do ex-IAPI. Os partidos políticos, opositores ao Sr. governador da época, acusaram o fato com grande alarde na Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. A então Sra. deputada estadual Conceição da Costa Neves (ex-atriz da ribalta Regina Maura, que muitas vezes contracenou com o inesquecível ator teatral Procópio Ferreira) reverberou a administração econômica do governo do Estado, proferindo um longo e crítico discurso. Chegou a considerar o chefe do governo de São Paulo negligente e devedor relapso da Previdência Social. O pronunciamento da Sra. ex-deputada consta dos anais da Assembléia Legislativa de São Paulo.

Mais ou menos depois de um semestre do levantamento de débito do Departamento, o Sr. governador de São Paulo baixou um decreto (pareceu-me mais um **ucasse**), filiando, retroativamente ao ano de 1938, todos os servidores do DER ao Ipesp.

To be or not to be. That is the question

A arguição de inconstitucionalidade de tal ato governamental, sustentada pelo Instituto, enveredou pelo longânimo e intrincado trâmite jurídico e... *lasciate ogni speranza...* jamais foi aparentemente dirimida.

O porquinho querido

Ernâni Luiz Silva de Castro
Belo Horizonte, MG

O ano se pronunciava fértil. Muita chuva, um verdadeiro dilúvio. Ainda não havíamos chegado à era de Juscelino, com o seu binômio energia e transportes. As estradas de Minas Gerais, todas de terra, intransitáveis e enlameadas. O viajante conhecia o dia da saída, nunca o dia da chegada.

Na reunião anual da fiscalização do IAPI, fazia-se a lotação fiscal para o exercício. A mim coube, sem outra opção, a zona fiscal nº 13 – que azar! –, que compreendia a periferia norte da capital, acrescida de uma parte do inóspito nordeste de Minas, por mais de 300 quilômetros, até a legendária Santa Maria do Suassuí, a dois dias de viagem, pelo menos, no Vale do Rio Doce.

A chefia da fiscalização determinou: o trabalho do fiscal deve ser iniciado pelo interior do Estado, não importando a chuva torrencial e contínua que São

Pedro mandava. Pleiteei iniciar os trabalhos pela zona periférica de Belo Horizonte. Em vão, pois ordem dada era para ser cumprida, fizesse sol ou chuva.

Assim, outra alternativa não me restou: ou viajava logo ou demissão por abandono do emprego, sempre lembrado de que estava no estágio probatório, sem estabilidade.

Temeroso, mas obediente, debaixo das fortes chuvas, reservei minha passagem de ônibus e segui confiante para o cumprimento do dever.

Após dois dias de viagem, finalmente cheguei ao destino: Santa Maria do Suassuí.

O pequeno burgo, nascido sob a influência da mineração de pedras semi-preciosas, era uma cidade distante, na qual o progresso andava mais distante ainda. O ambiente era o de um verdadeiro far west. Os seus cidadãos não prescindiam da arma na cintura, sendo normais os revólveres e os punhais à vista.

Os assassinatos eram fatos rotineiros — o de um importante fazendeiro aumentou o terror existente na região. A vindita campeava. Num certo dia, foi encontrado um cadáver à beira da estrada, com um papel escrito, justificador, na mão: — Matei por engano.

Esse o clima de segurança encontrado na região, onde eu deveria exercer a nobre atividade fiscalizadora.

Já anoitecia, quando cheguei enlameado, a meu destino.

Desembarcado, perguntei:

— Onde fica o hotel?

Responderam:

— Aqui não tem hotel. Só a pensão do Crivado Brotas.

A pensão ficava a alguns metros do ponto do desembarque. Para lá me dirigi. Um sobrado antigo, uma escadaria, um salão na entrada, onde fui recebido pelo proprietário, homem simples, de aspecto rude, cigarro de palha no canto da boca, barba por fazer, voz arrastada.

À minha indagação, se tinha um quarto para me alugar, respondeu:

— Moço, isso aqui não é hotel. É uma pensão de motorista. Não tem conforto. Se quiser, pode escolher uma das camas aí no quarto ao lado, onde irá dormir.

O quarto era coletivo. Uma dúzia de camas, enfileiradas. Sem outra alternativa, escolhi a cama do canto dos fundos, encolhi-me como pude, sem qualquer reclamação. Tremendo de medo, é óbvio.

A porta do quarto não tinha fechadura. Os novos companheiros iam chegando alternadamente durante a noite e se acomodando como podiam, alguns carregando os seus arreios. Porém, sempre acompanhados de seus revólveres à vista.

A higiene pessoal foi um problema, pois as instalações ficavam no quintal, sem proteção contra a chuva, que continuava a cair.

Ajeite-me como pude e dormi mesmo sem o indispensável e costumeiro banho. De tão cansado, dormi, ou melhor, desmaiei, somente acordando no dia seguinte, com o sol já alto. Felizmente, a chuva passara.

Logo, relacionei-me com um viajante, que parecia estar em situação idêntica à minha. Fomos juntos ao almoço. O cardápio era simples: arroz, feijão, man-

dioca cozida, carne de boi e farinha de pau, como dizem.

Sentados à mesa rústica e coletiva, passamos a ser incomodados por um porquinho, que andava pelo salão, enlameado, sujando nossas calças, tudo à vista do hoteleiro, ou melhor, dono da pensão, que impassível a tudo presenciava, encantado com a agilidade do animal.

Finalmente, ante do incômodo de todos, ele se manifestou, justificando-se:

— Esse leitãozinho é como se fosse da família. Foi criado no colo de minha filha, que tem por ele amor de mãe. Até mamadeira ele tomou... Não terei coragem de sacrificá-lo.

O nosso espanto foi traumatizante. Mas o que dizer... Sentimos até a vontade de tomar o porquinho no colo e acariciá-lo.

Dever cumprido e grande mágoa

Anna Moreira Teles
Nova Iguaçu, RJ

Passo a narrar um dos fatos verídicos ocorridos durante o período em que atuei ativamente no exercício da fiscalização, na agência da Previdência Social em Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Sou funcionária da Previdência Social desde 1960, admitida no ex-IAPI, através de concurso público, na função de escriturária; posteriormente, readaptada a oficial de administração, cujo cargo foi transformado em agente administrativo, e, finalmente, fiscal de contribuições previdenciárias, por ascensão funcional; atualmente, aposentada.

Durante toda a minha vida funcional ocupei cargos de direção, pautando meus atos nos princípios de lealdade, probidade, responsabilidade, amor à causa previdenciária e respeito aos meus superiores hierárquicos, colegas de trabalho,

contribuintes e beneficiários da Previdência Social, que são a causa única de sua existência.

Sendo a lisura no desempenho de minhas funções a característica marcante, ingressei na atividade fiscal desejosa de também nessa área desincumbir-me a contento das tarefas que me fossem confiadas. Foi assim que, certa feita, dirigi-me a um estabelecimento comercial em Olinda, distrito do município de Nilópolis.

Chegando ao endereço constante do CFE, numa das principais ruas de Olinda, pela manhã, encontrei alguns trabalhadores executando obras no local. Fui informada por um deles que o bar — estabelecimento que seria fiscalizado — que ali funcionara não mais existia. Achei a atitude daqueles trabalhadores muito estranha, pois se entreolhavam e respondiam com evasivas às minhas indagações.

Na tentativa de localizar o titular da empresa, Sr. Anacleto de Tal, vendo que nada conseguiria com aqueles senhores, comecei a pesquisar junto aos estabelecimentos vizinhos.

Fiz uma verdadeira peregrinação, até que, finalmente, consegui saber que o Sr. Anacleto, titular do bar, era o proprietário do imóvel onde estavam sendo realizadas as obras e que essas eram de sua responsabilidade. Dado o avançado da hora, deixei o caso para o dia seguinte e prossegui o meu trabalho na fiscalização em outras empresas, naquela mesma localidade.

Retornando no dia posterior, mudei de estratégia; iniciei o contato com um outro trabalhador, nas obras, dando a impressão de que já conhecia o Sr. Anacleto. Perguntei se ele já havia chegado e fui informada que, talvez ele estivesse no seu estabelecimento comercial, que funcionava numa rua transversal, não muito distante dali.

Dirigi-me ao endereço que me foi fornecido e, lá chegando, verifiquei tratar-se de uma casa noturna, ainda fechada naquele momento. Bati insistentemente na porta. Depois de algum tempo, surgiu à minha frente um homem moreno, muito corpulento, que mais parecia um leão-de-chácara. Identifiquei-me e manifestei o interesse em falar com o Sr. Anacleto. Fui informada, com grosseria, que ele não tinha dia nem hora certos para ali estar.

Afastei-me a encetei novas buscas naquelas circunvizinhanças, já na certeza de que todos os empregados do Sr. Anacleto estavam instruídos no sentido de escondê-lo.

Indaguei daqui e dali e consegui saber que o Sr. Anacleto era um mulato alto, bem apessoado, que se trajava sempre de branco e que chegava ao trabalho, num “carrão metálico”. Informaram-se ainda que ele era um sujeito perigoso e que só chegava em seu estabelecimento comercial à noite e, esporadicamente, durante o dia, para fiscalizar as obras.

Chegando à minha casa, comentei a ocorrência com meus familiares, indignada por ver como as pessoas inescrupulosas burlam as leis, sonhando a Previdência Social, escondendo-se na calada da noite. Maior foi a minha indignação ao verificar as anotações feitas por outros colegas fiscais, no CFE da referida empresa, onde constava: LI (local ignorado).

Foi aí que falou mais alto aquele meu senso de cumprimento do dever, aquela característica marcante da minha personalidade — a lisura no desempenho

de minhas funções a que me referi no princípio de minha narrativa.

Decidida a não dar o caso por encerrado, pois, afinal de contas, eu havia localizado o Sr. Anacleto, resolvi comparecer àquele local, à noite, pois só assim poderia concretizar o meu trabalho. E assim fiz, acompanhada de meu marido.

Por volta das 19 horas, cheguei a Olinda e fiquei espreitando, à espera do “carrão metálico” do Sr. Anacleto. Encontrava-me um pouco tensa, porquanto nunca havia estado em ambiente semelhante nem, tampouco, enfrentado tal situação. Fiquei passeando na calçada, no quarteirão, com meu marido, até que, por volta das 21 horas, avistei o tal “carrão metálico”, que era azul — não me recordo a marca. Dele saiu um homem de cor parda, alto, trajado de terno e usando sapatos brancos. Não poderia ser outro senão o Sr. Anacleto.

Esperei que o mesmo entrasse e, após uns 15 minutos, entrei no “inferniño”, sempre acompanhada de meu marido, sendo interceptada pelo porteiro. Identifiquei-me e manifestei o interesse em falar com o Sr. Anacleto, já de antemão afirmando que o vira entrar. O porteiro mandou que esperássemos e se afastou. Ao retornar, solicitou que o acompanhássemos. Nesse momento, senti um mal-estar muito grande, já não sabendo discernir se estava agindo corretamente.

O local era pouco iluminado, cheirava a mofo; as pessoas que ali estavam eram esquisitas. Tudo lembrava um antro de perdição. Passamos pelo salão, descermos uma escada, caminhamos num corredor escuro até chegar a uma sala, no subsolo, adaptada como escritório, onde se encontrava o Sr. Anacleto. Cumprimentei-o, ao que fui correspondida cordialmente. Disse-lhe do motivo de minha presença, pois tratava-se de um processo de levantamento de débito, em fase de cobrança extrajudicial, que se arrastava no IAPAS há alguns anos, por motivo da falta de atendimento às solicitações que eram feitas por carta. Disse-lhe das alternativas para regularizar seu débito perante a Previdência Social.

Após me ouvir, com desdém, o Sr. Anacleto, com toda arrogância, como senhor absoluto em seu império, exclamou em alto e bom tom:

— O que é que a senhora pretende com essa atitude? — Por que a senhora não faz como seus colegas, que só trabalham durante o dia? — A senhora pensa que, sozinha, vai salvar a Previdência Social? — Eu quero ver se a senhora vai continuar trabalhando dessa forma durante muito tempo.

Respondi-lhe que este era o meu modo de trabalhar; que me sentia satisfeita em havê-lo localizado; que não tinha nada a ver com o modo de trabalho de outros colegas; que pedia a Deus para me conservar íntegra, enquanto estivesse no exercício de minhas funções; que minha intenção não era de prejudicá-lo e sim de ajudá-lo a ficar quites com suas obrigações; que estava apenas cumprindo com meu dever.

O Sr. Anacleto irritou-se e esbravejou:

— Eu não vou pagar nada! — Não vou pagar, porque não quero!

Solicitei a ele que assinasse a notificação, tomando ciência do despacho aposto no processo, de acordo com suas afirmações. Ele, mais uma vez, bradou:

— Não assino nada!

Disse-lhe, lealmente, que daria todas as informações no processo, para que a procuradoria o localizasse e efetuasse a cobrança judicial. Ao que ele respondeu:

— A senhora faça o que quiser; está perdendo o seu tempo. Pode ter certeza de que eu não pagarei nada; que seu trabalho foi inútil!

Despedi-me do Sr. Anacleto, na certeza do dever cumprido. Mas, com uma grande mágoa no coração, pensando no desperdício de tempo, de dedicação, de trabalho, de esforço, de responsabilidade, de ausência em meu lar, de privação de minha presença entre meus filhos. Porém, analisando sua agressividade, tive a certeza de que aquelas palavras não estavam sendo dirigidas a minha pessoa e sim a uma representante de um órgão público que se encontra deteriorado pela corrupção reinante no País, sendo os agentes públicos julgados uns pelos outros.

Que bom seria se pudéssemos ver nosso trabalho produzir frutos benfazejos, que melhorassem o nível de atendimento da Previdência Social. Que bom seria se a procuradoria do IAPAS tivesse realmente executado a dívida do Sr. Anacleto, para que o mesmo tivesse uma surpresa e se conscientizasse de que existem servidores íntegros, honestos, responsáveis e capazes.

Que bom seria!

Mulher macho sim, senhor

Manoel Varella Rodrigues Filho
Belo Horizonte, MG

Residia eu na cidade de Divinópolis, Minas Gerais, e, no ano de 1968, fui trabalhar na cidade de Formiga, também em Minas. Naquela época, o comércio local dispunha, em quase sua totalidade, de estabelecimentos de pequeno porte.

Como sempre acontecia, tão-logo a fiscalização visitava uma determinada cidade, principalmente quando o fiscal nela não residia, havia, ao ser percebida sua presença, uma intercomunicação entre os lojistas. Eram as primeiras visitas uma surpresa. Quanto às demais, já sabedores da presença do elemento “indesejável”, os comerciantes o aguardavam na ânsia de se verem logo livres dele.

Visitei a primeira empresa; visitei a segunda e, assim, sucessivamente, sempre examinando a documentação e cumprindo as formalidades legais.

Em uma das lojas, pela qual já passara algumas vezes — um armário que se dedicava também à venda de tecidos —, sempre se encontrava uma senhora e lá novamente a vi em serviço, atrás do balcão. Ao vê-la, perguntei, sem tempo para raciocinar, há quanto tempo ali trabalhava e se já estava registrada. Prontamente ela me informou sobre seu tempo de serviço, esclarecendo que não possuía carteira profissional assinada.

Anotei os dados e voltei, no dia seguinte, para falar com a empregadora, na tentativa de convencê-la a registrar a empregada.

A proprietária do estabelecimento comercial, ausente na véspera, já tomara conhecimento da minha visita e das perguntas formuladas à empregada. Recebeu-me com cara de poucos amigos, dizendo que aquela senhora — que lá ainda se encontrava presente — não era sua empregada e outras coisas não-convincentes.

Expliquei a ela, da maneira mais educada possível, que aquela senhora era, efetivamente, sua empregada, uma vez que eu já passara por sua loja, por diversas vezes, e sempre a vi em serviço.

A empregadora, cada vez que eu tentava convencê-la, à luz da lei, de que o vínculo empregatício existia, contraía sua fisionomia, avermelhava-se, parecendo, até, um dragão chispando fogo.

Minha capacidade de convencimento esgotou-se. Então, comuniquei a ela que, diante dos fatos, seria obrigada a autuá-la e a levantar o débito, uma vez que, além de estar sendo ferida a lei, aquela senhora não podia permanecer ao desamparo da Previdência Social.

A ameaça foi inútil. Olhando-me raivosamente, ela continuou a chispar fogo e nada me respondeu. Despedi-me e saí.

Ao término do dia, retornei ao hotel onde estava hospedado e passei a preencher os elementos de fiscalização que iria entregar a cada empresa.

No dia seguinte, voltei aos estabelecimentos, fui colhendo a assinatura de cada empregador — nos casos em que havia irregularidade — e, ao visitar o tal armário, defrontei-me com a nada simpática empregadora.

Cumprimentei-a cordialmente e solicitei que recebesse o documento. Informei a ela sobre o prazo que teria para promover a defesa, quando poderia comprovar, por outros meios, que aquela senhora não era sua empregada. Sem nada dizer, ela virou-se para trás, pegou o metro de madeira usado para medir tecidos e deu uma pancada tão violenta no balcão que o metro partiu-se em dois pedaços.

Para minha sorte, entre eu e a endemoniada empregadora havia um providencial balcão, que salvou o fiscal de um “acidente do trabalho”.

A estrutura balançou

Arthur Moreira Leite
Rio de Janeiro, RJ

Todas as carreiras que compõem a organização administrativa da instituição são, igualmente, dignas, competentes e dedicadas: a procuradoria, a secretaria, a contabilidade, a tesouraria e os serviços gerais merecem todos os aplausos e destaques. Mas, com referência a carreira de fiscalização, é de justiça que se destaque a eficiência, a dedicação e, sobretudo, o intrépido espírito público no cumprimento de árduos e corajosos trabalhos de exação fiscal.

É uma carreira difícil, que requer do cidadão certos requisitos intrínsecos de tipo vocacional. Exige-se do homem fiscal a firmeza de caráter, a intrepidez e perspicácia, além de um elevado senso de ecletismo.

Mas, um dia esqueceram do valor e da importância da fiscalização e quase dilapidaram suas bases de sustentação.

É que a Previdência Social, desde que foi implantada no Brasil, se distribuía por áreas distintas que compunham a força de trabalho da população economicamente ativa.

Para o pessoal ferroviário e empregados no serviço público, criaram-se caixas; depois, o IAPFESP; os empregados no comércio tinham o seu IAPC; os trabalhadores na indústria, os operários, tinham o seu IAPI; os que se dedicavam ao transporte e cargas estavam no IAPTEC; empregados da rede bancária e das financeiras, estavam no IAPB. Finalmente, os marítimos e pescadores, no IAPM. Eram seis institutos de previdência, cada qual com suas leis, sistemas e métodos peculiares a cada atividade de trabalho.

Acontecia que, por razões que não foram pesquisadas e solucionadas, alguns institutos passaram a apresentar problemas de caixa e dificuldades de desempenho. Foi quando cresceu a pressão no sentido de que se deveria juntar os seis institutos em um apenas, reunindo a legislação e os serviços, através de uma consolidação das leis de previdência.

Vieram, então, os Decretos-Leis nº 66 e nº 72, determinando este último, no seu art. 1º.

“Art. 1º — Os atuais institutos de previdência social serão unificados sob a denominação de INPS (Instituto Nacional de Previdência Social)”.

O que aconteceu, nessa ocasião, é fácil de ser imaginado. Como disse o Presidente, “eram seis pequenos lagos, cada um com seus peixes, sua vida própria e seus costumes”. Ao serem retiradas as paredes dos lagos, formou-se um mar. Um mar onde todos os peixes se reuniram, de uma lufada, atônitos, estonteados pela nova situação, buscando, na competição, abrigar-se como podiam.

A confusão foi muito grande. Era preciso preparar mesas e cadeiras, estantes, máquinas e utensílios, catalogar, distribuir, identificar processo de infração e de benefícios e conhecer as tendências do pessoal, sua capacidade e competência, estabelecer normas de serviços etc. etc.

No tocante à fiscalização, veio, com a unificação, uma turma de funcionários inadaptados, junto com os fiscais de cada Instituto, que tinham sistemas e métodos diferenciados, por atribuições específicas e próprias. Alguns tinham “cobradores” e “conferencistas”, que passavam a fiscal; outros, vinham do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social, que fora extinto); ainda outros, vinham do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar Urgente, também extinto). Chegaram tesoureiros, pela desativação da cobrança da arrecadação, que passou para a rede bancária. Para cúmulo, vieram os inspetores do trabalho, desligados do Ministério e incorporados ao INPS, provisoriamente.

Nessa ocasião, o INPS passava a contar com 18 agências, nove postos e seis hospitais, somente no Rio de Janeiro. Cada empresa tinha uma matrícula do ex-instituto. Tivemos que cadastrar todas as empresas e fornecer matrículas do INPS.

Não é difícil para qualquer pessoa avaliar a balbúrdia que ocorria. A SAF (Secretaria de Arrecadação e Fiscalização) baixou muitos atos determinando a criação de centros de treinamentos, de cursos de formação de especialistas de treinamento da fiscalização (Orientação de Serviço SAF nº 299.2, de quatro de dezembro de 1967, com anexos tratando de “técnicos de discussão”; “relações

humanas no trabalho”; “didática”; “técnicas de fiscalização”; “formulários e papéis”; “preenchimento, procedimento e movimentação”; “cadastro de empresas”; “fiscalização de pequenas, médias e grandes empresas”; “salário família”; “pontos básicos para a fiscalização”; “contabilidade e livros obrigatórios”; “salário de contribuição”; “multas”; “débitos”; “contrato de trabalho”; “salário mínimo”; “13º salário”; “quota de previdência”; “Funrural”; “Acidentes do trabalho” etc). Além de treinamentos, havia cursos por correspondência e palestras.

Não é fácil, em pouco tempo, preparar homens para o serviço de fiscalização. Ainda mais quando não há interesse do que integrou, dessa maneira, a carreira fiscal.

Nessa ocasião, extra-oficialmente e sem querer humilhar ou ofender ninguém, classificávamos a fiscalização em três categorias:

1ª) Os analfabetos de pai e mãe.

2ª) Os que não queriam nada com a fiscalização.

3ª) Os velhos, cansados e doentes.

No primeiro grupo estavam os que não tinham preparo escolar. Não conheciam as leis, o Direito, não sabiam o que era um contrato, cláusulas, prazo, rescisão, prescrição etc. De contabilidade, não sabiam o que significavam contas, débito e crédito, comprovantes, livros de escrituração etc. Não era fácil ensinar fiscalização a quem desconhecia as bases dos encargos atribuídos.

Assistimos a casos de pura ignorância, cuja culpa não era dos autores, mas de quem os levou ao lugar errado.

No segundo grupo estavam incluídos os que, ganhando pouco para tão importantes atribuições, procuravam outras formas de complementar o que percebiam no instituto. A legislação obrigava o fiscal a tempo integral e dedicação exclusiva. Mas, um deles trabalhava em um banco, em expediente normal; outro fazia “lotação”, uma forma de transporte coletivo, com preço rateado entre os passageiros; um terceiro vendia bilhetes de loteria (serviço evidentemente incompatível com a fiscalização). Finalmente, tínhamos o que era gerente de uma empresa de administração de imóveis. Para falar com ele, precisávamos ser anunciados pela secretária.

No terceiro grupo estavam os idosos. A média de idade da fiscalização, naquela época, era de 55 anos. Tínhamos fiscais que não podiam subir escadas, permanecer longo tempo de pé etc. E os fiscais doentes — tínhamos um alcoólatra. Quando sentava-se à mesa da empresa, pedia um copo d’água e a sorvia aos goles, durante o tempo que examinava a documentação da empresa.

Esse período negro para a carreira fiscal passou, felizmente. A fiscalização voltou a se enquadrar como uma carreira de altos méritos e muito conceito. Hoje, o fiscal de contribuições previdenciárias tem um elevado grau de especialização e um currículo invejável, digno da carreira que abraçou por vocação.

É lamentável, contudo, que as autoridades não estejam satisfeitas com o que aconteceu no passado e que quase desmantelou nossa fiscalização.

Nossa Anfip tem se esmerado na defesa da classe. E tem chamado a atenção para o descalabro que se pretende impor à carreira fiscal. Diz a Anfip: “É mister que cada um de nós redobre a preocupação com a eficiência e a eficácia de nossas ações, notadamente como fiscais de contribuições previdenciárias. Não

devemos conviver com a incompetência e a omissão, pois ambas podem significar a destruição de nosso grupo, a perda de nossas mais acaloradas aspirações. Nosso quadro vem sendo reduzido a cada ano. Somos quase cinco mil fiscais para cerca de dois milhões de empresas. Nós temos o maior cadastro nacional de pessoas jurídicas”.

A medida provisória nº 81, de 18 de agosto de 1989, extinguiu perto de duas mil e 500 vagas de fiscais.



A padaria

Luiz Santantonio
São Paulo, SP

Sempre que se relatam histórias sobre colegas, escolhe-se, quase que invariavelmente, aquelas que envolvem situações engraçadas ou pitorescas. O lado triste ou dramático, tão presente em nossas vidas – às vezes mais que o engraçado – é cuidadosamente contornado ou simplesmente evitado.

Roberto era, entre os colegas, uma das figuras mais exóticas: alto, macérrimo e muito desengonçado. Tudo nele oscilava; desde as dentaduras mal-ajustadas, até os ossos do esqueleto; estes, pela excessiva magreza do corpo, davam a impressão de que se fraturariam a cada movimento.

Sob aquela aparência antiestética, no entanto, ocultava-se uma inteligência lúcida, fortalecida pela mais absoluta proibidade. Aprendia com rara facilidade tudo o que se lhe ensinasse. Tal condição, em rigor, não causava surpresa, uma

vez que era formado em economia por uma das mais conceituadas universidades do País. De temperamento igualmente oscilante, não era, contudo, intratável, o que nos permitia discutir toda a sorte de questões em clima de calma relativa. Isso, infelizmente, apenas em determinadas fases de sua vida.

E para que se compreenda, afinal, a razão de ser desta narrativa, é imperativo desnudar-lhe o lado mais sombrio da personalidade: nosso colega, quando se embriagava — fato que ocorria com desagradável regularidade —, promovia os maiores escândalos, sem medir conseqüências, pois, nesses momentos, não havia nem colegas nem amigos, apenas desafetos. Quem ousasse discutir com ele, ou contrariá-lo, arriscava-se a ser arrasado pela sua verbosidade desatinada. O resultado transparece claro: a discussão gerava a rápida perda de paciência e só com muita habilidade conseguia-se evitar o pior.

Todos nós, quase sem exceção, não conseguimos conviver ao lado de uma pessoa viciada sem sermos tentados a aconselhá-la. E eu, para não fugir à regra, vivia a dar-lhe conselhos, na vã esperança de um dia ser ouvido e compreendido.

Sua resposta era uma frase do poeta Ovídio, que para ele significava, sob medida, a sua maneira de viver: “Vejo e aprovo as coisas melhores, mas sigo as piores”.

Por aí se vê que o aconselhamento sempre dava em nada. É uma grande pena que nós gravemos, para nos defender, as piores partes da sabedoria dos poetas.

Num determinado período, passamos a trabalhar em duplas. A mim coube, como “prêmio”, a companhia desse colega. Minha rotina, a partir daí, modificou-se radicalmente, porque a união de forças que facilitaria a tarefa dependia sempre do grau alcoólico em que ele se encontrava. Nos dias em que se apresentava sóbrio, tudo corria bem; naqueles em que o álcool ocupava seu lugar de honra, era obrigado a mandá-lo para casa, sob as mais diferentes desculpas. E, ainda assim, tinha que ter o máximo cuidado para não melindrá-lo. Vezes sem conta passei por maus bocados, porque ele insistia em fiscalizar, sem se dar conta que o seu estado não permitia.

Certo dia, CFE em punho, fomos a uma padaria, cujo endereço, por lamentável coincidência, era próximo ao local onde ele residia. Quando entramos, notei que o lugar lhe era familiar — o que não me agradou —, tanto que foi direto ao proprietário, chamando-o pelo nome. Constatei, pesarosamente, que era ali onde ele se abastecia de pão e leite. Como nem só de pão e leite vivem certos homens, ele se abastecia, também, daquilo que mais o desgraçava: a bebida.

Ao entrar, insistiu que deixasse por sua conta o preenchimento da notificação.

— Faço questão — afirmou, com um brilho triunfante nos olhos — de intimar esse português safado.

Essa atitude demonstrava claramente que eles já se conheciam e que o relacionamento entre ambos não deveria ser nada cordial. Feita a notificação, combinamos de voltar dali a cinco dias. Ao sairmos, nem precisei indagar o que havia acontecido, pois ele foi logo se explicando:

— Não se espante, não! Sou um velho freguês dessa padaria e, vez por outra, tomo ali os meus aperitivos. Aquele português é um safado. Compro pão e

leite... e algumas pingas, e pago por mês. Quando chega na hora de acertar as contas, dá sempre encrenca, porque ele mete a mão sem dó e marca mais do que se gasta!

E, esfregando as mãos, concluiu:

— Mas, Deus é justo e agora chegou a minha vez! (nunca entendi o que Deus tem a ver com as nossas desavenças. Mas, enfim, é dessa forma que ainda pensamos).

Pressentindo a possibilidade de um problema iminente, pedi-lhe, dadas as circunstâncias, que me deixasse fiscalizar a padaria sozinho. Após alguma relutância, acabou concordando. Aconselhei-o — mais uma vez — a não mais comprar naquela padaria, principalmente depois dessa situação. Mais uma vez, surpreendentemente, concordou.

Nos três dias subseqüentes, Roberto não apareceu. Habitado que estava com suas ausências “alcoólicas”, nada estranhei. Lá pelo quinto dia, já um pouco preocupado, recebi um recado da chefia: Roberto achava-se detido na Casa de Detenção, não se sabendo porque.

Aflito, e com a cabeça povoada de nuvens escuras, fui até lá — é difícil encontrar palavras para dizer o que se sente quando se vai visitar um colega num lugar como aquele. É algo chocante, que deprime e entristece muito. Depois de identificar-me, fui levado a uma saleta, onde me pediram que esperasse. Ali estava eu, tenso, vivendo um pesadelo horrível; suave muito, preparando-me para um encontro cujo encaminhamento era, para mim, um grande mistério.

Após algum tempo ele foi levado à minha presença, com a recomendação de que teríamos dez minutos para conversar. Entre amedrontado e confuso, levantei timidamente os olhos. Não, aquilo não era real! Eu estava sonhando e precisava acordar rapidamente. Olhei-o, parecendo-me estar diante de um D. Quixote, mas de um D. Quixote real, com marcas vivas de uma batalha também real. Sua figura, muito magra, apresentava-se encovada, sem poder manter-se em pé. Depois de sentar, seguiu-se aquele silêncio, característico dessas situações. Nem um de nós havia dito palavra; tínhamos trocado apenas um leve e mudo cumprimento. Recuperando a calma, fitei-o mais atentamente: a barba rala cobria-lhe, timidamente, algumas partes do rosto macilento. Ela não conseguia, porém, ocultar as manchas arroxeadas nem os arranhões que invadiam todas as partes do rosto. E a moldura desse rosto tristonho compunha-se da cabeleira desalinhada, marcada, ela também, por alguns pontos onde se percebia manchas de sangue coagulado.

Ali sentado, sem ânimo para me encarar, sentia-se a dificuldade que tinha em pronunciar algo; gemidos longos vinham-lhe, como naturais substitutos das palavras. Queixava-se de dores no abdômen, motivadas, segundo suas débeis palavras, pela saraivada de cotoveladas dos guardas que o prenderam. Havia, em toda a extensão do seu corpo, principalmente nos braços e pernas, manchas, calombos e pequenos cortes. Não dava para olhá-lo sem sentir uma dor muito funda, tão grandes eram os estragos físicos e morais resultantes da infeliz aventura, cuja origem ainda não sabia.

Passado o impacto inicial, pedi a ele que contasse a razão daquilo. Disse-me então que fora preso por policiais militares, **na tal padaria**, e que, em virtude de

ter apanhado muito, mas sua memória falhava na descrição dos pormenores, deixando-me em dúvida se essa falha era legítima ou fingida.

Depois da visita, procurei saber, junto à autoridade, qual era, afinal, a acusação que pesava sobre o colega. O que li deixou-me revoltado; ele fora preso, pasmem, “por tentativa de suborno”. Absurdo dos absurdos. Se estava embriagado na ocasião — e disto eu tinha certeza absoluta —, como imputar-lhe uma acusação tão absurda, tão monstruosa? Além do mais, excetuando-se o infeliz vício, nada mais se poderia atribuir-lhe de mal.

Inconformado, e após batalhar muito, obtive uma prova importante: o exame de dosagem alcoólica, que é procedimento normal nesses casos. Ao ler o laudo do exame, certifiquei-me, indignado, que no momento da prisão o grau alcoólico, constatado foi o de “embriaguês profunda”. Esse grau, para quem não sabe, situa-se num ponto perigoso para a saúde, pois bastavam mais duas ou três doses — se tanto — para o coma alcoólico, ponto esse praticamente fatal. Ele estivera, sem o saber, a um passo da morte. Não me foi difícil eliminar a acusação, à vista da prova que a própria polícia obtivera, que ao invés de servir para inocentá-lo, servira — oh, mistério indecifrável — para incriminá-lo.

No dia seguinte, retornei à padaria, cheio de curiosidade e revolta, para saber exatamente como as coisas ocorreram. Narrei ao proprietário tudo o quanto presenciara na prisão, sem economizar nas tinturas sombrias que o fato me causara.

— Pois, bem, vou contar-lhe — propôs. A seguir narrou algo mais ou menos previsível. Que o colega ali estivera bebendo e criando, pelo excesso, situações de grande mal-estar. Xingara, ofendera, ameaçara, principalmente valendo-se da sua condição de fiscal.

— Conclusão: chamei uma rádio-patrolha que fazia ponto ali perto e disse aos guardas que havia um fiscal tentando subornar-me. Os policiais bem que tentaram levá-lo em paz, mas ele reagiu com palavrões e ameaças. Finalmente, o agarraram de jeito e, aos trambolhões, colocaram-no na viatura.

Impaciente e irritado, indaguei:

— Como é que o senhor teve a coragem de acusar um homem embriagado de tentar suborná-lo? O senhor chegou a pensar no mal que isso lhe causaria? Além do mais — afirmei convictamente —, ele não tentou nada disso, não é?

Respondeu-me, contrafeito:

— Ora, isso é idéia de um amigo meu que é delegado. Ele me garantiu que a maneira mais rápida e eficiente de se livrar de um fiscal inconveniente — seja lá por que motivo for — é acusá-lo de tentativa de suborno.

— Meu Deus — pensei em voz alta —, quantas armadilhas as mentes doentias podem nos preparar, por mais que vivamos honestamente.

Pedi ao português que nunca mais fizesse isso, esclarecendo que meu colega se livrara da acusação apenas em razão do seu lamentável estado. Em condições normais, porém, as coisas não teriam sido fáceis de desfazer. Lembrei a ele, por fim, que da calúnia fica sempre um resíduo; e, embora se patenteie a inocência, a dúvida, ou pelo menos a peçonha, sempre permanece, empanando a moral do caluniado por toda a vida.

Roberto, depois dessa desastrada aventura, foi obrigado a mudar de vida.

Obrigado no sentido lato do termo, porque as cotoveladas desferidas pelos policiais afetaram-lhe os órgãos internos, principalmente o fígado; este, ao que parece, já comprometido pelos excessos alcoólicos. Daí para a frente, beber era-lhe impossível. Nas poucas e frustradas tentativas que ainda fez, antes de parar completamente, sentia-se morrer, tão terríveis eram os sintomas. Não havia mais como seguir aquele pensamento do poeta. Ainda que lhe agradasse seguir as coisas piores, seu caminho, doravante, tinha que ser, ainda que compulsoriamente, o de seguir as melhores. Assim, conduzido a novos rumos pela mão do destino que ele mesmo traçara, ainda viveu muitos anos, dedicando-se ao trabalho de reconstruir sua vida nos pontos em que ainda havia o que reconstruir.

E, para encerrar esta história, verídica, tão cheia de situações quase romancescas, por que não citar também um pensamento, só que, desta vez construtivo?

“Há homens que lutam um dia e são bons; há outros que lutam muitos dias e são melhores; há os que lutam anos e são excelentes; mas... há os que lutam toda a vida, e estes são os imprescindíveis” (Brecht)

Minha primeira missão

Salvador Paulino Dutra
Rio de Janeiro, RJ

Abril de 1938. Cuiabá, Mato Grosso
Foi onde e quando recebi a minha primeira missão como fiscal de recém-criado Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários.
Essa missão era a seguinte, nos municípios de Campo Grande, Três Lagoas, Ponta Porã, Aquidauana, Miranda, Corumbá e Porto Murtinho:

- I. implantar a rede arrecadadora das contribuições devidas ao instituto, por intermédio das agências dos Correios e Telégrafos;
- II. matricular todos os estabelecimentos recenseados, no ano anterior, pela comissão organizadora do instituto;
- III. transmitir a esses empregadores informações básicas sobre as suas obrigações para com a Previdência Social;

IV. fornecer exemplares de guias de recolhimento para doze meses e informações para o seu correto preenchimento;

V. inscrever, em cada um desses estabelecimentos matriculados, um por um, todos os empregados registrados e/ou encontrados em atividade, mediante a emissão da respectiva caderneta de contribuições.

Ao receber essa incumbência, eu tinha 20 anos de idade e estava orgulhoso por haver conquistado a posição, para a qual me qualificará através do primeiro grande concurso público de provas, de âmbito nacional, realizado no País, apelidado pela imprensa de “concurso-monstro”. Entretanto, como era natural, também estava apreensivo, por que percebia que estariam presentes vários fatores que poderiam se constituir em obstáculos ou dificuldades na sua realização, como:

- a minha inexperiência;
- aquela seria a minha primeira viagem;
- a resistência que empregadores e empregados das atividades abrangidas pelo novo órgão previdenciário poderiam desenvolver, por causa dos encargos financeiros que ele passava a representar;
- as dificuldades de comunicações do Estado;
- a situação da delegacia do instituto no Estado, que ainda não estava sequer instalada em uma sede e tinha jurisdição sobre uma área geográfica de cerca de um milhão e 200 mil quilômetros quadrados, dispondo de apenas um fiscal.

Na ocasião, porém, eu não tinha dados ou um quadro pessoal de referências para avaliar a enorme importância que o desempenho dessa missão representaria para a adequação futura das relações entre a fiscalização e os empregadores, entre a fiscalização e os agentes arrecadadores e, portanto do fluxo da arrecadação do instituto, no Estado.

Um funcionário da administração central do Instituto, o de matrícula funcional número um, engenheiro Elthron Teixeira, trouxe a Cuiabá a orientação básica, exposta oralmente, e a documentação e os materiais essenciais e indispensáveis, à implantação das atividades de arrecadação e fiscalização.

Esses materiais eram os seguintes:

Aos agentes arrecadadores

- recibo ao empregador (RE) em blocos lacrados, contendo 25 recibos em quatro vias, com cores e destinos diferentes.

Aos empregadores

- cartão de matrícula, contendo o código cadastral numérico do estabelecimento;

● guia de recolhimento (GR), na qual a metade superior continha os espaços para os dados e selos destinados ao departamento de benefícios e a metade inferior destinada aos dados e registros de interesse do departamento de arrecadação e fiscalização;

- requisição de cadernetas de contribuições.

Aos segurados

- caderneta de contribuições (CC), impressa, pré-numerada em seqüência, com as dimensões da carteira profissional, contendo os selos e contra-recibos para cinco anos de contribuições;

□ Ao fiscal

- uma pasta de couro preta, com capacidade para cinco ou seis quilos de papéis;
- uma caneta tinteiro, de boa qualidade;
- um adiantamento, denominado básico, no valor de novecentos mil réis;
- material que, à época, eu chamei de “material de sobrevivência” (nota de pagamento a funcionário e conta de despesa), destinado à cobrança, de dez em dez dias (dias 11, 21 e 1^o de cada mês), das diárias vencidas e das despesas reembolsáveis, para repor o adiantamento, à proporção que ele fosse sendo utilizado.

Esse material era relativamente volumoso, sobretudo pelas cadernetas de contribuições, mas deveria acompanhar os meus deslocamentos, pois sem ele não seria possível cumprir as determinações recebidas.

O itinerário que eu deveria seguir não foi predeterminado e também não foi marcado um prazo para o término da missão.

Havia duas alternativas para o itinerário:

I. Cuiabá – Campo Grande – Três Lagoas – Campo Grande – Ponta Porã – Campanário – Ponta Porã – Campo Grande – Aquidauana – Miranda – Porto Esperança – Corumbá – Porto Murtinho – Barranco Branco – Corumbá – Cuiabá.

II. Cuiabá – Corumbá – Porto Murtinho – Barranco Branco – Porto Esperança – Miranda – Aquidauana – Três Lagoas – Campo Grande – Ponta Porã – Campanário – Ponta Porã – Campo Grande – Cuiabá.

Com exceção de Cuiabá, sede da delegacia, todas essas localidades estão situadas na área geográfica que hoje é território do Estado de Mato Grosso do Sul e eram, naquela época, as principais dessa região.

Para cobrir esse itinerário seria necessário percorrer cerca de quatro mil e 500 quilômetros, parte através de estradas de rodagem, de terra, muito precárias, com “mata-burros” em lugar de pontes e nas quais a velocidade média de percurso dos carros não ultrapassava os 25 quilômetros por hora; parte pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de bitola estreita, leito não-calçado, cujos trens de passageiros trafegam a uma velocidade média próxima dos 30 quilômetros por hora; e parte por vias fluviais, mediante a utilização de velhos e lentos barcos (mais ou menos dez quilômetros por hora) que, apesar de tudo, eram os mais confortáveis veículos do sistema disponível.

Eu optei pela primeira alternativa, isto é, começar por Campo Grande, por duas razões:

I. era um centro de convergência de várias cidades constantes do itinerário;

II. era a localidade que tinha o maior número de estabelecimentos industriais recenseados no ano anterior.

A linha regular de transporte rodoviário para passageiros entré Cuiabá e Campo Grande havia sido estabelecida naquele ano. A empresa concessionária, Sacadura, sediada em Campo Grande, utilizava veículos com capacidade para transportar oito passageiros. A estrada de terra era mais extensa do que a atual,

asfaltada. O percurso era realizado em três dias, com dois pernoites em pontos predeterminados.

O percurso foi cumprido no tempo previsto e, assim, no terceiro dia, mais ou menos às 21 horas, a jardineira entrou na cidade, pela Rua 14, a principal da cidade, e eu fiquei simplesmente maravilhado, porque, pela primeira vez em minha vida, estava trafegando por uma via pública asfaltada, ladeada por estabelecimentos comerciais com largas vitrinas, muito bem iluminadas e muito bem arranjadas; os bares apinhados de freqüentadores e muita gente bem vestida ao longo das calçadas. Fiquei no Hotel Central, cujo nome coincidia com a sua localização e cujo preço era compatível com o valor da diária que recebia: a minha era de 15 e a do hotel, 12 mil réis.

No dia seguinte, à luz do sol, fiquei menos entusiasmado com a cidade, por causa da poeira vermelha, sempre presente no ar, e ao verificar que a única rua asfaltada era aquela pela qual o carro entrara.

Campo Grande, cognominada “Cidade Morena” está situada no planalto da serra Maracaju, a 735 metros de altitude. Tem bom clima, com a temperatura média de 24 graus. Teve progresso muito rápido. Em 1910, era um vilarejo com pouco mais de mil habitantes e, em 1938, já reivindicava a posição de cidade número um do Estado e se orgulhava de concluir a construção de três casas a cada dois dias.

Sua população era dinâmica e progressista, mas havia desenvolvido pronunciado antagonismo contra a velha capital do Estado. Já em 1932, a cidade apoiara a revolução de São Paulo, pelo desejo dominante de se separar do Estado de Mato Grosso. O cuiabano, em geral, era visto com todas aquelas “qualidades” que constituem o estereótipo do funcionário público. Esse fato poderia representar algumas dificuldades para o meu trabalho junto aos empregadores e associados. Para neutralizá-lo, procurei adotar o comportamento de não apresentar qualquer contra-argumentação quando o antagonismo viesse à tona e mostrar, durante as informações sobre o instituto, que o dinheiro das contribuições, quer do empregador, quer dos empregados, não iria para Cuiabá, mas para o Rio de Janeiro.

Não havia transporte coletivo na cidade. Apenas táxis. Mas, o mecanismo burocrático recomendado para a comprovação de despesas com táxi tornou impraticável a sua utilização. Dessa forma, toda a movimentação para a execução do trabalho, na cidade e periferia, foi efetuada a pé, com esforço adicional de carregar a pasta preta, sempre cheia de cadernetas de contribuições, imprescindíveis para a inscrição dos empregados registrados e/ou encontrados nos estabelecimentos visitados.

Mas, se os dias eram trabalhosos e cansativos, a primeira parte das noites sempre oferecia a possibilidade de um passeio na rua 14 ou uma boa sessão cinematográfica em qualquer um dos dois modernos e excelentes cinemas da cidade, então, um dos orgulhos dos campo-grandenses.

Findo o trabalho em Campo Grande, o passo seguinte.

Três Lagoas

Foi o meu batismo como passageiro de um trem de ferro.

A composição de passageiros da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no

sentido Porto Esperança-Bauru partia de Campo Grande às segundas, quartas e sextas-feiras, às oito horas da noite e chegava a Três Lagoas às oito da manhã seguinte.

A cidade era pequena, bem traçada, com ruas excepcionalmente largas, em solo arenoso. Causou-me um certo desapontamento o fato de duas das três lagoas que deram nome à cidade já terem desaparecido e, da terceira, só restarem algumas poças de água poluída.

Com a prática já adquirida, o trabalho foi rápido e, após dois dias de estada na cidade, fiz a viagem de retorno a Campo Grande, a fim de tomar as providências necessárias ao cumprimento e mais uma etapa do itinerário.

Campo Grande, Ponta Porã, Campanário; Ponta Porã, Campo Grande

Ponta Porã, no extremo sul do Estado, na fronteira com o Paraguai, na época, estava ligada a Campo Grande apenas por estrada de rodagem de terra, com a extensão aproximada de 330 quilômetros. Esse percurso era feito em cerca de 14 horas. A terra roxa que constituía o leito da estrada, no seu primeiro terço, a partir de Campo Grande, nos dias chuvosos transformava-se em atoleiro após a passagem de alguns veículos.

As cinco horas da manhã de um dia chuvoso, partimos de Campo Grande e não demorou para acontecer a primeira atolada. Descemos e liberamos o carro, no empurrão, e essa prática virou rotina até o meio-dia, quando chegamos, molhados, enlameados, cansados e famintos, ao lugar onde deveríamos ter tomado o café da manhã.

No local — Vacaria, se não me falha a memória — havia apenas um barraco de madeira, equipado com um tosco balcão e uma armação, também de madeira, em cujas prateleiras, esparsamente, havia uma garrafas de bebidas, algumas latas de sardinhas e uma réstia de cebolas. Ficou claro, desde logo, que a única refeição possível seria sardinha com rodela de cebolas cruas. Era pegar ou largar. Eu peguei. E, justiça seja feita à minha fome, pois ela temperou aquele prato com tanta perícia e tal arte que até hoje considero aquelas as sardinhas mais saborosas que o mundo já produziu.

A segunda parte da viagem ocorreu sem incidentes ou acidentes, mas chegamos a Ponta Porã com as quatro horas de atraso “conquistadas” na parte da manhã. Dos passageiros, só eu fui para o único hotel da cidade. Para meu degosto, não havia uma única vaga disponível. No mesmo imóvel funcionavam o hotel, o bar, o bilhar e o cinema da cidade. Não havia lugar algum para onde ir. Então, me ocorreu que seria melhor, se possível, dormir em cima da mesa de bilhar do que cochilar o resto da noite numa cadeira. Falei com o plantonista e ele concordou, contanto que eu me levantasse antes das seis da manhã. Cumprido o trato, consegui tomar banho, mudar a roupa e fazer a primeira refeição, convicto de que, naquele dia, não havia nenhuma perspectiva de desocupação de qualquer quarto no hotel.

A solução era seguir para Campanário, sede da Cia. Mate Laranjeira, principal empresa do município e concessionária da exploração dos extensos ervais nativos da *Ilex paraguariensis** existentes naquela região. Através do representan-

(*) Erva-mate (N do E).

te da empresa na cidade, Aral Moreira, consegui uma vaga no transporte disponível, às 17 horas daquele dia.

Na hora marcada, compareci ao local para a partida e verifiquei que o transporte era um caminhão, com a carga completa, duas passageiras na boléia e, como candidatos a viajar em cima da carga, eu e três outros.

Naquela região, nos meses de maio a julho, a temperatura pode cair a quatro graus centígrados negativos. Nos dias claros, como fora aquele, logo que o sol se põe, a temperatura começa a cair rapidamente. E foi o que aconteceu! Começou a soprar um vento gelado, cuja incidência sobre os passageiros em cima da carga era potencializada pela velocidade do caminhão.

Os meus companheiros eram da região e estavam equipados para a situação: sacaram da bagagem de mão os ponchos, meteram-se neles e, em pouco, pareciam montes de roupas com um chapéu em cima. O frio cortava e doía. Como nunca, senti, nas carnes, a relatividade da duração do tempo. Parecia que aquele caminhão não chegaria nunca ao seu destino. Mas, chegou, depois de três horas de viagem.

A cidadezinha me pareceu um primor de limpeza e ordem. Em Campanário, tudo era da Mate Laranjeira. A empresa, ali, era, em relação às pessoas que trabalhavam para ela, não apenas o patrão, mas, também, o governo.

Nessa empresa encontrei, pela primeira vez, salários mais altos que o teto do salário de contribuição, na época, de dois contos de réis. Com a pluralidade do regime previdenciário vigente, apenas parte do pessoal registrado e encontrado era do IAPI. Após dois dias de trabalho, cumpri a minha tarefa e retornei a Ponta Porã, onde realizei as operações determinadas na missão, junto à agência local dos Correios e Telégrafos e às pequenas empresas industriais da cidade.

Aquidauana e Miranda

Das cidades constantes do itinerário, estas duas eram as mais próximas uma da outra: 77 quilômetros.

Aquidauana, a 145 quilômetros de Campo Grande pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, era, então, a mais nova cidade mato-grossense: pequena, simpática e acolhedora, tinha como seu principal estabelecimento industrial a Xarqueada Rio Negro. Esse estabelecimento ficava na Fazenda Rio Negro, propriedade na qual, ao que me parece, a **TV Manchete** gravou as principais cenas pantaneiras da sua novela "Pantanal". A fazenda pertencia a descendentes de um dos fundadores da cidade, major Theodoro Paes da Silva Rondon.

Terminei o trabalho em Aquidauana numa quinta-feira, sem tempo de apanhar o trem de passageiros para Miranda, e isso significava ficar dois dias inativo em Aquidauana e, depois, dois dias inativos em Miranda. Alguém me sugeriu verificar a ocorrência de alguma composição de carga naquele dia para Miranda. Foi o que fiz. Às 21 horas, estava seguindo para aquela cidade onde, pelos meus cálculos, chegaria à meia-noite. Mas, eu não sabia que o trem de carga ia... devagar... e... sempre. Só chegamos a Miranda às quatro horas da manhã do dia seguinte, o que, na realidade, foi até bom para mim. Isso porque, na ânsia de ganhar tempo, eu não pensara no fato de que o trem, sendo de carga, a estação estaria fechada para o público e eu não teria como me transportar da estação para um hotel, sobretudo pela bagagem.

Resultado: tive que esperar, na plataforma deserta da estação, o dia amanhecer para procurar hotel.

Entretanto, o meu objetivo fora alcançado. Eu pude realizar o meu trabalho em Miranda a tempo de seguir, pelo trem de sábado, para Porto Esperança.

Cinquenta quilômetros antes de Porto Esperança, a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil entra no Pantanal. Esse trecho, de 50 quilômetros, foi o primeiro da estrada construído no território mato-grossense, em 1908.

Em 1938, Porto Esperança era o fim da linha, onde se realizava a conexão da ferrovia com a hidrovia Rio Paraguai, através do vapor “Fernandes Vieira”, que fazia a linha regular Corumbá-Porto Esperança-Corumbá.

Quem chegasse de trem a Porto Esperança com destino a Corumbá, ao embarcar no “Fernandes Vieira” sentia uma agradável sensação de desafogo: não havia poeira; o calor era atenuado pela brisa do rio; um bom banho de chuveiro era disponível e o bar do salão de refeição do barco dispunha de bebidas razoavelmente geladas.

O percurso era, normalmente, feito em doze horas. A chegada a Corumbá ocorria entre as nove e meia e dez horas da manhã seguinte ao embarque.

Chegamos à cidade na hora prevista e, do convés do barco, concordei com o apelido que lhe davam: “Cidade branca”. Corumbá ficava sobre uma formação calcária, à margem direita do rio Paraguai. O seu traçado foi planejado – tem a forma de tabuleiro de xadrez. Na época, o piso das ruas, embora sem calçamento, era firme, regular e quase branco, devido a formação, fato que potencializava a claridade do sol, levando muita gente a sentir necessidade de usar óculos escuros.

Durante a Guerra do Paraguai, a cidade sofrera ocupação militar até o dia 13 de junho de 1867, quando os paraguaios foram expulsos, treze de junho é, pois, a sua data heróica.

Até a segunda década do século, Corumbá era o maior porto fluvial do Brasil e, quiçá, do mundo. No ano de 1912, por exemplo, entraram nesse porto 142 navios, procedentes de portos brasileiros, argentinos, uruguaios e paraguaios, e 246 embarcações componentes do sistema interno de navegação do Estado, procedentes de Cuiabá, Aquidauana, Miranda, Cáceres, Porto Esperança, Coxim. A partir da conclusão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (Bauru – Porto Esperança), a importância do porto foi decrescendo e já em 1938 não era sequer um terço do que fora.

O instituto dos marítimos tinha a sua delegacia estadual nessa cidade. Havia, entretanto, em 1938, uma grande expectativa sobre a instalação, lá, da comissão mista brasileiro-boliviana para a construção da estrada de ferro ligando Corumbá a Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia. Concomitantemente, haveria a extensão dos trilhos da Noroeste até Corumbá, o que exigiria a construção de gigantesca ponte sobre rio Paraguai, em Porto Esperança.

Os estabelecimentos industriais mais importantes da localidade eram produto da sua base econômica (pecuária) e do intenso calor que afligia seus habitantes, praticamente, durante todo o ano: duas xarqueadas e a Cervejaria Corumbanense. Esta cervejaria, quase ou tão antiga quanto a Antarctica, anunciava, em 1913, que usava malte importado da Áustria e lúpulo da Alemanha; que tinha no

seu quadro de pessoal dois cervejeiros alemães; que fabricava, por ano, quatro milhões de litros de cerveja tipo pilsen; 600 mil quilos de gelo em barras e distribuía, por dia, mil litros de chope. O meu primeiro chope foi tomado em Corumbá.

Foi 1938 ano de Copa do Mundo, a Copa que consagrou Leônidas da Silva. No meu segundo domingo na cidade, ocorreu o jogo entre Brasil e Polônia. Ouvi o jogo na casa do agente do IAPC, juntamente com três funcionários do Banco do Brasil. Havíamos feito “uma vaquinha” e comprado um barrilete de chope para acompanhar a partida. Com onze gols, o chope acabou antes do jogo.

Findo o trabalho em Corumbá, a última fase a cumprir era Porto Murtinho e, na volta, descer na Xarqueada Barranco Branco.

Corumbá, Porto Murtinho, Barranco Branco; Corumbá

O trajeto Corumbá – Porto Murtinho, pelo rio Paraguai, era feito em dois dias de viagem, em barco da empresa de navegação Miguéis.

A principal indústria da localidade era uma fábrica de tanino, substância extraída do quebracho, nome de uma árvore abundante na região limítrofe entre Brasil, Paraguai e Argentina. Apressei, ao máximo, a execução do trabalho em Porto Murtinho e assim consegui voltar pelo mesmo barco até Barranco Branco, à margem do rio Paraguai, num ponto que ficava quase em frente à localidade de Fuerte Olimpio.

Essa xarqueada era de propriedade de uruguaios. Sua administração estava a par das suas obrigações previdenciárias: os descontos estavam sendo feitos e disseram-me que estavam mesmo aguardando a visita fiscal a fim de se inteirar das formalidades que deveriam cumprir para efetuar o recolhimento das contribuições já descontadas e devidas. Informaram-me, também, que tiveram problemas com um empregado que, de forma alguma, concordava com o desconto.

Trouxeram o empregado à minha presença. Procurei explicar-lhe tudo o que eu sabia sobre a sua situação de segurado obrigatório, pelo fato de ser empregado da xarqueada. Ele ouviu. Mas, ao final, disse que continuava não concordando e solicitou “suas contas” a partir daquele momento.

O resto correu muito bem. Todos os empregados foram inscritos; assisti o contador na escrituração de todas as cadernetas de contribuições e na elaboração das guias de recolhimento, já em atraso. Mas o trabalho acabou. Comecei então a me preocupar com a demora na passagem, por ali, de qualquer embarcação com destino a Corumbá. Não havia telégrafo no lugar.

Eu passava os dias com a bagagem arrumada, pronto para embarcar, e nada. Lembrei-me de Manuel Bandeira: “A única coisa a fazer é tocar um tango argentino”.

Para aproveitar o tempo, procurei aprender como funcionava o saladeiro. Era uma “linha de desmontagem” perfeita: a rês entrava viva numa ponta e terminava, na outra, dividida em todas as suas partes comercializáveis, em benefício do homem. Ao longo dessa linha, funcionavam alguns profissionais especializados, peritos no desempenho de suas tarefas, com altos salários, ganhos por unidade trabalhada. Nos meses de pique da safra, seus ganhos ultrapassavam o valor do salário máximo de contribuição vigente.

Ali, era costume dizer que do boi só se perdia o sangue, que, correndo por

uma canaleta, ia cair no rio Paraguai, a uns 150 metros do saladeiro. Acompanhei a canaleta até a barranca do rio, onde ela desembocava. Lá, encontrei nosso informado com o desconto da Previdência, pescando.

Falei com ele, enquanto observava, impressionado, a quantidade enorme de peixes atraídos pelo sangue que escorria da canaleta. Era muito fácil pescar ali. Os peixes que não interessavam eram devolvidos ao rio. Perguntei a ele por que. Ele explicou que só se interessava pelos pacus, que pretendia salgar, secar e levar para vender em Corumbá. Enquanto falava comigo, demorou-se um pouco a puxar a linha. Quando retirou o pacu fisgado, faltavam-lhe vários pedaços, abocanhados pelas piranhas.

— Olha a terrível ferocidade das piranhas.

Olhei... de fato eram terríveis os estragos feitos no pacu. Há pouco, eu havia presenciado o marreteiro, na “linha de desmontagem”, arremessar uma barresca saraivada de marretadas na testa do boi, para matá-lo.

Qual seria o adjetivo para essa ferocidade? E o pescador? O que estava fazendo com o pacu?

Em última análise, a mesma coisa que a piranha havia feito. Para ambos, o pacu era comida. Apenas diferiam os métodos utilizados para matá-lo e comê-lo. E, convenhamos, o da piranha era mais natural, rápido, direto e eficaz.

Naquele dia, finalmente, passou o barco que fazia a linha Corumbá-Porto Murtinho-Corumbá, descendo o rio em direção a Porto Murtinho. O seu nome parecia ironizar a minha situação de espera: “Éolo”.

Todavia, agora já havia a certeza de que, 48 horas depois, o barco estaria de volta e eu poderia seguir para Corumbá. Procurei a administração da empresa e solicitei uma declaração escrita, assinada pelo superintendente, de que, por absoluta falta de transporte, eu ficara retido em Barranco Branco aqueles 15 dias. Essa providência, ao me apresentar na delegacia, de volta da missão, revelou-se ter sido uma excelente lembrança.

O barco voltou de Porto Murtinho na data prevista. Na hora do embarque, lá estava também o pescador, com fardo de pacus salgados que ele pretendia vender em Corumbá.

Corumbá, Cuiabá

A viagem de volta ao ponto de partida era feita em embarcação da empresa Miguéis, através dos rios Paraguai e Cuiabá, e correspondia a um percurso de mais de mil e 200 quilômetros, dos quais cerca de mil dentro do Pantanal, no sentido sul-norte. A duração desse percurso variava com o nível das águas do rio Cuiabá, que estava muito abaixo. Por isso, o trajeto foi feito em sete dias.

De repente, descobri que havia ganho umas férias inesperadas. Estava instalado num camarote; serviam quatro refeições por dia e tinha presentes durante todo o percurso feito à luz do dia: as cenas naturais, belíssimas que o Pantanal expõe — bandos numerosos de jaburus, garças, cardeais, colhereiros... Contudo, a cena mais impressionante que vi foi uma concentração de jacarés, tão numerosa que causou espanto até nos tripulantes da embarcação, habituados a passar por aquela região anos a fio; havia centenas deles ao longo da margem baixa do rio e nos bancos de areia, à mostra, na lagoa rasa que havia após a margem.

Eu tive também tempo e clima para fazer uma detida avaliação do meu desempenho na execução do que, acima, chamei de “minha primeira missão”.

Objetivamente:

1º) todos os agentes arrecadadores dos municípios visitados foram estabelecidos e já estavam funcionando;

2º) todos os estabelecimentos recenseados no ano anterior foram matriculados e receberam as instruções e o material necessário para fazer os recolhimentos mensais das contribuições devidas ao instituto;

3º) todos os empregados registrados e/ou encontrados trabalhando nesses estabelecimentos foram devidamente inscritos, mediante a emissão das respectivas cadernetas de contribuições.

Para fazer isso, eu levava cerca de quatro meses, percorrera mais de quatro mil e 500 quilômetros e permanecera nos veículos usados cerca de 360 horas.

Durante todo o tempo encarei dificuldades, obstáculos e desconfortos encontrados e experimentados como fatos inerentes às viagens realizadas na época, por qualquer pessoa. As condições existentes no Estado eram aquelas, que só o tempo, a vontade, o esforço e a inteligência dos seus filhos poderiam modificá-las naquilo em que elas eram insatisfatórias.

É claro que havia cometido erros de previsão. Certos contratemplos e dissabores poderiam ter sido evitados, mediante providências normais e tempestivas. Mas, também, não deixa de ser verdade que, para aprender isso tudo é preciso vivenciar as situações concretas.

Pessoalmente, eu me sentia como se tivesse terminado, com êxito, um curso muito intensivo e experimental de vida e de trabalho.

Nos anos que se seguiram, até o primeiro semestre de 1946, continuei trabalhando como o único fiscal do IAPI no Estado de Mato Grosso e, pelo menos uma vez em cada um desses anos, voltei a essas cidades. E gostava, e gosto, delas.

Fui aprendendo a descobrir o que elas tinham de melhor, em termos de natureza, simplicidade de costumes; e a apreciar a cordialidade comedida, mas sincera, com que os seus habitantes distinguiam as pessoas em quem reconheciam respeito pelo que eram.

Reunião fiscal

Acyr Santos
Rio de Janeiro, RJ

Estávamos em setembro de 1949. Com o término da Segunda Guerra Mundial, as fábricas americanas e européias voltaram às suas atividades normais e, conseqüentemente, a procurar a recuperação do mercado perdido, principalmente na América do Sul.

No Brasil, a situação tornava-se difícil. Nossos industriais, notadamente os menores, não tinham condições de enfrentar a concorrência externa e muitos já estavam fechando as portas.

O reflexo do problema no IAPI tornava-se preocupante. Aumento dos pedidos de benefício e diminuição da arrecadação.

A solução encontrada foi apelar para os fiscais do Rio de Janeiro, cuja

principal atividade era a construção civil, que não tinha sido atingida, e deslocar aqueles que pudessem ajudar.

Feito o convite, mais de uma dezena de colegas colocaram-se à disposição da presidência e foram encaminhados para São Paulo.

Betarelo e Oracy chefiavam a fiscalização paulista na capital e no interior. Nossa presença foi bem aceita e em pouco tempo absorvida pelas chefias. Como todos eram veteranos e praticamente se conheciam pelo intercâmbio entre Rio e São Paulo, o trabalho tornou-se bem facilitado e os resultados favoráveis foram se acumulando, para satisfação geral.

Com a chegada do fim do ano, fomos convocados para o recesso e as reuniões se sucediam, para a troca de idéias e registro das experiências.

Certa tarde, durante um intervalo, estávamos trocando piadas e anedotas, quando surgiu o problema. Um empregador, afobado, procurava pelo fiscal que marcara encontro com ele na delegacia, mas não sabia o seu nome. Lembrava-se apenas que era alguma coisa parecida com "laranja azeda".

Em pouco tempo aquilo se tornou num tremendo quebra-cabeças. Lembrávamos de nomes e sobrenomes, mas o "laranja azeda" não aparecia. As horas iam se passando e o pobre empregador, preocupado, já não tinha mais esperança de encontrar o fiscal, quando alguém lá do fundo da sala deu o grito de eureka... Tinha se lembrado de um colega, de Jundiaí, com o sobrenome de Lima Verde. Era ele mesmo. A risada foi geral.

A partir daquele dia, o nosso amigo paulista, que por sinal era um tremendo gozador, perdeu um sobrenome respeitável para ser conhecido simplesmente como o "laranja azeda".

Sem o direito de reclamar...



Recusou-se a assinar

Antônio Carlos Barreto
Crateús, CE

O colega fiscal tinha a mania de amparar as esposas dos comerciantes casados, sobretudo as mais jovens, as quais, segundo ele, não poderiam perder as pensões dos maridos quando estes se fossem.

Aconteceu, certa vez, em um distrito do município de Quixeramobim, Ceará, por ocasião da visita fiscal do nobre e zeloso elemento do IAPC, que um comerciante um tanto abastado estava nas últimas e tinha que ser cadastrado, através de um alentado TVD (Termo de Verificação de Débito). Havia grande atraso nas contribuições e era preciso aposentar o homem, para amparar a viúva.

O colega fiscal apressava-se no trabalho de levantamento do débito relativo às contribuições necessárias à aposentadoria e o paciente agonizava. Terminada a operação, com as multiplicações das taxas de juros e de multas, feita a soma fi-

nal, o sujeito morrendo, o fiscal ainda lhe apresentou o termo para a assinatura devida. Após o último suspiro do moribundo, o fiscal escreveu sobre o traço impresso no termo: "Recusou-se a assinar".

Não sei do resultado da ocorrência. Mas, pelo que se supõe, o débito deverá ter sido cobrado, pago, aposentado o ex-segurado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes e a viúva, legalmente amparada.

Afinal de contas, a autarquia era, como ainda é, de aposentadorias e pensões.

O lobo solitário

Nélson Perez Teixeira
Belo Horizonte, MG

Após labutar por longos anos na iniciativa privada, nosso herói, por acaso, teve conhecimento da existência da realização de um concurso público federal para ingresso na carreira de fiscal de contribuições previdenciárias. Era a oportunidade que sonhara: adeus, patrões; adeus, relógio de ponto; adeus, falta de horário de saída para quaisquer fins; adeus, falta de horário para o término do trabalho etc. Quanto ao salário, nem se fala. Sonhava de olhos abertos, certo de que se realizaria, neste item, o que redundaria em segurança para a sua família.

Era capaz e sabia lutar com todas as forças para atingir um ideal.

Preparou-se, deixando de lado festas, diversões, televisão e mil coisas mais.

O esforço foi compensado com a aprovação e classificação para o estágio preparatório necessário ao início das atividades.

Para não perder o emprego, entrou em férias e se dedicou de corpo e alma a superar aquele novo desafio.

Seu coração batia descompassadamente e a mente fervilhava com planos, metas e idéias.

No período de aulas teóricas, foi bombardeado com legislações e matérias novas, um verdadeiro massacre cerebral. Pensava, em face do que foi anunciado, que se não assimilasse todo aquele novo conhecimento não seria nomeado ou aproveitado. Surpreso, ao concluir a etapa, verificou que todos tinham passado, embora nem todos estivessem num mesmo nível. Sopraram-lhe então no ouvido que aquela guerra de nervos era necessária, mas a ordem era para ninguém ser reprovado.

Deveria submeter-se à etapa seguinte, de experiência funcional, que consistia em acompanhar um fiscal de pasta, com outro ou outros aprovados no mesmo concurso, para obtenção do traquejo fiscal.

Outras surpresas: período mínimo para tal vivência, inclusive em decorrência de notificações de débito que teve que emitir; empresas de pequeno porte e com longo período a ser fiscalizado, criando dificuldades para os escritórios de contabilidade, com o comparecimento de mais de uma dupla ou trio de fiscais, pois normalmente possuem apenas um empregado para atender a todos os fiscais, de forma atabalhoada, incompleta e durante apenas parte do dia.

Aí, nosso herói teve contato com a primeira realidade:

“A Previdência Social não tem o necessário alicerce legal ou mecanismos punitivos para exigir uma conduta mais participativa, profissional e responsável por parte dos escritórios de contabilidade. Os mesmos são em sua maioria desorganizados, não possuem local nem empregados especializados para atendimento às necessidades fiscais, colocando ainda em último plano, para fins de recepção, os fiscais previdenciários”.

Pensou então: se tal ocorrência é crônica e antiga, porque não se combate de frente tal irregularidade, somente se fiscalizando nas empresas e arbitrando os débitos?

Trocando idéias com alguns fiscais em exercício, foi-lhe dito: “Raramente se encontra um empregador nas empresas. O empregador, na maioria das vezes, nenhum preparo ou conhecimento possui, delegando tudo para os contadores. Aferição indireta, nem pensar, por falta de uma legislação específica e objetiva e, se tomar tal atitude, cairá no ridículo, interna e externamente”.

Após completarem a fiscalização de algumas empresas, sem terem vivência de fiscalização em atividades de construção civil, serviço público, bancos, grandes empresas, prestadoras e tomadoras de serviços, clubes e associações desportivas e inúmeras outras atividades, todos, sem exceção, foram considerados aptos para o início dos trabalhos normais individuais.

Colocando a razão acima da emoção, nosso herói raciocinou: não me sinto preparado, como acho honestamente que nenhum outro colega também está. Entretanto, a administração deve estar sabendo o que está fazendo e seja o que Deus quiser.

O início num grupo fiscal foi curto e grosso: “Volte amanhã para apanhar a carga de trabalho, pois não tivemos tempo de separá-la e relacioná-la”.

No dia seguinte, uma nova surpresa na entrega da carga: um monte de formulários numerados, para conservar em casa, sob o máximo cuidado — não podem sujar, ser rasgados e mil outras recomendações, como se tais impressos valessem ouro; um monte de impressos complementares; um monte de CFE (cadastro fiscal de empresas) e processos, malconservados, relacionados para o trabalho em várias empresas de diversos ramos de atividades, a maioria sem fiscalização anterior ou outros dados.

Indagando sutilmente sobre a desatualização das fichas, a resposta foi: “O fiscal deve aprender a se virar, deve ir ao local ou procurar as empresas dentro da localidade, pois esta é a sua função”.

Hoje, felizmente, em face do início da informatização no órgão, o quadro não é tão cruel.

Levando para casa, de táxi, aquele enorme volume de fichas e processos e impressos numerados tão recomendados, e com a resposta obtida no grupo fiscal ainda retumbando no ouvido, nosso herói sentiu na própria pele a segunda revelação:

“O fiscal é um lobo solitário, que deve trabalhar em terreno alheio, cheio de espinhos e armadilhas, sem contar com uma retaguarda confiável”.

Após examinar a carga, não tecnicamente, mas por intuição, separou duas fichas: uma construtora de pequeno porte, com várias obras, e um hospital. Em ambos poderia demonstrar serviço e capacidade, pois fora esclarecido no treinamento teórico que o bom fiscal é o que levanta débitos suplementares.

Nas empresas escolhidas, na certa iria encontrar recolhimentos relativos a pseudo-segurados autônomos.

Buscou as anotações pessoais e a legislação previdenciária que tinha adquirido, encontrando: **Autônomo** — Aquele que exerce habitualmente e por conta própria atividade profissional remunerada; **Empregado** — Pessoa física que presta serviço subordinado a empregador, mediante salário.

Para apresentar no final do mês uma melhor produção, resolveu fiscalizar simultaneamente a duas empresas, pois os departamentos de pessoal funcionavam em horários diversos e de forma reduzida, para melhor aproveitar os empregados.

Estava certo. O volume de autônomos e prestadores de serviço assim considerados era maior que o número de empregados registrados. Examinou documento por documento, visou-os, fez mil e uma anotações. Em dado momento, surgiram-lhe questões novas: pagamento sob rubricas estranhas, fornecimento de alimentação e transporte — o que poderia ser considerado na legislação trabalhista como “salário *in natura*”. Também havia subempregadas e o número mínimo de empregados que trabalhavam em determinadas obras não lhe convencia quanto à real mão-de-obra empregada, nem existia uma variedade de profissionais. Existia construção civil de pontes, estradas, reformas, com e sem contrato, com e sem alvará ou metragem de obra.

À medida que fazia anotações, mais e mais difícil se tornava conseguir os documentos: estavam desaparecidos ou extraviados, não sabiam onde estavam,

pediam tempo para procurá-los. O livro diário sem copiar, prática que é adotada pela maioria das empresas, era outro problema crescente.

Com os elementos já disponíveis, o nosso lobo solitário começou a meditar e a ruminar. Não se sentindo seguro, resolveu pedir ajuda aos amigos e a outros colegas fiscais mais experientes, não procurando o chefe do grupo, em face do primeiro contato, já relatado, e pelo fato de que o mesmo nenhuma vivência possuía. Ficaria marcado para fins de viagens e inclusão em juntas fiscais consideradas como de castigo, se usasse as vias corretas.

Os palpites e as opiniões eram diversos e conflitantes. Pensou: não há uma diretriz sobre a matéria no órgão? Segurado autônomo consta da legislação previdenciária, unificada em 1960.

Alguns desestimularam a procura às chefias superiores, informando:

“Chefia no serviço público não é escolhida, por competência. Pode-se verificar que muitos ocupam tais cargos sem experiência de ação fiscal direta ou de outras vivências. São cargos de confiança, onde prevalece o interesse político ou um ciclo de amizades”.

A Previdência, por comodismo ou despreparo dos seus representantes, não procurou aperfeiçoar a legislação, principalmente sobre aferição indireta, salário de contribuição direto ou indireto, salário de benefício, construção civil em suas diversas formas, apropriação indébita, prescrição e decadência e outros, e nem tem uma jurisprudência própria aceita pelo Poder Judiciário. O Poder Judiciário e os órgãos recursais da própria Previdência decidem cada caso, às vezes de forma controversa, dependendo da empresa e da forma como for conduzido o processo, sem respeitar as decisões, orientações e diretrizes emanadas pela instituições, utilizando-se, na maioria das vezes, de legislação comparada.

Aquilo calou fundo no coração do nosso herói, lobo solitário, que voltou para casa mais solitário ainda.

Entretanto, ele tinha garra, personalidade e, acima de tudo, queria ser um representante eficaz e interessado da instituição.

Resolveu agir de acordo com sua interpretação pessoal do disposto na legislação seca, seguindo as rígidas orientações do setor de treinamento do órgão.

Trabalhou em casa, como todos os fiscais responsáveis, 15 horas por dia. Depois de alguns dias, já estava com as notificações datilografadas em sua velha máquina sem recursos, acompanhadas de relatórios e quadros discriminativos enormes, onde justificava cada ato e o embasamento legal, mês a mês.

Preparou-se para a entrega do débito diretamente ao proprietário.

No primeiro dia, tomou um chá de cadeira, não conseguindo o contato necessário. Marcou a volta para o dia seguinte. Desta vez, teve mais sorte. Os diretores pediram para ver as notificações e os relatórios, fazendo perguntas capciosas e sarcásticas. Por fim, disseram, parecendo orientados pela mesma pessoa:

— Temos conhecimento, através de fiscais e ex-fiscais mais gabaritados, de que este débito não poderia ser notificado e que o mesmo já nasceu morto. Não vamos recebê-lo. Encaminhe-o pelos Correios.

Perdera dois dias para a entrega, cumprindo norma do instituto, e sabia que não teria qualquer compensação a respeito, em face das frias instruções existentes no órgão.

No dia seguinte, bem cedo, já preparando uma nova fiscalização, expediu a notificação pelos Correios, com aviso de recebimento, correndo por sua conta a despesa, que não foi pouca. Antes de receber o primeiro salário, estava assumindo despesas que entendia ser de competência do órgão: aquisição de livros, legislação comparada, despesas com remessa postal, confecção de carimbo, plastificação da sua carteira funcional e outras.

Procura saber a partir de quando correrá o prazo para defesa e fica sabendo que é a partir da entrega da notificação, fato que será comprovado pelo AR, que retornará à instituição pelas vias normais. Se este AR for extraviado, não tem a instituição condições de caracterizar a entrega da notificação. O caminho é longo e torna vulnerável tal processamento.

Quer o nosso lobo solitário, por questão de princípios, acompanhar tais processos, fato que a instituição não se preocupa em informar rotineiramente.

Chegou a AR na seção própria, o que foi um alívio. Soube da protocolização da defesa, com pedido de novo prazo para anexação de novos documentos.

O tempo foi passando...

Após alguns anos, recebe o processo para manifestar-se sobre a defesa e alegações de que o fiscal extrapolou em sua missão. Busca-se tumultuar o processo, criando dificuldades para seu manuseio, em face do volume de anexos.

Há necessidade de se verificar os originais na empresa, autenticando-os, e outras pesquisas são necessárias. Recebem-no com o máximo de má-vontade e desinteresse, já que sabem que a notificação com defesa não é considerada como débito para fins de emissão de certidões negativas de débito.

Não é dado ao notificante o prazo necessário para uma perfeita análise.

Volta o processo à região fiscal, para emissão da decisão sobre a notificação. Tal fato demora meses.

Após anos, volta o processo para nova manifestação, seguindo em grau de recurso à junta de recursos da Previdência Social. Aquele colegiado volta o processo para nova pesquisa, determinando seja efetuada por outro fiscal que não o notificante, o que entende ser um desprestígio para o fiscal e para a instituição.

O tempo vai passando, com recursos e mais recursos, até que um dia recebe a notícia: "Através de ação judicial, foi a notificação cancelada ou anulada".

oOo

Anos depois, o nosso lobo solitário, conversando numa roda de amigos, desabafava:

— Estou triste, mas meu processo obsessivo agora está em paz. É justo, numa Previdência Social, onde deve haver, como princípio básico, igualdade de direitos e tratamentos, existir débitos iguais, uns sendo mantidos e outros cancelados, administrativamente ou judicialmente? Se a empresa recorre, fica sem pagar. Entretanto, inúmeras outras empresas, seguindo orientação do instituto, que julga ser séria e correta, paga e não recebe devolução ou nem é orientada para não mais pagar. Será que a Previdência Social nunca vai completar a maioria, ouvindo na base os problemas e as dificuldades através de fiscais e pessoas sérias e interessadas na aplicação da justiça social? Será que a instituição nunca vai lutar para o aperfeiçoamento da legislação, procurando sanar os defeitos que já duram decênios, ficando no aguardo de iniciativas apenas de terceiros e políticos?

Desabafou novamente após uma pausa:

— Reconheço que os anos passaram, que meus cabelos ficaram grisalhos de tantas pancadas e dificuldades, mas me orgulho de continuar a ser um lobo solitário, em paz com minha consciência. Sei que outros lobos solitários existem em nossa associação de classe, calados, sem meios de uivar bem alto. Nossos colegas da Receita Federal podem ser os leões. Mas, no fundo, bem no fundo do meu coração, ainda espero evoluir e alcançar a condição apenas de lobo e, juntamente com todos os colegas, orgulhosamente pertencer a classe dos lobos previdenciários.

O revólver

Manoel Varella Rodrigues Filho
Belo Horizonte, MG

No ano de 1969, dirigia-me à cidade de Arcos, Minas Gerais, em objeto de serviço, quando, no ônibus em que eu viajava, por volta das oito horas da manhã, em um trecho ermo, foram avistados dois homens, um acuado junto a um morro e o outro de revólver em punho.

O local era deserto e aqueles dois homens, um apontando a arma para o outro, despertaram a curiosidade dos passageiros.

O motorista, vendo aquela cena, estacionou o veículo e, com autorização dos passageiros, dirigiu-se às duas pessoas, para inteirar-se do assunto (naquela ocasião, não havia assaltos a ônibus). Ele aproximou-se com cuidado dos dois homens e foi informado, pelo que estava armado, que o outro era um ladrão.

O motorista, com a concordância dos passageiros, convidou-os a embarcar no ônibus, com a finalidade de, na primeira oportunidade, confiá-los à polícia para as providências cabíveis.

No decorrer da viagem, após a apreensão do revólver pelo motorista, a vítima passou a relatar o que havia ocorrido. Disse que a pessoa a quem estava “prendendo” o procurara, em seu casebre, solicitando abrigo e alimentação. Por piedade, deu-lhe teto e comida. Em compensação, o abrigado, sorratamente, dirigiu-se ao terreiro, furtou algumas galinhas e fugiu, deixando-o furioso. Até que, em buscas realizadas, encontrou o ladrão naquele local, rendeu-o e ficou à espera de ajuda.

O ladrão foi colocado na primeira poltrona do ônibus, juntamente com outro passageiro e sob as vistas de outros mais. Num determinado trecho da rodovia, um passageiro que residia nas imediações informou que iria desembarcar. O ônibus parou e o ladrão, aproveitando a distração dos passageiros — menos a do motorista —, tentou escapulir. Quando já se encontrava na porta, com um dos pés já na estrada, o motorista, num salto cinematográfico, saiu do seu assento e o agarrou quando já tentava uma corrida.

Daí para frente, a viagem transcorreu sem maiores novidades, até que foi encontrada a polícia. Foi contada toda a história e entregues o ladrão, a vítima e a arma.

Ao ser examinado o revólver, o policial deu um sorriso, deixando todos os passageiros surpresos e curiosos, sem saber porque ele assim agira.

Sentindo a curiosidade geral, o policial informou:

— O revólver está sem balas, enferrujado e só serve mesmo para o ferro-velho.

Felizmente para a vítima, o ladrão não sabia...

O fiscal Joãozinho e o CRI

Luiz Rocha Sobrinho
Campina Grande, PB

Na campanha da CRI (Comunicação de Registro de Infração), os fiscais da 2ª Região Fiscal de Campina Grande, Paraíba, se derramaram pelas comunas interioranas.

Havia no nosso grupo um fiscal, conhecido como Joãozinho, portador de pequeno defeito de respiração, um cacoete incômodo para ele e desagradável para seus companheiros.

Estávamos na cidade de Junco do Seridó e Joãozinho procurou dona Maria Antônia, proprietária do bar-restaurante bem situado à margem direita da BR-230.

Convém frisar que dona Maria estava em débito para com a Previdência e constava seu nome na carga fiscal de Joãozinho.

Então, começou a parte principal e cômica.

Joãozinho, batendo palminhas, fungando e gaguejando, disse:

– Dona Maria, eu quero ver o seu CRI.

Ela, espantada, olhou-o de relance e retrucou:

– Você não é besta não, cabra safado? Quem é você pra ver meu CRI?

– Eu sou um agente fiscal da Previdência, e estou em campanha para examinar o CRI de todos os devedores da Previdência Social, respondeu o fiscal.

– Pois saia já daqui, seu cachorro! Fora da minha casa, se não vai apanhar!

– Mas, dona Maria, eu só quero ver seu CRI... CRI.

– Pra fora! Sou mulher de respeito e meu CRI só mostro ao meu marido e de noite...

Depois disso, o agente fiscal escafedeu-se, procurando asilo no posto Fiscal do Estado, na margem oposta da BR-230.

O drama de uma viagem

Edivaldo Nilson Moraes Esteves
Belém, PA

Manhã cedo. À entrada do prédio, ante um “bom-dia”, o colega fiscal que dirigia a divisão de fiscalização transmitia: “Viagem autorizada. Arrume-se”. O ato administrativo havia sido publicado. A determinação superior requeria urgência. Finalidade: proceder à fiscalização de empresas, arrecadar contribuições e pagar benefícios. O dever à prova. Uma rotina habitual no interior do Estado, amparada em instruções.

O adiantamento, em espécie, para as despesas “encontra-se na tesouraria”, exclamava o chefe. Mantinha-se assim o rito burocrático inicial das viagens no extinto IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes), na década de 1950.

Não havia escolha de localidade ao sabor de provável conforto. O deslocamento fiscal era inadiável. A instabilidade de transporte a dia e hora certos deveria ser superada pelo próprio, à conta de uma autorização administrativa de passagem paga “à boca de cofre”.

A irresponsabilidade à iniciativa não encontraria guarida e nem tampouco apoio ante uma chefia carente de “relacionamento humano”. A consequência provável seria a punição.

Ciente, e célere, de imediato chegou à casa. O deslocamento ocorreria por via aérea, em dia determinado à condição de tempo. Até isso! Tudo se resumia em dificuldades. A alternativa seria o voo no dia seguinte, cedinho. A notícia em casa apressou a mulher do fiscal. Já experiente, dentro de algum tempo, ao canto de uma sala, já deixara a maleta arrumada. Incumbia-lhe, também, sobraçar e conduzir um volumoso pacote que continha documentos e papéis. No âmbito doméstico, não menos, analisavam-se providências, plenamente justificadas, para uma ausência de 30 dias.

O destino do fiscal do IAPC seria, no sul do Estado do Pará, uma cidade, dentre outras, que, a princípio, não deixaria tranqüilo quem quer que fosse. A fama de violenta por ela ostentada — aliás, ainda hoje, embora de forma mais moderada — moldava a caráter a luta decorrente de problemas fundiários. Cidade do Araguaia.

Durante as horas de voo da capital do Estado, a viagem se fez sentir tranqüila no antigo Catalina, avião usado na região pela extinta Pan Air do Brasil. Rodovia, nem pensar... Até porque não existia.

Localidade inóspita e sem a mínima infra-estrutura, àquela altura mergulhava na falta de energia e na comunicação deficiente. Continuavam as dificuldades.

Havia plena consciência do sacrifício por parte do fiscal. Confortava-lhe, porém, pensar em chegar próximo a seres humanos necessitados e satisfazer-lhes as necessidades mais prementes. Ainda assim, não seria tudo.

Esforçava-se sempre o instituto em manter um correspondente, elemento capaz de representá-lo satisfatoriamente e manter-se, sobretudo, honestamente. Não soube, no entanto, o correspondente local conduzir-se dessa forma e o resultado fora o alcance financeiro em que se envolvera, custando-lhe o afastamento da função. Com tal fato, uma revolta local se fez sentir contra a imagem e a sigla do instituto.

A notícia da chegada do fiscal não conseguiu arrefecer os ânimos. Beneficiários — com pagamento de seus benefícios atrasado — e proprietários do comércio, ludibriados pela má ação do representante, encontravam-se francamente hostis. Para o fiscal, criado estava um drama, pelo qual ainda não havia passado.

Pensou. E usou da estratégia de procurar hospedagem em uma humilde “casa de refeições” bem distante do centro da cidade — até mesmo por falta de hotel qualificado. Quietou-se então a melhores observações. Não deu outra: A população toda, em pouco mais de dois dias, já se encontrava ciente, por confirmado, da presença do fiscal na cidade. Ele tinha uma função a desempenhar e um dever a cumprir.

Chegavam notícias de que a população “queria a cabeça do fiscal”. O me-

do, o temor, infundiu-se-lhe na cuca. Ainda não seria tudo em uma cidade afamada por “crimes de encomenda”, onde pistoleiros de aluguel não se fazem de rogados para liquidar um ser humano.

Sabia o fiscal estar tranqüilo ao se equilibrar no desempenho de uma ação social e na própria experiência. Mas associava-se ao seu temor, ainda para ampliar seu drama, o risco da malária e da febre amarela, que não raro, diariamente, justificava e emissão de um atestado de óbito. Enquanto à noite se protegia dos mosquitos, durante o dia se autopoliciaava.

A falta grave cometida pelo correspondente mantinha a população em clima inamistoso, acirrado pelo boato de que ao fiscal assistia o direito de fiscalizar e, ato contínuo, exigir o imediato pagamento, em dinheiro, das contribuições. A consequência foi um boicote à ação fiscalizadora. Combinaram os proprietários manter totalmente ou semicerradas as portas de seus estabelecimentos. E, seguidamente, “botar o fiscal para correr”. Instalado em um poste público, um alto-falante acirrava ainda mais os ânimos e resumia represálias outras contra o fiscal.

Temeroso, angustiado, manteve-se o agente na expectativa. Preocupado e abatido numa cidade dada à violência, assistia ao tempo correr. Tinha pressa. Pensava como sair daquela. Como reverter tal situação. Até o sono se tornara inconciliável à noite. Para azucrinar ainda mais, assomava-lhe ao pensamento e à visão a figura de um provável pistoleiro, à sua espreita na esquina. Oh Deus... Exclamações de tal natureza faziam parte de suas orações. A inquietude chegava-lhe ao extremo. Retroceder não poderia: deixar de cumprir sua missão, jamais. Afinal de contas, estava investido de uma autoridade em uma função de direito.

Pensava: o pagamento a pensionistas e a aposentados trar-lhe-ia tranqüilidade espiritual e minoraria sofrimentos de beneficiários carentes, certamente.

Já nos limites de raciocínio, esgotado, acorreu-lhe ir às autoridades locais. Mas, tanto o juiz como o prefeito de há muito se encontravam ausentes. E certamente o substituto teria suas razões de ordem política para não deixar de desmerecer o apoio local.

Acentuava-se o drama vivido. Em desespero, última cartada, o fiscal foi ao encontro do pároco. De preparo e nível, foi fácil a este observar a angústia do visitante. Dentre afirmativas, estava a da disposição do alto-falante instalado no topo da igreja. Sem dúvida, poderoso auxiliar. Até porque, à autoridade parquial sobra força e respeito.

Combinaram-se os dois — fiscal e padre — a explorar um diálogo franco e esclarecedor com a população sobre a abrangência das finalidades da Previdência Social, sobre justificativas e providências tomadas em relação ao ex-correspondente, e sobre autorização de que estava investido o fiscal para pagamento dos beneficiários. A leitura de alguns itens da legislação seria também de interesse salutar quanto a direitos e amparos. E assim ocorreu.

E, logo, pouco mais de quatro dias, o clima antes hostil cedeu à forma do agradável. Graças a Deus exclamava o fiscal. O outrora agressivo alto-falante, por sua vez, submetia-se à cordialidade de seu locutor. Consequências imediatas para melhor se fizeram sentir.

Depreendia-se um gosto de vitória. A reversibilidade inesperada. Vitória de ambos: da igreja e a do fiscal. De desânimo quase total à euforia. Igualou-se ao

que se toma dizer: “Água fria na fervura”. Comerciantes e fiscal aproximaram-se. A todos o fiscal dispensava considerações e ouvia com atenção, ao estilo de um psicólogo prático. Ao locutor, antes instigante, também um crédito de vitória. Até parecia um sonho...

A propósito, por ser mês de junho, verão firme na região, como tradição se realizavam na cidade as denominadas “brincadeiras de pássaros e bois-bumbás”, manifestação folclórica da qual a população participava em praça pública. Ao fiscal não fora esquecido um cordial e prazeroso convite da parte de comerciantes e beneficiários. Ótima e irrecusável oportunidade de poder definitivamente entrelaçar uma inabalável amizade, pensava consigo o fiscal.

Em torno de grupos formados e amesendados, comerciantes e interessados comentavam, a seu modo, falhas, deficiências e acertos de uma administração. E, nesse momento, o inesperado aconteceu: um dos participantes, falante e desinibido, ao fiscal externou, em nome da população, entre outras referências, e de “muito obrigado”, com desculpas e reconhecimento. Houve a retribuição, a ponto de, até onde foi possível o fiscal ter de conter a emoção. Dentre muitos abraços, sinceros votos de que muito tempo não haveria de se passar e ele pudesse, assim, estar de volta à cidade do Araguaia. E que um povo amigo estaria à sua espera... Um final feliz.

Uma viagem difícil

José Tibúrcio Tabosa
Caruaru, PE

Tendo ingressado na fiscalização do então IAPAS em 1981, mais precisamente em 29 de setembro, as tarefas que tinha desempenhado até julho de 1990 tiveram lugar em Caruaru, município sede de minhas atividades, ou em área circunvizinha, num raio de aproximadamente 150 quilômetros, no agreste pernambucano. Os deslocamentos quase todos se fizeram na comodidade de meu carro, em vias de fácil acesso. Uma vez ou outra que me ausentei desta região, em objeto de serviço, foi para rápidas estadas, como fiscal plantonista, nas agências de Serra Talhada, Salgueiro e Petrolina. As viagens a essas cidades sertanejas não me causaram maiores transtornos, considerando-se que, não obstante as distâncias que as separam da minha sede de trabalho, são servidas por

ônibus que regularmente trafegam pela BR-232, que lhes dá acesso, dos quais me utilizei nessas andanças.

Em suma, não conhecia eu ainda as agruras e os atropelos de uma longa e penosa viagem, com dificuldades que se sobrepõem quando não se conhece a região e, mais ainda, quando, por descaso ou irresponsabilidade de uma empresa de transporte, se é induzido a cometer erros nesse deslocamento.

Os preparativos

Em começo de julho próximo passado, chegando a Recife, sede da região fiscal a que sou vinculado, ao entregar a produção do mês anterior entre outras tarefas recebi um difícil encargo: fiscalizar a Prefeitura de Triunfo, cidade que conhecia apenas de nome e que me dava a vaga impressão de ser um desses pequeninos lugarejos encravados no tórrido e inóspido sertão nordestino. Peguei a ficha, entre outras de empresas aqui mesmo de Caruaru, e guardei-as na pasta, depois de assinar o documento de controle de material.

Onde mesmo é que se localiza essa cidade?

Pela única referência que tive, paradoxalmente se tratava de uma cidade sertaneja de clima frio. Uma colega, a título de gracejo, aconselhou que eu levasse bastante lençóis. Vejam só.

Quando cheguei em casa, antes mesmo de qualquer contato com esposa e filhos, a primeira providência foi correr para o quarto, onde mantenho um improvisado escritório, nele dispondo de mapas e globo terrestre, dos quais me utilizo nas horas vagas, percorrendo-os com o dedo indicador em riste, como se estivesse a conhecer cidades e regiões. Desta feita, de posse do mapa de Pernambuco, avidamente o percorri, no intuito de localizar a dita cidade, o que fazia com a atenção voltada para a parte ocidental, onde fica o Sertão. Pronto! Localizado o município! Até que não foi tão difícil. Ficava numa das divisões da região denominada de Sertão do Pajeú, próximo a Serra Talhada, cidade que eu já conhecia um pouco, até mesmo por já ter estado lá uma vez, em objeto de serviço, e por cujo terminal em outras ocasiões passei com destino a outras paragens. Assim, tomaria o ônibus para aquela cidade e, para chegar ao meu destino final, seguiria num desses veículos, aqui denominados de "lotação", normalmente Toyotas, Caravans, Jipes ou Rurais, bastante comuns no Nordeste como meio de ligação das pequenas cidades às de médio porte, muitos deles apresentando-se em estado deplorável, depreciados pelo contínuo uso no transporte de passageiros e bugigangas de feirantes matutos. Viajar num desses meios de transporte normalmente significa grande perda de tempo. Logo no ponto de partida, o motorista se demora bastante a gritar o nome da cidade de destino e a interceptar transeuntes, no afã de angariar o maior número possível de passageiros. Não satisfeito, ao partir, o condutor ainda dá diversas voltas pela cidade, à cata de um ou outro passageiro que acaso se aventure a vir se espremer entre os tantos que já superlotam o carro e algumas vezes até mesmo a disputar espaço com galinhas, quando não com animais de maior porte, como bodes, carneiros e porcos.

Mesmo que assim fosse, o importante era chegar.

Início da viagem

Já que seria praticamente de um dia o tempo despendido na viagem, minha vontade era seguir logo no domingo, poupando a segunda-feira para o início dos

trabalhos. Entretanto, estando com visitas em casa — um desses parentes, ou contraparentes vindo de longe — só me foi possível viajar na segunda.

Arrumada a mala, coisa que minha esposa faz atentando para uma série de detalhes que possivelmente se me passariam despercebidos, segui para o terminal rodoviário, como primeiro ponto de apoio para atingir Serra Talhada, trampolim para o meu destino final. Chegando ao terminal às sete horas da manhã, dirigi-me ao guichê da empresa transportadora, onde obtive informações de que o ônibus para Serra Talhada, vindo de Recife, passaria ali por volta das oito horas. Fiquei a esperar, pacientemente sentado num dos lugares de um longo banco feito de cimento armado que margeia as lojinhas enfileiradas por trás dos guichês.

A primeira surpresa

Assim, esperava eu o transporte quando inesperadamente aporta no terminal um outro ônibus, da mesma empresa, em cuja fachada frontal, para minha alegria, lia-se como local de destino a palavra **Triunfo**. Quando o avistei, tive um sobressalto. Mais fácil não poderia ser! Como não pensei que houvesse linha direta para Triunfo? Mas, tudo bem. O importante é que daqui para frente tudo seria facilitado, na utilização de um só transporte, tornando-se cômoda a viagem.

Seria isso mesmo?

Primeiros contratempos

Pegando a mala, mais que depressa introduzi-me no ônibus. Depois de acomodar a bagagem no local a esse fim destinado, sentei-me numa cadeira em meio a algumas que se encontravam vazias. O ônibus era um desses pingas-pingas que, ao simples aceno de passageiros, estão a parar, para fazê-los subir ou descer, seja em áreas urbanas ou à beira de estrada. Mas, para quem esperava o pior, tudo bem.

Depois de algumas rápidas paradas, chegamos a Belo Jardim, em cujo terminal rodoviário, numa lanchonete, foi servido o café da manhã, necessário aos passageiros que empreendiam viagem há mais tempo, além de naturalmente, ao motorista e cobrador. Por determinação dos responsáveis pelo ônibus, enquanto o mesmo ali permaneceu teve que ficar fechado, sendo obrigados todos os passageiros a descer. Depois de algum tempo, já havíamos retornado à pista, seguindo viagem normalmente.

Considerando que ao atingirmos o horário de almoço estaríamos à altura de Arcoverde, calculava eu que talvez aí seria servida a refeição, até mesmo pelas condições de cidade de médio porte, centro comercial, conhecida como a porta de entrada do Sertão. Depois de um longo trecho de estrada esburacada, logo após a cidade de Pesqueira, onde o asfalto cedeu lugar a imensas crateras, chegamos a Arcoverde quando já passava um pouco do meio-dia. Mas, ao contrário do que previ, a parada aí foi rápida, o suficiente apenas para eu ir rapidamente ao banheiro e comprar um pacotinho de biscoitos, cuja maior utilidade só vim ver depois.

Deixando a cidade, sem que houvésemos almoçado e sem nenhuma indicação de quando isso viesse a acontecer, o ônibus embarafustou-se pelo Sertão, desta feita prosseguindo viagem com mais rapidez, tanto em face de a estrada aí se encontrar relativamente conservada, como em virtude de, tratando-se de região pouco habitada, as paradas quase que cessarem. Da janela viam-se apenas longas

chapadas de chão duro e ressequido, apresentando aqui e acolá ralos ajuntamentos de pequenos arbustos, afora alguns aveloses que se enfileiravam, compondo as cercas que guardavam aquelas propriedades, as quais, dadas as condições de solo e clima de lugar, dão-nos a clara impressão de que, ao contrário do que disse o Caminha, ali em se plantando nada dá.

Rápida estada em Sertânia e já estávamos estrada afora, sem que houvesse nenhuma parada que eventualmente se destinasse a almoço. E olhem que já passavam das duas horas da tarde! Não fosse o pacotinho de biscoito, já teria desmaiado de fome.

Mais uma surpresa

Tentando quebrar a monotonia da viagem, aproximei-me do cobrador, perguntando-lhe a que distância ainda estávamos de Triunfo. A resposta, menos orientativa no sentido de que eu melhor me situasse naquele desértico Sertão, foi a que eu menos esperava, causando-me até um certo sobressalto:

— Este ônibus não vai pra Triunfo, não — respondeu-me secamente o meu interlocutor, sem me dar muita atenção.

— Não vai? — insisti, apavorado.

— Só vai até Flores. Não está subindo a serra, não.

Ué, se era para ficar no meio do caminho, eu teria ido por Serra Talhada, como havia inicialmente programado. Irritado, tive ímpeto de discutir com os responsáveis pelo ônibus, mostrando-lhes a desorganização e falta de atenção da empresa para com os usuários daquele meio de transporte. Se o mesmo não ia para Triunfo, por que então deixar que nele se indique essa cidade como local de destino?

Mas, pensando bem, àquela altura, distante de tudo e de todos, essa minha repentina reação por certo cairia no vazio, como voz solitária clamando no deserto. Melhor mesmo seria evitar atrito com qualquer daqueles que, contingencialmente, se tornaram meus companheiros de viagem. Voltando-me novamente para o cobrador, quis dele saber onde finalmente seria a parada para almoço, ao que ele me respondeu:

— No ponto final, em Flores.

Iguaraci, Afogados da Ingazeira, Carnaíba e algumas vilas ou povoados iam sendo paradas obrigatórias, afora umas outras à beira da estrada, a mando de passageiros, porém todas elas bastante rápidas. Finalmente, quando os ponteiros do relógio marcavam mais de três horas da tarde, um dos passageiros gentilmente me informou que a próxima cidade seria Flores, o que me fez respirar mais que aliviado.

Rodados mais alguns quilômetros e já deixávamos a via principal, entrando à esquerda. Na periferia da pequena cidade vislumbra-se uma pequena construção, de um só pavimento, com dois ou três locais destinados a estacionamento de ônibus que por ali trafegam. A custo, lia-se na fachada principal “Terminal Rodoviário de Flores”. Devia-se a dificuldade em decifrar a inscrição ao fato de muitas das letras ali superpostas terem sido arrancadas ou destruídas em parte, provavelmente por um desses vândalos destruidores do patrimônio público.

Foi aí que descemos.

Uma parte da viagem estava concluída, a maior, por sinal. Agora, restava

pegar uma condução qualquer que me levasse até Triunfo. Antes, porém, tinha que procurar um restaurante onde pudesse comer qualquer coisa. Indagando de um transeunte onde ficava o restaurante, récebi a informação, não muito favorável, de que por ali não existia nenhum, não. Foi assim que, como medida mais prática, e para não me afastar muito do local, dirigi-me a uma pequena mercearia localizada nas imediações, onde tive como improvisado almoço um guaraná com pão e queijo.

Transporte difícil

Enquanto fazia aquele rápido lanche, perguntei ao proprietário da bodega como eu devia fazer para tomar transporte para Triunfo, ao que ele me respondeu que, àquela altura, era muito difícil uma condução pra aquelas bandas, acrescentando:

— A caçamba da prefeitura de lá acabou de passar; se vosmecê tivesse chegado mais cedo...

Viajar em caminhões-caçamba talvez não fosse o ideal, nem o usual. Entretanto, dadas as condições em que ali me encontrava, não me via com direito a opções que não a de seguir viagem de qualquer jeito. Pior mesmo era ter que ficar postado à espera de um transporte que talvez nem viesse a aparecer.

Assim estava eu ali, desolado e pessimista, quando se aproximaram do local dois homens e uma mulher, aparentemente nítidos sinais de que também se propunham a viajar, o que se poderia notar não somente pela atenção que lhes despertava qualquer veículo que assomava nas imediações, como pelos apetrechos que conduziam, e de que normalmente se utilizam os nordestinos do interior em suas andanças, como pequenas sacolas e sacos amarrados pela boca. Indagando deles para onde iam, um senhor de meia idade, meio tagarela, foi logo dizendo que pretendiam ir para Triunfo. Sabendo que este também era o meu destino, ele foi logo procurando me tranquilizar, dizendo que um fulano de tal, amigo seu, que vive do ofício de transportar passageiros, não tardava em passar com destino àquela cidade.

A informação, dada com tanta segurança, até que me trouxe certa animação, que entretanto foi-se arrefecendo à proporção que o tempo ia passando. Dos veículos que por ali passavam, nenhum se destinava a Triunfo. Ao contrário, ao simples aceno que se lhes fazia, motoristas e passageiros iam logo gritando:

— Vai pra Serra.

Pensava eu que a “Serra” seria uma vila ou povoado naquelas imediações, talvez até em meio ao caminho de Triunfo, que, pelo que já ouvia falar, era uma cidade de elevada altitude. Depois foi que vim a perceber que a “Serra” a que se referiam era Serra Talhada, o que me fez mais uma vez lamentar: teria seguido num desses transportes até Serra Talhada. De lá tudo ficava mais fácil, até mesmo para dormir, se fosse o caso.

Mesmo assim, o senhor tagarela ainda se mostrava otimista, à espera de seu amigo passar ali. Decorrido mais algum tempo, eis que, finalmente, se aproxima do local um minicaminhão, cujos ocupantes, para meu alívio, gritavam a uma só voz: Triunfo! Triunfo! Triunfo! Ainda não era o amigo do meu companheiro, mas todos, inclusive ele, imediatamente subimos na carroceria do caminhão, exceção apenas da mulher, que se acomodou mais confortavelmente na boléia,

por indicação do seu marido, com o que todos nós, cavalheirescamente, concordamos.

Imediatamente, demos partida. Tomou o veículo uma estrada asfaltada, no caso a continuação da que utilizamos até a chegada a Flores. Aproveitando-se do bom estado em que se encontrava a pista, o motorista desenvolvia alta velocidade, o que fazia com que o vento, em fortes lufadas, se abatesse sobre o rosto de todos que viajávamos na carroceria. Com receio de que meus óculos fossem lançados fora, tirei-os do rosto, passando a conduzi-los na mão direita, enquanto que com a esquerda firmemente me segurava na grade dianteira, contígua à cabine.

Daí a algum tempo, o caminhão diminuía bruscamente a velocidade para deixar a pista de asfalto e, à direita, embrenhar-se para uma estrada de terra que, em alguns lugares, mal dava para passar um veículo de cada vez, de tão estreita que era. Mais um pouco e começamos a subida da serra, que mais tarde vim a saber chamar-se serra do Brocotó.

Triunfo situa-se em região de altitude bem elevada em relação às terras circunvizinhas, o que faz com que seu clima seja frio e predomine o verde na vegetação, contrastando com o semi-árido que caracteriza o Sertão como um todo. Se o acesso a essa cidade através de Serra Talhada, em via asfaltada, já é bastante íngreme, atingi-la por onde fomos significava escalar a serra pela sua encosta mais escarpada, a isso acrescentando-se agravantes como o tipo de estrada e a falta de segurança dos carros velhos que por ali trafegam.

A diminuta velocidade do caminhão estava adequada à subida da serra, estando a inclinação do terreno e a sinuosidade da estrada sempre a exigir do motorista atenção redobrada no aprumo do veículo e destreza na constante troca de marchas. Confesso que, não obstante o condutor mostrar afinidade com aquela situação, comecei a sentir um certo medo, uma vez que sempre que uma marcha era trocada, além de um ligeiro solavanco no veículo ouvia-se um barulho estranho, como o de barras de ferro que se chocavam. Como nenhum outro passageiro se importava com aquilo, talvez não fosse nada de mais, pensei. Coisa de carro velho.

Assim foi o caminhãozinho subindo a serra quando, já em posição bastante elevada, divisando-se a imensa planície que ficava para trás, eis que numa dessas trocas de marcha o barulho foi bem maior, agora seguindo-se um ruído ainda mais estranho, como o de um arrastar de ferros pelo chão. A coisa foi tanta, que o motorista resolveu parar. Começou todo mundo a descer, uns sem entender aquela situação, outros com ares de entendidos ou curiosos.

Ainda bem que nesse ponto, como que por milagre, a estrada se apresentava um tanto larga, e quase plana, como um minúsculo tabuleiro em meio às escarpas da serra. Existia ali até uma poça d'água tomando a estrada, de um lado recebendo as águas límpidas de um regato para, do outro lado, despejá-las serra abaixo. Justamente em cima dessa poça o carro parou.

Feito o diagnóstico da situação, o motorista, seguido de alguns passageiros com ares de entendidos, disse tratar-se de quebra da cruzeta, o que fez com que se soltasse a barra de direção.

O jeito mesmo era ficarmos ali; novamente a depender de um outro transporte que acaso aparecesse no local e nos levasse até nosso destino final.

O sol já declinava no horizonte, os pássaros a chilrear, se agasalhando nas árvores próximas, e a nossa situação ia permanecendo cada vez mais indefinida, embora o nosso companheiro tagarela mantivesse acesa sua esperança de que seu amigo ainda passasse ali, livrando-nos do contratempo. De repente, ouviu-se, à distância, o roncar do motor de um carro. Não tardou a aparecer, numa das curvas da estrada, bem abaixo, um caminhão carregado de uma certa substância de cor preta, que ainda não se podia ver do que se tratava. Aproximando-se o veículo vi que o mesmo conduzia um carregamento de estrume. Rapidamente, todos nós, inclusive a mulher, subimos na carga, tendo eu o cuidado de me sentar sobre a mala, evitando não me sujar tanto.

Até que, enfim, chegamos a Triunfo, já ao anoitecer. Tendo o caminhão nos deixado no início da cidade, onde o motorista ficou a discutir preço com um pretendente comprador da carga, a única dificuldade que tive a partir daí foi carregar a pesada mala por um bom tempo, até encontrar o primeiro hotel onde pudesse me hospedar.

Hotelzinho simples, de nome Pousada Brisa da Serra. Tendo me alojado no primeiro quarto, à direita de quem entra, fui obrigado a pedir transferência para um outro aposento que não exalasse tanta umidade do cimento frio como aquele.

No outro dia — não sei se em virtude do clima do lugar, a que não estava acostumado —, sentia muito frio, seguindo-se um início de febre, que me obrigou a ir à farmácia comprar uns comprimidos. A dona do hotel, uma jovem senhora vinda de Recife, onde estudou assuntos ligados à somatologia, disse que a reação seria algo sintomático, decorrente do medo que eu tive ao subir a serra.

Na próxima viagem, vou ter mais cuidado ao pegar transporte.



Quem fala o que quer, ouve o que não quer

José Romualdo Quintão
Belo Horizonte, MG

Convocado pela Superintendência Regional do IAPAS em Minas Gerais para reativar a inspetoria regional, tive a oportunidade de promover auditagens em várias agências da Previdência Social, no Estado.

As tarefas de rotina consistiam em verificar, nos órgãos locais, o cumprimento das normas, a eficiência funcional, observando as falhas existentes, a fim de apresentar sugestões e recomendações para saná-las.

Na agência em Patrocínio, fui instalado na sala destinada ao serviço de arrecadação. Em dado momento, observei que a única servidora presente se levantou e foi atender a uma pessoa que se aproximara do balcão. Pela conversação inicial, senti que a parte interessada estava querendo regularizar uma construção

civil particular. Em razão das controvertidas informações passadas pela servidora, notei que ela não dominava bem o assunto.

Com um discreto gesto, chamei-a e perguntei se ela fora treinada para aquele setor ou se estava apenas cobrindo a falta da servidora responsável pela seção. Informei a ela sobre minha condição funcional. Disse ainda que, se permitisse, eu poderia prestar os esclarecimentos necessários. Ela deu um sorriso de alívio e aceitou meus préstimos.

Examinada a documentação, verifiquei que o livro de registro de empregados não estava registrado na Delegacia Regional do Trabalho. Além disso, constata-se quotas de salário-família em excesso. Conseqüentemente, a guia de recolhimento apresentava saldo a favor do proprietário.

Pedi ao interessado para se aproximar e apurei que se tratava de um preposto. Informei a ele que a documentação ficaria retida para procedimento fiscal e, se tudo estivesse correto, no dia seguinte liberaria o certificado de quitação.

Após a retirada da parte interessada do recinto da agência, dirigi-me ao cartório de registro civil, identifiquei-me e solicitei ao titular que confrontasse os dados registrados nas fichas de controle de quotas de salário-família com os constantes dos livros de registro de nascimentos. Não houve surpresas: com exceção de um registro, todos os outros eram fictícios.

No dia seguinte, notifiquei o proprietário para que me apresentasse cópias de todas as certidões de nascimento. Se não fossem apresentadas, a documentação seria apreendida e encaminhada à região fiscal, para as providências cabíveis. Logicamente, as certidões não apareceram.

Necessitando de numerário para atender às minhas necessidades básicas, peguei uma carona com o chefe do serviço financeiro até a agência local do Banco do Brasil. Lá chegando nos posicionamos na fila. Enquanto aguardávamos nossa vez, estava sendo atendido pela caixa o preposto que deu origem a este relato. Sem se dar conta da minha presença, ele comentou:

— Tem um fiscal na agência do INPS danado de bravo...

Antes que ele prosseguisse com o assunto, bati-lhe às costas e disse:

— E ele está bem atrás de você; não precisa se acautelar, que ele não morde.

O dito cujo levou um susto e saiu desapontado do banco. Antes, teve de ouvir as gozações dos presentes.

Vamos fechar o estabelecimento industrial?

Lecy Nunes de Souza
Rio de Janeiro, RJ

Vamos fechar o estabelecimento industrial?

Esta a pergunta que me foi feita por um colega de junta fiscal que me acompanhava na fiscalização a uma indústria.

Ele fora recentemente readaptado como fiscal. Trabalhava como auxiliar de tesoureiro e ainda não possuía experiência necessária para tratar sobre assuntos fiscais com o contribuinte. Pensava ele que, ao usarmos a força que nos facultava a lei, todos os problemas poderiam ser equacionados entre o fisco e contribuinte.

Na boa expressão, um neófito no trato com empresários que não aceitava dialogar sobre documentos a serem apresentados por proprietários de estabelecimentos.

Dirigimo-nos a uma indústria de aproximadamente 120 empregados, localizada num dos bairros de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, cujo nome pedimos vênha para omitir por questão de ética fiscal.

Ao lá chegarmos, fomos recebidos pelo guarda, pessoa que se passava por importante, de voz grossa, semblante fechado e de poucas palavras, que foi imediatamente ao assunto:

– Assunto fiscal, o patrão mandou dizer que só com o doutor advogado. Nem ele resolve.

Perguntei:

– Quem é o doutor? – Onde está localizado seu escritório? – Como poderemos entrar em contato com ele?

Respondeu o guarda:

– Ah, isso eu não sei; cumpro apenas ordem. Esse assunto é melhor resolver com o patrão, que deve chegar dentro de uma hora.

O colega tornou-se impaciente e palavras ásperas foram trocadas com o referido guarda, o que me conduziu a uma situação muito difícil. Estavam já às portas das vias de fato. Dizia o colega, em alta voz:

– Nós vamos fechar esta indústria e você ficará sem emprego; nós temos autoridade para isso; olhe minha carteira de fiscal, com a tarja verde-amarela.

Dizia mais:

– Nós vamos chamar a polícia e de qualquer maneira conseguiremos fazer o nosso trabalho.

Porém, no auge da discussão, aproximou-se um senhor de cabelos grisalhos, com aproximadamente 60 anos de idade. Dirigiu-se ao guarda e interrogou?

– O que está acontecendo? – Do escritório ouço este forte bate-boca. O que há de anormal?

Neste momento, tomei da palavra e expus a nossa missão, que era de paz; queríamos apenas cumprir o nosso dever. Éramos fiscais da Previdência Social, perfeitamente investidos de poderes para fiscalizar a empresa. O referido senhor se apresentou como contador da firma pediu desculpas pelo incidente e acrescentou:

– Nós somos obrigados a proceder desta maneira, pois temos sido vítimas daqueles que se dizem fiscais e na realidade não o são. Vêm com a finalidade precípua de levar dinheiro.

Ele se dirigiu novamente ao guarda:

– Deixe-os entrar; estes são fiscais verdadeiros.

Depois de algumas palavras explicativas, pedimos os documentos e passamos a examiná-los.

Não era tarefa para um ou dois dias, tendo em conta o porte da indústria. Todavia, o primeiro passo fora dado e também a animosidade quebrada.

Passamos cerca de dez dias para chegar ao término dos trabalhos fiscais. Tudo se mostrava muito confuso – as folhas de pagamento eram semanais e não apresentavam os totais; o diário não se encontrava atualizado; as guias de recolhimento (hoje DARPs) estavam fora de ordem; os recibos de prestação de serviço incompletos; salário-família sem as fichas devidamente preenchidas. Enfim, uma série de irregularidades que dificultava nossa tarefa.

No segundo dia, fomos recebidos pelo principal sócio, que nos informou sobre a crise pela qual passava a indústria. Pediu-nos benevolência. Em resposta, informamos que, dentro da lei, faríamos o máximo para atendê-lo.

Após estes entendimentos, mudou-se o semblante do colega, que imaginava em cada comerciante um grande sonegador, inimigo da Previdência Social e sempre com desejo de prejudicá-la.

Dentro do possível, procuramos ser gentis e corteses, sem, contudo, perder nossa autoridade fiscal.

Disse-me o colega, quando nos encontrávamos na metade do trabalho:

— Nunes, você é um autêntico diplomata. Você conseguiu levá-los na conversa e obteve tudo que precisávamos para exercer a ação fiscal.

Fiz-lhe ver que eu também, algumas vezes, pensei como ele. Todavia, os anos me ensinaram o melhor caminho, o da humildade. Não é pela violência ou agressão que se consegue as coisas, mas pela estrada do entendimento. Ser educado é nossa obrigação. Porém, jamais compactuaremos com erros ou omissões; fatos que prejudiquem a Previdência Social.

Analisados todos os elementos, foi-nos possível chegar ao término do nosso trabalho sem conseqüências desagradáveis. Apuramos os valores que a empresa devia ao INPS e transmitimos ao principal sócio todas as informações sobre as providências a serem tomadas concernentes ao débito, entre elas a possibilidade de um parcelamento. Concedemos ainda um prazo razoável para que os documentos que se encontravam em desacordo fossem devidamente ordenados.

Dois anos depois, por imposição do dever, retornei à mesma empresa e acompanhado do colega que me ajudara por ocasião da primeira visita. Desta vez, fomos bem recebidos. Não houve atritos e logo os elementos solicitados foram exibidos pela indústria.

Ela solicitara parcelamento do débito apurado e naquele mês quitava a última parcela. Sua situação financeira melhorara, bem como sua escrita estava em ordem.

Na segunda visita, levamos metade do tempo que havíamos dispendido na primeira verificação.

Tudo em ordem, o contribuinte em dia com os seus pagamentos e missão cumprida, graças à boa filosofia de fiscalização por nós empreendida.

Só com este pensamento é-nos possível vencer a barreira que ainda existe, lamentavelmente, entre comerciantes e os agentes do fisco.

Finalmente, exclamou o colega:

— O estabelecimento industrial continuará aberto graças a você Nunes, que soube bem conduzir a ação fiscal.

Coube-me explicar-lhe que não graças a mim, mas ao bom senso que deve sempre prevalecer entre nós (fiscais), quando encontrarmos situações semelhantes.

Escreveu, não leu...

Francisco Luiz Erichsen
Curitiba, PR



fiscal de iniciais T.F.R., no ano de 1982, prestou informação em requerimento protocolado no instituto, cuja transcrição, na íntegra, é a seguinte:
“Sr. Chefe do Grupo Fiscal nº 5

i – A tefetida emptesa tecolheu suas conrtibuições do tefetido segutado aré 11/77, esrando quires com as conrtibuições.

Cutiba, digo cutiriba”

(Carimbo e assinatura do FCP)

Interpelado pelo fiscal E.C.C., seu chefe de grupo, sobre as razões da informação prestada – se se tratava de simples brincadeira com assunto para o qual deveria ser dispensada a devida seriedade –, o autor da informação justificou-se

esclarecendo que, no dia em que informou sobre o protocolo, permaneceu atendendo no plantão além do horário do expediente. Com as luzes já acesas e a vista cansada, elaborou a informação, não a leu e assinou-a embaixo.

Passados alguns dias, o fiscal A.L.S.J., chefe de outro grupo fiscal, muito gozador, esclareceu que inverteu as teclas "R" e "T" de sua máquina, a qual foi utilizada para a informação em destaque.

Convencimento estranho

Dirceu Baldassari Xavier Leal
Niterói, RJ

Eu e o colega José Pires de Carvalho Sobrinho, que pertencíamos à Região Fiscal nº 1 (sede em Niterói, Rio de Janeiro), fomos destacados para a realização de fiscalização de construção civil em Maricá, especialmente no distrito de Itaipuaçu.

Dentre muitos levantamentos feitos, um se destacou pelos acontecimentos que o seguiram.

Em certa manhã do mês de fevereiro de 1971, vivia a região fiscal a sua rotina, quando surgiu, devidamente fardado, um coronel do Exército, o qual, depois de ser informado, sentou-se à mesa do chefe da região, fiscal Evaldo Alves de Paula Antunes.

Cumprimentaram-se e conversaram algum tempo. O embaraço do chefe Evaldo era evidente e notório. Homem nervoso por natureza, quando alguma coisa fazia com que a adrenalina jorrasse em sua corrente sanguínea ele corava e gaguejava.

Não dava para ouvir o que conversavam. Era indubitável, contudo, que o saudoso chefe passava por momentos nada agradáveis. Positivamente, não lhe fazia bem o diálogo com aquele homem fardado, com suas “gemadas” produzindo reflexos diferentes à luz do sol daquela inesquecível e diferente manhã de verão.

Cá de trás, eu, alguns fiscais e funcionários procurávamos desvender o mistério. Não atinávamos para as razões que teriam dado causa àquela honrosa e surpreendente visita.

Era mais do que natural que estivéssemos intrigados, porque, àquele tempo, não era usual ver-se oficiais militares das três armas fardados em vias públicas ou no interior de repartições civis.

Desconheço se havia ordens superiores nesse sentido; mas posso afirmar que só se via oficiais fardados, fora dos estabelecimentos militares, em dias de solenidades públicas.

Acreditei que o Exército tivesse abolido lições que recebi, até mesmo do atual ministro do Exército, general Carlos Tinoco Ribeiro Gomes, que foi meu tenente no NPOR, anexo ao 3º RI, de 1948 a 1950, segundo as quais os subordinados eram proibidos de se sentar à frente, em condução, de algum superior.

A regra no mínimo caducou, pois os oficiais militares, pelo fato de adotarem vestimenta comum não podiam mais ser distinguidos nos veículos de transportes.

Mas, nada adiantava ficarmos fazendo conjecturas sobre o fato estranho. O grande negócio era esperar o término daquela importante visita.

E isso não demorou muito. Após abrir a sua pasta e dela retirar documentos, que exibiu ao chefe Evaldo, o coronel levou mais alguns minutos de conversa e se despediu. Para retirar-se, passaria forçosamente por nós. E o fez com garbo e elegância. O largo sorriso com que cumprimentava denotava imensa satisfação. **E que conquistara a vitória.**

Nossa curiosidade estava em ebulição. Fomos logo ao chefe Evaldo para saber “o que pegava”. E ele contou que o coronel estava aborrecidíssimo porque eu, o pobre do Dirceu, havia efetuado levantamento sobre a construção de sua casa em Maricá e que ele nada devia, uma vez que fizera contrato com construtor, que assumira a responsabilidade pelos recolhimentos do INPS.

Instruíra-o, então, o chefe Evaldo, que fizesse defesa escrita e lhe levasse, com os respectivos documentos, pois que o erro seria reparado.

Pior, foi que o chefe Evaldo falou-me em tom de repreensão, apesar de minha consciência funcional não me acusar, pois, nos casos de casas de veraneio, cujas obras não possuíam ficha (CFE), era normal o levantamento em nome dos proprietários, a estes competindo, se fosse o caso, provar a construção por empreiteira.

Não tardou e veio a já esperada defesa, e através dela era pedida a anulação da NRVD nº 093 029/030, “**em função de uma fiscalização mais adequada, por fiscal mais cuidadoso**”.

Dita defesa esclareceu que a proprietária, logo “empresa”, era a sra. Maria di Giorgio Magina (e não Maria Dijorge Magira, como constara na NRDV). Até aí, nada demais. Porém:

- a) a defesa foi datilografada em papel timbrado do Exército;
- b) veio em termos epistolares (em forma de ofício), e não em estilo propriamente de requerimento administrativo;
- c) veio assinada por ela, e por seu esposo, que fez questão de destacar ser o “coronel do Exército ativo Fernando Mangia”.

A vinda do coronel à região fiscal, literalmente fardado, poderia ter sido interpretada como uma homenagem à instituição; porém a defesa em papel timbrado do Exército, desenganadamente, transpirava a intenção de intimidar.

Numa época pouco tranquilizadora, quando todos estavam sob suspeita, tanto quanto expostos às “denúncias anônimas”, e nesta razão passíveis de ser envolvidos pelos chamados “serviços secretos”, o prático teria sido convencer-me de que o Sr. coronel estava com a razão, e que sua esposa nada estava a dever à Previdência Social.

Até porque, à defesa juntara contrato de empreitada parcial, datado de 1º de janeiro de 1966, segundo o qual o construtor, Norival Sardinha da Silva, matrícula 17.027-00160/63, se encarregou da construção, pelo preço de quatro mil e quinhentos cruzeiros novos, sob sua responsabilidade ficando a mão-de-obra e as obrigações fiscais, inclusive INPS.

Todavia, por amor à minha função, optei por correr os riscos e assim foi feito.

O período da obra foi de fevereiro a novembro de 1966, antes, portanto, do advento do Decreto-Lei nº 66/66, que criou o princípio da solidariedade do proprietário para com o construtor.

Vale dizer, a prevalecer o contrato, não teria como a Previdência Social cobrar da esposa do Sr. coronel, as contribuições respectivas.

Era importante, pois, mergulhar na essência do contrato, tido como assinado em 1º de janeiro de 1966.

Não estava registrado no cartório de títulos e documentos. Sendo, como era, um contrato particular, podia ter recusada sua eficácia, pois, no caso, o órgão da Previdência tinha a condição de terceiro. Mas isso não impedia seu registro posterior, ou seja, sua regularização.

Eu jurava por todos os santos que aquele contrato não era legítimo; mas não bastava sentir. Era preciso provar. E consegui, depois de pacientes pesquisas, uma vez que o contrato era supostamente de 1966 e estávamos em 1971.

Reexaminei minha coleção de publicações da Gráfica Auriverde e numa delas constatei que o cruzeiro novo havia sido criado pelo presidente Castelo Branco em 13 de novembro de 1965, através do Decreto-Lei nº 1, regulamentado pelo Decreto nº 60.190, de oito de fevereiro de 1967. Estabelecia o artigo primeiro que sua vigência (do cruzeiro novo) seria estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional, que o fixou para 1º de março de 1967.

Ora, isto provava que o malfadado contrato era **antedatado**, pois o preço da empreitada fora estipulado em moeda ainda inexistente naquele tempo.

Tem mais: em 1º de janeiro de 1966, também não existia ainda o INPS, que seria criado pelo Decreto-Lei nº 72, de 21 de novembro daquele ano, para começar a existência jurídica em 1º de janeiro de 1968.

Minha alma estava lavada, embora perdurasse o receio de sofrer represálias pela linha que segui.

Eis o desfecho do caso:

Em virtude de incorreções no nome da proprietária, e bem assim na área da construção, que na verdade era maior, anulei a NRDV nº 093 029/030 e lavrei a de nº 101 593/594, em valor superior. Sugeri providências criminais contra ele.

Depois que o Sr. coronel tomou conhecimento dos meus trabalhos, nunca mais compareceu ao Instituto. Sua mulher foi quem se apresentava, havendo assinado a nova NRDV, pedido parcelamento de débito (agora em papel timbrado do Instituto) e recolhido o que devia.

Foi exatamente assim que as coisas se passaram. Para quem desejar checar, bastará manusear o Processo nº 122 300, de Niterói.



Fiscalização em Jacareí

José Antônio Cuco Pereira
Moji das Cruzes, SP

Nos idos dos anos 70, morando na Cidade de Moji das Cruzes, fui convocado para prestar serviço na cidade de Jacareí. No último dia de serviço nessa localidade, compareci a uma indústria, que fabricava meias, para cumprir requisição de diligência.

Após tocar a campainha, fui atendido por um senhor, através de uma janela localizada no andar de cima. Mediante minha identificação, fui muito maltratado. Disse o referido senhor que o contador não se encontrava, que não podia dar informação e fechou imediatamente a janela, não se dignando sequer a me atender à porta.

Como se tratava de meu último dia de serviço na cidade de Jacareí, muito aborrecido relatei os fatos a minha chefia e deixei de cumprir a RD.

Passados mais ou menos dois a três meses do ocorrido, recebi a determinação do chefe da região fiscal de São José dos Campos de me apresentar para uma missão especial. Comparecendo, fui cientificado de que comandaria uma equipe de mais ou menos dez fiscais, a maioria pertencente ao Ministério do Trabalho, para verificar a denúncia de que havia empregados sem registro numa indústria, mas que tal fato deveria ser anunciado aos colegas somente na hora da fiscalização.

Ao receber a CFE, qual não foi minha surpresa: a indústria era a mesma que não me atendera para simples informação de RD.

Já antevendo as dificuldades, no dia seguinte, logo cedo, comparecemos ao local. Distribuí estrategicamente os colegas, só ficando com dois ao meu lado. Os outros se posicionaram no bar e em um estacionamento de veículos pegado à indústria, cujo terreno ia de rua a rua.

Acionando a campanha, fui novamente atendido pelo mesmo senhor, na mesma janela e com as mesmas desculpas. Após troca de palavras, fiz ver a ele que se tratava de um comando fiscal e que queria ser atendido pela porta e não pela janela.

Como ele estava demorando muito para abrir a porta, curiosamente olhei por uma fresta de um portão localizado bem em frente ao corredor e percebi que vários empregados estavam correndo para os fundos da indústria, que fazia divisa com um terreno baldio.

Incontinenti, pus-me a correr, juntamente com mais dois colegas, através do terreno que servia de estacionamento para alcançar os fundos da empresa. Qual não foi nossa surpresa ao ver que alguns empregados já se encontravam em cima do muro, prontos para pular. Tiveram que retornar ao interior da indústria, diante da pronta ação da fiscalização.

Deixei os dois colegas vigiando o local e, retornando, adentrei a empresa, indo diretamente ao escritório, para verificar a documentação, enquanto os demais colegas percorriam as dependências para relacionar os empregados.

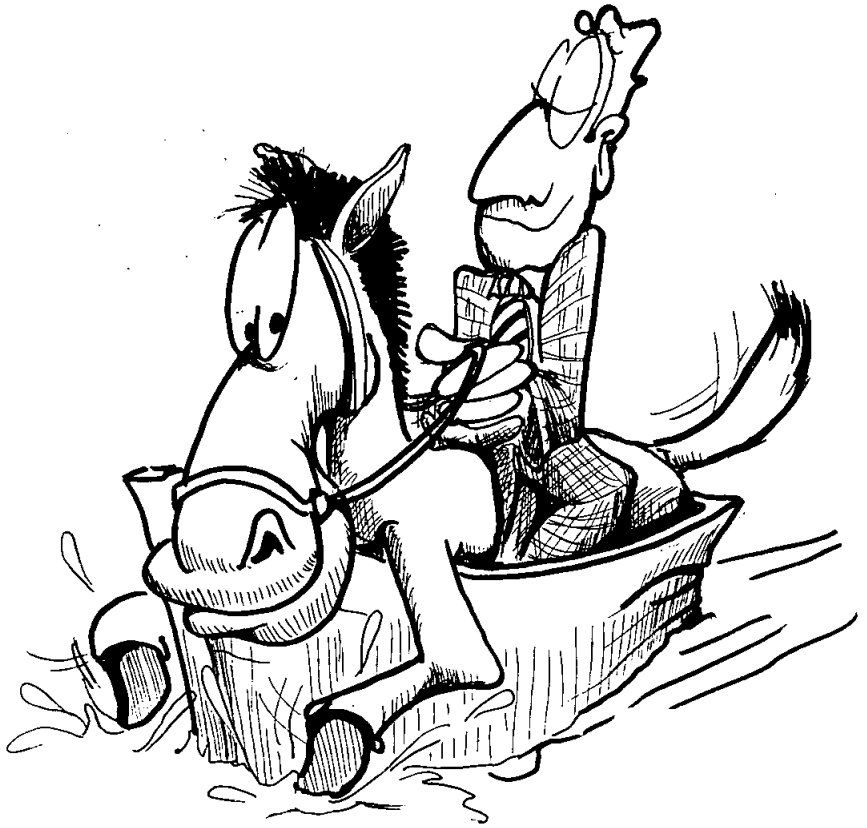
Relacionando-os — inclusive o senhor que nos havia tratado mal anteriormente —, procedemos ao confronto com as fichas de registro de empregados e constatamos que tal senhor não estava registrado, porque era um segurado, aposentado por invalidez, além de mais duas empregadas.

Não me conformei. Por que todo aquele espetáculo anterior? Perguntei aos meus colegas se haviam percorrido todas as dependências da empresa e obtive resposta afirmativa. Resolvi, então, sair a campo. Fui percorrendo dependência por dependência. Aquelas que se encontravam fechadas, determinava que fossem abertas.

Em dado momento, ao passar por um corredor, avistei, através de uma porta de tela, uma sala grande, onde havia várias caixas de papelão, de tamanho avantajado. Parei e, observando o local, tive a impressão de que uma das caixas se movimentara. Entrei e fui de encontro às caixas, para saber do seu conteúdo. Que surpresa agradável! Cada caixa estava recheada com duas ou três empregadas sem registro. Nunca vira, até então, dezenas de mulheres saírem de caixas de papelão. Eram justamente elas que, para fugir do fisco, em obediência a ordens superiores, tentavam pular o muro da indústria.

Relacionamos as funcionárias uma a uma, colhemos suas assinaturas na RIS e procedemos à lavratura do competente auto de infração, onde foram discriminados mais de 30 empregados sem registro, entre eles aquele senhor que se encontrava em gozo de aposentadoria por invalidez, e fizemos a devida comunicação ao setor de benefício.

Depois de nossa feliz missão, coroada de pleno êxito, entregamos o relatório ao nosso chefe e demos por concluída mais uma tarefa.



A montaria

Antônio Carlos Barreto
Crateús, CE

○ velho colega estava no município de Camocim, em serviço ativo de fiscalização do IAPC. No final do mês, chegou à delegacia e apresentou ao seu chefe a respectiva prestação de contas, de acordo com as normas legais etc. e tal.

Entre os documentos, como era de costume, estavam os recibos dos proprietários dos cavalos que eram alugados para a fiscalização nos distritos onde não havia estradas de rodagem, apenas caminhos e veredas.

Camocim é litoral e os distritos de Cheval, Bitupitá e Barreiras, naquele tempo – hoje não sei como estão –, não podiam ser visitados em lombo de animais eqüinos, porque tudo era mar. O nobre companheiro tinha que ter estado por lá, mas navegando em embarcações marítimas, em canoas, barcas, lanchas. Nunca, jamais, a cavalo!

O chefe glosou logo as despesas das viagens do fiscalizador em Camocim e, ao chamar-lhe à atenção, ameaçou suspendê-lo das funções no serviço, pois se tratava de falta grave contra a administração da entidade.

O velho amigo servidor, humildemente, explicou ao chefe irritado que havia trabalhado na Amazônia, precisamente no Pará, e como naquela região se chamava canoa de *montaria*, ele fizera os recibos da prestação de contas da mesma forma que os fazia no Pará, considerando as canoas daquelas localidades banhadas pelas águas do oceano também como *montarias*.

Fiscal “entra na lenha”

Ary Delgado
Belo Horizonte, MG

Certa feita, ao recebermos comunicação extra-oficial de que um fiscal alhures “havia entrado na lenha”, o que, traduzido para o vernáculo corrente significa “apanhar ou levar uma surra”, preparamo-nos para, como fiscal inspetor, viajar até à área ocupada pelo elemento, situada na chamada Zona da Mata, mais precisamente na cidade de Ubá. O fiscal se encontrava na localidade de Recreio, um distrito.

Já nos dispúnhamos a embarcar. Preparamos a indefectível “pasta-preta”, até com outros serviços de inspeção para aquela região, especialmente diligências sobre benefícios, as famosas RD, que ocupavam uma boa parte das tarefas fiscais mais urgentes, por envolverem interesses dos verdadeiros donos do instituto, os associados, hoje chamados segurados, por ironia e malícia da sorte.

Mas, nossa viagem ficou frustrada pela aparição repentina do fiscal protagonista desta história, hoje hilariante, mas que, na época, poderia ter sido trágica.

Não declinaremos o nome do colega, por respeitar a pessoa humana que ele representa. Porém, se ele ler esta crônica, nela se encontrará, e até com orgulho pelo feito, um tanto cômico, mas heróico, que ficou tão distante na sua mocidade tão bem vivida.

Destacado para trabalhar naquela localidade, com região fiscal sediada em Ubá, desembarcou ele na Estrada de Ferro Leopoldina, numa madrugada fria, na Semana Santa de 1944, instalando-se no único hotel da localidade, mais pensão do que hotel.

É bom que se diga que os fatos nos foram narrados pelo ator dessa novela com todas as minúscias, reveláveis ou não...

Na manhã seguinte, ou melhor, ao amanhecer o dia, pôs em ordem a papelada relativa às tarefas fiscais e colocou-a na "pasta-preta", para início dos trabalhos.

No ordenamento, por endereços, das FFE (fichas de fiscalização de empregador) e por ser pequena a localidade, a primeira ficha indicava uma moagem de milho com fábrica de farinha. Saiu à rua e, ao caminhar uns 200 metros, na mesma via do hotel, deparou-se com a fábrica procurada. Entrou e, com o aplomb que lhe era peculiar, tanto de fiscal como de moço namorador, aguardou ser atendido, o que não se fez esperar. Uma rapariga de uns 18 anos, se tanto, bem aparecida nos dois sentidos — físico e sensual —, moça do interior, afivelando no rosto sempre um ar de candura e pureza, mansamente cumprimentou nosso colega, guapo mancebo de 23 anos, fogoso e irrequieto, sempre à procura de uma aventura.

Interpelado pela linda balconista, identificou-se como fiscal do IAPI. Mas, no íntimo, já sonhava com uma Semana Santa cheia, tanto de orações como de madrigais.

A moça do balcão, sem se aperceber do que provocara no fiscal, chamou-o ao escritório da empresa, onde se encontravam os elementos de fiscalização, a escrituração contábil e comprovantes.

Ele acompanhou a moça, que, esquivando-se da tarefa, anunciou que iria chamar o pai, o proprietário do estabelecimento.

De fato, ela chamou pelo pai, caminhando para o escritório, tendo atrás de si o fiscal, boquiaberto diante do que via: linda e despretenciosa balconista a requebrar à sua frente, num bulir de quadris que denotava bem o que se escondia sob aquele vestido tão pobre e tão sensual...

A fiscalização foi iniciada, com a particularidade de ter durado um dia e meio, quando a empresa era do porte de ser fiscalizada em umas duas horas, se tanto, não mais...

Óbvio que o elemento mais examinado foi a funcionária, filha do dono, que se comprometeu com o nosso fiscal a acompanhar a procissão do dia, a do "Encontro", que acontece às terças-feiras das semanas santas. Nosso herói, muito galanteador, aproveitou a deixa e falou baixo para a moça acanhada e bela:

— Tudo nos indica que devemos nos encontrar; até o dia de hoje é do "En-

contro” de Nossa Senhora com seu filho Jesus. Isso é de bom agouro... Nosso amor vai ser eterno...

E, de fato, seguiram a procissão, com muito amor e menos devoção. Mas, muito juntos, carinhosamente.

Prosperou rápido esse amor. Todos os dias, até à Ressurreição, era só procissão; depois, “banco da praça” e “escurinho” para encerrar o dia de namoro, num jardim ermo e aconchegante.

Tanto se enlevaram um pelo outro, que o resultado não se fez esperar e foi quase “dantesco”. O arrependimento deve ter movido a bela rapariga, que, em desespero, revelou à mãe o que havia acontecido entre ambos... Nosso colega fiscal ignorava esse passo da namorada, o que o levou a tomar o maior susto de toda sua vida...

A mãe da moça, mordida pelo ódio, ódio pelo fiscal e ódio pelo acontecido, chamando-o namorador barato e imoral, levou o fato ao conhecimento do pai: Homem interiorano, de moral rígida, poucas letras e personalidade violenta, logo sentenciou:

– Casamento, ou morte!

Era a sentença, inapelável, lá do mato...

O nosso fiscal-dândi, por esses milagres inexplicáveis, visitava outra empresa próxima do hotel-pensão, uma marcenaria, quando o porteiro lá chegou, esbaforido e gaguejando de nervoso, e disse:

– Sô fiscal!, o dono do muinho tá atrás do sinhô, com espingarda cartucheira. A fia dele tá lá no hoter, avisando que ele sabe de tudo e qué matá o sinhô!... Rapa, pelo amor de Deus!... O home é brabo... já deve uma morte...

Ato contínuo, o fiscal encerrou a visita e correu ao hotel, onde apanhou as malas, e dirigiu-se rapidamente para a estação de estrada de ferro.

Desaponto! Não havia trem antes de umas dez horas. Não logrando alcançar trem de passageiros, esperou por qualquer outro, mas retirado da estação... Depois de uma meia hora de desespero, surgiu na curva da estrada um trem composto de uns 30 vagões carregados de lenha. Que remédio, pensou o fiscal. O trem diminuiu a marcha na curva, o fiscal atirou a mala e pulou para cima do vagão, aconchegando-se na lenha, bem escondido. Tinha tomado a segunda prancha, atrás da máquina! Mas, escapou do ex-futuro sogro ou do assassino... Quem poderá saber?...

O comboio andava lentamente. O fiscal, assustado, não se fez de rogado... Ajeitou-se melhor por entre as achas de lenha, sufocado com poeira, carvão e aranhas que por ali passavam vez por outra.

E assim, com pode, viajou até à cidade mais próxima, que, por sorte, era a sede da zona fiscal, Ubá, deixando atrás de si um pai enfurecido, que o mataria se não casasse com a sua filha, balconista, doravante, proibida de atender fiscais e até viajantes, por medida baixada pelo pai, não provisória, mas definitiva.

Por outro lado, uma linda donzela, inaugurada pelo nosso colega fiscal em momento de desvario amoroso incontido.

Nosso herói, depois de quase dez horas de viagem em meio à lenha, tomar umas dez pancadas de chuva, das mais pesadas daquelas montanhas da Zona da Mata, e agüentar poeira, carvão e insetos dos mais variados tipos, arranjou as ma-

las, pegou o hotel e desapareceu para a sede da delegacia do IAPI, em Belo Horizonte.

Ironia do destino: não se pode deixar de admitir que o “fiscal entrou na lenha”... no sentido figurado. Mas ele poderia ter entrado no “chumbo”, não fosse o aviso do porteiro do hotel a tempo...

Anos mais tarde, o nosso ator nesta novela ficou sabendo, e todos nós também, que a inauguração daquela donzela deu-se por várias vezes, com outros românticos que por lá apareceram com bons empregos. Tudo não passava de armação dela própria, do pai e da mãe, visando duas vantagens: primeiro, um casamento — que poderia ser desfeito; segundo, uma boa “bolada” em dinheiro, por extorsão...

Fiscalização em Tambaú

William Maluf
Campinas, SP

Aconteceu comigo nos idos de 1962, no pequeno município de Tambaú, interior do Estado de São Paulo, um fato muito interessante, por ser verdadeiro, mas associado ao folclore, ao drama e à comédia.

Cumprindo as determinações dos serviços fiscais emanadas do ex-IAPI, um dos quesitos, na época, era relacionar os empregados nos ambientes de trabalho, para uma possível constatação daqueles que não estavam registrados e, posteriormente, emitir o competente auto de infração.

Tambaú tinha aproximadamente seis mil habitantes e cerca de 40 indústrias de telhas, aproveitando-se de suas terras, em boa parte roxas e argilosas, em decorrência das quais a atividade agrícola também era relativamente desenvolvida. E, em torno destes aspectos geoeconômicos havia algumas fábricas de ferra-

mentas agrícolas e afins, ligadas ao fornecimento de produtos às cerâmicas e à agricultura da região.

Cidade tipo “vila”, pacata, típica do interior, com suas casas rodeando a Igreja, seus empórios de esquina, muito conhecida como “terra do padre Donizette”, pelos seus milagres ocorridos na época.

Pelas circunstâncias das atividades agroindustriais, da cidade, marcadas pelas gerências do tipo microempresa, com ocupações entrosadas da mão-de-obra urbana e rural, numa média grosseira, dois terços dos empregados não estavam enquadrados nos dispositivos legais. Imaginem vocês o que tive de enfrentar...

Ao fiscalizar uma pequena fábrica de ferramentas agrícolas, pedi licença ao empregador — e era assim o contato inicial — para relacionar os empregados. Surpreendentemente, ouvi uma ruidosa negativa:

— Não dou licença; eu mostro o livro de empregados e as folhas de pagamento!

Eu estava em exercício apenas há pouco mais de dois anos e, cumprindo as recomendações técnicas, deixei uma NAE — na época, NAF — na empresa, solicitando os elementos costumeiros e necessários à fiscalização. Retirei-me em seguida, não sem antes ter contado doze empregados trabalhando — o local era um salão médio e visível, equipado, também, com doze tornos mecânicos.

Em seguida, dirigi-me à coletoria federal e solicitei o número de empregados que a empresa em questão mencionara nas últimas cinco declarações anuais. Coincidentemente, eram doze. Nesta oportunidade, o coletor advertiu-me que aquele empregador era metido a valente e “estourado”, que eu precisaria ter cuidado, pois com seu procedimento, a intenção era a de afugentar os fiscais — o tipo “valentão do bairro”...

Ao voltar à empresa, na data aprazada, o empregador exibiu-me apenas as folhas de pagamento, o livro de empregados e as guias de recolhimento, onde constavam somente quatro empregados. Na minha conta e ante as evidências já confirmadas na coletoria federal, oito estavam trabalhando sem registro, sobre os quais não havia nenhum recolhimento complementar nos últimos cinco anos...

Ao término desta primeira verificação, deixei uma segunda NAE, solicitando os demais elementos não-exibidos, inclusive o livro diário. Já aí, o empregador respondeu-me, rispidamente, que não tinha obrigação de exibir mais nada e que eu nem precisava voltar à firma.

A coisa começou a esquentar... Disse-lhe então que iria voltar, com o levantamento de débito relacionado aos oito empregados sem registro, bem como com o auto de infração:

Cumprindo todas as instruções vigentes na época, fiz o levantamento de débito, acompanhado do competente auto de infração, e fui entregá-lo na empresa. Quando entrei no escritório, um dos empregados saiu e foi chamar o empregador, que morava a uns 50 metros do local.

O escritório, onde havia duas mesas e um pequeno armário, com livros, era separado da fábrica por uma divisão de madeira na parte de baixo e por vidros na parte de cima, de sorte que se podia ver os empregados, trabalhando.

O empregador chegou e sentou-se a uma das mesas, quando então entreguei-lhe o levantamento (auto de infração, NRDV e relatório), para que assinas-

se. Neste interim, entrou no escritório o proprietário de uma grande cerâmica que ficava perto dali, que, por coincidência, era conhecido do meu pai, de São José do Rio Preto — isto foi dito a mim, quando fiscalizara sua empresa (alguns dias após, confirmei o fato com meu pai). Ele fora fazer compras com o empregador em questão. Logo após, cumprimentou-me, chamando-me pelo primeiro nome — não sou conhecido pelo primeiro nome, e até achei graça —, despediu-se e saiu.

Logo em seguida, o empregador, de posse do levantamento de débito, jogou umas rápidas vistas de olhos sobre o mesmo, soltou um violento murro na mesa, ofendendo-me a altos brados, colocando a classe fiscal abaixo de zero, e retirou-se do local por uma pequena porta lateral do escritório, dizendo que “ia mostrar-me uma coisa”, para arrepender-me pelo “resto da vida”.

Em poucos segundos, tive que pensar um colossal acervo didático para enfrentar a situação: ou me retirava, como era mais procente, para resolver o caso administrativamente, ou enfrentaria uma situação que, diante das circunstâncias, não me era muito favorável. Os empregados silenciaram os tornos ao ouvir os gritos do patrão e todos olhavam para mim, prevendo o pior...

Mas, não me retirei. No transcorrer da minha vida, nunca levei desaforo para casa. Se levasse, ainda assim apanharia do meu pai... Era “machão”, continuo sendo e morrerei assim. Quando tinha meus 17, 19 anos, carregava sacos de algodão na roça, empilhava fardos no caminhão, dirija caminhão com cargas altas de algodão, obrigava-me a ser “artista” para vencer as poucas estradas vicinais, não muito bem dotadas de engenharia. Cursava as durezas da vida em meio a uma cultura antropológica enérgica. Não era agora que ia fugir. Não deu para desvincular esta tradição da didática...

Porém, tive que pensar rapidamente numa estratégia, contando com a ajuda de Deus e do saudoso padre Donizette: escondi-me ao lado do pequeno armário do escritório, por, pelo menos, três minutos — o tempo que o empregador calculou para que eu fosse embora. Ele, na certeza de que eu não mais me encontrava no escritório; eu, apreensivo, torcendo para que ele não aparecesse com uma arma na mão. Foram os três minutos mais tensos e longos da minha vida.

Pensei se ele vier com revólver, como minha autodefesa joga o armário em cima dele, contando com minha ponderável força física.

Já imaginaram? Um fiscal cumprindo com as suas obrigações e ter que enfrentar situações como esta? Bom, “são os ossos do ofício”.

O empregador fez o “seu jogo”. Adentrou o escritório e ficou surpreso por encontrar-me ainda lá. Rapidamente, observei suas mãos e certifiquei-me de que, aparentemente, ele não estava armado. Presumo que o seu intuito fosse o de me assustar. Mas, ele continuou nas suas explosões verbais, os empregados a tudo assistindo.

Aí, foi a minha vez. Sobreveio meu sangue árabe e caboclo, condensado pelas vicissitudes da vida. Sempre fui imbuído do espírito de brasilidade, preocupo-me com meu País, tanto é que, 27 anos depois, escrevi um livro para planejar racionalmente o seu espaço geográfico, com tudo que aprendi cronologicamente, partindo desde os primeiros bancos escolares e, posteriormente, nas profissões públicas e privadas. Enraizado nesta cultura, não me era fácil aceitar passivamente desaforos irracionais.

Por conseguinte, e para que todos os empregados também ouvissem — muitos coniventes com as infrações —, gritei para o empregador:

— Sonegador contumaz! Impatriota! Parasita da Nação! Mau brasileiro! Anti-social! (lembrando os empregados marginalizados) prosseguindo, disse-lhe:

— Espere aí, que virei com a polícia regularizar a sua empresa — ele havia apreendido todo o levantamento fiscal.

Ato contínuo, dirigi-me à delegacia de polícia local, narrando o ocorrido ao delegado que demonstrou presteza. Saímos, ele com o jipe policial e eu na minha perua Vernaguete.

Chegando à empresa, o empregador não mais se encontrava. Os empregados disseram que, logo após a minha saída, ele havia “se mandado...”

Destarte, disse ao delegado que ia continuar o meu trabalho em um dos escritórios de contabilidade da cidade, solicitei que localizasse o empregador, para a devolução do levantamento de débito fiscal, e que providenciasse o competente termo de desacato à autoridade.

Após uma hora, o delegado apareceu, com o jipe policial, em frente ao escritório contábil, juntamente com o empregador, que agora queria que eu registrasse todos os empregados. Respondi ao delegado, o empregador ouvindo, que os empregados já estavam registrados, e pedi que providenciasse o termo de desacato à autoridade, que eu estava aguardando juntamente com a devolução do levantamento de débito apreendido pelo empregador.

Em seguida, eles se retiraram. Após mais meia hora, o delegado telefonou-me, perguntando se eu poderia acompanhá-lo à casa do empregador.

— Por que não na delegacia? — questionei.

Em resposta, perguntou se eu poderia atender a um pedido pessoal dele e disse que iria passar um sermão no empregador, na frente de outras autoridades da cidade, porque o “dito cujo” era metido a valente, que se vangloriava de fazer fiscais correrem. Disse ainda que, graças a mim, ele estava acabado...

Concordei e fui com o delegado à casa do empregador.

Ao entrarmos na sala, já estavam presentes, além do próprio, umas 20 pessoas bem relacionadas na cidade — gerentes de bancos, o prefeito, outras autoridades e empresários, inclusive o conhecido do meu pai.

Sentamo-nos à mesa. O delegado exigiu que o empregador devolvesse imediatamente os autos, no que foi atendido. Em seguida, iniciou o seu sermão, olhando diretamente para a “cara” do empregador. Este ouviu quietinho, de cabeça baixa.

Após uns 15 minutos, o delegado virou-se para mim e perguntou se eu poderia dispensar o termo de desacato à autoridade, porque o empregador ficara muito mais prostrado com todo o episódio e que ele assumiria toda a responsabilidade dali para a frente, garantindo que o valentão aprendera uma lição para nunca mais esquecer.

Era o bom delegado querendo apaziguar a comunidade pela qual era responsável.

Eu, persistentemente, respondi:

— Vamos fazer o termo e se o doutor tiver dificuldades, levaremos o caso

ao juiz de Casa Branca (Tambaú pertencia à comarca de Casa Branca). — Nós, fiscais, delegados e demais autoridades, temos que fazer cumprir as leis, custe o que custar — concluí.

A esta altura, a mulher do empregador, chorando, pediu encarecidamente que eu perdoasse o seu marido; disse que ele era um homem nervoso, que sempre perdia a cabeça, desequilibrado, mas estava muito arrependido do que fez.

Aproveitando-se da “cena”, o conhecido do meu pai, empresário honesto, competente, sempre cumpridor com seus deveres, puxou-me pelo braço, convidando-me a encerrar o caso, que já servira de grande lição.

Levantei-me e respondi:

— Atendendo a um pedido de um amigo de ilibada probidade; boa tarde, senhores. Em seguida, retirei-me, juntamente com o amigo.

No caminho de volta, o amigo é que passou um “sermão” em mim:

— Ó!, menino! Você é pior que seu pai! Não leva desaforo para casa! Não precisava exagerar...

Hoje, creio eu, não deve mais acontecer destes episódios, pincelados de banguê-banguê. Creio eu. Tomara!

Logo após esta ocorrência, o gerente do extinto Banco Moreira Sales, de Tambaú, na época, agência que arrecadava para o ex-IAPI, veio “reclamar” comigo, no bom sentido, da enorme fila de contribuintes que foram regularizar os seus débitos. Disse ele que o banco passou a trabalhar exclusivamente para o IAPI...

E que falar do aumento vertical dos serviços no posto local do Departamento do Trabalho? O encarregado, em tom de piada, disse que ia cobrar, diretamente de mim, muitas horas extras. Ele teve que se deslocar várias vezes a Casa Branca para solicitar reforço de estoque de material, principalmente novas carteiras.

Este é o lado humorístico de toda a história, principalmente em se tratando de uma pequena e pacata cidade do interior. E quando eu viajava para Tambaú, com minha perua coral e pérola (famosa vemaguete, muito conhecida dos contribuintes), o gerente do Banco Moreira Sales já sabia que eu estava na cidade, em decorrência do aumento dos “fregueses” que queriam regularizar as suas situações previdenciárias. Isto sem contar com o “alvorço” que causava nos mesmos.

Num momento de reflexão e retrospectiva, desde o concurso que prestei para a carreira de fiscal do IAPI, até à aposentadoria, passando pela igreja do padre Donizette, quando agradeci a Deus e a ele pelo fato de eu estar “vivo”, noto como é espinhosa a função de fiscal de contribuições Previdenciárias, em decorrência, também, da pluralidade de serviços que encerra, não excluindo alguns eventos que trazem, no seu bojo, tanto a dramaticidade quanto a jocosidade...



Condições adversas

Francisco Vilardo
Petrópolis, RJ

Decorria o ano de 1955. Era eu fiscal novo, embora com cinco anos de Previdência (IAPI), exercendo o cargo no IAPC, e fiscalizava o comércio varejista na rua da Abolição, na região do Méier, bairro da cidade do Rio de Janeiro. Entrei em um açougue, já notificado por mim, pacientemente, por quatro vezes. Atendeu-me, desta vez, um senhor de idade, com abdômen imenso. De imediato, disse-me:

— Todos os meus documentos estão em poder do meu guarda-livros, no Méier.

Ao que lhe respondi:

— Isso o outro senhor, que me atendeu nas quatro vezes anteriores, já me

dissê. E como o senhor, pela firma, não me os exhibiu, a contragosto sou obrigada a autuá-lo, por não atender à requisição de minha fiscalização.

— Como! O senhor vai me autuar por causa daquele f... da p...?

— Se ele é f... da p... ou não é uma apreciação pessoal do senhor, que não me cabe analisar. Contudo, intimei sua firma, na pessoa do outro senhor, que me disse ser sócio do estabelecimento, e, portanto a firma, em sua pessoa, ou na dele, deve atender-me. Por isso, vim aqui.

— Aquele senhor era meu sócio, mas é um gradessíssimo f... da p... E não vou atendê-lo. Se o senhor insistir, **eu lhe estripo** — e empunhou, vigorosamente, uma faca, com ponta fina, daquelas de desossar. Sua fisionomia transformou-se, seus olhos brilhavam de ódio enquanto brandia o instrumento de corte e berrava: “Eu lhe estripo”!

De súbito, vem dos fundos do açougue, dentro da loja, uma senhora de idade, com fisionomia sofrida, suplicando, aos prantos:

— Meu filho, meu filho! Pelo amor do Santo Deus, não faça**s mais uma** desgraça.

Pareceu-me que o pesado sotaque português, tanto de um como de outra, davam mais ênfase à cena: o senhor, a vociferar; a senhora, a suplicar, segurando-lhe o braço.

Interiormente apavorado, dissimulei o medo, tentando redigir o auto. Pretendendo demonstrar tranqüilidade, procurei uma maneira de contornar o incidente, ante a iminência de ter de ausentar-me, em desabalada carreira.

Foi quando a providência divina fez ouvir o incidente outro comerciante, estabelecido próximo. Entrando no açougue, disse-me ele:

— O Sr. Manuel está a tratar vossa excelência com desrespeito e, por isso, deve ser autuado com o máximo rigor da Lei. **Entretando**, parece-me que ele não tem condições psicológicas, no momento, de aceitar pacificamente a autuação. Razão por que, sugiro a vossa excelência que adie a lavratura do auto para amanhã de manhã, em seu gabinete, no Méier, quando lá estarei, junto com o guarda-livros, levando **pelas orelhas** o meu colega comerciante, que não deveria desacatá-lo desta maneira e que, insisto, deve ser autuado, com o máximo rigor da lei.

O Sr. Antônio deveria ter, no mínimo, formação no Itamarati português. Pois o Sr. Manuel, transfigurado, continuava a gritar:

— Eu lhe estripo, eu lhe estripo; não vou ser atuado por causa daquele f... da p...

E a Sra. dona Maria:

— Meu filho, acalme-se; basta de desgraças. O doutor não tem nada a ver. Acalme-se, dê-me esta faca.

Papai do Céu foi tão generoso que fez passar, no momento, um táxi, **avis rara** por aquelas bandas. O Sr. Antônio, desmanchando-se em medidas, se comprometia a testemunhar a “falta de respeito com sua excelência”, que deveria autuar, com todo o rigor, o Sr. Manuel, embora não tivesse ele, no momento, condições psicológicas — seria levado pelas orelhas.

No dia seguinte, ao chegar à agência Méier, lá estava, no Bar do Casemiro, ao lado, o Sr. Antônio, sobraçando um monte de livros; e um jornal — **O Dia** — na outra mão.

— Lamento, excelência, mas o meu colega Manuel ainda não tem condições psicológicas de cá vir. Ele e sua santa mãe lhe pedem, **ajoelhadamente**, perdão pela falta de respeito, e, entendo eu, deve ser autuado, com rigor. **Entretando**, já que vamos tomar um café, do nosso patrício Casemiro, convém que vossa excelência, enquanto o toma, leia o jornal de hoje, a fim de se atualizar com as notícias. Tomei o café, enquanto lia que o Sr. Manuel tinha sido hospitalizado para tirar, sob **punção**, água da barriga; durante a hospitalização, o sócio, o tal f... da p..., simplesmente deu um total e completo desfalque no açougue, **seduziu** a mulher do sócio e, na manhã do dia da visitação fiscal — feita à tarde —, simplesmente encostou um caminhão na casa, aos fundos do açougue, carregou todos a mobília, **fugiu** com dinheiro, móveis e com a **mulher** do gajo. Deixou, de lambuja, o cumprimento da notificação fiscal anterior ao encargo do sócio Manuel — eis as razões das condições psicológicas adversas.

O Casemiro, nosso amigo, ria; os falecidos Hélio Agra Santos e Carneiro da Cunha não sabiam mais por onde gargalhar. Discreto e sóbrio, na sua sabedoria paraibana, Manoel Orange Viana disse:

— Na vida, é preciso resguardar-se das “condições psicológicas”.

Todos foram unânimes ao concluir que o Sr. Antônio tinha errado de profissão: era um diplomata nato, não um comerciante.

Cotidiano extemporâneo

Alvise Francisco
Caxias do Sul, RS

Aconteceu lá pelos idos do ano de 1964, na época do antigo IAPC, instituto que muitos colegas fiscais novos não conheceram e talvez não saibam de que se trata. No desempenho das funções de fiscalizar empresas em algumas cidades do interior do Rio Grande do Sul, precisamente Antônio Prado, Nova Roma, Vacaria e Bom Jesus, direcionávamos quase que exclusivamente nossa ação para aqueles contribuintes apontados em situação de atraso.

Para tanto, um dia saímos de Caxias do Sul, sede da RF. Eu e o colega Zulmir Rossi éramos veteranos já naquela época. Ele possuía um carro inglês, Bentley ou Wauschall – não sei bem que marca era. Neste carro, o próprio colega fazia os consertos, conhecia-o bem. Tanto que, no caminho, ao sinal de falha no desempenho, rapidamente Rossi parou e fez o reparo – abriu o distribuidor e,

usando uma lima para unhas (eu disse lima e não lixa), procedeu à limpeza. A seguir, fechou o distribuidor, fazendo o carro funcionar perfeitamente, até com melhor desempenho.

Chegamos a Antônio Prado, onde ficamos hospedados num antigo hotel de madeira, o único da cidade. Antigo, mas muito limpo. Lá serviam uma boa comida italiana. À noite, haveria um jantar para as autoridades locais — o delegado de polícia, o escrivão, o padre e... nós, que fomos convidados em razão de nossa chegada e pelo cargo, então muito considerado.

O jantar, típico da região, foi ótimo. Serviram massa com molho (espaguetete), polenta, salada e o principal, paca assada, tudo regado com bom vinho colonial.

Rossi, que estava amolado com a sua gastrite, trocou aquela janta por café com leite (?), com o que surpreendeu aos demais comensais. Mas, nos fez companhia. Até que, lá pelas 11 horas, estava terminando o jantar, no qual houve bom consumo de vinho, pois a noite era das mais frias aqui no Sul.

Saímos todos. Ao chegar ao quarto, no hotel, o Rossi não dormia. Começou a se vestir novamente, com suas roupas grossas, malhas e até o sobretudo e o cachecol. Então, perguntei:

— Onde vais a esta hora?

Rapidamente, com aquele sotaque que lhe era inconfundível, respondeu:

— Vou dormmirrr...

Estava frio; frio demais. O quarto parecia um frigorífico. Mas, nos enrolamos nas cobertas e dormimos.

Pela manhã, cheguei junto à janela para observar como estava o tempo. Reparei então que não havia vidros nos caixilhos, somente a armação, e lá fora estava branco de geada.

Levantamos, tomamos café e fomos tentar sair com o carro. O pára-brisa estava coberto por uma camada grossa de gelo. Foi necessário usar uma chaleira de água quente para derreter a geada acumulada durante a fria noite e ainda torcer para que o **big car** aceitasse trabalhar. Após algumas “choradas” de arranque e partida muito difícil e sacudida, passados dez minutos estava já com seu ronco firme e pronto para nova viagem.

Em Vacaria, além do frio, soprava um vento miniano de cortar, chegava a doer nas orelhas. Mas, precisávamos cumprir a produção. Além de alguns processos, havia muitas RD, muitas diligências referentes a processos de pedidos de contribuições para segurados autônomos. A fiscalização exigia a visita *in loco*, a fim de confirmar a efetiva atividade.

Em Bom Jesus, o frio aumentou. A temperatura baixou a zero grau. O hotel era simples, não tinha WC ou pia nos quartos. Os banheiros ficavam no fim do corredor, distante do nosso quarto. À noite, com aquele frio, a gente precisava sair de sob as cobertas e percorrer (três “erres”, do frio que fazia) todo o percurso. Então, evitávamos ingerir muito líquido à noite, para não termos que levantar fora de hora e passar aquele frio.

Não sei se por estas idas e vindas, acabei pegando uma gripe, daquelas de derrubar. Dito e feito! Fui para a cama, com tosse, tremedeira e febre.

Fiquei dois dias naquela situação, tomando os remédios que o colega Rossi comprava e me ministrava, com toda boa vontade. Como eu não melhorava, resolvemos voltar no fim de semana, para que eu me recuperasse em casa, com assistência médica. Mas, antes repassamos todos os compromissos de processos e RD, como era de hábito, pois não sabíamos quando novamente estaria um fiscal na localidade, principalmente no forte inverno gaúcho — os colegas não estariam com disposição para tal.

Entre os colegas de trabalho daquela época era importante a amizade sincera e leal, pois sempre estávamos uns com os outros nas boas e nas más horas.

Ao INPS, existente a partir de janeiro de 1967, foram atribuídas, entre outras, as tarefas de fiscalizar, juntamente com o Ministério do Trabalho, as normas previstas nos artigos 41 e 42 da CLT, referentes a empregados não-registrados. Naquela época, juntamente com o colega Antônio Carlos Camargo, eu estava em atividade em Bom Jesus, fazendo fiscalização porta-a-porta, quer dizer, entrávamos em qualquer boteco.

Chegando a uma funerária, encontramos o titular, um senhor de origem alemã, que disse logo:

— Eu sou velho e já aposentado, não preciso mais pagar.

Na oficina, estava um empregado, trabalhando. O Camargo perguntou:

— E este aí?

— Ah! respondeu o alemão —, ele está fazendo um servicinho para ele mesmo. É um mecânico de automóveis desempregado, que para não ficar “devarde” (termo que se usa naquela região para quem está sem trabalho), está me ajudando.

Incontinenti, o Camargo sentou-se num banco e no próprio caixão, que serviu de mesa, lavrou o TVD da época e o auto de infração de empregado não-registrado.

Em Vacaria, fazendo o mesmo tipo de serviço, fui informado pela agência que havia uma padaria com muitos empregados não-registrados. Pela manhã, sete e meia, cheguei ao estabelecimento. Precisava ser bem cedo, pois nesse tipo de lugar os serviços são feitos na noite e de madrugada.

Ao me fazer anunciar, informando que se tratava de fiscalização, houve um movimento inusitado na parte de dentro. Por uma porta de vidro, foi possível ver as pessoas se movimentando e, claro, tratando de fugir. Ao passar da porta, avistei três rapazes largando os aventais e saindo apressadamente para os fundos. Alcansei dois deles, que prontamente alegaram não estar trabalhando. Com o nome deles e de outros verifiquei nos registros, em um escritório de contabilidade, que recebiam pagamentos através de recibos avulsos. Não eram registrados. Isto posto, foi feito e lavrado o AI, com base no artigo 41, e o respectivo NRDV. Soube depois, pelo contador, que o titular era homem de broncas, carros, zona e mulheres, e que já tivera atritos com os colegas do ICM.

Quando eu estava executando o serviço no escritório, tocou o telefone. O contador informou que era o dito, o qual mandava dizer que se fosse autuado iria “acertar as contas” comigo. Para piorar, era necessário que ele assinasse a notificação.

Ao completar meu trabalho, voltei ao estabelecimento – com bastante precaução, pode-se mesmo dizer, medo –, e colhi a assinatura da esposa dele. Em contato com o chefe da RF, porém, este me disse que tinha de ser a assinatura do titular ou seu representante legal.

Então, cheio de coragem, procurei-o e expliquei o que se passava, convencendo-o de que não estava cobrando nada, apenas notificando-o. Expliquei que ele poderia se defender etc. etc. – foi o momento de argumentar e até de condenar a instituição.

De volta a Caxias do Sul, na RF, ao entregar a produção, qual não foi a minha surpresa. O chefe da RF disse-me:

– Tens que ir a Vacaria trocar esta via do AI artigo 41. A primeira via é a nossa, deve acompanhar o processo. Eu entregara, como era hábito com a NRDV, a primeira via ao infrator.

Para não ter que enfrentar o homem e fazer nova viagem, ida e volta – além da distância, a despesa –, solicitei ao agente local que fizesse a troca junto ao escritório de contabilidade. Cavacos do ofício.



Suada assinatura

M.L. Santos
São Paulo, SP

Nos idos de 50, os agentes fiscais deslocavam-se a sua área de trabalho através de transporte coletivo – ônibus, trem e, no interior do Estado, “jardineira”, em sua maioria, pois raros possuíam automóvel. Atuava na periferia da capital o colega X, o qual, de sua residência até o poeirento bairro, dependia de dois ônibus. Certa ocasião, iniciou a fiscalização de pequena empresa. Quando obteve os documentos, examinou o livro registro de empregados, as folhas de pagamento, confrontou as guias de recolhimento com as folhas e perquiriu a contabilidade (livro diário). Constatou alguns meses em atraso, relacionou o débito, mas não conseguiu transferi-lo para o TVD (termo de verificação de débito), pois a sombra da noite já encobria o horizonte. Ficou de voltar no dia imediato.

Pela manhã, bateu em sua máquina de escrever o respectivo TVD e o relatório e partiu rumo ao estabelecimento. Chegou por volta das 13 horas, mas não encontrou o empregador, a quem deveria entregar o documento e obter a assinatura.

— Deve voltar logo — informaram os empregados.

O colega ficou ao aguardo. O tempo escoava lentamente na cálida tarde. O fiscal chegou a pensar, várias vezes, em voltar no dia seguinte. Porém, em razão das idas e vindas, optou aguardar mais um pouco. Poderia remeter o auto pelos Correios, mas preferiu entregar em mãos, por ser mais convincente.

O tédio crescia e o cansaço, também. Andava de um lado para outro e até a porta, onde espreitava o fim da rua. Sem pressa, o crepúsculo descia, com seu manto opaco, e um vento frio varria as folhas nas calçadas...

Por fim, surge o empregador. O colega X justifica o levantamento e o convida a assiná-lo, para concluir a tarefa. Sob o espanto do colega, e por motivos fúteis, o empregador recusa-se assinar o termo. Tenta o fiscal convencê-lo, porém o mesmo está intransigente. Pondera ainda que, não concordando, é-lhe facultada ampla defesa.

Extenuado pela espera e colérico pela recusa, o colega X sente uma faísca elétrica pelo corpo, abre sua pasta e dela retira um revólver preto, cano longo, e o aponta para o empregador.

— Ou o senhor assina esse papel ou vai sair fogo deste canhão!

— Calma, calma. Não precisa chegar a tanto. Eu assino. Em que linha?

O colega X, aliviado, retira-se do estabelecimento e, com passos apressados, desce a rua em busca da condução...

Folclórico I e II

Pedro de Oliveira
Araraquara, SP

Folclórico I

Na condição de fiscal de contribuições previdenciárias desde setembro de 1981, trabalhava no plantão fiscal – construção civil.

Apresentou-se-me um dia determinado proprietário, da periferia da cidade. Concluído o processo, passamos a dialogar sobre costumes e preferências.

Falamos de criações.

Contou-me que criava galinhas. Achei o máximo. Contei-lhe que também apreciava tal atividade.

Para minha surpresa, através de conhecidos, encontrou minha residência, trazendo-me uma galinha choca, com os respectivos ovos.

Acontece que a mesma não poderia ser transferida, sob pena de não mais deixar o ninho para se alimentar durante o período que devia permanecer sobre os ovos (21 dias).

Constrangido, aceitei o presente. A galinha morreu de fome: perdeu-se, também, a ninhada.

Fiquei triste. Não sei quem é o personagem. Ele talvez saiba de quem se trata e seria, assim, um homem muito feliz.

Folclórico II

Fazia eu o curso de Direito, tendo por companheiro Laerte, dentista, hoje aposentado.

Isso, no período de 1975 a 1978.

Em 29 de setembro de 1981, passei à função de fiscal de contribuições previdenciárias, por já ser bacharel em Administração de Empresas.

Certa feita, como plantonista, tratei de um caso seu, de construção civil.

O mesmo, considerando a amizade e o desfecho rápido do feito, achou por bem oferecer-me determinada bebida.

Fiquei chocado, traumatizado, e perdi a compostura para com ele, dizendo-lhe mil coisas.

O homem ficou uma fera e passou a me insultar a cada encontro.

Eu não deixava por menos, revidava.

Até que, um dia, contei-lhe minha origem, formação e modo de vida.

Atualmente, cumprimentamo-nos, porém com reserva.

Tal fato refletiu perante toda a família dele, que tenho o maior prazer em conhecer. Todavia, sem nunca pronunciar a palavra presente.

O furto insolúvel

José Tomasuolo
Moji das Cruzes, SP

E stávamos participando de um comando fiscal nos canteiros de obra de recapeamento e alargamento da estrada São José dos Campos—Caraguatatuba. Eram, no total, oito fiscais, divididos em dois automóveis. Em nosso carro, que era dirigido pelo fiscal de contribuições previdenciárias Wilson, estavam o José Antônio, o Duque e eu.

No horário de almoço, paramos em uma lanchonete à beira da estrada, juntamente com os colegas do outro carro, para fazer um lanche. Deixamos as pastas dentro dos veículos, que ficaram com as janelas abertas em virtude do forte calor que fazia, e nos dirigimos à lanchonete.

Após o lanche, nos despedimos dos colegas do outro carro, com os quais combinamos nos encontrar no alto da serra, e seguimos para os canteiros de obra

da estrada, a fim de relacionar os empregados em serviço e tomar as medidas necessárias ao bom desenvolvimento de nossa ação.

Ao chegar no primeiro canteiro de obras, paramos o veículo e saímos para iniciar o trabalho quando o José Antônio me pediu que pegasse sua pasta. Informei a ele que a mesma não se encontrava no banco traseiro do carro, onde me achava. Ele, então, retrucou:

— Está aí, sim, ou então você a escondeu.

Sorrindo, eu disse que não estava. Ele, bravo, pensou que eu brincava. Porém, ao verificar que, de fato, sua pasta não se encontrava no carro, apavorou-se, discutiu com o Wilson por este não ter fechado as janelas do veículo, na lanchonete, e resolveu apresentar queixa por furto na delegacia de polícia de Paraibuna.

E lá fomos nós: ele, a vítima, e nós, as testemunhas.

Após feito o boletim de ocorrência, nos dirigimos para o alto da serra, ao encontro dos colegas. No caminho, José Antônio se lamentava, xingava e ia olhando para o rio Paraibuna, para ver se não encontrava algum impresso boiando (NAF, NFLD etc.), na esperança de que o ladrão tivesse jogado tudo no rio.

Ao chegarmos ao alto da serra, o José Antônio foi logo comentando o fato com os outros colegas, ocasião em que o fiscal Natanael, que estava no outro carro, revelou que, por brincadeira, escondera a pasta no porta-malas de seu carro, na lanchonete, e esquecera de devolvê-la quando da saída do local.

O fato teve dois resultados: uma enxurrada de impropérios, proferidos pelo José Antônio contra o Natanael, e um caso de furto que ficou insolúvel na delegacia de polícia de Paraibuna.

FCP: pasta, sola e suor

Libório da Costa
Itajaí, SC

Aqui, todo fiscal é comprável. Vocês não são os primeiros nem serão os últimos – esta foi a frase dita pelo advogado da empresa para nós. Ah! deixe-nos fazer a devida apresentação: somos os novatos do primeiro concurso público para fiscal de contribuições previdenciárias, lotados na cidade de Porto Sem Peixe*, Santa Catarina, pertencentes à RF nº 3, sob a batuta do então – hoje aposentado, e com merecimentos – chefe da RF, FCP Dr. Faça Tudo Bem.

Meu nome é Luiz Alves* e o do meu colega, Francisco Enseada. Fomos designados pelo chefe para realizar uma fiscalização de rotina na empresa Supermercados Compra Fiscal Ltda*, formando uma JF.

Tarefa a cumprir, aquilo que parecia ser uma fiscalização normal e rotineira tornou-se uma nova experiência de trabalho.

– Não deixem de apresentar, primeiro, a NAF – recomendou o chefe.

– A empresa é idônea, organizada, pessoal honesto, gente fina da terrinha – retruquei. – Não vamos precisar entregar a NAF, chefe, somente se houver recusa de documentação; aí, sim, emitiremos a dita, conforme OS/IAPAS/SAF nº 02/78, no dia da visita.

Era novembro de 1985, segunda-feira, sol lindo, terrinha de mar e sol, após um feliz fim de semana passado com a família – fiscal tem que ter postura moral, familiar e social, reza o regulamento dos bons princípios do funcionalismo público; cabeça fresca, conhecimentos previdenciários na ponta da língua. O caso requeria, tratando-se de uma grande empresa, auditoria interna, gente conhecida. Não podíamos deixar de responder a qualquer pergunta que fosse formulada, como também tínhamos de dirimir dúvidas e, acima de tudo, o que estivessem fazendo de errado – errado, leitor, no bom sentido, assim, digamos, por um lapso – e devíamos dizer como fazer corretamente, além de citar a fundamentação legal.

Chegamos cedinho, eu e meu amigo Chico, pastinha na mão. Carteirinha não precisava, pois éramos conhecidos pelo pessoal: empresário, contador, chefe do RH e advogado – aqui, numa cidade pequena, todos se conhecem; bem ou mal, mas se conhecem; CFE da empresa, por sinal, bastante gordo, por causa das inúmeras filiais, e algumas orientações recebidas recentemente, ainda verdinhas. No escritório, na parte superior do prédio, chegamos após subir enorme escada. Fiscal sofre – e encontramos a recepcionista – as recepcionistas, primeiras pessoas com quem fiscal fala, são o copo d'água do nosso batente.

Como sempre muito bonita, cheia de encantos, ela perguntou quem éramos, o que queríamos e com quem pretendíamos falar. A recepcionista não nos conhecia – então, a cidade não é tão pequenina assim. Detalhes, amigo leitor.

– Menina eficiente – retrucou o Francisco, dizendo que éramos fiscais do IAPAS – hoje é difícil dizer INSS (problema sexual de siglas); a maioria dos contribuintes e segurados nos conhece como fiscais do INPS – e que desejávamos falar com o chefe de RH, contador ou até mesmo o diretor.

Fomos atendidos pelo nosso amigo chefe de RH, fazendo um breve relato do que queríamos, quais os documentos a serem apresentados e quando poderiam estar à nossa disposição.

– Serve dois dias? – retrucou o nosso amigo.

– Para nós está muito bom. Com o que, não foi preciso emitir a NAF – o próprio nome, notificação para a ação fiscal, já amedronta os contribuintes. Pensam que já vamos notificar a empresa. A minha tática é pedir verbalmente, dar um prazo e, não recebendo a mesma cordialidade e colaboração, adequadamente aplicar a lei.

– Francisco, dois dias de folga, servem para colocarmos em dia as últimas instruções, atualizar nossos arquivos e aproveitar para soldar o cano da descarga do meu chevettinho.

Leitor, pausa de dois dias.

Chegou o dia “D”, não da guerra, mas sim da Providência.

Pasta, CFE e muita vontade — claro, o nosso emprego é o maior orgulho —, vestimos a camisa com garra e vontade. Basta dizer que estudamos pra cachorro para passar no concurso. Quantas praias deixei de ir para estudar — bem, isto é coisa particular, voltemos ao trabalho.

Uma grande mesa foi colocada à nossa disposição, numa sala reservada. Trouxeram o diário, peça fundamental para uma eficiente fiscalização — aqui entre nós, existe muito diário fabricado, segundo as conveniências da empresa —, folhas de pagamento, Darps e demais documentos solicitados.

O sistema da empresa era computadorizado e as folhas de pagamento dos empregados, confeccionadas por seção, dentro de departamento. Exemplo: departamento comercial, seção de frutas, açougue, latarias, bebidas, caixa etc.

Toda a documentação foi-nos entregue pelo sabido advogado da empresa, Dr. Bom de Bico — sabido, caro leitor, no sentido sórdido. Aliás, era sempre ele que nós atendia com a documentação. Um fiel funcionário da empresa, mas muito safadinho para o nosso gosto.

As folhas de pagamento já vinham com os respectivos Darps, indicando que o total de salários de contribuição nelas existente coincidia com os valores contidos nos referidos Darps. Uma beleza!

Caro leitor, vamos apresentar nossos conhecimentos acadêmicos. Antes de entrarmos para a Providência, éramos contadores, com curso de pós-graduação. Portanto, nosso dever, como o dever de todo FCP, era verificar se toda receita e despesa está sendo contabilizada.

— Meu amigo Francisco, verifique, no mês, qual o montante de salários contabilizados.

Não deu outra. Os valores contabilizados eram bem maiores que os recolhidos.

— Um momento, Francisco, que diabo de empresa é esta... Num mês tem seção açougue, no outro não tem; em um tem caixa, no outro não tem. Veja se todo mês tem administração. Os nossos amigos não vão ficar sem receber todo mês!

— Luiz Alves, chame o contador e o chefe de RH...

— Alô, recepcionista, você, com todo este charme e atenção, pode chamar à sala dos fiscais — já com certa autoridade, pois havia forte cheiro de sonegação no ar — os nossos amigos contador e o chefe do RH?

Foi o telefonema mais rápido. Em segundos, já estavam eles conosco.

— Contador, não coincide o valor de salários recolhidos com os contabilizados...

— Chefe de RH, como se explica a evaporação de seções de um mês para outro?...

— Um momento.

Saíram os dois e eis que chega o nosso amigo e artista principal, o fiel advogado.

Leitor, a frase inicial desta história foi dita pelo próprio, que novamente salientou:

— Vocês não precisam ficar aqui muito tempo. É só passar o visto, receber

o de vocês e não vamos perturbar a vida da empresa. Vocês não podem ser diferentes dos outros... Para que utilizar o diário, se vocês têm todas as folhas de pagamentos, com os respectivos Darps? O diário é muito complicado.

Inebriados pela contabilidade – nossa leitura predileta sempre foi um livro de contabilidade, além de Previdência – falei:

– E olhe, meu ilustre amigo, aqui tem um forte cheiro de sonegação previdenciária e creio que, também, de outros tributos. Eu acho que vocês não sabem sonegar direito – ironizei. – Não tiveram o cuidado de recolher sempre a mesma seção. O fizeram aleatoriamente, embora contabilizassem o total dos salários. Isto é claro: o total de salários é bom para a empresa, diminui o lucro. Mas o que você tem a dizer das diferenças? O livro diário acusou e olhe que conhecemos bem o dito.

E aqui, leitor, o diário, por sinal, estava em dia. Foi mortal para eles.

– Dr. Bom de Bico, faça o favor, amanhã queremos toda a folha de pagamentos aqui. Caso contrário, levantaremos a diferença pelo diário, sem nos importarmos com o limite de salário. Até amanhã e passar bem.

No dia seguinte, o meu colega não pôde ir de manhã. Fui sozinho. Lá chegando, fui recepcionado, além da recepcionista, é lógico, pelo diretor da empresa, Dr. Sonegadorzinho Compra Tudo. Na sua luxuosa sala, disse-me:

– Meu irmão, meu amigo, a vida está difícil, os credores à porta. Vamos fazer vista grossa no levantamento fiscal. Notifique alguma coisa, para dizer que houve uma efetiva ação fiscal... Que tal um carrinho novo para fechar nossa conversa?

Carrinho do ano... hum... o meu já tem cinco anos, pneu careca. Caro leitor, que tentação, hein? É, mas fiscal da Previdência não se vende, não se troca, não se compra.

– Sinto muito, mas hoje você vai ficar sem comprar esta mercadoria. Com licença, tenho que continuar meu serviço.

À tarde, o meu colega chegou, falei do acontecido.

– Não vamos entrar na deles, comentou.

– Grande, garoto, assim é que se fala! Deus tem mais pra dar que o diabo para tirar.

Em outra oportunidade, foi a vez do Francisco. O Dr. Sonegadorzinho Compra Tudo papeou o meu colega com outro suborno. Quando cheguei, ele contou que foi-lhe oferecido dinheiro. Muito menos do que tinham oferecido a mim.

– Acho que estou com maior cotação no mercado – fazendo gozação com o meu ilustre amigo.

Durante o desenvolvimento dos trabalhos – e haja débito suplementar – telefonamos ao nosso chefe, contando o que estava acontecendo e a pressão que ainda estávamos sofrendo por parte do fiel amigo advogado. Deixamo-lo ciente de tudo. O chefe nos deu aquela força e disse para continuarmos o trabalho, ignorando o suborno.

Caro leitor, o que mais chocou nosso ego não foi a tentativa de suborno, mas o que emanou daquilo.

O chefe, após nossa conversa, telefonou para o seu chefe, relatando o acontecido e o que estava acontecendo, o que acho justo. Mas o chefe do chefe, que também tem chefe — nunca vi tanto chefe no serviço público, mas como é de lei e até salutar, não cabe a mim opinar sobre isto, e voltamos ao superior do chefe —, este telefonou para o seu superior contando o que estava acontecendo. Este último, o chefe do chefe do nosso chefe, superior melhor dizendo, exigiu um acompanhamento mais de perto por parte da chefia, como também um relatório do resultado da fiscalização, para ver se houve ou não suborno aos fiscais. Colocando, desta maneira, desconfiança sobre nossa honestidade, moral e caráter.

Ah! Como soube disso? O nosso chefe nos contou mais tarde, quando se aposentou. Também ele ficara muito chateado com esta desconfiança, o que não era para menos. Ou os superiores confiam e acreditam nos seus fiscais ou mudam a fiscalização para máquinas, andróides, que não sofrem, não suam, não choram e não morrem.

Levantamos um débito suplementar enorme, talvez o maior de minha vida como fiscal, até agora.

Caro leitor, veja só que elemento cara-de-pau o nosso amigo advogado. Após a empresa receber as notificações, ele veio novamente falar comigo, se eu não queria fazer o papel de advogado do diabo. Não entendi o que era — era defender a própria acusação, ou seja, queria que eu fizesse a defesa para a empresa, dizendo que houve um equívoco na ação fiscal, tornando o débito bem menor, recebendo, em troca, uma boa propina.

— O que foi feito continuará. Faça a defesa como você quiser. Não vou ficar de mal com você. Continuamos amigos; amizade não pode se misturar com a vida profissional. — Vamos, crianças, comprem mais uns chocolates, precisamos dar uma ajudazinha a este supermercado.

Adeus, meu amigo, preciso levar as crianças para a praia, pois estou de folga, esperando documentos de outra empresa.

(*) Nomes fictícios

Ainda resta uma esperança

Rozilda Saraiva
Fortaleza, CE

Fato ocorrido com a própria narradora, na cidade de Barbalha, interior do Ceará, em outubro de 1990.

A fiscal de contribuições previdenciárias fora mandada ao interior do Ceará, para fiscalizar, dentre outros estabelecimentos, o sindicato dos trabalhadores rurais de determinada cidade. Demorou a localizá-lo, a despeito de informações fornecidas por cidadãos, pois que procurara por um vistoso prédio com letreiro aparente e apenas encontrara uma tapera no meio de um quarteirão de casas conjugadas, com um acanhado distintivo em placa esquecida acima da minúscula janela.

Curiosa, a fiscal quis conhecer o interior do prédio, após o que foi instalada na dependência destinada a reuniões dos associados, já que os demais cômodos eram ocupados por improvisados ambulatório médico e consultório dentário, para serventia da população carente.

Sentada num banco de madeira, diante de uma mesa rústica, logo viu definido o seu trabalho: era levantar o débito claro, inequívoco, indiscutível, em meio a um cenário de pobreza.

Não ficou só nisso a mortificação daquela servidora pública. Mal principiara a soma de pilhas de documentos de caixa, começou a ser interpelada por estranhos visitantes que, confundindo-a com médica, pediam-lhe uma variedade de remédios bem conhecidos e já familiares a eles. Doeu-lhe mais o coração a chegada de uma figura de mulher em trapos e descalça que, suplicando-lhe um remédio para verme, disse já não agüentar tanto penar, tanta comichão!

Esclarecido seu equívoco, pela funcionária da casa, a criatura, aflita, desmanchou-se em desculpas — inclusive pelo mau traje que exibia — e fugiu, carregando consigo um descabido sentimento de culpa.

Naquele momento, sensibilizada e achando-se impotente diante das cenas presenciadas, a fiscal, olhando para sua pasta, inflada de CFE, desejou — um segundo que fosse — possuir poderes sobrenaturais e transformar toda aquela carga em remédios para verme, vômito e similares. Mas logo teve que acordar para a realidade e retomar a calculadora. E, ainda sonhadora, planejou um trabalho criterioso, na esperança de que seu resultado revertesse, realmente, em benefício daquela gente sofrida.

Peripécias de viagem

Angelita José Teles de Oliveira
Goiânia, GO

Márcia era do tipo educada, sempre bonita e arrumada. Nunca tinha viajado a serviço. Resolveu experimentar.

Fernando tinha fama de pão-duro. Segundo se comentava, só pegava carona e exigia até os tostões de troco nos restaurantes.

Raquel gostava de ficar em cima do muro.

Pois, este trio de fiscais, juntos, fiscalizaria empresas em uma cidade próxima de Goiânia. Lá a coisa fervilhava. Um escândalo. A imprensa anunciava grandes fraudes.

Os três se reuniram para discutir sobre a viagem. Pela proximidade da cidade, resolveram não pernoitar. Iriam e voltariam todos os dias. Na hora de decidir sobre o meio de transporte, falou-se na importância e num rodízio de carros.

Fernando possuía dois, um para o trabalho, outro para passeio. Porém, pediu para que não contassem com nenhum deles, pois ambos estavam estragados e com pneus carecas. Não houve argumentos que o convencessem do contrário. Márcia colocou seu carro, timidamente, à disposição.

Tudo acertado. Na semana seguinte, todos os dias, sete horas da manhã, Fernando chegava à casa de Raquel, pegava carona e só à tarde retornava para o lar, em seu Fuscão.

Terça-feira, os três a caminho para mais um dia de trabalho. Ao entrar na cidade, o susto. O carro de Márcia, um confortável Monza, começa a pegar fogo. Meu Deus, que horror! Um corre daqui, outro pula acolá, Márcia torce o pé, Raquel chama por Nossa Senhora. Nesta agonia toda, alguém se lembra do extintor. Ah, o extintor! Achei! achei! Ainda bem que estava cheio. E mais um sobressalto, pois Fernando, assustado, atravessou a avenida, movimentadíssima, correndo sério risco de ser atropelado. Ele explicou que só queria ficar longe do carro, diante de uma iminente explosão.

Refeitos dos sustos, empurraram o carro para o pátio de um estacionamento próximo. E foram ao trabalho. Regressaram de ônibus.

Na manhã seguinte, o marido de Márcia os levou à cidade. E enquanto trabalhavam, ele cuidava do carro, que só ficou pronto dois dias depois. Lá pelas 19 horas, após um exaustivo dia de trabalho, foram buscar o carro. Ninguém queria dirigi-lo. Finalmente, Raquel se dispôs. Enfrentaram a estrada. E aconteceu o inesperado. O pneu furou. Mas será o Benedito! Isto é praga dos contribuintes! Não adianta chorar, minha gente, vamos trocar o pneu. Nós, não, o homem aqui é o Fernando. Ele que troca.

Fernando quer tirar o corpo. Tem problemas de coluna.

— Troca! troca!

— Tá bom, tá bom, vou tentar.

Fernando abre, carrancudo, o capô — Tudo bem. Tudo bem, nada. O estepe está furado e vazio.

Caíram em cima de Márcia:

— Onde já se viu, andar sem estepe?

Pedir socorro, na estrada, em plena noite, não dava. O medo era um só: ladrões, assassinos. Que fazer? Fizeram. Foram rodando com o pneu furado, em velocidade de procissão. Mais tarde, na periferia da cidade, encontraram uma borracharia. Encheram o pneu e acabaram de chegar, são e salvos, depois das 21 horas.

Para Márcia, as diárias pagas pelo Instituto mal deram para pagar as despesas do carro. Pouco tempo depois, os três se encontraram em uma confraternização, na chácara. E lá estava Fernando, em seu Gol vermelho, resplandecente. Deu boas risadas, quando Raquel comentou ser conhecedora de pneus.

A tabela

Farid Salomão José
São Paulo, SP

E

poca – IAPI

Cenário – cidade de Amparo

Protagonistas – Bendito Galvão, William Maluf e Farid Salomão José

Amparo, a 125 quilômetros de São Paulo, era sede de zona fiscal (ZF). Compunham a ZF, além da cidade-sede, Pedreira, Serra Negra, Lindóia, Águas de Lindóia e Socorro.

Naquele janeiro, na escolha de zona, foram para Amparo os fiscais Galvão e Maluf (por ordem de antigüidade no IAPI), mais o Farid, que já era titular da ZF há alguns anos. O Galvão havia trocado São Paulo por Itapira, cidade próxima de Amparo; pessoa boníssima, mas um tanto irrequieto, preferia trabalhar em

zona próxima à sua residência, já que não gostava de fazê-lo na cidade em que residia. O Farid e o Maluf residiam em São Paulo. Pretendendo mudar-se para o interior, de olho na cidade de Campinas, o Maluf ouviu os conselhos do Farid e resolveu tornar-se, também, um profissional de diárias, ou seja, fazer como o Farid, que gostava de “papar” umas diárias, trabalhando no interior do Estado, com o fito de reforçar os seus parcos vencimentos.

Amparo, todavia, como sede de ZF, não proporcionava nenhuma diária. Por isso, decidiram liquida a cidade-sede o mais rápido possível. Iniciaram os trabalhos junto à prefeitura municipal, onde obtiveram e relacionaram todos os alvarás concedidos para “construção de casa própria” (CCP).

À noite, no Hotel, discutiam uma tabela de preços por metro quadrado. Na época, o Instituto não confeccionava tabelas de custo de construção, ficando tudo a cargo do fiscal. Este, com o bom senso e a responsabilidade que lhe era peculiar, procurava fazer justiça fiscal, sobretudo no tocante às pequenas construções.

Após muita discussão, os dois “turcos” acordaram com uma tabela mais ou menos como a abaixo:

área de construção	contribuição total devida
Até 40 m ²	isenta
Mais de 40 até 50 m ²	um pedreiro e um servente
Mais de 50 até 65 m ²	dois pedreiros e um servente
Mais de 65 até 90 m ²	dois pedreiros e dois serventes
Etc. etc.	

Repartido o material em três partes iguais, o Galvão, muito radical, não aceitou a tabela. Apanhou o seu material e saiu bravo, após levantar as calças umas três vezes (quando ele ficava nervoso, suspendia as calças), assegurando que iria utilizar uma tabela própria, por que aquela estava muito baixa. Acelerou o Fusca com força e foi dormir em Itapira.

Eram seis horas da manhã quando o madrugador Maluf, abrindo as cortinas do quarto para acordar o colega, exclamou, em alta voz:

– Acorda, Farid. Veja que bela diária vamos ganhar hoje!

Com muita preguiça, o dorminhoco levantou. De fato, o dia estava lindo e os dois “turcos” foram à luta, combinando que voltariam às 17 horas.

Na hora aprazada, depois de trabalharem, cada qual no seu lado, o dia todo, voltaram para o Hotel. Surpresos, toparam com o Galvão, que àquela hora deveria estar a caminho de Itapira.

– Uai, o que aconteceu, Galvão? – perguntou o Maluf.

– Estou desde as dez horas da manhã esperando vocês. Sabem, vim pedir uma cópia da tabela – respondeu, humildemente, o Galvão.

– Que tabela, homem? – retruca o Maluf.

– Eu explico. Nas duas primeiras casas que eu visitei, as coisas correram bem. Na terceira, o proprietário não concordou com o valor, argumentando que

um fiscal turco cobrou mais barato do seu cunhado, que tinha construído uma casa, igualzinha à sua, lá no outro lado da cidade.

Pobre Galvão. Originário da capital, desconhecia que no interior as notícias corriam mais rápido que o vento.

Feedback

Mirna de Liz Holetz
Curitiba, PR

Fonseca estava eufórico! Fora convidado para assumir a chefia do centro regional de treinamento, recém-criado. Fiscal de pasta, não esquecera porém suas origens e mesmo não se desvinculara inteiramente do magistério, que exercia numa das faculdades locais. Não só a nova atividade viria ao encontro de sua vocação maior, como de há muito sentia a necessidade, sua e dos colegas, de atualizações periódicas e reciclagens constantes para um desempenho profissional mais seguro e eficaz. A dinâmica das leis e a multiplicidade de atos estavam a exigir um acompanhamento permanente do contingente fiscal, para fornecer-lhe o instrumental de trabalho eficiente para enfrentar a complexidade do dia-a-dia.

Além disso, o curso no Rio, que lhe estava sendo oferecido, propiciaria ocasião para obter novos conhecimentos, conviver com colegas de outras paragens, trocar idéias e experiências, expor e sentir dificuldades... Sem contar que “o Rio de Janeiro continua lindo...”

Por tudo isso, viajou, cheio de entusiasmo, sedento de informações e aberto às novidades.

E não se decepcionou. As duas semanas de treinamento, ministrado por pessoal capacitado, aumentaram consideravelmente sua bagagem didática e pedagógica. Ficou impressionado com a evolução das técnicas de reuniões, treinamento e aprendizagem. Tudo agora merecia um tratamento científico, derivado de teorias criadas por sumidades nacionais e internacionais, testadas com sucesso na prática.

Terminado o curso, após a confraternização e as despedidas de praxe, Fonseca procurou condução para a volta ao hotel — como bom curitibano, hospedara-se em Copacabana, para ficar junto ao mar. E, como bom fiscal, tomou um ônibus para economizar ao máximo a diária.

Aquela hora, os passageiros não eram muitos. Escolheu um lugar nos fundos e, enquanto observava a paisagem, passou a divagar... Quanta coisa interessante aprendera. Impressionantes os termos usados para definir determinados fatos e situações — adequados e precisos, dispensavam maiores explicações. **Feedback**, por exemplo, era perfeito para significar o retorno, a resposta, a retroalimentação necessários para aquilatar a eficácia de qualquer treinamento. Não via a hora de utilizar os novos conhecimentos e até ensaiava o texto em que iria inserir a simpática palavrinha!

Distraído, quase passou do ponto em que deveria descer. Apressado, levantou-se, tirou uma nota do bolso e a entregou ao cobrador, sem esperar o troco. E, surpreso, ouviu deste a resposta irreverente:

— Moço, não esqueça o **feedback**!

A verve carioca demonstrou sua erudição.

Zé, o capeta

Nélson de Andrade Lira
Recife, PE

Há pessoas que, numa simples conversa, prendem nossa atenção e cativam, de imediato, nossa amizade. E foi assim que aconteceu nos idos de 1979, quando conhecemos o síndico de um condomínio por nós fiscalizado. Chamava-se J.S.V., mas preferia ser tratado por “doutor” Zé — apelido dos tempos de colégio —, ou, simplesmente, Zé. Dizia que era doutor de coisa nenhuma, mas considerava-se “quebra-galho” dos síndicos de todos os edifícios do quarteirão. Quando mais jovem, foi meio subversivo e a repartição onde trabalhava o aposentou com o estouro da revolução. Mas, estava aguardando a anistia prometida pelo governo.

Conversava com muita desenvoltura — falava demais —, e podíamos dizer

que, tal qual o major Siqueira, personagem criado por Machado de Assis, e Zé “chovia a cântaros”.

Encantado por mulheres, Zé as denominava “efetivas” e “avulsas”. Foram cinco as suas “efetivas” e as “avulsas” foram tantas que ele perdeu a conta. Ciniicamente, dizia que, juntando todas, formaria uma grande ala de escola de samba com um título *sui generis*. Ala das Perdidas e Achadas por Zé. Com tanta espontaneidade, Zé era, de fato, um tipo folclórico de primeira grandeza.

Vejamos, agora, uma de suas conversas, a respeito das “efetivas”:

“Com a primeira casei, na forma da lei, em 1955, eu com 20 e ela com 18 anos. No começo, tudo era céu, negrinho pra lá, negrinha pra cá; mas depois de três anos, tudo virou inferno e o negócio degradingolou. Apliquei-lhe, então, uma justa causa; ela constituiu advogado e foi à Justiça. Perdi a questão e ainda hoje sofro, nos meus proventos, uma sangria chamada pensão alimentícia.

“A segunda, quando a conheci, andava mal vestida e era banguela, porém bonita. Dei-lhe um banho de loja, levei-a ao dentista para consertar a fachada. Ela ficou mais bonita e, aí, eu me apaixonei de verdade. Depois de cinco anos de vida em comum, apareceu o maldito ciúme, e entre tapas e beijos, ainda agüentamos um ano, quando ela fugiu com o galego da prestação. Por vingança, não paguei o que devia ao safado.

“Arranjei a terceira, mais alta do que eu, um mulheraço! Só houve uma coisa ruim, pois ela trouxe um contrapeso, a genitora, que fumava cachimbo e era mais feia que desastre de avião. Não agüentei muito tempo e as expulsei de casa, na base da bofetada. De cara inchada, elas foram à delegacia; foi uma bronca feia, mas subornei o delegado. Ficou tudo zerado.

“Continuando a série, a quarta, uma neta de estrangeiros, era loura e muito falante, tinha um defeito na rótula e não dobrava uma perna, mas deixou-me de coração amolecido. Agüentou-me um tempão. Mas, um dia, com ciúmes por causa de uma avulsa, tentou matar-me enquanto eu dormia. Acordei em tempo, dei dois tiros para amedrontá-la e a danada fugiu numa carreira de fazer inveja a qualquer veado. Deve ter curado o defeito da perna!

“Fiz uma pausa, passei dois anos solteirinho da silva, procurando somente as avulsas, até que encontrei uma surda-muda, com a qual me juntei e vivo, até hoje, na maior harmonia. E no alfabeto dos mudos eu já sou professor. São coisas da vida, mestre!”

Mentindo ou não, era assim que o Zé contava suas aventuras. Grande Zé!

Mas, como toda criatura, ele também era mortal e, em 1988, soubemos que, vitimado por grave acidente, Zé deixou o mundo dos vivos. Então, como a bem-humorada Irene, de Manoel Bandeira, imaginamos o Zé pedindo, a São Pedro, licença para entrar no céu. Deve ter conseguido, pois, com certeza, recitou quadrinhos mais ou menos assim:

São Pedro, na forma da lei,
Meu santo, me dê ajuda!
Os meus pecados já purguei,
Pois vivi com mulher muda.

Pedro, é chaveiro do céu
Desde o mundo antigo.
Pedro, tu és meu amigo
E não vais me deixar ao léu.

Meu Pedro, eu vou te falar,
Na terra fui “quebra-galho”,
Aceito qualquer trabalho
E é aqui que vou ficar.

Nos “trinques” e nos “conformes”
E nos “et cétera e tal”
Tenho histórias “enormes”
Contá-las, Pedrinho, faz mal?

Pedro, você tá cansado,
Precisa ser ajudado.
E para não se alongar,
É aqui que eu vou ficar.

Finalmente, imaginamos São Pedro, com o coração brando e entusiasmado
com a habilidade do Zé:
Eu digo alto e bom som:
O trabalho aqui é bom
Seja verão ou inverno.
Não há nenhum sacrifício,
E você dá pro ofício
Na Casa do Pai Eterno.

E São Pedro, muito feliz:
– Zé, muitas coisas eu já fiz,
Por isso estou cansado.
Tome esta chave rica,
No meu lugar você fica,
E já está empossado!

A selagem dos recibos e cavalos

Antônio Carlos Barreto
Crateús, CE

Aturma de fiscais estava em uma das agências do interior do Estado, fazendo a prestação de contas no expediente da manhã daquele sábado do ano de 1958, a fim de, em seguida, viajar para a capital, onde residiam alguns, quase todos.

Para as viagens pelos distritos, às vezes era preciso alugar cavalos, em virtude da falta de estradas de rodagem na época. O fiscal que cavalgava pagava do bolso o aluguel do animal e, na prestação de contas, fazia o recibo, que era assinado por ele mesmo sobre os selos respectivos, obrigatórios, na forma da lei.

Estava, então, um deles atrasado no preparo da documentação e, ao ser chamado pelos outros, prontos, já dentro do veículo, para a viagem, ele, o retardatário, respondeu:

– Já vou, pessoal. Estou acabando de selar os cavalos.
Ocorria ainda que muitas vezes os recibos eram verdadeiros, mas os cavalos eram imaginários.

No Piauí, onde iniciei-me no IAPC, mesmo em Teresina, a capital do Estado, os fiscais que viajavam para o interior telegrafavam à delegacia informando ao chefe da seção de fiscalização sobre o serviço, dando os nomes das localidades para onde iam, onde chegavam e de onde saíam. Um deles, mandava telegramas assim: “Viajamos lugar Jerontenha”. “Chegamos lugar Amarante”. “Saímos lugar Regeneração”. “Seguimos Delegacia”.

Certa vez, o chefe perguntou ao fiscal com quem ele andava, pois sempre usava as expressões chegamos, viajamos, saímos. E o rapaz respondeu:

– Ora, chefe, viajamos nós, eu e o jumento ou o burro em que andava montado nos deslocamentos.

E o chefe, não conformado com a resposta, retorquiu:

– Mas, seu Fulano, até aqui para a capital você viaja montado em jumento?

Filó

José Carlos Vecchio
Porto Alegre, RS

Naqueles confins perdidos do Rio Grande, nos anos 70, quando as estradas ainda não eram asfaltadas, o fiscal tinha que possuir muito espírito de aventura e coragem, para cumprir as tarefas à ele designadas.

Plínio Vitorino era um fiscal *sui-generis*, diferente de todos os demais. Provinha do antigo IAPC, criado na cidade portuária de Rio Grande. Cheio de manhas e vivências, nada lhe assustava. Para quem havia crescido em zona de mato, fogo não o fazia correr.

Saímos de Santa Rosa, cidade importante da zona das Missões, após o almoço. Devíamos anoitecer em Campinas das Missões, lugarejo emancipado por uma lei orgânica e denominado município, como tantos outros por esse Brasil

afora. Como bons colegas, a viagem transcorreu sem sentirmos, em bela prosa até o local. Chegamos à noite, ao lugar determinado. Cidade missioneira por excelência, um verdadeiro deserto no meio do pampa. Como bom gaúcho que se preza, não se anda à noite na rua.

Sem hotel, sem pousada, apenas uma rua esburacada, com algumas casas mal-pintadas e uma ladeira onde despontava a única escola do local e, claro, com o prédio da Prefeitura assentado em frente ao que se chamaria de praça, para ser amável, já com as suas portas cerradas, como manda a tradição. O colégio era a única saída como abrigo naquela noite que se avizinhava das frias.

Batemos na porta e do fundo do corredor apareceu uma figura frágil, jovem ainda, que nos atendeu com um sorriso. Não estava tudo perdido, o mundo nos sorria. Nos apresentamos rapidamente, pedindo pousada, e fomos informados de que tivéramos sorte, havia um quarto vago, aguardando um médico que chegaria à localidade por aqueles dias. Fomos levados até o mesmo. Devido ao momento em que nos encontrávamos, pareceu-nos uma “suíte presidencial”, para exagerar um pouco. Lá colocamos nossas malas e a inseparável companheira de trabalho, a pasta; lavamos as mãos, para sermos discretos, e saímos em busca de um lugar para jantar.

Havia um boliche*, ao descer, cujo cardápio, não diferenciava dos outros boliche missioneiros — a famosa lingüiça frita da colônia com pão, acompanhando café ou outra bebida, a gosto. Tomamos o café com a “teimosa” e, para ajudar no sono, pedimos uma cervejinha gelada, para terminar a noite. Rumamos para o nosso hotel improvisado, já cansados do dia e da viagem, sentindo os efeitos do minuano, batendo na nossa face e ansiosos por um banho quente e uma cama limpa para dormir.

Na porta da escola se encontrava a freirinha que tão gentilmente nos recebera horas antes, um olhar aflito, com a notícia não muito alvissareira de que não poderíamos pernoitar ali, pois a madre superiora de Santa Rosa havia assim determinado. Homens na escola, não.

Plínio não se conformou. Atacou de menino peralta e perguntou o nome da irmã de caridade. Esta respondeu baixinho: “Filotéia”.

Plínio, mais do que depressa, se acercou mais e sussurrou:

— Filó, não apronta esta pra nós.

A irmã, assustada, deu um passo para trás e ele emendou:

— Já tive uma namorada que era freira que nem tu.

Com paciência, consegui convencê-lo a ir embora. “A lua, o conhaque, deixaram Plínio comovido como o diabo”, diria o poeta.

Acabamos nos fundos do boliche, num quarto de madeira, onde dormiriam dois com espaço para um e com um barulho estranho embaixo do piso. Plínio não perdeu o humor. Mesmo no escuro do quarto, sem luz, a não ser de um toco de vela, colou na parede um lema escrito às pressas num papel — “Hei de vencer” —, enfeitando a tapera que nos servira de pousada. Pela manhã, ficamos sabendo

(*) Expressão usada em regiões do Rio Grande do Sul para designar bodega, taverna (N do E)

que os ruídos estranhos eram provenientes do chiqueiro do dono do boliche, situado embaixo de nossos pés. Mas, aquela lua que aparecia através dos vãos de madeira que cobriam a tapera improvisada, as estrelas, ainda mais os campos de trigo alourado que circundavam aquela cidadezinha qualquer, dourada ao sol da manhã iluminada, valeram a ida até lá. São inesquecíveis.

O último TVD

Wladimir Novaes Martinez
São Paulo, SP

Foi em meados de 1961, alguns meses após a promulgação da LOPS. Eu estava sediado em Assis, interior de São Paulo. Uma das cidades a cobrir era Campos Novos, recentemente elevada à condição de município. Pequeno povoado, não servido por trem, ônibus ou qualquer meio regular de transporte, nunca vira um fiscal do IAPI. Sem hotéis, pensões ou restaurantes, tinha um único contador. Ainda bem.

No posto fiscal de Salto Grande, de onde se desmembrara, obteve o nome de 32 pequenos empresários industriais, nenhum deles matriculado ou contribuindo. Fiscal novo, estava entusiasmado: era o primeiro a fiscalizar o município.

Verdade que os contribuintes eram pequenos alfaiates, ferreiros, seleiros, oleiros, enfim, lá só havia o que hoje se chama de microempresa, onde somente o proprietário era segurado obrigatório.

Informe-me em Salto Grande sobre como chegar a Campos Novos. Não era longe, asseveraram-me, talvez uns 40 quilômetros. Mas, somente de automóvel. Indicaram-me um motorista de praça, aliás, um nascido em Campos Novos. Conversamos, combinamos a corrida, expliquei-lhe que pretendia chegar à cidade cedíssimo e voltar no mesmo dia, antes da noite chegar.

No dia apazado acordei às quatro horas da manhã, tomei o trem em Assis e desembarquei em Salto Grande. O motorista, conscientíssimo do seu papel, me esperava na estação. Tomamos um rápido café e às seis e 45 em ponto estávamos abrindo o escritório do solícito contador, previamente avisado da operação, que iria couper-lhe o escritório todo o dia. Um alto-falante postado no alto da torre da Igreja já estava convocando os empresários.

Naquele tempo, de verdadeiro sacerdócio fiscal, na primeira fiscalização era preciso falar dos direitos e obrigações e entregar um cartão de matrícula, além de recomendar um contador. Lavrar o termo de verificação de débito e colher a assinatura era uma questão de honra para mim.

Com a ajuda do prestimoso contador e do respeitoso motorista, trabalhamos azafamadíssimos até às 17 horas, exceto por uma pausa para um pequeno lanche. Ao cair da tarde, transpirando sob o forte calor de fevereiro, eu tinha lavrado 31 TVD. Estava feliz com o resultado e por poder chegar à noite em casa com produção para um mês. Com diárias! Os empregadores, doutrinados, matriculados, notificados e assinados. Uma beleza!

Na volta para Salto Grande, expressei ao motorista o meu contentamento, por ter fiscalizado a cidade inteira. Com a única exceção de um empresário, que não comparecera, talvez por ser da zona rural e não ter sabido da convocação. Não tinha importância.

O Ford 48 percorria veloz a estrada poeirenta, corcovando pelo caminho tortuoso. O motorista, igualmente alegre e solidário na minha satisfação, comentava a ajuda prestada, indo buscar um ou outro e, irmanado no meu *animus fiscalizandi*, perguntou:

— O doutor fiscalizou todas as empresas?
— Todas, não. Faltou uma. Mas, foi um sucesso. Quase cheguei aos 100 por cento. Seria um milagre. Matriculei 31, está ótimo. Faltou apenas um oleiro...

— E quem é esse desgraçado que faltou? — indagou ele.

Disse-lhe o nome. Ele freou bruscamente; quase dei uma cabeçada no parâbrisa. A pasta e a papelada rolavam aos meus pés. Em seguida, fomos engolfados por uma imensa nuvem de pó.

Ali mesmo, assim que a poeira assentou, no capô do automóvel, rindo os dois, colhi a assinatura dele, no último TVD.

Amor com amor se paga

José Tomasuolo
Moji das Cruzes, SP

Em serviço na cidade de São José dos Campos, São Paulo, me foi determinado que visitasse uma grande empresa, fabricante de foguetes bélicos e outros afins, para que informasse um processo relativo ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

Segui para a mesma e, na portaria, me identifiquei, preenchendo as formalidades de praxe. Isto feito, o guarda da portaria me conduziu a uma saleta e disse que aguardasse um pouco que logo seria atendido.

E lá fiquei: 15 minutos, leio uma revista; meia hora, começo a ficar impaciente; 40 minutos e perco a paciência, resolvendo retornar à portaria e me informar sobre que está ocorrendo.

Aí, o guarda que me atendera disse, com a maior “cara de pau”:
— Está vendo? A espera faz a gente ficar nervoso e bravo. Pois é isso que o pessoal lá do INPS faz com a gente, quando a gente quer ser atendido. Fica esperando, e ninguém dá bola. Agora, o senhor viu o que é bom.

Um tanto revoltado, retruquei ao guarda que ele deveria proceder no INPS como eu iria proceder na empresa: levar o fato ao conhecimento de seu superior, para as medidas cabíveis.

É o fiscal recebendo o troco por algo que não pagou.

O milagre

Eloy Pereira Guedes
Belém, PA

Em agosto de 1952, fui designado para fazer fiscalização no município de Afuá, Pará, lugar de difícil acesso. Após concluir o serviço, fiquei ilhado naquele município por alguns dias, aguardando oportunidade para regressar; foi quando ancorou no trapiche um barco à vela transportando mercadorias de Belém para Macapá, território do Amapá (naquela época). Depois de muita conversa, consegui uma passagem até a cidade de Macapá, pois lá seria mais fácil o regresso a Belém; zarpamos às oito horas da manhã de Afuá e, algumas horas depois, nos defrontamos com a imensa baía de Marajó (famosa), com a qual fiquei apavorado, tal o perigo que iríamos enfrentar.

Assim, prosseguimos viagem durante a manhã. Após o almoço, fui descansar sob o toldo do barco (no camarim). Lá por volta das 17 horas, desabou um

forte temporal, já próximo à cidade de Macapá. Fui chamado pelo comandante do barco, às pressas. Ele me disse que estávamos em perigo de vida, tal a violência das ondas do mar bravio. Eu e os demais tripulantes do barco ficamos em pânico, total desespero, sem poder contar com socorro, a não ser o socorro divino, que até hoje não esqueço, o que considero um milagre.

Desesperados, sob orientação do comandante, tiramos as roupas para esperar o pior, caso o barco viesse a quebrar. No meio de tantas aflições, onde uns choravam e outros gritavam, resolvi buscar ajuda através de preces, em alta voz, pedindo a Nossa Senhora do Nazaré, Padroeira de Belém do Pará, para nos ajudar. Pedi para nos mostrar, se fôssemos merecedores, um aviso de esperança, para podermos aguardar com fé.

Todos gritavam, olhando para o céu, que estava escuro.

Foi quando, já por volta das 19 horas, abriu-se um clarão no céu, de onde todos nós vimos uma bola, do tamanho da lua cheia, deslizar com uma imensa calda de uma cor verde que jamais vi igual, como se Deus abrisse uma janela de esperança para nós.

Ficamos estáticos, olhando. Foi tudo muito rápido. O céu voltou a escurecer. O temporal continuava. Essa visão durou menos que um segundo. Em seguida, foi o tempo melhorando e meia hora depois passou a chuva, o vento acalmou, o céu ficou estrelado e o mar serenou como se nada tivesse acontecido. Após agradecermos, ajoelhados, a Deus, ficamos aguardando a maré subir, pois estávamos encaçados num banco de areia, a vela toda em pedaços, tal a violência do temporal. Assim, ficamos horas aguardando. Enquanto isso, eu fazia bolinhas de papel e jogava na água, para ver quando a maré começaria a subir. Lá por volta de meia-noite o barco desencalhou e prosseguimos viagem, a remo, em direção à cidade de Macapá. Aportamos às duas horas da madrugada.

No dia seguinte, providenciei passagem de avião, pela Cruzeiro do Sul. Assim, viajei pela primeira vez de avião. Tinha medo, mas preferi arriscar ir de avião do que de barco.

Tomei a visão como milagre e, chegando a Belém, mandei celebrar uma missa, na Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, em agradecimento, e passei a usar uma medalha, em um cordão no pescoço, da qual desde esse dia nunca mais separei. Foi um milagre em minha vida. Sou devoto de Nossa Senhora de Nazaré.

A diferença

Maria Cândida Pereira da Silva Almeida
São José dos Campos, SP

Iniciei-me no serviço público em 1962, como escriturária do ex-IAPI. Fui trabalhar na cidade de Campos do Jordão, onde o custo de vida é bastante alto. De lá, transféri-me para Americana; depois, fui para Campinas, Santa Bárbara d'Oeste e, posteriormente, São José dos Campos, onde aposentei-me como fiscal.

Nessas andanças, conheci tipos os mais variados e profundamente humanos, apesar de muitas vezes sofridos. Aprendi com tais pessoas as mais belas lições de humildade e de amor, de gratidão. Via a dor estampada em rostos tristes e muitas vezes nada pude fazer. Porém, no mais das vezes, havia uma equipe de funcionários que se desdobravam em suas atividades, que levavam serviço para casa sem nada receber, apenas pelo prazer de ajudar àqueles que sabiam necessi-

tados. O fato que vou relatar, apesar de não estar relacionado com a atividade de fiscal considero que deva ser conhecido.

Trabalhava como informante habilitador em uma agência do interior. Certo dia, analisando as fichas de manutenção de benefícios, constatei que um segurado não recebera uma diferença a que fazia jus. Efetuei o cálculo, passei-o para o visto da chefia de benefícios e, em determinado dia, quando o segurado comparece, recebeu o pagamento, juntamente com o benefício do mês.

Este segurado era um nortista muito humilde, o “seu” Geraldo. Ia sempre descalço ao Instituto. Via-se a sua pobreza. Mas, estava sempre alegre e, quando lhe explicávamos alguma coisa, acenava, respondendo: “Nhô sim, Nhô sim”.

Nesse dia em que ele recebeu a diferença, já eram quase seis horas da tarde quando vimos, pela porta de vidro, o “seu” Geraldo entrando novamente. Só que com ele estavam algumas crianças.

— Dona — chamou do balcão. — Eu vim mostrá o que eu comprei para os menino. Veja; para o Carlo — mostra pra moça, fio — comprei uma alpercata. E também para o Gerardinho — mostra, fio. Para a Tonha, comprei uma sandália pra i na missa. E para a Maria, minha muié, comprei um corte de vestido — e abriu o pacote para nos mostrar. — E si Deus quisé, ainda sobrou um pouquinho, que eu vô vê minha mãe lá em Bebedouro. Faz 20 anos qui não vejo ela.

Era tão grande sua alegria em poder comprar alguma coisa para família, que “seu” Geraldo fez questão de vir compartilhar conosco.

Quando entro em qualquer prédio do INPS e vejo um segurado na fila, vem-me à memória a figura humilde, alegre, agradecida do Sr. Geraldo. Que na minha juventude passou-me muito de sua grandeza de alma.

Know-how cearense

Rozilda Saraiva
Fortaleza, CE

Fato ocorrido com a fiscal de contribuições previdenciárias Maria Eliene de Queiroz num subúrbio de Fortaleza, em maio de 1990.

Eliene saiu cedo de sua residência, para fiscalizar uma fábrica de sapatos localizada na periferia de Fortaleza. No endereço, constante do CFE, encontrou uma exposição de calçados de variados modelos e tamanhos e logo identificou como “lojinha de fábrica”.

A acolhida à fiscal federal foi das melhores: cafezinho em bandeja inox, a cadeira mais cômoda, o lugar mais fresco, a melhor escrivadinha e, de pronto, a documentação solicitada por telefone, que, embora reduzida, segundo o empresário, era tudo que tinha para exibir.

E qual não foi a surpresa da militante quando, ao abrir o livro de registro de empregados, verificou a inexistência de inscrições, ou seja, a empresa não possuía nem jamais possuía empregado. Persistiu na pesquisa, mas só obteve a confirmação daquele dado inicial.

Intimado a se explicar, o titular, jogando um charme pra fiscal, objetou:

— Sabe como é, doutora; não é mole lidar com essa raça de gente! É um tipo que só quer ganhar e, trabalhar, que é bom, nem pensar! Isso tem gerado uma rotatividade tão grande que não há tempo de formalizar a admissão. Não passam de meros inexperientes!

— Mas tem sido sempre assim, na sua empresa?

— Sim... Não... Isto é, ultimamente, venho tentando escapar desta crise econômica em que o governo nos meteu. A doutora há de convir que o mar não está pra peixe, por isso resolvi trabalhar sozinho, a fim de manter este meu “negocinho”.

— O senhor acumula, então, as funções de comprador de matéria-prima, operário e vendedor de sapatos femininos e masculinos e ainda lhe sobra tempo para atender ao fisco?

— Faço o que posso, doutora.

— Pois confesso que estou surpresa com suas explicações. Esperei do senhor justificativa mais convincente ou mais emocionante, como o emprego de uma máquina ultramoderna, substituta da mão-de-obra de tal forma que, em se colocando o couro aqui, o sapato pularia ali, em minutos, prontinho para a loja da fábrica — um **know-how** cearense inédito, capaz de projetar o Estado no cenário industrial brasileiro e, quem sabe, até acabar de vez com a nossa decantada dívida externa.

Com aquela prosa, a fiscal não só conseguiu desconstrair o homem — que a princípio, muito senhor de si, titubeara depois em explicações desconexas —, como obteve dele a permissão para conhecer a fábrica, onde se deparou com os verdadeiros responsáveis pelo funcionamento da pequena, mas bem-sucedida, empresa.

Correndo atrás do trem

Luiz Carlos Dias Vieira
Teresópolis, RJ

Corria o ano de 1955 — já lá se vão 35 anos, exatamente o tempo de uma aposentadoria —, quando verifiquei, na escala de serviço do antigo SAPS, a minha designação para proceder a fiscalização no supermercado existente no município de Tinguá, Rio de Janeiro.

Levantei de madrugada e na Estação da Leopoldina peguei o trem das seis e meia para a cidade de Cova, onde pegaria outro (“macaquitos”) direto para Tinguá. Deveria chegar por volta das onze horas. Esse trem possuía apenas dois bancos laterais e com justificada permissão podiam viajar também cachorros, galinhas e porcos. Foi natural, portanto, que além de toda essa comodidade, eu chegasse em Tinguá já passando das cinco horas da tarde.

Era um dia chuvoso, cinzento e eu levava, além da indefectível pasta, um desconfortável guarda-chuva.

Depois de algumas informações, estava eu, finalmente, diante do supermercado do SAPS. Nessa altura, para meu desespero, já passavam das seis horas e o supermercado estava fechado. Ele ficava numa pequena colina, de onde se avistava a estação de ferro. Daquele local pude ver o mesmo trem que eu chegava começando vagorosamente a sair da estação.

Perguntei então a um rapaz que passava, a que horas sairia outro trem. Ele respondeu, apontando para o trem:

– Depois daquele ali, não tem outro não.

Indaguei então se havia ônibus, e a resposta foi clara:

– Depois daquele ali, não tem mais nada saindo daqui.

Como se eu tivesse sido atingido por um raio, saí desesperado, aos trambolhões, colina abaixo, atrás do trem. Depois de descer em disparada uns 300 metros, deparei-me com uma situação aflitiva...

Eu corria com a pasta numa das mãos e o guarda-chuva na outra, de terno e gravata, por uma estradinha de terra, paralela aos trilhos e afastada do trem, mais ou menos, um metro. Entre a estradinha e o trem ficavam os dormentes. Eu ia correndo ao lado do último vagão, olhando para a escada de ferro e o balaústre. Pensava então: “Meu Deus, eu tenho que dar um pulo, colocando meu pé no degrau e segurar o balaústre. Mas como é que eu vou fazer isso com a pasta, o guarda-chuva e o trem em movimento?”. Enquanto pensava, o trem ia andando mais depressa. Tomei finalmente a minha decisão. Passei o guarda-chuva para a mão esquerda, junto com a mala, e pulei...

Acertar eu acertei, contudo, com o impulso e o trem em movimento, lá fiquei eu como, um pêndulo, batendo de um lado e de outro. Foram segundos intermináveis, até que — abençoados passageiros — içaram-me para dentro.

Para encurtar essa pequena história, o resultado é que cheguei em casa perto da meia-noite, sem almoço, sem jantar e, principalmente, sem ter feito a fiscalização.

Ingratidão humana

Francisco Vilar do
Petrópolis, RJ

Em 1968, quando da instalação da estrutura do INPS, implantado o grupamento de pequenas empresas, na agência Campo Grande, zona rural da cidade do Rio de Janeiro, e ao tempo do convênio com a fiscalização do trabalho, para lá fui deslocado, juntamente com o Jefferson da S. Bento*.

Recebi, com a recomendação de tomar providências urgentes, um processo de reclamação trabalhista, aceita por JJC da capital, que determinava *in sententiae* o registro dos reclamantes e a lavratura do então TVD, para cobrança das contribuições previdenciárias.

Colégio XYZ, no bairro N, dirigido pelo professor F. Cheguei por volta das 17 e 30 e fui acomodado na sala de espera, para aguardar reunião com o diretor, ocupado momentaneamente.

No corredor ao lado, desenvolvia-se uma tremenda fofoca, segundo a qual o diretor, em provecta idade, fora ao Líbano, seguindo costume racial, e voltara casado com moça muito mais jovem, a qual, segundo se apurara naqueles dias, não estaria agindo com a correção esperada e, conforme se constataria naquela manhã, justamente com um professor do colégio. Trique-trique, se aduziam detalhes, verdadeiros ou não. Nisso, a porta se abre e um sofrido senhor me recebe, formalmente. Mostrei-lhe o processo e minha disposição de acompanhar o registro dos reclamantes, lavratura de autos de infração e de TVD, para cobrança do débito.

Contou-me então o professor F que o colégio dispunha de cozinha, que servia refeições a ele e aos outros professores. A cozinheira o procurou e disse que, enquanto a fartura e bonança compunham a mesa que seria, sua família passava fome, já que seu marido estava desempregado. Solicitou ao professor pudessem servir as sobras à família, para mitigar-lhe a fome. Compungido, concordou. Por educação e/ou agradecimento, os familiares lavavam os pratos e varriam a cozinha, após o almoço, o que determinou, a partir de então, um maior movimento, justamente em função do aproveitamento nas sobras.

Sobreveio campanha eleitoral no local e um “político” convenceu a família a reclamar na Justiça do Trabalho, uma vez que ao lavar a louça e varrer cozinha prestava um serviço ao colégio. O juiz aceitou a reclamação, sentenciou e o fiscal foi lá.

Amarguradamente, com a voz embargada, o diretor confessou estar passando momentos um tanto “atribulados”, que não agüentava mais a ingratidão dos seres humanos e que não via mais motivos para continuar mais neste mundo. Abriu a gaveta, dentro da qual havia um daqueles parabeluns antigos, de cano bem comprido, e disse que após a minha saída, que, naturalmente, se daria dentro de poucos minutos, se suicidaria. Às 18 horas, na “hora da Ave-Maria”.

Ele não sabia que eu sabia dos trique-triques ouvidos nos corredores e se impressionou com o fato de eu ter acreditado que se suicidaria. O pior é que, realmente, acreditei.

O que fazer para evitar o fato? O público em geral não sabe que o fiscal, pela natureza de seu trabalho, que balança o interesse mais fundo das pessoas, especialmente os endividados, convive, forçosamente, com o desespero dos contribuintes, especialmente quando há problemas paralelos, e que o fiscal também sofre com o conjunto de problemas que se desenrolam a sua frente, principalmente por ser um ser humano, cuja função precisa ser exercida com muita cautela, com todos os seus atos precedidos de muita análise, já que podem trazer as outras conseqüências nem sempre suportáveis.

Voltando ao caso, o que fazer, convencido de que estava diante de um homem desesperado e não de um ator?

Levei uma hora interminável para demonstrar a ele que, como a sentença admitia recurso, por não ter transitado em julgado, eu poderia eximir-me de lavar o TVD e adiar a lavratura do AI. Um sufoco, que só terminou quando o fiz prometer que me receberia, pessoalmente, em 30 dias. A bem da verdade, nesse meio tempo fui transferido para o centro da cidade, para trabalhar com o Fer-

nando Rocha, e a leitura atenta dos anúncios fúnebres da semana não estampou o nome do sofrido professor, que dirigia um grande educandário na zona oeste do Rio de Janeiro.

(*) Os nomes são fictícios.



Açougue em Suzano

Arnaldo Pires da Costa Júnior
Vinhedo, SP

Recebi a carga de serviço para trabalhar em Suzano, São Paulo, cidade próxima a Moji das Cruzes. Após fiscalizar as empresas de maior porte, constatei um CFE ou, mais precisamente, um açougue próximo ao centro da cidade.

Lá chegando por volta de nove horas da manhã, identifiquei-me. O proprietário não estava no estabelecimento. Constatei que todos os empregados estavam sem registro e que a empresa não possuía cartão de ponto, quadro de horário etc. etc.

Fiz, como de praxe, a verificação física, anotando data de entrada, números das carteiras profissionais, recibos de pagamento em poder dos empregados etc. etc.

Localizado o contador, levantei, através do livro diário, os débitos provenientes das folhas de pagamento. As despesas eram contabilizadas, sem, entretanto, serem recolhidos os valores do INPS (atual) IAPAS e do FGTS.

Após a confecção de relatórios de levantamento de débito, lavratura de NRDV, NDFG, AI CLT (art. 41), AI CLT por falta de quadro de horário etc. etc., fui pessoalmente entregar ao proprietário toda a documentação.

Lá chegando, encontrei o proprietário, um senhor português de aproximadamente um metro e 60 de altura, atrás do balcão. Coloquei sobre o balcão toda a documentação relativa ao serviço. Fiquei perplexo: após agredir-me com palavras, armou-se ele de um enorme gancho de pendurar gado retalhado, pulou o balcão e partiu em minha direção.

Por sorte, eu havia estacionado minha velha perua Kombi próximo ao açougue. Fechei a perua por dentro. Mesmo assim, o português tentou abrir a porta. Não conseguindo, fez uma cruz no vidro do carro, desejando que o herói aqui perdesse as duas pernas debaixo de um caminhão ou trem.

Seguindo as instruções, remeti o trabalho através de AR.

Fiscal, o senhor me matou

Péricles Lima Rattes
Vila Velha, ES

Foi um verdadeiro trauma em minha vida. Aquela voz rouca, vinda de um enfermo, portador de enfizema pulmonar, em seu leito de morte, ecoou durante muitos anos em meus ouvidos.

Aconteceu nos idos de 1964, em Vila Isabel, Rio de Janeiro.

Após fiscalizar um firma individual, com atividade encerrada, lavrei o TVD (termo de verificação de débito) e o entreguei ao titular. Quinze dias após, como de praxe, retornei a sua residência, para verificar a quitação do débito. Não fora quitado. Ameacei o empregador com autuação e remessa do termo para a procuradoria. Ele pediu-me um prazo para vender seus bens e quitar o débito, no que consenti, e ele cumpriu, custando-lhe a falência econômico-financeira e de saúde, situação em que o encontrei, em seu leito de morte.

Aconteceu que, decorridos dez dias da quitação, o governo mudou as regras da correção monetária, recém-instituída, e o débito, desse feito, ficaria reduzido a 10% do total se fosse pago de acordo com as novas normas.

O governo nada devolveu a quem já tinha efetuado a quitação.

Ipsis verbis

Gilberto Moura Ferreira de Azevedo
Salvador, BA

Visitando uma firma estrangeira, acompanhado de dois fiscais recém-nomeados, a quem deveria introduzir na rotina fiscal, o historiador que assina a presente narrativa entreteve com o respectivo gerente o seguinte diálogo:

— Já dispõe da relação dos empregados que receberam 13^o salário?

Respondeu então o pretensioso gerente, supondo talvez que só ele conhecesse a expressão latina:

— O senhor não vai encontrar isso aí *ipsis verbis*.

De imediato, respondeu o fiscal:

— Se estiver *ipsis*, em me dou por satisfeito; não é necessário estar também *verbis*. Não é preciso estar ponto por ponto, letra por letra — traduzindo, na língua pátria, o enunciado latino, com humor e sarcasmo.

A partir daí, o gerente não mais apareceu. Mandava sempre outro funcionário atender à fiscalização.

A bebida

Farid Salomão José
São Paulo, SP

Em Amparo, sede da ZF, após concluírem a fiscalização da construção de casa própria (CCP) – era esse o nome, na época –, os três fiscais e amigos Galvão, Maluf e Farid dividiram o material de fiscalização de rotina em três partes iguais. O Galvão pegou a sua parte, alegando que iria estudá-la em casa, e partiu para Itapira, localidade onde residia.

Os outros dois permaneceram analisando as fichas de fiscalização de empregador (FFE). Farid, veterano na cidade, ia respondendo às indagações do colega: localização de ruas, tipo de empresas, número de empregados etc.

Dentre outras coisas, o Maluf ficou sabendo que, com algumas exceções, os fiscais do IAPI eram bem recebidos nas empresas, tinham fama de exigentes, honestos e faziam absoluta questão de verificar o livro diário. Talvez por isso os em-

pregadores não costumavam presentear os fiscais do IAPI, nem mesmo com a tradicional pinguinha de alambique que era distribuída aos visitantes. Aliás, de um modo geral, os empresários locais eram afamados pelo seu pão-durismo. Interrompendo a análise das FFE que fazia, o Maluf indaga:

— Que diabo é fábrica de gasosa?

— Como é duro ser caipira da cidade, — respondeu o Farid. — Fábrica de gasosa é fábrica de bebidas. Gasosa nada mais é que água gasificada com açúcar e essência de limão ou abacaxi. Também fabricam a taubaína que é...

— Já sei — atalhou o Maluf. — É o guaraná dos pobres.

— Exato — concordou o Farid. — Mas, qual é a fábrica?

— A Amparense Ltda. — esclareceu o Maluf.

— Você se ferrou, Maluf. Trata-se de um empregador muito chato. Discuti com o homem o ano passado.

— Afinal o que aconteceu com ele?, indagou o curioso Maluf.

— Calma, eu vou contar. Apresentei-me ao empregador dizendo “boa tarde. Fiscalização do IAPI”. Ele respondeu com cara feia: “Outra vez! já estou cheio de fiscal de aposentadoria; quando não é o IAPI é o IAPETEC”. Com calma, mas elevando a voz, expliquei que, em razão do tamanho da cidade, as empresas eram visitadas em dois ciclos fiscais, ou seja, duas vezes por ano. Quanto ao IAPETEC, o problema não era meu. Daí para frente, o nosso diálogo foi apenas polido. Comecei a examinar os documentos, sem olhar na cara dele. Num certo momento, ele pergunta: “O senhor quer tomar uma bebida?”. “Não, obrigado”, foi a resposta. Mas, querendo ser agradável, ele insiste: “Está tão quente, uma bebida gelada vai bem”. “Obrigado”, respondi, secamente. É isso, Maluf, tenha muito cuidado com esse cara.

— Qual nada — replicou o Maluf. — Você vai ver que para mim ele irá trazer uma bela gasosa, talvez uma pinguinha. E, para me certificar, amanhã mesmo irei lá.

À noite, no jantar, o Farid quis saber se o amigo foi à fábrica de gasosa.

— Sim e foi tudo bem — respondeu o Maluf. — Fui bem recebido, o proprietário me atendeu prontamente e, a certa altura, ofereceu-me uma bebida...

— Ótimo — interrompeu o Farid. — É que eu o amaciei para você. Mas termine logo a história.

— Pois é — continuou o Maluf. — Quando ele me ofereceu “uma bebida” eu lhe respondi que aceitava. Ele perguntou: “Ao natural ou gelada?” Gelada, foi a resposta. Enquanto ele saía para buscar a bebida, pensei: será que é uma soda abacaxi, ou taubaína, quem sabe uma cerveja? Sabe o que ele me trouxe, Farid?

— Não, o que foi?, responda logo — gritou o Farid.

— É — concluiu o Maluf —, o miserável pão-duro trouxe-me um copo com água torneiral gelada...

O flecha ligeiro

José Romualdo Quintão
Belo Horizonte, MG

Os colegas, carinhosamente, alcunharam-me de “O Mosqueteiro Elétrico”, ou “O Flecha Ligeiro”, porque sempre procurei efetuar as minhas tarefas com muito zelo, dentro de uma perfeição desejável e, principalmente, com muita rapidez.

Lembro-me de um dia, quando o meu amigo e chefe Aníbal Fernandes, conhecedor profundo da língua portuguesa, emérito jurista e inspirado compositor de marchinhas carnavalescas, pediu-me, com a recomendação verbal de “máxima urgência”, para solucionar uma requisição de diligência que estava sendo cobrada pela administração central. De imediato, com um sorriso nos lábios, alertou ao setorista Mendes, que se encontrava entre mim e a porta:

– Saia da frente e abra de imediato esta porta, senão o “Flecha Ligeiro” te atropela.

Duas horas após, a RD, devidamente sacramentada, encontrava-se em poder da chefia.

Fiscalização impossível

Ary Delgado
Belo Horizonte, MG

A pesar das vicissitudes da vida de um fiscal, mormente na área das contribuições sociais, como da discórdia entre duas forças antagônicas, patrões versus empregados, sempre sobra lugar para amenidades e um pouco de humorismo.

Assim foi, nas minhas andanças de fiscal, de zona em zona, até que assumi a de Divinópolis. Cidade mineira progressista, centro ferroviário e industrial; cosmopolita de nascença, por isso muito movimentada, com estabelecimentos a variar de micro até macroempresas, preponderando as oficinas da antiga Rede Mineira de Viação, hoje Rede Ferroviária Federal S.A. Vale a pena registrar que a Rede Mineira de Viação já havia sido Estrada de Ferro Centro-Oeste, que o povo denominava, com zombaria, de “ruim mais vai”.

Já instalado no hotel, com o material em ordem, resolvi sair à rua a iniciar meu trabalho sobraçando um cadastro de fichas de fiscalização de empregador (FFE), todas já dispostas na ordem de visitação, segundo orientação colhida com um carteiro, que é o melhor elemento de informação de endereços do interior brasileiro, sempre inóspito e sem indicações precisas.

La a meio meu trabalho, já com uns 15 dias úteis fiscalização efetiva, quando, certa manhã, entrei numa alfaiataria de médio porte, com uns cinco empregados ativos, a julgar pelo número das máquinas de costura ali existentes no recinto de produção.

O estabelecimento estava, porém, às moscas; ninguém me atendeu. Como é hábito no interior, bati as clássicas palmas, com certo acanhamento. Não se fez esperar o aparecimento de uma pessoa. Surgiu pela porta dos fundos do salão de confecções uma bela moça, aparentando uns 20 anos.

Anunciei-me e identifiquei-me, respeitosamente. Mesmo assim, a rapariga ficou meio embaraçada; postura natural no interior, onde fiscal era persona-rara, constrangedora só pela presença.

Tomei do cadastro, procurei a ficha daquele empregador; encontrei-a e a consultei, enquanto a moçoila se pôs a me observar atentamente. Passei a ler a ficha e, ao me deparar com os lançamentos nela registrados pelo meu colega precedente, que ali estivera há um ano, desatei numa risada gostosa, mas contida pela presença da moça, que presumi ser empregada ou filha do proprietário.

A criatura, tão suave, mas bem tristonha, olhou-me bem de frente e exclamou, entre soluços:

— Se o senhor procura pelo meu pai, ele morreu ano atrasado. Minha mãe está acamada e a alfaiataria, fechada temporariamente.

Consultei novamente a ficha, para certificar-me das anotações. E li, novamente, a que foi feita por meu antecessor na coluna própria, “ocorrências da visita”, onde ele escrevera: “Na data da visita, o empregador continuava morto”.

O fiscal que me precedera já havia visitado aquela alfaiataria, há um ano, e constatado o falecimento do empregador, o que ensejaria a fiscalização indireta com EA (encerramento de atividades).

Eu, então, repito, para amenizar os percalços da nossa árdua profissão, fiz meus apontamentos na mesma ficha: “Empresa continua paralisada; empregador não ressuscitou ainda”; “não há sucessor”; “atividade paralisada desde 1942”.

Não seria preciso dizer que recebi da chefia as admoestações de costume, através do formulário mais odiado pelos fiscais do ex-IAPI, a OSF (orientações de serviços fiscais).

Pelo que me consta, ainda há chefes que, além de usarem, despoticamente a expressão “deveis” etc. etc., quando se dirigem aos subordinados, ainda forçam os fiscais a fazer funcionar estabelecimentos de há muito paralisados... Mas, vão acabando...

Um caso folclórico

Maria Ordália Santos Alterman
Uruguaiana, RS

Fui lotada em Uruguaiana, uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina. É daqueles lugares onde, à tardinha, as pessoas costumam sentar-se à frente das casas, para tomar chimarrão e jogar conversa fora. Conhece-se a maioria dos comerciantes da cidade até mesmo pelo nome e, na nossa profissão, ainda maior número de pessoas.

Um dia, constava da minha carga de trabalho uma loja de armarinhos muito conhecida na cidade, cujos donos eu já vira nas várias vezes em que lá estive.

Havia acabado de fiscalizar uma pequena empresa e eram apenas quatro horas da tarde, um sol abrasador, muito cedo para encerrar o dia. Lembrei da lojinha e fui adiantar serviço para o outro dia, deixando tudo organizado.

Entrei e logo vi a proprietária, com seus cabelos brancos, a atender no balcão. O marido, um simpático velhinho, estava no caixa. Fui logo dizendo:

— Boa tarde! Sou da fiscalização do IAPAS e fui encarregada de fiscalizar a sua empresa. A senhora mesmo guarda os documentos ou tem algum contador?

A velhinha olhou, surpresa, para mim e perguntou ao marido:

— Fulano, a moça quer ver o contador; não é aqui em cima?

— Sim, logo após a escada — disse ele.

Estranho — pensei. Nunca ouvi dizer que houvesse algum contador neste prédio, e o segundo piso é tão velho e sujo; deve ser algum profissional decadente.

— Por favor, queira vir comigo — disse a velhinha.

Sáimos da lojinha, entramos no prédio escuro.

Ela e eu, de pasta pendurada na mão, me sentindo muito importante diante da velhinha delicada.

Subimos os primeiros degraus e, ao atingir o primeiro patamar, ela parou, apontou para a frente e disse, abrindo a porta:

— Aqui está.

Fiquei boquiaberta, olhando o “contador” da luz.

O benefício

Aparício Destri
São José do Rio Preto, SP

Aconteceu na cidade de Barretos, São Paulo, nos idos de 1950, onde eu exercia as funções de agente local do ex-IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes).

Uma tarde, fim de expediente, quando me dirigia para casa, fui abordado pelo David, açougueiro, um cidadão de minúscula estatura, figura simpática e bem falante – no sentido de falar bastante. Pediu-me ele que arrumasse um “auxílio pecuário”, ao que lhe respondi que o IAPC era uma instituição previdenciária e não estabelecimento de crédito, motivo pelo qual ele deveria procurar o Banco do Brasil ou o Banespa, que estavam operando nessa linha.

Dias depois, o homenzinho apareceu na agência, bastante nervoso e até mesmo agressivo, ameaçando denunciar-me ao Presidente da República por dis-

criminação e protecionismo, pois que conhecia muitos segurados que estavam recebendo o benefício, que ele, com os mesmos “direitos”, pleiteara e lhe fora negado.

Foi, então, que eu descobri que havia incorrido numa associação de idéias: açougue – pecuária...

O que ele queria mesmo era o “auxílio pecuniário”, que o instituto dos comerciários concedia a seus segurados afastados do serviço por mais de 15 dias, para tratamento de saúde.

O remorso

José Luciano Pereira
Rio de Janeiro, RJ

Saindo para fiscalizar algumas empresas localizadas em uma de nossas favelas, Zona Norte do Rio, procurei usar roupas bem simples, deixando a pasta de trabalho em casa, e mostrar aparência bem humilde. Chegando próximo ao local, procurei informações sobre o endereço da firma a ser fiscalizada. No momento, apareceu um homem mal-vestido, bem sujo de graxa. Imaginei ser algum marginal. Mas, ele, gentilmente, se ofereceu para me acompanhar até à empresa. Aceitei, “por medo”...

No trajeto, fingi estar tranqüilo e contei que estava passando por grandes dificuldades financeiras e que havia pessoas doentes na família. Enfim, me fiz passar por um grande sofredor, que chegara mesmo ao ponto de querer cometer qualquer loucura.

Qual não foi a minha surpresa quando ele procurou me consolar, contando que já fora muito rico. Perdera tudo em negócios fracassados e devido a doença em sua família. Disse ele também que residia naquele ambiente porque sua situação de pobreza não permitia morar em lugar melhor.

Com pena da minha triste situação a julgar pela narração que lhe fizera, ele procurou reanimar-me dizendo que eu deveria me consolar com ele, pois melhores dias viriam.

— Tenhamos fé em Deus — dizia ele. — Não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe; com Deus no coração, seremos bem-sucedidos.

Ceguei a ficar com vergonha por ter suscitado daquele homem tão bom, a quem julguei tão mal. Ele convidou-me entrar em seu humilde barraco, apresentou-me a sua esposa e aos seus quatro filhinhos maltrapilhos. Comovido com a minha situação, ainda me deu dinheiro para a passagem de ônibus...

Alguns dias depois, enviei-lhe, pelos Correios, uma quantia em dinheiro — como remetente anônimo — por motivo de remorso e pela sua gentileza e grande bondade.

Assino liberdade!

José Geraldo Heleno
São João Del-Rei, MG

Estava lá pelo terceiro dia do plantão fiscal na agência de Santos Dumont, Minas Gerais, quando irrompeu sala a dentro um homem. Resoluto, ele fez continência. Postou-se em posição de sentido e proclamou:

– Em nome da FAB, Marinha, Exército e Polícia Militar, eu, capitão Paulo Ailton, assino liberdade!

E estendeu-me um papel ensebado que, de relance, vi que não era da minha alçada.

– Comigo é só construção civil – falei, e encaminhei-o ao agente administrativo, que na maior sem-cerimônia tomou do papel e despachou: “Ao Sr. fiscal de plantão”. Carimbou e assinou.

Tomei, então, do documento e comecei a ler. Era um papel timbrado, re-

pleto de despachos e carimbos. “Encaminhe-se ao Sr. Prefeito Municipal”, rezava um. “É honesto”, dizia outro, seguido da assinatura do escrivão do crime e execuções fiscais. Mais abaixo, uma rubrica e carimbo do cartório de protesto de títulos.

De sua mesa, o agente me espreitando de soslaio. Sem saber o que fazer, olhei para o forasteiro. Foi quando ele juntou os pés e proclamou, em voz mais alta ainda:

– Em nome da FAB, Marinha, Exército e Polícia Militar. Das viúvas, dos aposentados. Protocolo e cancelamento, assino, honesto, liberdade!

– Enquanto você não despachar, ele não vai embora e nem o deixa trabalhar – falou o agente, olhando para mim.

Desafio dessa natureza era o primeiro. E não sabia como proceder. Aí, o agente acrescentou:

– A vida dele é andar de repartição em repartição, colhendo carimbos e despachos, mas é inofensivo. Também só volta daqui a uma semana, quando já tiver percorrido todas. Pode carimbar. É o que todo mundo faz.

Sem outra alternativa, juntei mais um carimbo “Homologado. Dirija-se ao Banco do Brasil”. E assinei. E ele, todo contente, juntou novamente os pés e gritou:

– Sou honesto, assino liberdade! – e saiu.

Enquanto o agente ria às minhas custas, fiquei pensando nas suas últimas palavras:

Por que “honesto”? Por que “assino”? Por que “liberdade”?

E lá da rua, ele proclamou ainda uma vez, em alto e bom som:

– São todos honestos. Em nome das viúvas, dos aposentados, protocolo e cancelamento, assino liberdade.

A odisséia de um par de pernas

Maria Pedrita dos Santos
Belém, PA

Não nasci fadada a desfiles de passarela ou algo parecido. Mas minha passagem pela fiscalização, embora curta, colocou-me em evidência, graças ao sucesso de minhas pernas. Tudo consequência de uma viagem ao município de São Félix do Xingu, sul do Pará.

Terrinha feia, isolada do mundo pela distância, pela dificuldade de transporte e de comunicação.

Tudo que é necessário, lá é deficiente: luz, água potável, telefone, estradas etc.

Desnecessário, mas muito eficiente só mesmo o pium* — o que tem de pequenino, tem de tinoso.

Marinheiro de primeira viagem naquelas paragens, cometi a imprudência de dormir sem a proteção de um mosquiteiro.

No dia seguinte, minhas pernas amanheceram tal qual uma fazendinha de poá vermelhinho. Foi um espanto lá em São Félix do Xingu, onde as pessoas convivem pacificamente com os bichinhos. Mas, eles preferiram minhas pernas, sangue novo no pedaço.

Ao retornar a Belém, virei atração. Todos queriam ver minhas pernas pintadinhas pelos piuns de São Félix do Xingu.

(*) Borrachudo (N do E)

O supositório

Antônio Carlos Barreto
Crateús, CE

O pobre do fiscal não se sentia bem de saúde na agência do IAPC no interior do Estado. Consultado o médico, este receitou o uso de um supositório. Mas, não explicou nada a respeito. O digno cidadão, de paletó e gravata, piorou logo e começou a botar água pela boca, “xiringando”... Os colegas da agência mandaram logo chamar novamente o doutor. Este, ao entrar, começou logo a rir a bandeiras despregadas.

O paciente, muito zangado:

– O senhor mandou-me tomar aquela porcaria mole e a engoli até sem água, e aqui está este “disputismo” me saindo goela a fora!...

E o médico, ainda rindo muito:

— Meu amigo, aquele negócio era para o senhor meter no ânus, e não para engolir.

Nessa ocasião, o fiscal tentou agredir o doutor, ao imaginar que o médico o estava insultando. Isso porque jamais imaginara que se tomasse um comprimido pelo “olho da goiaba”.

oOo

Entre os processos que levei para o município de Antônio Diogo, da agência de Baturité, havia um com o nome Marinete Aquino Moura, a segurada em atraso em suas contribuições.

Um rapazola que me auxiliava no serviço parou diante do número da casa onde residira dona Marinete Aquino Moura e voltou com a seguinte informação: “A casa da mulher não é aqui não, senhor, e é por isso mesmo que aqui está escrito:

Marinete aqui não mora”.

Presença de espírito

Gilberto Moura Ferreira de Azevedo
Salvador, BA

Em visita fiscal realizada no interior do Estado, o ex-titular da fiscalização previdenciária que assina esta história foi protagonista, na empresa visitada, do seguinte fato:

Franqueado o interior do estabelecimento comercial, aparentemente com ares de bom trato o representante da firma abriu seu cofre e de seu interior retirou uma enorme faca. Dirigindo-se ao fiscal, recém-nomeado, pronunciou:

- Se você me desgraçar, esta faca vai funcionar.

Imediatamente, respondeu o fiscal:

- Não se atribule, senhor, eu aqui tenho uma coisa que também funciona.

É de salientar que o fiscal não portava nenhuma arma, a não ser sua presença de espírito.

O doutor fiscal

Vicente Batalha de Matos
Salvador, BA

Certa feita, fui realizar fiscalização na cidade do Conde, Bahia, levando um processo, em fase de execução, contra um tal João Cardoso. Depois de muitas andanças, cheguei a um armazém e perguntei a um senhor, bastante alto, quem era João Cardoso. Ele respondeu:

– Sou eu. O que o senhor deseja?

Eu respondi:

– Sou fiscal do INPS.

E ele, num tom meio grosseiro:

– Fiscal de quê?

Ao que eu respondi:

– O senhor não sabe que os institutos, IAPETEC, IAPB etc. foram transformados em INPS?

Vendo o mau humor do Sr. Cardoso, lembrei-me que no tempo de estudante do ginásio um dos professores perguntou aos alunos o que desejariam ser quando se tornassem adultos. Um deles respondeu: – Casar com uma mulher de físico espartano. Um outro, respondeu: – Comprar um carro Pacard, “rabo-de-peixe”. E eu, como se tivesse visto o Sr. Cardoso, desejei – e o disse a ele – ter aquele seu físico imponente. Ao que ele respondeu:

– Qual nada, doutor. Ultimamente, vivo com uma diarréia constante.

Habilmente, eu lhe disse:

– Vamos tratar de sua saúde, que é o mais importante – e tirei da sacola alguns comprimidos de Enteroviofórmio, indicado contra diarréia, e ofereci a ele, dizendo: – Tome logo dois, com leite, e à noite o senhor estará passando bem.

Com isso, o ambiente se tornou mais amistoso. Em seguida, três vaqueiros que estavam em pé, ao lado do balcão, com espingardas na mão, me perguntaram:

– O senhor tem remédio para quebradeira?

Perguntei qual era a quebradeira, ao que me responderam:

– Senhor doutor, há meses nós não pagamos o INPS; por isso, nossos filhos não são atendidos pelos serviços médicos.

Ao que eu lhes disse:

– Apanhem dois castiçais na igreja, vendam e paguem ao INPS. Depois, os senhores devem ir ao confessionário, relatar o fato ao padre. Estou certo que ele os perdoará, dentro do que prescreve o Santo Evangelho.

Chauffage tupi-guarani ou “praga de urubu não pega em cristão de Deus”

Rozilda Saraiva
Fortaleza, CE

Encerrada a 12ª Convenção Nacional dos FCP, em Brasília, naquele agosto de 1989, parte da delegação do Ceará seguiu em excursão de ônibus a Foz do Iguaçu.

Tendo vencido quase 24 horas de estrada, o descontraído grupo desembarcou, debaixo do 20º, no hotel, onde já se encontravam reservados os apartamentos, sendo um ocupado pelas colegas Marina, Clara Luz e Iracema*, as quais, já no elevador, comentavam sobre as primeiras providências naquela cidade.

— Não vejo a hora de me jogar na cama!, dizia Clara, ao que Iracema completava:

— Eu também. Mas, antes, quero tomar um belo banho.

Já Marina, ex-religiosa paraense, exclamava:

— Pois, mana, eu vou é rezar, que hoje é dia de missa. Além do mais, precisamos agradecer a Deus a feliz viagem!

Iracema, ironizando:

— Você vai é virar picolé lá fora!

Não adivinhava, esta última, o que a esperava.

Depois do banho quente, com lavagem de cabelo e tudo, deitou-se e, de imediato, caiu no sono.

Passado algum tempo, a banhista da Terra do Sol acordou, acometida de um tremendo calafrio, desses de provocar arrepios eletrizantes. Foi aí que percebeu que dormira totalmente desprotegida e, estando a janela entreaberta, o ar gelado da noite entrara no quarto, resfriando tudo, inclusive o cobertor da cama com o qual ela tentava inutilmente se aquecer. — Vige Maria!... Valha-me Deus! E a Providência Divina iluminou-a... o secador de cabelos!.

Tremendo até os dentes, ainda com os cabelos molhados a eriçar sobre os ombros, abriu a mala e, com dificuldade, encontrou aquele “salva-vida”. Mas teve que procurar os óculos, pra poder conferir o comutador de voltagem e, então, ligar o aparelho, esquentando, assim, todo o corpo, num **chauffage** inusitado.

Com o barulho do secador, Clara Luz acordou, em tempo para testemunhar aquele acesso febril da companheira e, rindo a cântaros, advertiu:

— Não rogue praga nem por brincadeira! A vítima pode ser você!

Não é protegendo não, Sr. leitor, mas Iracema — alma pura — entende “mesmo” é de luar, sol e mar.

(*) Nomes fictícios.

Alan Kardec

Alan Kardec
São Paulo, SP

Durante uma fiscalização realizada em uma metalúrgica localizada na zona leste da grande São Paulo, constatei, através da folha de pagamento, que um contador chamado Alan Kardec pertencia ao quadro de funcionários da empresa.

O nome me chamou atenção, por tratar-se o Alan Kardec original de um grande homem, muito respeitado entre os espíritas e admirado por milhares de pessoas em todo o mundo.

Há dois ou três dias, quando eu notificara a empresa, fui recepcionado por uma pessoa que não quis se identificar e perguntou se outra pessoa poderia assinar a NAF (notificação de ação fiscal). De imediato não recusei o pedido, mas disse não haver nenhum problema, pois se tratava apenas de uma relação de do-

cumentos e comprovantes de recolhimentos exigidos pelo fiscal de contribuições previdenciárias, não acarretando comprometimentos maiores à pessoa que a assinasse.

No momento em que me dirigia àquela pessoa, para obter o visto, dando as costas ao contador e ao sócio da empresa, percebi, de “rabo de olho”, gestos rápidos expedidos pelo sócio em direção ao contador; naquele exato momento, não percebi de que se tratava. Fiquei um tanto desconfiado, mas preferi não demonstrar minha percepção, esperando uma hora oportuna para desvendar este cômico e estranho fato, ocorrido em questão de segundos. Mesmo que eu quisesse descobrir alguma coisa, achei que não deveria manifestar desconfiança devido a apenas algumas gesticulações em forma de mímica que ali presenciara.

Quase ao término da fiscalização, quando faltava conferir as listas referentes a três ou quatro meses, resolvi perguntar ao contador seu nome completo. Ele, logo, arregalou os olhos, ficando vermelho, com uma expressão de receio em seu rosto. Hesitou um pouco em falar, mas mesmo assim, com a voz trêmula, balbuciou:

— Alan Kardec.

Novamente voltei a verificar as últimas folhas de pagamento e percebi que esse nome não mais aparecia nas três ou quatro listas do período final que ora fiscalizava. A ligação de todos os fatos e a lembrança daquele gesto dirigido ao contador pelo sócio, insinuando que ele não assinasse nada, resultou numa maior desconfiança de minha parte. No dia seguinte, perguntei ao contador:

— Por que seu nome não aparece mais em folha nestes últimos meses? (Levando em consideração sua própria presença material, bem viva ali, bem à minha frente.)

Ele me respondeu:

— Doutor, posso não ser um espírito ou o maior espírita, com muito respeito à minha religião, mas estou e sou vivo o suficiente para poder sacar o dinheiro do FGTS e realizar o meu grande sonho: terminar de construir minha casa. O próprio doutor averiguou a existência legal da rescisão de contrato de trabalho, com o meu próprio nome, assinada há uns três ou quatro meses atrás.



O barbeiro

Péricles Lima Rattes
Vila Velha, ES

Aos idos de 1970, tínhamos sido destacados para fiscalizações na região onde se incluía Alto de Piquiri, Paraná. Antes de chegar a essa cidade, estivemos durante alguns dias em Umuarama e a notícia de nossa presença espalhou-se pelas cidade menores.

Em Alto do Piquiri, encontramos quase tudo fechado. Acharmos que deveria ser feriado municipal. Os demais colegas dirigiram-se ao hotel – se assim poderia ser chamada aquela hospedagem de madeira, com chuveiro a céu aberto, mais parecendo um **saloon** do faroeste norte-americano – e eu resolvi aparar a barba e o cabelo num dos poucos estabelecimentos abertos.

Quando estava sendo submetido à tosa da barba, com a navalha em meu

pESCOÇO, resolvi inquirir do barbeiro a razão da falta de atividade naquele dia, ao que ele respondeu:

– Soubemos de uma fiscalização federal que se dirige para cá.

E eu corrigi:

– Não se dirige; já está aqui; eu sou um deles!

Meus colegas, o barbeiro começou a tremer, com a navalha em meu pescoço. Eu fiquei aterrorizado, imóvel, sem saber o que fazer. Até que consegui articular umas poucas palavras:

– Cuidado! Pare! Tem café aí?

Ele parou, eu consegui refazer-me do susto e expliquei que alfaiates e barbeiros não eram prioritários e, possivelmente, não seriam fiscalizados por nós.

O fiscal e seu assessor

Luiz Rocha Sobrinho
Campina Grande, PB

Parti novamente em campanha fiscal. Desta feita, era ainda o ICE (informação ao cadastro da empresa). Trabalhei na cidade de Souza e, pela manhã de quarta-feira, rumei para Aguiar (antigo São Francisco do Aguiar), conhecida como a terra do fumo de rolo – o melhor da região.

Adoro o sistema de escolher na comuna um boy desempregado e nomeá-lo meu assessor.

Chegamos a Aguiar lá pelas nove horas. Era um dia de feira local. Dirigi-me a uma pequena pousada e fui logo abordado como “estrangeiro” pelo Waldemar, que fez as perguntas de estilo. Perguntei a ele se não tinha uma

pessoa disponível para acompanhar-me na cidade, no meu trabalho. E a resposta veio seca e logo:

— Tenho. Eu.

Aqui cabe uma explicação: depois de perder muito tempo procurando nomes que ninguém conhecia nas cidades — numa ocasião, procurei em Esperança, Paraíba, o segurado José Pereira da Silva, que só era conhecido por Zé Preá; Joaquina Azevedo de Sousa, era Quinquina de Quelé —, assim, dei-me muito bem com meu modesto e improvisado “assessor”.

Mas, vamos ao meu novo auxiliar. Nome: Waldemar Azevedo; idade: 50 anos; altura: um metro e 80; cor: branca; instrução: primário. Devo dizer, nunca vi tanta disponibilidade e iniciativa; ele conhecia a todos pelo nome ou apelido.

A cidade é quente, de cabra macho e valentão.

Procurava pelo segurado Deolindo Machado. Meu guia mostrou-me uma pequena casa e disse:

— Deolindo foi morto. O assassino aproximou-se da casa (mercearia) e, da cerca de faxina, junto àquele poste da rede elétrica, dali alvejou o segurado que teve morte certa. A viúva passou a viver com seus familiares.

Já bastante familiarizado com meu “assessor”, entrei na fase de maior conhecimento. Falei sobre mim, dei meu endereço e ele começou a falar que morara em Campina Grande por sete anos. Perguntei onde, qual a rua e bairro.

— Morei sete anos na casa de detenção. Fui atacado por um grupo de adversários políticos e lutamos bastante, até que acabou a munição e fui pego e massacrado, escapando milagrosamente — mostrou-me cicatrizes no ombro, braço, barriga e coxa. — Preso, fui julgado e cumpri pena.

Vejam só o perigo que corre o fiscal na sua atividade externa.

Costumo encerrar minhas visitas fiscais conhecendo a feira local. Convidei Waldemar e fomos ao mercado central da cidade. Era dia de feira.

Vimos confecções, peças de zinco, urupemas e balaios, além de miudezas.

Vimos muitas mulheres passeando pela feira sem nada comprar, mas pegando e admirando tudo o que viam.

Chegamos à banca do fumo do Aguiar e procuramos examinar, cheirar o fumo etc.

Nesse ínterim, chega uma mulher, que já vinha correndo todo mercado, pegando toda a mercadoria, perguntando o preço e sem comprar nada.

Chega a dita cuja à barraca do Mundinho Lopes e olha os fumos, pega-os e escolhe um, cheira-o. O Mundinho não estava gostando nada. E a mulherzinha pega o fumo, examina-o, cheira-o e pergunta o preço. Nisso, solta um belo de um peido e fica amarela, verde, de toda cor. Morta, como se diz.

Passado algum tempo, recomposta, estuda uma estratégia para sair de uma situação tão difícil, perguntando ao Mundinho:

— O senhor não tem aí um fumo mais forte não?

— Tem não, dona Maria. O de peidar eu trouxe hoje e o de cagar vou trazer na próxima quinta-feira.

A minha história

Martim Affonso
Sorocaba, SP

Nos idos de trinta e oito
Fui fazer a implantação
Do meu velho IAPI
De tanta recordação.

Implantar queria dizer:
De como o empregador
Deveria proceder
Pra não tornar-se infrator.

Como preencher a CC ⁽¹⁾
E a guia de recolhimento.
E os prazos a obedecer
Para evitar mais tormento.

Procedi à cobertura
Da cidade de Avaré,
Onde esperei alguns dias
A ordem pra “dar no pé” ...

Pois que, então, inexistia,
Zona ou roteiro de ação.
O Delegado escolhia
Local pra nova atuação.

Lá fui eu pra Piraju
Na alta “Sorocabana” ⁽²⁾
A produção estava linda,
Mercê de um povo bacana.

Até que um dia encontrei
Um empregador abusado.
Pequena sapataria
De apenas um empregado.

Tão logo me apresentei,
Comecei a implantação.
O dono me interrompeu
E começou a reação:

“Eu não quero ficar sócio
dessa empresa do governo”.
Qu’eu não insistisse mais
Ou me mandava pro inferno...

Eu não quis acreditar,
Tentei acomodação.
Mas o homem renitente,
Repetiu a inquietação.

⁽¹⁾ CC – caderneta de contribuições;

⁽²⁾ Sorocabana – Estrada de Ferro Sorocabana, hoje Fepasa;

Apenas... que desta vez,
Tinha uma faca na mão...
Perdi toda a intrepidez
Achei melhor ser fujão...

“Meti o rabo entre as pernas”
E tratei de “cessar-fogo”.
Com “um quente e dois fervendo”,
Eu “dei às de Vila Diogo”...(³)

(³) Dar às de Vila Diogo” – fugir (enciclopédia Jackson).

Paraíso vermelho

José Geraldo Heleno
São João Del-Rei, MG

Inha uma RD para informar junto ao cartório de Campolide, distrito de Santa Rita de Ibitipoca. Ao deixar a cidade, apontaram-se o caminho da esquerda, com a recomendação de seguir a estrada principal. Assim fiz, sem deixar de conferir, com quantos encontrava, se a estrada era mesmo aquela. A cada confirmação, a segurança aumentava um pouco e meu pé pisava mais pesado o acelerador do Fusca. Por fim, já não fazia vistas à precariedade da estrada. Deixei até porteiros abertas. Não havia boi nem antes nem depois, que mal podia fazer? O mais grave é se uma chuva me pegasse naqueles ermos. Aí sim, as coisas iam complicar.

Sob aquele ruído chato do carro, ia matutando sobre o caso. Era uma forma de ganhar tempo, mesmo consciente de que se tratava de um documento

muito simples de informar. Era um tal Mauro César, filho de outro tal Domingo Ramos. Tão tal, e tão Ramos, como tantos outros que andam nas minhas pastas esperando um veredito qualquer, um benefício, uma aposentadoria, um auxílio-funeral, quiçá a priori... O filho do tal Ramos, falecido já — falecido o Ramos, é claro —, querendo incluir-se como beneficiário da pensão do finado. Mas, seu direito era um dentre os que andavam na minha pasta aguardando uma informação. No caso em pauta, o dia em que o Domingo reconheçera o Mauro como filho. E lá vou eu, subindo serra... descendo serra... serrando trilhos... errando estradas... E, cheguei!

— O dono do cartório é aquele lá! — Foi o segundo perguntado que me respondeu. O primeiro não sabia quem era, nem o que é cartório. Inicialmente, pensou que seria um lugar de pôr cartas. E respondera que ali não havia agência dos Correios.

— Então, o senhor me mostra o livro sete, folha cinco — fui logo atacando.

— Aqui não é Campolide.

— Como não? Todo mundo aí pelas estradas me disse que o caminho estava certo, e que Campolide seria aqui, a uns dois tiros de espingarda!... A direção era aquela que eu seguia, certinha.

“Espingarda”... “espingarda”... ficou ecoando em mim enquanto o tabelião me explicava:

— Isto aqui é um cartório, como o senhor já viu. Mas é o de Paraíso Garcia. Aqui é Paraíso Garcia. Campolide está errado. O senhor devia ter pego outra estrada quando saiu de Santa Rita — aquela da direita. Vamos consertar a sua “pateada” — continuou. — Seguindo por aqui, o senhor anda onze quilômetros. Chega lá. Melhor que voltar a Santa Rita, para pegar estrada de automóvel. É caminho ruinzinho, de carro-de-boi, mas rompe.

Pus no bolso os conselhos do velho tabelião e os fui degustando serra acima. Vez ou outra, tinha que parar. Um mata-burro de duas vigas exigindo mais atenção. Um buraco de enxurrada. Mesmo para conferir a estrada que, de vez em quando, se confundia com os pastos, quando sua grama era a mesma das laterais. Um moço caiu do cavalo ao ver o carro. Fez cara de espanto, mas mesmo assim jurou em cruz que Campolide ficara para trás. Menino-de-escola falou que Campolide era no pé-do-morro, onde eu já tinha passado.

— Que é isso, moço? Ralhou um que estava de cócoras no barranco. Eu moro no Campolide. O senhor já deixou ele pra trás.

Um carregador-de-leite se ofereceu para me levar até lá. Era só uns seis quilômetros dali. Mas eu tinha que virar o carro e voltar.

— O senhor está vindo de lá, e está me gozando?

Com mil diabos! Todo mundo mostrando Campolide numa direção só. Eu já tinha estado lá. E não era lá o distrito. Quis até vacilar. Talvez mais para não refazer aquela desgraça de caminho, preferi mais uma vez acreditar no homem do cartório. E segui o caminho de carro-de-boi. Foi bom, pois assim acabei chegando.

— É aqui o Campolide?

— Sim, senhor.

— O cartório, onde é?

– No fim da rua, mas o titular está na fazenda.

Depois de toda essa ingresia, inda o homem não está!, pensei.

Já que não dava mesmo para informar o documento, razão de toda essa odisséia, tentei pelo menos um esclarecimento: o mistério Campolide. Todo mundo mostrando o distrito numa direção. A gente seguindo outra, a do homem do primeiro cartório. E agora chegando.

– Que diabo está acontecendo com este Campolide?, perguntei ao informante.

– Ah... ah... – ele deu um sorriso, e começou: – Aqui, onde o senhor está sempre se chamou Vermelho. Depois, mudaram o nome para Campolide, coisa de uns políticos aí... Como já tinha um lugar chamado assim – aquele por que o senhor passou primeiro –, mudaram o nome de lá para Paraíso Garcia e aqui ficou sendo o Campolide. Mas, para o novo daqui, lá é sempre o Campolide e aqui é o Vermelho. De modo que só se chega ao Campolide seguindo o caminho do Vermelho. Do contrário, o senhor vai dar mesmo é no Paraíso.

A volta

Maria Cândida Pereira da Silva Almeida
São José dos Campos, SP

Em 1982, chegaram à nossa região fiscal vários fiscais cariocas – muitos permaneceram entre nós. Por ocasião do cumprimento dos PAF, saíam em grupos, aproveitando a condução de um deles, em direção a uma das cidades onde deveriam cumprir suas atividades e marcavam um local de encontro para a volta à sede. Assim, visitaram Itaquaquetuba, Poá, Biritiba-Mirim, Suzano, Moji etc. Muitas firmas ficavam afastadas, e bastante, das cidades.

Certo dia, após cumprir a jornada, nosso grupo começou a se dirigir ao ponto combinado para o retorno, na cidade de Itaquaquetuba. Contudo, o fiscal João não aparecia. E esperamos: dez, 15, 20 minutos e nada.

– Bom – diz Carlos, que naquele dia fora com seu carro –, vou esperar até às seis horas; se o João não aparecer, a gente vai embora.

E o grupo permaneceu por ali, de olho no relógio. Mês de junho, escurecia mais cedo. O pessoal cansado, ansioso por um bom banho, um jantar quentinho e cama, que estavam (ufa) exaustos. Seis horas, seis e cinco.

– Carlos, espera até seis e 15 – diz o colega.

– Tá, tá!

– Seis e 15, pessoal, vamos embora.

Assim, saíram sem o João.

E João? Que lhe teria acontecido?

Na beira da estrada, nosso amigo, também cansado, com frio, com fome, a pasta pesando quase “cem quilos” sob o braço, caminhava. Os pés queimavam. Andou muito atrás da produção. E os colegas, que estariam pensando? Preocupava-se com eles. Como fora perder o último ônibus, que faz aquele pedaço? Agora, só indo no “pé dois”.

Um barulho na poeirenta estrada de roça chama a sua atenção. No escurecer, divisa uma carroça. João não se acanha, e pergunta:

– Moço, me dá uma carona até à vila?

– Tá cheia de capim; se dé pra se ajeitá, pode subir – responde o condutor.

Não esperando mais, cansado como estava, João, desajeitadamente, se aboletou sobre o capim e a carroça partiu. Sacolejando em cima do veículo, escorregando no capim, a pasta para segurar, João fez malabarismos para não cair até chegar à cidade. Coçava-se todo. A viagem até à sede foi um martírio.

Como é dura a vida de fiscal!, pensou, já deitado em sua cama.

Quando poderia imaginar que, ao sair da cidade Maravilhosa, iria voltar para casa de carona... de carroça!

Colher de chá com sal amargo

José Romualdo Quintão
Belo Horizonte, MG



recadastramento das empresas encontrava-se em andamento em todo território nacional.

Lotado no 5º Grupo Fiscal da 2ª Região Fiscal, sediada em Belo Horizonte, coube-me, como área de ação, uma bem próxima ao Cemitério Parque da Colina, com um comércio emergente e típico de bairro popular em formação, onde proliferam bares e botequins.

Nas pesquisas realizadas, deparei-me com um pequeno bar, sem qualquer documentação fiscal. Alertei o proprietário sobre a situação ilegal do estabelecimento e oficiosamente, isto é, sem qualquer notificação fiscal por escrito, dei-lhe um prazo de 15 dias para providenciar a regularização junto aos órgãos competentes.

Faltando uma semana para o término do prazo oficioso e passando em frente ao estabelecimento comercial em foco, entrei e indaguei ao proprietário sobre o andamento do registro. Reticente, ele informou que estava sendo providenciado. Alertei-o sobre o prazo fatal, findo o qual ele seria notificado oficialmente, e teria um prazo de apenas 24 horas. O não-cumprimento da notificação implicaria autuação fiscal, precedida de matrícula *ex-officio*, com posterior comunicação à Receita Federal e à estadual.

No prazo fatal, dirigi-me ao botequim e solicitei, ao proprietário, a documentação. Surpreso, verifiquei a inexistência de qualquer providência para regularização fiscal do estabelecimento. De imediato, retirei da pasta o bloco de notificações de apresentação de elementos (NAE). Um cidadão, que se encontrava no local, gritou:

— Vocês, fiscais, só perseguem os pequenos e os humildes e deixam os tubarões escaparem da rede...

Educadamente, perguntei a ele se era, também, proprietário do bar. Ao receber uma resposta negativa, energicamente repliquei que o assunto não lhe era pertinente e que não desse mais nenhum palpite infeliz.

O intrometido sentiu-se ofendido e, após algumas palavras ásperas, fez menção de partir para a agressão física. Num átimo, abri abruptamente a tampa da minha pasta, tendo o cuidado de mantê-la semicerrada, e fiz um gesto de que iria retirando uma arma — arma essa inexistente, pois nunca possuí uma e nem sei atirar. O proprietário, intrepidamente, colocou-se entre nós e pediu, agressivamente, que o intruso se afastasse e disse-lhe.

— Saia imediatamente do meu bar, antes que aconteça uma desgraça e eu seja o maior prejudicado, porque este fiscal é gente muito fina, está apenas cumprindo a sua obrigação e fui eu que não correspondi a sua boa vontade.

Antes de se retirar do bar, o xereta disse-me que era da polícia. Então, fiz-lhe ver que, como policial, ele tinha por obrigação legal ajudar-me, ao invés de estar prejudicando uma ação fiscal. Ao pedir que se identificasse, afastou-se ele imediatamente do local.

Posteriormente, o proprietário confessou-se falido e, por isso, impedido de registrar seu bar. Sugeri a ele, então, que o registrasse em nome de uma pessoa de sua família.

Ao acatar a sugestão, efetuou o registro em nome de uma de suas irmãs. Foi depois devidamente registrado como empregado e a Previdência Social, em vez de um, passou a ter dois novos contribuintes.

Dramático

Pedro de Oliveira
Araraquara, SP

Na condição de fiscal de pasta (trabalhos externos), recebi a carga mensal e saí a campo.

Identificada a firma, percebi a condição social precária da empresária. Situação de miserabilidade.

A empresária devia, não possuía empregados.

O chefe não aceitava devolução e eu precisava completar a pontuação. Procedi ao levantamento.

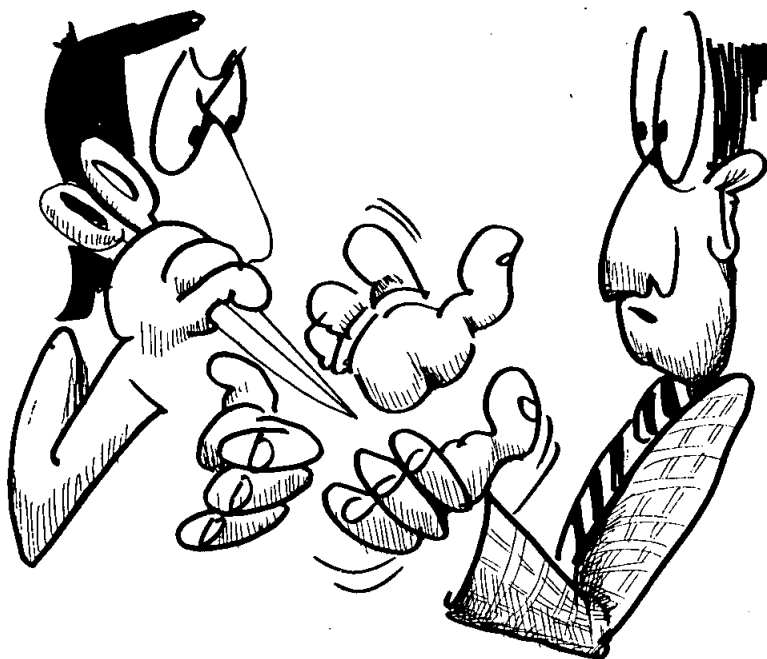
Não conseguia dormir.

Compareci à residência – uma tapera. Entrei de cócoras.

O coração partiu. Acendi um cigarro, aceitei o café. Mas, não podia chorar.

Induzi a pobre senhora a assinar o termo de débito.

Ela me pediu emprego como doméstica.
Recuso-me a expor o que senti no momento.
O cônjuge, um senhor, japonês ou nissei, doente das faculdades mentais, se tratava em São Paulo, pelo INPS – Suds.
Transcorridos os 15 dias, a arrecadação caiu em cima dessa gente.
O homem ia todo dia à repartição e chorava.
Eu não suportava o deboche e a pressão do setor, que carinhosamente chamava-me: criminoso!
Deveria eu ter feito o recolhimento ou dado a E como LI (local ignorado).
Condoída, certa funcionária, que é uma santa (Lígia), promoveu uma rifa (um jogo de cada, em seda).
Quem ganhou a rifa foi o próprio FCP – eu.
Tenho o maior carinho pela devedora e seu marido, muito embora não tenha sido possível oferecer-lhe o emprego em minha casa.



Santo forte

Ary Delgado
Belo Horizonte, MG

○ fiscal, além de conhecimento objetivo do serviço específico, capacidade funcional, cultura básica e certo arrojo no desempenho da função, deve contar com a proteção de um “santo”, de preferência “forte”.

Ceguei a tal conclusão por experiência própria.

Certa feita, fiscalizava a cidade de Luz, nestas Alterosas, no oeste mineiro, que, em termos de antanho, era denominada “Bispado do Aterrado”. O serviço corria normalmente; empregadores cordatos, com uns poucos recalitrantes; os sonegadores, na maioria micro e miniempresas, sem estrutura administrativa desenvolvida e contabilidade ausente – para essas empresas, a sonegação, mínima que fosse, representava lucro. Em geral, essa gama de empregadores se constituía de alfaiates, sapateiros de consertos, oleiros, pequenos marceneiros e lapidadores

de pedras preciosas. Na maioria, eram mais autônomos do que os chamados vinculados.

Pois foi numa alfaiataria, onde se encontravam somente o proprietário e um oficial de paletó, que meu santo entrou na dança!... Esse é o estabelecimento clássico de *interland* brasileiro, onde o dono é o contramestre e as calceiras trabalham em casa. Nesse arremedo de empresa, foi que aconteceu fato inusitado.

O estabelecimento, localizado em uma praça semi-abandonada, num cômodo que nasceu para garagem, com uns 20 metros quadrados, mais ou menos, de área, estava calmo, com o dono cortando pano, enquanto o oficial-alfaiate pregava botões em uma calça que acabara de arrematar.

Logo que entrei no estabelecimento, o Sr. João Adão da Silva, empregador, olhou-me de cima a baixo. Parecia ter lido no meu semblante a palavra “fiscal”.

Demonstrando nervosismo e impaciência, começou a dar mostras de ser sonegador, guardando “sorratamente” o livro das medidas, assim também o fazendo com outras folhas de papel que se encontravam em cima da mesa de corte.

Comportamento que achei natural para esse tipo de empregador — o alfaiate não usa escrita regular, dispensada pelas leis fiscais, por ser considerada sua atividade, a bem dizer, artesanal no Brasil; poucas são as alfaiatarias com porte industrial estruturado. Na época, talvez houvesse, em todo o País, umas 50, segundo as estatísticas publicadas pelo IAPI.

Nós, fiscais de “pasta preta”, militantes no interior, buscávamos os elementos para levantamentos de débitos, precaríssimos, nos livros de medidas, cadernetas de controle de serviços fora do estabelecimento, como a confecção de calças e montagem dos paletós.

A corroborar tais elementos, contávamos com as declarações escritas dos empregados, às vezes, até, com declarações verbais nos casos de aferição indireta de débitos, os chamados arbitramentos, incitadores das maiores polêmicas na área de processamento de débitos e solução de defesas interpostas contra os levantamentos efetuados por esse meio.

Diante do que via, pedi ao Sr. João Adão da Silva que me emprestasse os elementos de que necessitava para verificação de sua situação perante o IAPI.

Ele relutou, passou a mão pelo rosto já transfigurado, num gesto de impaciência e nervosismo, para, logo depois, em atividade agressiva, violentamente, declarar que nada tinha a exhibir e que eu deixasse o estabelecimento.

Calmamente, depois de exhibir minha carteira de identidade fiscal, abri a pasta preta, de onde retirei um bloco de NAE (notificações para apresentação de elementos).

Ao colocar o bloco em cima da mesa e tomar da caneta, dispondo-me a lavar a notificação, a reação do empregador veio incontinenti. Quase violentamente, vociferou:

— Sr. fiscal! Se você encher esse papel contra mim, esta tesoura que tenho na mão vai ser guardada no seu buxo! Experimente escrever, se for homem!

Aqui, entrou o que chamei de “santo forte”... Nesse instante, uma voz pousada e grossa fez-se ouvir atrás de mim, em tom autoritário e respeitável:

Sr. João! Deponha essa arma imediatamente! E considere-se preso em flagrante delito. Depois, tenha a bondade de acompanhar-me até à cadeia.

Virei-me. Não sem o devido cuidado, deparando-me com, nada mais, nada menos, que o meritíssimo juiz de Direito de Luz, o Dr. João Gomide, que fora avisado da iminente agressão a que eu estava sujeito naquela alfaiataria pelo único empregado encontrado no estabelecimento, que tomara tal atitude por conhecer bem seu patrão celerado. Por sorte, encontrou o meritíssimo juiz na esquina da praça. Este o acompanhou e me salvou de uma agressão violenta e injusta.

Esta passagem marcou minha vida. A tal ponto que fui um dos pioneiros do movimento para que figurasse no verso das nossas identidades a determinação legal para recebermos apoio incondicional das autoridades civis militares e policiais, quando necessário ao exercício da fiscalização.

Por isso, dei a esta história o título de “Santo forte!...”

É isso aí!...

A praça

José Geraldo Heleno
São João Del-Rei

Estávamos fiscalizando uma prefeitura, eu e um colega. No primeiro dia, enquanto ele estabelecia os primeiros contatos com o contador, alguma coisa me atraiu irresistivelmente para a janela. Aquela cidadezinha, em sua total simplicidade, oferecia alguma coisa insólita. Que seria?... Sua gente?... Aquele ar?... Na verdade, era a praça, com seu enorme jardim.

A praça parecia mais uma porção de mato em torno do qual construíram a cidade. O original está precisamente nisto: na despreensão de ser original. Daí, as coisas surgirem naturalmente.

A praça tem o que há de mais corriqueiro em termos de lugar comum, bem à vista: um coreto. Ocupando a entrada da praça, está ele, pequenino, sob a som-

bra de duas mangueiras. A sua pequenez realça ainda mais a beleza das duas árvores que lhe fazem sombra.

Não disse onde está a praça. Numa cidade pequena, distante 24 quilômetros da BR-040, e 36 de Santos Dumont, Minas Gerais, e que se chama Aracitaba.

Acredito que os próprios moradores não saibam a beleza que guardam. São cinco mil metros quadrados de área verde, em torno da qual se dispõem as casas, como se brincassem de roda. E a água? Todo jardim que se preza tem que ter água. No entanto, a praça de Aracitaba não tem aquário, aliás, nem água para irrigação, conforme se desculpou um funcionário. Mas, sem querer, a água está lá, pois construíram a praça na forma de uma gota. É isso mesmo! A praça de Aracitaba tem a forma de uma gota d'água, na base da qual está o coreto. As árvores parecem um pedacinho de serra virgem, guardado ali para quem quiser ver. E nada de árvores raras, pinus, palmeiras importadas ou outras árvores-clichês. A majestade do parque fica exatamente para a árvore mais comum daquelas serras, o angico. São árvores enormes, que parecem nascidas ali. Entremeadas de algumas outras de porte menor, principalmente pau-brasil, todas fincadas de maneira mais ou menos aleatória, como uma floresta de verdade. Por trás de tudo aquilo, deve haver ou ter havido uma alma criativa, sensível e intuitiva. Foi então que eu perguntei ao funcionário da Prefeitura quem criara aquele jardim — o jardim não tem rosas; apenas árvores, grama e caminhos entre as árvores. E ele me falou simplesmente de um tal Joviano Amaral, morto há uns três anos, que dedicou sua vida àquelas árvores, coletando as mudas nos matos e irrigando-as a balde, sem nenhuma remuneração, apenas por gosto. A cidade talvez não saiba quão linda é sua praça e, por isso mesmo, a vê intuitivamente preservada da prisão das câmaras fotográficas, para que seja vista apenas ao vivo, e em sua beleza original. Mas, igrejas existem lá. A do Senhor do Borffim e a de Santo Antônio. São três torres, sentinelas que vigiam aquele recanto para que os homens não o encham de asfalto, não construam fontes luminosas. E deixem a praça como está. Virgem. Espontânea. Pura. Límpida. Original. Assim como está. Tão formosa, sem saber que é bela.

Os processos

Farid Salomão José
São Paulo, SP

Estavam os três amigos, fiscais do IAPI, trabalhando a todo vapor na cidade-sede da zona fiscal (ZF), ou seja, em Amparo. Pretendiam concluir, rapidamente, o ciclo de fiscalização para se deslocarem para as outras cidades da ZF, onde trabalhariam no regime de diárias. Com o fim de “papar” algumas delas, o Galvão havia se mudado de São Paulo para Itapira. O Maluf já havia alugado casa em Campinas. O Farid, já habituado a trabalhar no interior do Estado, permanecia residindo em São Paulo.

Por intermédio do agente local, Farid recebeu recado para que os três, no primeiro dia útil do mês seguinte, se apresentassem na procuradoria regional, em Campinas.

Pontualmente, ao meio-dia, os três fiscais compareceram à procuradoria,

que o IAPI havia instalado em Campinas. A procuradora, Dra. Nibe Perobeli, era uma senhora muito fina, porém autoritária.

Informados de que ela chegaria somente às 13 horas, os fiscais ficaram aborrecidos, pois uma hora perdida para o fiscal, trabalhando fora de casa, é muito tempo desperdiçado. O Galvão, contudo, sentenciou: “Chefe é chefe”.

De fato, na sua hora, a Dra. Nibe chegou e de imediato convocou os três fiscais para uma reunião em seu gabinete.

Na mesa da procuradora estavam pilhas de processos. Foi ela logo explicando que os processos da ZF teriam que estar informados, conclusivamente, até o fim do mês. Tratava-se de um impresso novo, recém-criado pelo Instituto: a notificação para recolhimento de juros (NRJ).

Folheando os processos, os fiscais constataram que os valores a serem cobrados eram ínfimos: Cr\$ 0,80, Cr\$ 1,20, Cr\$ 1,50 etc. No máximo, o valor de cada um alcançava Cr\$ 2,00.

— Dra. Nibe — falou o Farid —, são valores muito baixos e a sua cobrança trará prejuízo para o IAPI. Sobre tudo por que nós vamos cobrar diárias relativas ao deslocamento para fora da sede.

Enquanto o Farid falava, o Maluf, com a mão na boca, assoprava baixinho em seu ouvido:

— Cala a boca, sua besta! Você não vê que nós vamos ganhar 29 diárias?

O Maluf, contador de origem, já tinha feito as contas.

— Nada disso — replicou a Dra. Nibe. — Estou abarrotada com essas NRJ e quero me livrar delas. Se há ou não despesas com diárias, transporte etc., isso é com a fiscalização, não comigo. Portanto, mãos à obra. Separem os processos por cidade. A minha secretária relaciona, vocês passam recibo e até o dia 30, se Deus quiser!

Não havendo outro remédio, começaram a trabalhar. Enquanto selecionavam os processos, o Galvão, que era o fiscal mais antigo no Instituto, filosofava:

— Por isso é que eu nunca quis ser chefe no IAPI. Podem reparar: todo funcionário que alcança uma chefia torna-se burro. A chefia emburrece o indivíduo.

Os outros concordaram. Separaram o material, ficando o Maluf com as cidades de Pedreira e Serra Negra, próximas de Campinas. O Galvão, com Lindóia e Águas de Lindóia, próximas de Itapira. Sobrou para o Farid a cidade de Socorro.

— Sorte que não tem nenhum processo de Amparo — disse o Maluf.

— É verdade — concordou o Galvão.

Em Amparo, os recolhimentos são feitos na agência e esta não erra no cálculo dos juros.

Com os pacotes em baixo do braço, os três se despediram marcando encontro num restaurante, no dia 30. Almoçariam e em seguida devolveriam os processos à procuradoria.

No dia apazado, os três se encontraram para o almoço. Enquanto comiam, conversavam.

— Como é que foram? — indagou o Farid. — As tais NRJ deram muito trabalho?

— Nossa! — disse o Maluf. — Deram um trabalho danado. Na primeira visita, a gente conscientizava o devedor a pagar. Este chiava, alegando que não valia a pena recolher uma quantia tão pequena. Mas, depois de muita conversa, concordava. O chato é que a gente tinha que voltar na firma para ver se o cara pagou. Cada processo, duas visitas no mínimo. Na verdade, “papei” as 29 diárias, mas tive muito trabalho e despesas.

— Comigo foi a mesma coisa — admitiu o Galvão. E você, Farid, como é que se arranjou com as olarias e alambiques de Socorro?

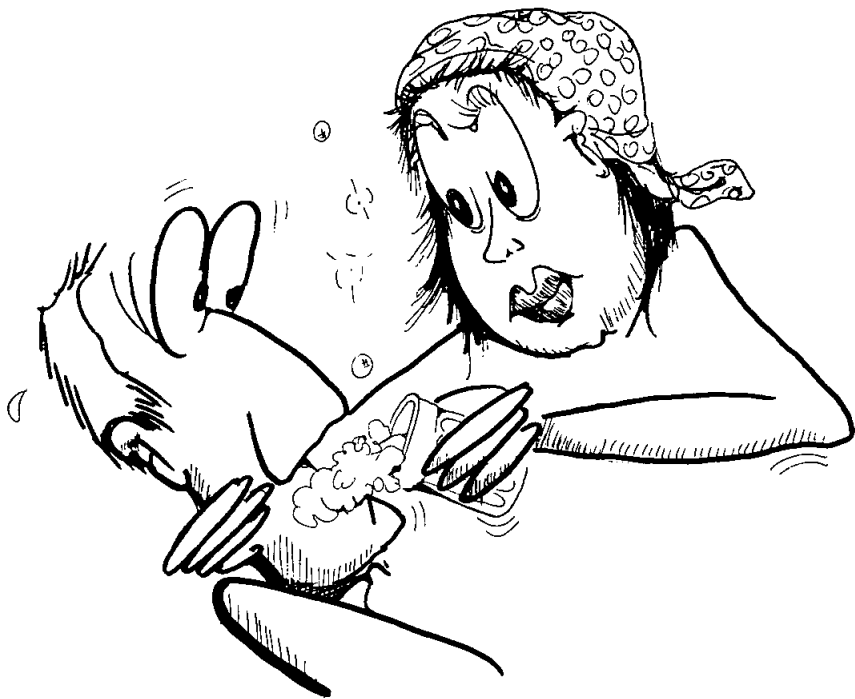
Para surpresa dos dois, o Farid começou a rir, garantindo que não teve nenhum trabalho.

— Como assim? — indagaram os dois, ao mesmo tempo.

— É... Na verdade, foi uma moleza. Ontem, último dia em Socorro, fui ao Banco Comércio e Indústria e paguei todas as notificações do meu bolso. Fiz as contas: ganhei 29 diárias, gastei duas com o pagamento dos processos; sobraram 27 diárias e um mês de folga em São Paulo.

Enquanto o Galvão e o Maluf se olhavam, estupefatos, o Farid concluiu:

— É... Vocês dois são duas bestas mesmo...



O caso de Choró

Antônio Carlos Barreto
Crateús, CE

Lm serviço de fiscalização no município de Quixadá, Ceará, cheguei ao distrito de nome Choró e me deparei, logo no primeiro contribuinte, com um devedor do IAPC, já em processo inscrito na dívida ativa. Estava ele agonizante.

Como era natural, e para fins de informação do citado processo, indaguei de sua mulher a respeito do mal que o estava acometendo. E a mulher informou que o “pobre” estava cheio de vermes e que ensinaram-lhe, como remédio infalível, lavagem de sabão, para tomar em jejum.

Dona Maria não teve dúvidas. Comprou três barras de sabão “Pavão”, desmanchou-as todas em água e empurrou tudo na barriga do infeliz. Foi só a conta. Estava agora de vela na mão.

Ato contínuo, ouviu-se o berreiro dos filhos lá no quarto e a mulher entrou na carreira.

Informei então, na última folha do processo, que o devedor era insolvente, pois além de muito pobre, vez que a residência era uma choupana, a bodega não mais existia há tempos.

Na agência da cidade de Baturité, estava eu separando os processos que havia levado a Quixadá. Nesse serviço, tinha como ajudante a pequena sobrinha Iracema. Ao ouvir-me contar a história, leu na capa do processo a palavra Choró e disse:

— Então, titio, foi por isso que o senhor escreveu aqui: “chorô...”

Iracema é hoje chefe do Serviço do Pessoal do IAPAS, que também tem outro nome, agora. Esse fato ocorreu no ano de 1957.

O truculento

Antônio Canuto de Souza Fernandes
Niterói, RJ

Pelos idos 1976, fui, a serviço do extinto Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (Funrural), designado a fiscalizar empresas no Rio Grande do Sul. De Porto Alegre, fui enviado a Itaqui, pequena cidade situada às margens do rio Uruguai, fronteira com a Argentina.

O município de Itaqui produz principalmente gado bovino, ovinos e arroz.

Fazia parte de minha carga de trabalho a DCF (Declaração do Contribuinte do Funrural) de certa empresa beneficiadora de arroz, cujo estabelecimento ficava na periferia da cidade. Assim, tive de tomar um táxi para visitar a empresa. Nessa época, como a hospedagem era comprovada, o que restava para alimenta-

ção e outras despesas era pouco, de forma que qualquer gasto extra preocupava. Mesmo assim, peguei o táxi.

Quando me apresentei ao empresário, este mostrou-se pouco amistoso e disse para eu voltar no dia seguinte, pois naquela manhã não seria possível me atender. No dia imediato, logo após o desjejum, botei o pé na estrada (não quis mais táxi) e rumei para a empresa. Caía fina garoa, que me molhou um pouco. Ao me apresentar ao empresário, ele começou a pôr dificuldades em atender à fiscalização, justificando que estava tudo correto e nada devia ao Funrural; que, se quisesse, não deixava fiscalizar e nada lhe aconteceria, pois era amigo de influente senador, além de outras alegações levianas.

Certamente que procurei contornar a situação. Mesmo assim, o empresário apelou para que eu voltasse no outro dia — é importante observar que não emiti notificação para apresentar elementos à fiscalização, pois o ambiente estava tenso e era preferível levar o empresário na conversa. Assim, mais uma vez, retornei a pé e voltei no dia seguinte, pela “viação canela”. Quando me apresentei a nosso amigo pela terceira vez, fui convidado a comparecer outro dia, com o que não concordei, e firmemente, de forma que o “careta” não teve meios para adiar mais a fiscalização. Assim, dei início ao trabalho.

O prédio onde funcionava a empresa estava inacabado. Era o esqueleto de uma construção de concreto de dois pavimentos. Subimos ao segundo andar. O piso e as paredes, ainda sem emboço, sem qualquer acabamento, davam desagradável impressão.

A mesa que me foi destinada, embora nova, estava coberta de poeira, bem como a cadeira que eu iria ocupar. Não titubiei. Mesmo levando em conta a má-vontade do empresário, pedi a ele que mandasse limpar tanto a mesa como a cadeira, o que foi feito por um empregado, que ele chamou na hora. Em seguida, pedi os documentos de praxe, entre os quais os talões de notas fiscais utilizados no período e os livros de registro de entradas. Imediatamente, o empresário deixou o recinto com o auxiliar. Quando retornaram, o patrão com os livros e o empregado com uma braçada de talões, este jogou tudo aos meus pés, levantando imensa nuvem de pó, como demonstração de franca hostilidade a minha pessoa. O empresário, que a tudo via, esboçou amplo sorriso, em evidente sinal de aprovação à atitude hostil do empregado. Mas, o pior ainda estava por vir.

Comecei a verificar os documentos com perspicácia, a garimpar com gana, examinando as notas fiscais, registro de entradas e diário com afinco, até que conseguí algumas notas fiscais sem o devido recolhimento ao Funrural.

Dessa forma, apurei o débito, que para mim era ponto de honra.

Porém, quando eu menos esperava, o empresário apareceu. Usava bermuda, camiseta e chapéu de pano, tipo esporte. Trazia na cintura uma cartucheira, portando um revólver “38”. Fitou-me por um momento e em seguida perguntou pelo andamento do trabalho. Não tive dúvida. Embora já estivesse com o débito apurado, disse que tudo estava em ordem, que nosso trabalho era rotina de serviço. No ensejo, perguntei a ele por que aquele traje, com o revólver. Ele riu cinicamente e respondeu que na fronteira era assim mesmo.

Terminei a missão na empresa, sem mais incidentes. Em seguida, fui à representação do Funrural preparar a NFLD, a qual enviei ao truculento contribuinte, pelos Correios, dias depois, de Uruguaiana.

Um fato fiscal II

Renato Valeriano de Souza
Salvador, BA

Em 1967, fomos indicados pelo superintendente do INPS em Salvador para assumir a chefia de um comando fiscal no sudoeste da Bahia, precisamente nos municípios de Jequié, Poções e Conquista, com a finalidade de regularizar as arrecadações dos mesmos, que eram precaríssimas e o número de segurados insignificante.

Saímos em um domingo à noite, chegando a Jequié às cinco horas. Fomos diretamente para uma pensão onde se hospedavam os colegas mais antigos. Às dez horas, tivemos contato com os outros cinco membros do comando. Logo após, fizemos uma visita à agência local e expusemos nossas necessidades de material.

No dia imediato, começamos a trabalhar com o material posto a nossa dis-

posição. Trabalhamos 15 dias; resolvemos em parte nossa missão. Partimos para Poções. Levamos oito dias e efetuamos o serviço necessário.

Fomos para Conquista. Lá chegando, procuramos um hotel modesto e nos hospedamos. À noite, no jantar, encontramos um fiscal do Estado, que nos informou da existência de uma empresa na qual nenhum fiscal entrava. Seu proprietário era o senhor Zé Paraíba. Se o procurássemos, ele nos expulsaria da cidade (era habitual o fato), sob pena de tomarmos uma boa surra.

Agradei a informação e no dia imediato, às oito horas, saímos do hotel, cada um com sua tarefa. Maia, um dos membros do comando, perguntou-me o que eu ia fazer. Disse-lhe que ia até a Estrada Rio—Bahia, onde ficava a empresa de Zé Paraíba, fazer-lhe uma visita. Ele respondeu-me que iríamos todos. Relutei, e disse:

— Vou só. Adoro situações perigosas.

Ele sugeriu-me que requisitasse a polícia para cumprir a diligência. Respondi:

— Ninguém ainda teve uma conversa franca e sincera com este homem; certamente não houve um diálogo no qual ele viesse a sentir necessidade e conhecimento do que significava a Previdência para ele e a família.

Fazia um frio muito grande. Vestido em uma capa, pasta do lado, revólver no bolso, parti de ônibus para a casa comercial do Zé. Logo que cheguei à porta da mesma, dei de cara com ele. Cumprimentei-o. De pronto, ele perguntou-me:

— O senhor deve ser fiscal. Num momento vou lhe dar os documentos.

Aproximou-se de uma carteira e puxou a gaveta. Eu disse a ele:

— Não adianta pegar sua arma. Já estou com meu “38” na mira.

Ele parou, olhou e disse:

— Você não tremeu; você é fiscal ou pistoleiro?

Respondi:

— Sou fiscal e não vim cobrar nada; vim lhe oferecer uma gama de bens, que ninguém ainda lhe deu informações sobre os mesmos.

Zé voltou para a mesa e disse:

— Toma uma cachaça comigo?

Aceitei e conversamos bastante. Às 12 horas eu já tinha um débito do “cordeiro” Zé de doze mil cruzeiros. Ele seguiu comigo até o Banco do Brasil para fazermos o recolhimento. Daí, fomos ao hotel. Apresentei-o aos colegas e mostrei o débito recolhido.

Ele então convidou a todos para, às 22 horas, comermos uma “galinha de currute”. Eles não foram. Eu fui e levei apenas uma arma e a consciência do meu dever cumprido. Fiz deste homem um seguro e um amigo, que, dez dias depois, quando fui “jurado” por um poderoso comerciante — grande sonegador, que ameaçava me apagar (matar) —, mandou um seu preposto informar ao mesmo que, se eu tivesse uma dor de cabeça em Conquista, ou me acontecesse alguma coisa, ele próprio iria acertar as contas.

Trabalhei mais 30 dias no município e terminei meu comando sem nenhum incidente maior, graças a Deus.

Índice de Autores

A

AFFONSO, Martim: 129, 405
AFFONSO, Néelson de Oliveira: 185
ALMEIDA, Maria Cândida Pereira da Silva: 141, 359, 413
ALTERMAN, Maria Ordália Santos: 381
AMARAL, Leopoldina Maria: 209
AMBRA, Niraldo: 9
AZEVEDO, Gilberto Moura Ferreira de: 373, 393

B

BACK, Eddie Tom: 101
BARRETO, Antônio Carlos: 159, 261, 301, 347, 391, 429
BEGE, Elisabete Regina da Silva: 27, 177
BORDIGNON, Euclides: 155

C

CASTRO, Emani Luiz Silva de: 107, 229
COSTA, Evandro: 23, 91, 163
COSTA JÚNIOR, Amaldo Pires da: 135, 369
COSTA, Libório da: 327

D

DELGADO, Ary: 151, 303, 379, 419
DESTRI, Aparício: 383
DUTRA, Salvador Paulino: 149

E

ERICHSEN, Francisco Luiz: 117, 291
ESTEVES, Edivaldo Nilson Moraes: 273

F

FERNANDES, Antônio Canuto de Souza: 431
FRANCISCO, Alvise: 317

G

GOMIDE, João Bosco: 161
GONÇALEZ, João: 87
GONZAGA, Jesualdo Monteiro: 79
GUEDES, Eloy Pereira: 137, 357
GUIMARÃES, Adélia Gonçalves: 191

H

HAAB, Bruno Feliciano: 113
HELENO, José Geraldo: 49, 119, 207, 387, 409, 423
HOLETZ, Mima de Liz: 139, 341

J

JANONI, Efigênia Chaves: 181
JOSÉ, Farid Salomão: 337, 375, 225

K

KITA, Ivete: 83
KARDEC Alan: 399

L

LEAL, Dirceu Baldassari Xavier: 293
LEITE, Arthur Moreira: 239
LIRA, Nelson de Andrade: 343
LISBOA, Valter Neves: 123
LUZ, Ailton Jeremias da: 221

M

MACIEL, Ruy Norberto Paiva: 63, 157
MAIA, Laura Natividade: 75
MALAVÓGLIA, Ubirajara Luiz: 171
MALUF, William: 307
MARRECA, Iracema dos Santos: 65
MARTINEZ, Wladimir Novaes: 57, 143, 353
MARTINS, Antônio Carlos: 77
MARTINS, Raimundo Braga: 51
MATOS, Vicente Batalha de: 395
MESQUITA, Álvaro de: 187
MOLINA, Dionísio: 121

N

NAKATO, Takemi: 103

O

OLIVEIRA, Angelita José Teles de: 47, 175, 335
OLIVEIRA, Néelson Rodrigues de: 69
OLIVEIRA, Pedro de: 323, 417

P

PEREIRA, José Antônio Cuco: 297
PEREIRA, José Luciano: 385
PIERRO, Dante: 223
PORTELA, Ney Jorge: 105

Q

QUINTÃO, José Romualdo: 115, 165, 285, 377, 415

R

RATTES, Péricles Lima: 199, 371, 401
RIGATO, Marcílio: 201
RODRIGUES, Eurico Honorato: 97
RODRIGUES FILHO, Manoel Varella: 43, 127, 237, 269
RIBEIRO, Ligia Beatriz de Araújo: 71

S

SANTANTONIO, Luiz: 143
SANTOS, Acyr: 15, 153, 259
SANTOS, Maria Pedrita dos: 389
SANTOS, M. L.: 167, 321
SARAIVA, Rozilda: 333, 361, 397
SECUNDINO JÚNIOR, Octavio: 211
SILVA, Genito Ávila da: 29
SOBRINHO, Luiz Rocha: 131, 271, 403
SOUZA, Lecy Nunes de: 39, 147, 287
SOUZA, Renato Valeriano de: 21, 433

T

TABOSA, José Tibúrcio: 277
TEIXEIRA, Néelson Perez: 263
TELES, Anna Moreira: 233
TOMASUOLO, José: 145, 325, 355
TORRES, Ben-Hur: 59
TRAVASSOS, Haroldo: 169

V

VECCHIO, José Carlos: 55, 349
VIEIRA, Luiz Carlos Dias: 133, 363
VILARDO, Francisco: 111, 313, 365
VILLELA, Carlos Duarte: 195

São os reflexos de situações concretas que nos levam a descobrir novos aspectos do problema. E em nosso trabalho cotidiano, nenhum de nós se imagina responsável pelas situações que nos envolvem e ninguém é a favor de criar problemas para si. Entretanto, começa o chamar dentro de nós, a certeza de que é preciso fazer alguma coisa, de que é necessário coragem. Essa coragem chega a desesperar, coragem em forma de apreensão pelo que pode acontecer. E tudo isso nos faz dar conta do crescimento interior, da força que surge da adversidade, do anseio por coisas novas ou apenas diferentes. As cores da preocupação pinçelam o zelo profissional e é fácil entrever nessas reações a luta da razão com o dever, porém insuficiente para parar nossa missão, que é feita de desafios a cada nova situação. É o dia-a-dia do fiscal da pasta, contatando diretamente com o contribuinte, que nos leva a situações impossíveis de serem vivenciadas por quem presta serviço interno, na calma dos gabinetes.

Vivenciamos assim experiências novas e cheias de tensão. Felizmente, agindo com prudência e cautela, evitamos atos precipitados ou não-profissionais. O bom senso e o tato servem-nos para o enriquecimento de nosso trabalho.

Toda nossa vivência e nossa prática é conseguida não com meditação existencial, nem com discursos teóricos, nem com treinamentos de gabinete, mas na luta do dia-a-dia, com vitórias e frustrações, com sustos e perplexidades.

Cooperando no esforço. Compartilhando as soluções. Construiremos o futuro.

Angelita José Teles de Oliveira
Goiânia, GO

Aproveitamos este texto da FCP Angelita de Oliveira, que escreveu três contos, para ilustrar este livro dedicado a todos os fiscais de contribuições previdenciárias do País.



ANFIP EM DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL